

SOCILOGIAS PLURAIS

REVISTA DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA / UFPR

v. II . n. 2

ago. 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Reitor: Prof. Dr. Zaki Akel Sobrinho

Vice-Reitor: Prof. Dr. Rogério Andrade Mulinari

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Profa. Dra. Maria Tarcisa Silva Bega

Vice-diretora: Profa. Dra. Norma da Luz Ferrarini

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Coordenador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg

Vice-coordenadora: Profa. Dra. Miriam Adelman

SOCIOLOGIAS PLURAIS – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR. Campus Reitoria, Curitiba, v. 1, n. 2, ago. 2013.
Semestral
ISSN: 2316-9249

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA

Carolina Ribeiro Pátaro, Diego Coletti Oliva, Elisa Tkatschuk, Juan Cruz Galigniana, Milene Corrêa Zerek Capraro, Roberto da Silva Jardim, Samara Feitosa, Silvia Turra Grechinski, Tabata Larissa Soldan, Viviane Rodrigues Darif Saldanhas.

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Alexandre Trindade (UFPR), Prof. Dr. André Augusto Michelato Ghizelini (UFES), Profa. Dra. Andrea Osório (UFF), Prof. Dr. Angelo José da Silva (UFPR), Prof. Antonio Carlos Richter (FAE e ESIC), Profa. Dra. Benilde Motim (UFPR), Profa. Dra. Cláudia Elisabeth Pozzi (FJAU e FADISC), Prof. Ms. Dinaldo Almendra (UNICENTRO), Prof. Ms. Fagner Carniel (UEM), Prof. Dr. Flávio Sarandy (UFF), Prof. Ms. George Gomes Coutinho (UFF), Prof. Dra. Gisele Rocha Cortes (UFPB), Profa. Ms. Janaina Matida (Universidad de Girona), Prof. Dr. Jorge Leite Junior (UFSCar), Prof. Dr. José Luiz Cerveira (UFPR), Prof. Dr. José Miguel Rasia (UFPR), Profa. Dra. Jussara R. Araújo (UFPR), Profa. Dra. Larissa Pelúcio (UNESP), Profa. Dra. Leila de Menezes Stein (UNESP), Profa. Dra. Liliane Maria Busato Batista (PUC-PR), Profa. Dra. Luciana Veiga (UFPR), Prof. Dr. Marcelo Santos (UNESP), Prof. Dr. Marcio Oliveira (UFPR), Prof. Dr. Marcos Ferraz (UFGD), Profa. Dra. Maria Aparecida Bridi (UFPR), Profa. Dra. Maria Tarcisa Silva Bega (UFPR), Profa. Dra. Marlene Tamanini (UFPR), Prof. Dr. Milton Lahuerta (UNESP), Profa. Dra. Miriam Adelman (UFPR), Prof. Dr. Mohsine El Ahmadi (Faculté de Droit Cadi Ayyad), Profa. Dra. Nadya Araujo Guimarães (USP), Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza (UFPR), Profa. Ms. Paula Grechinski (UNICENTRO), Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa (UFPR), Dra. Patrícia Branco (Universidade de Coimbra), Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes (UFPR), Profa. Dra. Poliana Fabíula Cardozo (UNICENTRO), Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto (UFPR), Prof. Dr. Richard Miskolci (UFSCar), Profa. Dra. Rosane Rosa (UFSM), Prof. Dr. Sidartha Sória e Silva (UFU), Profa. Dra. Simone Meucci (UFPR), Prof. Dr. Valdo José Cavallet (UFPR), Dr. Valério Nitrato Izzo (Università di Napoli "Federico II"), Profa. Dra. Vania Penha Lopes (Bloomfield College), Prof. Dr. Wanderley Marchi Jr. (UFPR).

APOIO

Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR

DESIGN GRÁFICO E WEBMASTER

Carolina Ribeiro Pátaro e Diego Coletti Oliva

ENDEREÇO SOCIOLOGIAS PLURAIS

Coordenação Programa de Pós-graduação em Sociologia
Rua General Carneiro, 460, 9º andar, Ed. D. Pedro I, Curitiba - PR
<http://www.sociologiasplurais.ufpr.br/>
Contato: sociologiasplurais@gmail.com

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	1
APRESENTAÇÃO.....	4
ARTIGOS.....	9
A INCLUSÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO ENSINO TÉCNICO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS	10
<i>André Galindo da Costa</i>	
<i>Juliana Tavares Pereira Cardoso</i>	
<i>Daniel Bruno da Silva</i>	
AUTOMAÇÃO AGRÍCOLA: A REINSERÇÃO DO CORTADOR DE CANA-DE-AÇÚCAR NO SETOR SUCROALCOOLEIRO BRASILEIRO	30
<i>Bruno César Gurski</i>	
<i>Maria da Glória Colucci</i>	
A ANÁLISE CRÍTICA DA INFLUÊNCIA DO PROCESSO DAS INDEPENDÊNCIAS DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS: O CASO DE GUINÉ-BISSAU	50
<i>Dabana Namone</i>	
EDUCAÇÃO E INFORMALIDADE:A ESCOLARIDADE DOS MOTOTAXISTAS COMO FATOR DECISIVO PARA A SUA CONDIÇÃO DE TRABALHO	68
<i>Dener Jesus Freitas de Melo</i>	
DE BENJAMIN CONSTANT À LEI 11.684/08: UMA BREVE TRAJETÓRIA DAS TENTATIVAS DE INCLUSÃO DA DISCIPLINA SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO DA ESCOLA BRASILEIRA	86
<i>Gabriel Seretti Zanardi</i>	
A INCORPORAÇÃO DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO DISCURSO HEGEMÔNICO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	110

<i>Hugo Juliano Hermógenes da Silva</i>	
<i>Camilla Beatritse Bezerra Bispo</i>	
<i>Natália Spuldaro Tanno</i>	
TELEVISÃO PÚBLICA NO BRASIL: RESQUICIOS DO PASSADO E PERSPECTIVAS	
PARA O FUTURO	131
<i>Juliana Marques de Carvalho</i>	
OS DESAFIOS DE UM PROGRAMA FEDERATIVO: PROGRAMA NACIONAL DE	
SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	150
<i>Letícia Figueira Moutinho Kulaitis</i>	
MERCADORIZAÇÃO DO FUTEBOL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO	172
<i>Luiz Demétrio Janz Laibida</i>	
JOVENS SUPERVISORES DE UM CALL CENTER: EX-TELEOPERADORES OU	
SUJEITOS RESPONSÁVEIS PELO EXERCÍCIO DISCIPLINAR DA EMPRESA?	196
<i>Márcio Renato Teixeira Benevides</i>	
GOVERNAMENTALIZANDO O EMPREENDEDORISMO DE SI: COMO AS “PSICO-	
CIÊNCIAS” FOMENTAM A PRODUÇÃO DO HOMO ÓECONOMICUS	216
<i>Pablo Ornelas Rosa</i>	
<i>Marcelo Puzio</i>	
AS POSSIBILIDADES DE USO DO SOFTWARE DE ANÁLISE QUALITATIVA NVIVO	
.....	230
<i>Valesca Daiana Both Ames</i>	
POLÍTICAS SOCIAIS: ESTRATÉGIAS DE GOVERNAMENTALIDADE	248
<i>Vinícius Armiliato</i>	
TRAJETÓRIA DOS ARGUMENTOS SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS: DA MARCHA	
ZUMBI DOS PALMARES À CONFERÊNCIA DE DURBAN	271
<i>Viritiana Aparecida de Almeida</i>	
<i>Nelson Rosário de Souza</i>	
COLABORAÇÃO INTERNACIONAL	291

EXPERIENCIA DE CAMPO: CLANDESTINOS DE VOLTA PARA CASA, AMARGA ODISSEIA INACABADA	292
<i>Abderrahim Bourkia</i>	
ESPAÇO GRADUAÇÃO.....	303
PREOCUPAÇÕES E RECOMENDAÇÕES PARA A PRIMEIRA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA CRISTÃ NA PENÍNSULA IBÉRICA MEDIEVAL (SÉCULO XIII)	304
<i>Camila Tatiane de Souza</i>	
ENTENDENDO O LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: LICENCIAMENTO AMBIENTAL NA SOCIOLOGIA.....	316
<i>Fabiano Silva Sandes</i>	
OS CONCEITOS SOCIOLÓGICOS FUNDAMENTAIS DE MAX WEBER EM “A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO”	332
<i>Gabriella Ane Dresch</i>	
ENTRE O CHÃO DE FÁBRICA E A SALA PRESIDENCIAL A PRIMEIRA COOPERATIVA INDUSTRIAL DO PARANÁ	342
<i>Luara A. Stollmeier</i>	
<i>Walmir Braga Junior</i>	
A REGULAÇÃO PÚBLICA DO PRIVADO: O CASO DA VIOLENCIA CONJUGAL CONTRA A MULHER	353
<i>Paola Stuker</i>	
TRADUÇÕES.....	362
ILLNESS: AN UNEXPLOITED MINE Doença: uma mina inexplorada	
<i>Virginia Woolf.....</i>	363
<i>Gustavo Hessmann Dalaqua</i>	
BREVE OBSERVAÇÃO SOBRE A ILHA DA MADEIRA FEITA NO TRAJETO DE LIVORNO AO RIO DE JANEIRO	

Breve osservazione sull'Isola di Madera fatta nel tragitto da Livorno a Rio di Janeiro.

Giuseppe Raddi.....374

Marilene Kall Alves

Benilde Socreppa Schultz

EDITORIAL

Esta nossa segunda edição temos muito a agradecer e muito a refletir. A Sociologias Plurais está em um processo constante de desenvolvimento, crescimento e modificações, nada poderia nos deixar mais satisfeitos/as do que essa incrível capacidade da revista de se adaptar e de nos adaptarmos a realidade que ela demanda e ao mesmo tempo oferece.

Este segundo número se mostrou um pouco mais desafiador que o primeiro, por diversos motivos, como o número alto de artigos bons que recebemos, novos membros na Comissão Editorial Executiva e a própria vida enquanto discentes da pós-graduação, que nos exige sempre muito mais, muito melhor e muito esforço.

Assim, começamos então agradecendo aqueles e aquelas que fizeram esse movimento intelectual e acadêmico ser possível, acima de todas as adversidades e dificuldades. A todos e todas que efetivamente trabalharam na Comissão Editorial Executiva, que se torna cada vez mais um desafio complexo e reflexivo em nossas histórias de vida.

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, aos docentes e discentes que fazem parte direta ou indiretamente da rotina desta revista e que nos ajudam a crescer, estimulam-nos a continuar e agraciam-nos com suas sugestões.

Agradecemos também amigos e amigas que fizeram parte da nossa Comissão Editorial Executiva abraçando essa iniciativa e que, por motivos diversos, deixam a revista, mas não por completo, pois vocês marcaram o que somos e como somos, para vocês: Mirian, Paola, Mariana, Érico o nosso muito obrigada.

Ao CESPDH (Centro De Estudos Em Segurança Pública E Direitos Humanos), em especial ao professor doutor Pedro Bodê que gentilmente cedeu a sala de seu grupo para que fizéssemos nossas acaloradas reuniões semanais, cedendo a estrutura material necessária que a revista demanda.

A todos/as professores/as e pesquisadores/as que fazem parte do nosso Conselho Editorial e que endossam esse nosso projeto ousado e dinâmico de fazer uma revista discente com qualidade profissional.

Agradecemos a todos/as que partilharam, compartilharam, curtiram nossa página no Facebook, com mais de 500 compartilhadores, aos que nos mandaram

artigos, dúvidas, textos, que leram nossas edições, que acompanham nosso percurso e que compartilharam de nossos e-mails, muito obrigada.

Além de agradecimento, queremos ressaltar a importância dos pareceristas que se dispuseram seriamente a colaborar com a nossa revista. O parecer bem feito, bem estruturado e bem comentado é uma colaboração que fica até difícil agradecer, pois, muitas vezes, são os pareceres externos que acabam decidindo o futuro dos artigos, quando ficamos pressionados/as. A todos Pareceristas que se comprometeram seriamente conosco o nosso muito obrigado.

A Sociologias Plurais estreia neste segundo número um novo espaço, intitulado Colaboração Internacional, destinado a publicações de autores/as convidados de outros países. Como artigo de estreia, em caráter especial, apresentamos o texto de Abderrahim Bourkia que foi traduzido por Roberto Jardim, membro da Comissão Editorial Executiva. Abderrahim é doutorando pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Hassan II e o primeiro a participar da cooperação internacional entre pós-graduandos/as. Agradecemos imensamente ao autor que nos enviou o texto e a professora doutora Miriam Adelman que nos possibilitou o contato.

A Colaboração Internacional visa divulgar pesquisas de discentes de outros programas de pós-graduação espalhados pelo mundo. Nessa sessão, os textos serão publicados em suas línguas nativas, fortalecendo a diversidade cultural e regional de cada pesquisador/a.

Por fim, agradecemos aos professores Jorge Leite Junior, Adriano Codato e Renato Perissinotto, que, em uma hora de necessidade, responderam prontamente a nossas dúvidas e agoniadas editoriais, lançando mão de experiências riquíssimas para nos ajudaram a fortalecer a revista.

Dentro de todos esses agradecimentos e novidades, informamos que, devido aos desafios apresentados neste número, estamos rearticulando a nossa política editorial, assim como nosso regulamento interno, mas ressaltamos que é sempre necessário ter membros interessados em trabalhar na Sociologias Plurais para fazer a revista crescer. Há a necessidade sempre iminente de se debater cada passo do processo, cada mudança, cada novidade. Com essas dificuldades e novidades, um traço da Sociologias Plurais ficou claro: nossa horizontalidade em decidir, que entre pontos bons e ruins, já é uma parte do perfil da revista que não queremos mudar.

Por isso, esperamos que os/as autores/as e os/as leitores/as se sintam contemplados, tanto em seus temas, quanto academicamente por nossa revista.

Fazer o papel de uma revista discente não é uma tarefa simples, então consideramos que esse número é mais um sucesso de nosso profissionalismo e de nossa garra.

Obrigada a todos/as que nos leem e nos agraciam com textos, colaborações, mensagens, dúvidas.

Boa leitura,

Comissão Editorial Executiva

Sociologias Plurais

E esse papel (do intelectual) encerra uma certa agudeza, pois não pode ser desempenhado sem a consciência de se ser alguém cuja função é levantar publicamente questões embarracosas, confrontar ortodoxias e dogmas (mais que produzi-los); isto é, alguém que não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja raison d'être é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete.

Edward Said.

APRESENTAÇÃO

Nesta edição, Volume 1 – Número 2, publicaremos 14 textos na sessão Artigos, 5 texto na sessão Espaço Graduação, o texto de estreia no Colaboração Internacional, e 2 traduções. Colocaremos aqui breves resumos dos texto para a apreciação dos/as leitores/as.

O texto de **André Galindo, Juliana Cardoso e Daniel Silva**, intitulado *A inclusão de projetos de desenvolvimento de participação política no ensino técnico: possibilidades e desafios*, apresenta o relato de uma experiência desenvolvida em uma escola técnica em no interior do estado São Paulo. A partir da necessidade de desenvolver atividades complementares obrigatórias à carga curricular, a escola optou por discutir com os alunos o desenvolvimento do orçamento participativo no município. Como resultado dessa proposta, o artigo analisa os potenciais e limites do desenvolvimento da formação cidadã e democrática complementando a formação profissional dos cursos técnicos.

O trabalho de **Bruno César Gurski e Maria da Glória Colucci**, intitulado *Automação agrícola: a reinserção do cortador de cana-de-açúcar no setor sucroalcooleiro brasileiro*, traça uma retrospectiva da evolução do setor canavieiro e sua crescente dependência com os capitais agroindustriais e financeiros. Nesse contexto, os autores abordam as transformações sofridas no mercado de trabalho dos cortadores de cana, considerando sua crescente formalização e paralelo esvaziamento, assim como as medidas de recapacitação que visam amenizar o impacto na vida desses trabalhadores.

O trabalho de **Dabana Namome**, intitulado como *A análise crítica da influência do processo das independências das colônias portuguesas: o caso de Guiné-Bissau*, busca criticar a visão unilateral, segundo a qual, a influência do processo de independência das colônias portuguesas da África se deu a partir de fatores externos apenas. Tais fatores são: a onda das mudanças políticas ocorridas no fim das duas Guerras Mundiais e o contexto político-ideológico motivado pela Guerra Fria. Assim, busca-se também evidenciar e analisar a influência dos fatores internos no processo de independência das colônias portuguesas da África.

No artigo *Educação e informalidade: a escolaridade dos moto taxistas como fator decisivo para a sua condição de trabalho* de **Dener Jesus Freitas de Melo**, o

autor buscará demonstrar a relação existente entre o cenário dos centros urbanos, o surgimento dos moto-taxistas e o nível de escolaridade desses profissionais, evidenciando como apesar da importância dessa atividade na atualidade – alternativa barata para enfrentar a precariedade do transporte público urbano – a permanência dos moto-taxista nela está ligada ao baixo nível de escolaridade destes profissionais que dificulta a colocação dos mesmos em outros postos de trabalho.

O artigo de **Gabriel Seretti Zanardi** tem como título *De Benjamin Constant à lei 11.684/08: uma breve trajetória das tentativas de inclusão da disciplina sociologia no currículo da escola brasileira*. Visa, a partir de um levantamento bibliográfico, delinear a trajetória intermitente como componente curricular da disciplina escolar no que hoje denominamos de ensino médio.

O artigo *A incorporação do conceito de educação ambiental no discurso hegemônico do desenvolvimento sustentável*, elaborado em coautoria entre **Hugo Juliano Hermógenes da Silva, Camilla Beatritse Bezerra Bispo e Natália Spuldaro Tanno**, trabalha a hipótese de que o discurso do desenvolvimento sustentável deixa de privilegiar as preocupações ecológica e social do conceito de educação ambiental, para enfatizar o crescimento econômico.

O artigo de **Juliana Marques de Carvalho**, intitulado *Televisão pública no Brasil: resquícios do passado e perspectivas para o futuro*, busca recuperar como se deu a constituição da televisão pública brasileira por meio de levantamento bibliográfico e documental, através de um estudo de caso da TV Brasil.

O artigo de **Letícia Kulaitis**, *Os Desafios de um Programa Federativo: Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania*, analisa de forma crítica, e com o olhar privilegiado de quem conhece por dentro a gestão do PRONASCI, as formas como se dão os repasses de recursos da União aos estados e municípios conveniados com essa política pública. Evidenciando, também, o papel dos jovens nessa relação, que aparecem tanto como vítimas da violência urbana, como também apontados como os maiores perpetradores de crimes violentos, sendo por isso os alvos principais das ações e projetos do PRONASCI.

O autor **Luiz Demétrio Janz Laibida**, em seu artigo *Mercadorização do futebol na era da globalização*, utiliza-se de revisão bibliográfica e de análise dos dados coletados em campo, buscando demonstrar que o futebol paranaense, seguindo a lógica global, vem investindo na “mercadorização” do esporte.

O Artigo *Jovens supervisores de um Call Center: ex-teleoperadores ou sujeitos responsáveis pelo exercício disciplinar da empresa?*, de **Márcio Renato Teixeira Benevides**, analisa, a partir de entrevistas realizadas com trabalhadores de um Call Center em Fortaleza, a ascensão dos tele operadores a supervisores na empresa, em busca de investigar a legitimização deste processo conforme as relações de trabalho ali desenvolvidas. Para atingir seu objetivo, os marcos teóricos de Foucault e Bourdieu são referências.

Pablo Ornelas Rosa e Marcelo Puzio em *Governamentalizando o empreendedorismo de si: Como as “psico-ciências” fomentam a produção do homo œconomicus*, apresentam uma interessante discussão teórica onde os argumentos foucaultianos são acionados por Nikolas Rose buscando demonstrar como uma emergente racionalidade neoliberal estadunidense – ligada a gestão empresarial – acaba operacionalizando dispositivos de governamentalização da população a partir de tecnologias de poder alçadas a legitimidade por meio das psico-ciências. Serão elas – as psico-ciências – a promoverem práticas de subjetivação que produzem um “empreendedorismo de si” na busca de maiores ganhos e posição social.

O artigo *As possibilidades de uso do software de análise qualitativa Nvivo*, escrito por **Valesca Daiana Both Ames**, busca discutir o uso do software Nvivo, um dispositivo de análise qualitativa no processo de construção do Aeromóvel em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Embora o Nvivo esteja entre os aplicativos mais usados pelos cientistas sociais, trata-se de um software que é usado como mecanismo de análise de dados qualitativos. Busca-se então, discutir o grau de possibilidades e limites nessa ação.

O artigo do autor **Vinícius Armiliato**, intitulado *Políticas sociais estratégias de governamentalidade*, propõe uma releitura do clássico debate sobre as políticas públicas a partir da perspectiva da governamentalidade biopolítica foucaultiana. Através desse exercício analítico, o papel das políticas sociais é revisado e redimensionado, revelando outras possibilidades interpretativas no que se refere à racionalidade estatal e à arte de governar.

O texto de **Viritiana Aparecida de Almeida e Nelson Rosário de Souza**, com título *Trajetória dos argumentos sobre as ‘ações afirmativas’: da Marcha Zumbi dos Palmares à Conferência de Durban*, busca analisar os argumentos que foram propostos acerca das ações afirmativas em três eventos: A Marcha de Zumbi dos Palmares, organizada pelo Movimento Negro Unificado (MNU) (1995); o Seminário

das Ações Afirmativas em Brasília (1996) e a Conferência de Durban (2001). A partir dessa análise, a autora busca verificar e evidenciar o caráter racial, econômico e cultural de cada um desses discursos ao justificar as políticas afirmativas, bem como a permanência e a modificação de tais discursos.

Seguinte ainda com artigos de pós- graduação, o texto de estreia do novo espaço Colaboração Internacional, um pesquisador marroquino retrata sua experiência de campo de forma interessante e rica para a experiência sociológica. **Abderrahim Bourkia**, através da tradução de Roberto Jardim, vai retratar *Clandestinos de volta para casa, amarga odisseia inacabada*.

Na sessão Espaço Graduação temos o artigo *Preocupações e recomendações para a primeira educação da criança cristã na Península Ibérica Medieval (Século XIII)* escrito por **Camila Tatiane de Souza**, graduada em História pela PUC-Pr, possui uma importante relevância temática, uma vez que através do livro chamado Doutrina para crianças de Raimundo Lúlio (1232 – 1316), escrito entre 1274 e 1276, a autora demonstra que havia interesse pela educação da criança, mesmo que esse interesse tivesse um cunho religioso.

Fabiano Silva Sandes, autor do artigo Espaço Graduação “Entendendo o Licenciamento Ambiental no âmbito das Ciências Sociais”, como o próprio título elucida, busca compreender o processo histórico de licenciamento ambiental e como este se articula com a área das Ciências Sociais, que em sua análise sociológica lança mão dos conhecimentos da sociologia ambiental e do estudo da realidade social para realizar o estudo do contexto onde o empreendimento que necessita deste licenciamento está inserido.

O texto de autoria da graduanda **Gabriella Ane Dresch**, intitulado Os conceitos sociológicos fundamentais de Max Weber em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”. A partir de um levantamento bibliográfico a autora busca trabalhar com alguns conceitos sociológicos desenvolvidos por Max Weber, procurando auxiliar no entendimento da teoria weberiana e do pensamento sociológico.

Luara A. Stollmeier e Walmir Braga Junior trabalham no artigo *Entre o chão de fábrica e a sala presidencial: a primeira cooperativa indústria do Paraná* o processo de transformação da fábrica de botões Diamantina Fossanese na cooperativa Cooperbotões. Partindo desta análise de caso, os autores tecem uma

reflexão mais abrangente sobre o surgimento de novos modelos industriais, assim como sobre seus avanços e limites frente aos paradigmas clássicos do capital.

No Espaço Graduação, a graduanda **Paola Stuker** problematiza adequadamente, através do artigo *A regulação pública do privado: o caso da violência conjugal contra a mulher*, a efetividade da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), com relação à regulamentação pública da violência conjugal contra a mulher, trazendo resultados que indicam as vítimas da violência desacreditadas do sistema penal como instrumento de solução de conflitos de gênero.

Também em caráter de estreia temos duas traduções que visam acrescentar novidades a Sociologia como ciência plural e em diálogo. Virginia Woolf traduzida por **Gustavo Hessmann Dalaqua** tem como tradução do inglês para português o texto Doença: uma mina inexplorada. **Marilene Kall Alves** e **Benilde Socreppa Schultz** traduziram um texto histórico do italiano para o português de Giuseppe Raddi intitulado *Breve Observação sobre a Ilha da Madeira feita no trajeto de Livorno ao Rio de Janeiro*.

Comissão Editorial Executiva

Sociologias Plurais

ARTICOS

A INCLUSÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO ENSINO TÉCNICO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

André Galindo da Costa¹
Juliana Tavares Pereira Cardoso²
Daniel Bruno da Silva³

RESUMO

Este trabalho apresenta o relato da experiência de um projeto pedagógico de participação política aplicado aos alunos da Escola Estadual Técnica Marinês Teodoro de Freitas Almeida, no município de Novo Horizonte (SP). No sentido de complementar a carga curricular dos alunos do ensino profissionalizante e gerar competências e habilidades de participação, debate e decisão, cumprindo premissas legais e éticas, a escola desenvolveu um projeto de Hora Atividade Específica (HAE) com o nome de “*Participação Social nos Gastos Públicos de Novo Horizonte*”. Tal artigo não tem como preocupação maior a demonstração de resultados inovadores de caráter científico, mas pretende mostrar a partir de uma experiência específica de aplicação de conceitos teóricos e práticas metodológicas, os potenciais e limites do desenvolvimento da formação cidadã e democrática, complementando a formação profissional dos cursos técnicos desta instituição pública de ensino profissionalizante.

Palavras-chave: Ensino técnico. Participação política. Projetos pedagógicos.

ABSTRACT

This work presents a participatory experience from pedagogic politic participation between students from State Technique School Teacher Marinês Teodoro de Freitas Almeida, in Novo Horizonte city, São Paulo state. With intend to complement the curricular load of students from professional education and create, discussing and decide, doing legal and ethical assumptions, the school developed a project of specific activity hour (HAE) with the name of "Social Participation in the public expenses of Novo Horizonte". This article doesn't have like main worry the demonstration of new result of scientific character, but it intends to show, from an specific experience of application of theoric issues and methodologic practices, the potential and limit of development of the democratic citizen formation, complementing the professional formation of technical courses this public institution of profissionalizante teaching.

-
- 1 Bacharel em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e aluno do programa de mestrado em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo (USP), andregalindo@usp.br.
 - 2 Bacharel em Direito pela Universidade Paulista e aluna do curso de pós-graduação em Direito Civil da Universidade Paulista, juliana.tavaresc@gmail.com.
 - 3 Licenciado em Ciências Sociais pela Faculdade Faceres e aluno do curso de pós-graduação em Sociologia Política na Faculdade Faceres, danbruno2010@hotmail.com.

Key words: Technical education. political participation. pedagogical projects.

METODOLOGIA

A metodologia usada neste trabalho baseou-se em uma revisão teórica a fim de gerar uma pesquisa bibliográfica que iluminasse os caminhos das experiências recentes de democracia participativa e apresentasse algumas das características históricas do ensino técnico no Brasil.

Para a consecução da pesquisa empírica, utilizou-se o resultado de uma entrevista estruturada com 421 alunos, relatos de profissionais técnicos da prefeitura de Novo Horizonte (SP), entrevistas semiestruturadas com pessoas envolvidas diretamente com o projeto estudado e o uso de fotografia documental como forma de utilizar imagens reais como registro factual. Também se realizou uma descrição das características gerais tanto do município quanto da escola onde se deram as ações em questão. Esta descrição foi então, fruto de uma pesquisa documental a leis, sites da internet e periódicos.

Cabe ressaltar que este trabalho tem por objetivo realizar o relato de uma experiência de um projeto pedagógico de ensino. Por se tratar de um relato de experiências, não tem preocupação maior em apresentar resultados de uma possível investigação de caráter científico. Justifica-se assim, também, a não utilização de uma discussão teórica mais ampla e mais profunda.

A ABORDAGEM DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA E O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.

No Brasil diversas práticas inovadoras de democracia participativa têm sido destaque internacional e objeto de diversos estudos. Estas se tornaram mais comuns a partir da década de 1980, sendo resultado de uma intensa atividade da sociedade civil em oposição ao regime militar autoritário, contribuindo para a criação das bases para o processo de redemocratização brasileiro⁴. A ação de segmentos

4 O regime militar no Brasil, também conhecido por ditadura militar, foi um regime político autoritário que governou o país entre 1964 e 1985. Esse regime foi pautado em presidentes pertencentes às forças armadas brasileiras, eleitos por voto indireto e pelo apoio de setores conservadores de direita, empresários e por boa parte da mídia. Esse modelo inspirou outras

da sociedade nesse período não se restringiu apenas à reivindicação pela volta da democracia, mas acima de tudo, surgiram diversos grupos engajados em demandas sociais e de direitos humanos. Esse quadro é visto como o ressurgimento da sociedade civil brasileira. (AVRITZER, 1994)

Conforme Avritzer (1994), um destaque especial é dado ao potencial da nova sociedade civil organizada em fazer oposição ao modelo autoritário de modernização econômica, que foi prática brasileira no regime militar, e ao modelo democrático liberal e não participativo difundido na Europa e na América do Norte.

Em 1984 intensifica-se o processo de redemocratização no Brasil, que veio a materializar-se em 1985. Em 1988 há uma grande inovação, que foi a promulgação da nova Constituição Federal, atualmente em vigor, também conhecida como constituição cidadã. Além de trazer o arcabouço legal para o novo Estado democrático brasileiro, a nova constituição destacou-se pela garantia de diversos direitos sociais e por institucionalizar a participação popular junto ao Estado (BRASIL, 2005). Destaque para o seu capítulo II do título VII, que leva o nome de “Da Política Urbana” e que forneceu as premissas para a instituição da Lei 10.257/10, conhecida também como Estatuto da Cidade, que tem por princípios o planejamento urbano participativo e a função social da propriedade (BRASIL, 2002).

Este contexto, segundo Avritzer (1997), gera um aumento muito grande de associações cívicas e movimentos sociais no Brasil, principalmente na região sudeste. Essas formas de organização social passam a discutir questões relacionadas com direitos humanos, como por exemplo, homoafetividade, meio ambiente, DST/AIDS, moradia, direitos das crianças e dos adolescentes, condições dos moradores de rua, direito da mulher, reforma agrária e outras.

Avritzer (2008), nos mostra como essas circunstâncias vieram a gerar não apenas o associativismo autônomo, mas acima de tudo novas experiências de organização social que dependem conjuntamente da sociedade e do Estado. Entre elas temos três formatos que se destacaram mais. São eles: o orçamento participativo; os conselhos de políticas públicas, principalmente nas áreas da saúde e da assistência social; e os planos diretores municipais (AVRITZER, 2008). Para além de garantias institucionais, essas práticas foram resultado também de formas

ditaduras militares por toda a América Latina com o apoio dos Estados Unidos. No Brasil o regime passa a enfraquecer na década de 1980, sobretudo pela pressão de setores da sociedade civil e através do movimento “Diretas Já!”.

de atuação conjunta entre governo e população que ocorreram no Brasil desde o final da década de 1970 e que apresentaram aumento de eficiência e maior transparência das políticas públicas (PIRES, 2000).

Analisando esta nova forma de organizar o Estado brasileiro, Frey (2004), apresenta a importância de se mobilizar o conhecimento disponível na sociedade e utilizá-lo para a melhoria da gestão, o que ele chama de governança interativa. O autor entende que as ações que envolvem a participação popular, são capazes também de gerar a emancipação da população. A esse conjunto de premissas Frey (2004) dá o nome de abordagem democrático-participativa da reforma do Estado e crê que ela:

[...] visa a estimular a organização da sociedade civil e promover a reestruturação dos mecanismos de decisão, em favor de um maior envolvimento da população no controle social da administração pública e na definição e na implementação de políticas públicas. (Frey, 1996 apud Frey, 2004, p.125)

De todas as formas de participação conjunta entre a população e o Estado, receberam destaque especial os modelos de orçamento participativo (OP). Isso porque, conforme Lacher (1995), o OP é uma ferramenta crítica à metodologia tradicional de formulação do orçamento público e que gera a obrigação de se efetivar políticas públicas e também um maior controle social sobre os gastos públicos e as ações do poder público.

Pontual (2000) enxerga o OP para além dos ganhos materiais da população. O autor ressalta que o OP tem um grande potencial educativo e de mudança na sociedade. Ele abre a possibilidade da população conhecer o funcionamento do orçamento público e seu sistema de receitas e despesas, a forma como se organiza os poderes políticos e a administração pública e os meios do associativismo como forma de reivindicação e organização cidadã. Assim o OP seria capaz de criar novos significados nos atores envolvidos na medida em que realiza uma mediação educativa capaz de gerar aprendizado. Além disso, a educação é um fator importante na construção da cidadania.

Diante da mesma perspectiva Lacher (1995, p.235) aponta que:

Podemos considerar essa nova forma de orçamentação como uma verdadeira inovação tanto em termos de concepção quanto de prática orçamentária. Mais do que isso, o orçamento participativo deve ser encarado como uma escola de cidadania, onde a relação sociedade—Estado é forjada através de uma relação biunívoca, em que os movimentos

populares organizados influenciam diretamente a distribuição dos recursos públicos. Sendo assim, os anseios mais básicos e diretos da comunidade são debatidos, abordados e equacionados numa nova lógica. Dessa forma, o processo conquista a legitimidade, que será maior quanto maior for a organização da comunidade e a disposição do Executivo em discutir, aprimorar e ampliar os debates.

Assim, fica clara a importância dessas práticas recentes no projeto de se construir uma nova democracia, mais horizontal e participativa e que possa, pelo menos em partes, superar alguns vícios políticos existentes no Brasil, como por exemplo, o autoritarismo, o clientelismo, o insulamento burocrático e o paternalismo⁵. Santos e Avritzer (2002) entendem que as novas experiências surgidas no Brasil e na América Latina a partir dos anos 1990, onde se inclui o OP, são capazes de criar uma corrente de globalização contra-hegemônica e que atende mais as necessidades dos países em desenvolvimento.

Neste contexto surgem diversos esforços que vão de nível nacional a nível municipal, e do global ao local que buscam difundir práticas participativas na população com a finalidade de incentivar o ativismo, o civismo e o interesse por questões políticas. O contexto parece apresentar um conjunto de possibilidades de desenvolvimento de ações nesse sentido. As aberturas oferecidas para a inserção da sociedade civil no Estado devem ser vistas como oportunidades. Mais do que a busca por recursos imediatos, por parte da população, esse cenário parece levar a uma mudança de cultura e, quem sabe, superar algumas das mazelas históricas do Brasil.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL

A busca pela formação educacional para o trabalho, nos leva ao período colonial, se desenvolve durante o império e chega até a república, estando sempre associada à formação de pessoas pertencentes às classes sociais subalternas e com a finalidade de fornecer mão de obra ao setor produtivo. No Brasil, os primeiros aprendizes de ofício foram os índios e os escravos negros (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007). Além desse episódio podemos apontar, conforme Ministério da

5 Sobre particularidades históricas da política brasileira que perduram até hoje, ver Nunes (2010).

Educação (2007), como momentos históricos marcantes do ensino profissional no Brasil aqueles vinculados à:

- A exploração de ouro em Minas Gerais, quando foi necessária a formação de pessoas para trabalharem na casa da moeda.
- Os centros de aprendizagem de ofícios nos Arsenais da Marinha do Brasil.
- A proibição por parte da coroa portuguesa da existência de fábricas no Brasil em 1785, levando a estagnação do ensino tecnológico.
- A adoção do modelo profissional nos anos de 1800 para as camadas menos privilegiadas da sociedade, onde crianças e jovens desenvolviam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, sapataria e carpintaria.
- Com a vinda da família real ao Brasil há a instalação do Colégio de Fábricas para atender à educação de artistas e aprendizes vindos de Portugal.
- Em 1906 com a consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil, através da criação de escolas profissionais no Estado do Rio de Janeiro e a realização do “Congresso de Instrução” que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino industrial, agrícola e comercial.

Para Jacometti (2008), o ensino profissionalizante de fato se fortalece no Brasil em 1909, com a criação por iniciativa do Presidente Nilo Peçanha, das Escolas de Aprendizes e Artífices nas capitais dos Estados. Conforme Jacometti (2008, p.236): “Na época, a intenção era oferecer uma alternativa para que os filhos da classe trabalhadora adquirissem uma profissão e entrassem no mercado de trabalho.” Isso fez com que, até a década de 1950, as escolas técnicas voltassem para a indústria incipiente e que na década de 1970, surgisse a Lei nº 5.692/71 que tornava obrigatório a todas as instituições de ensino de 2º grau cursos profissionalizantes integrados.

Segundo Jacometti (2008, p.237) a Lei 5.692/71 e toda essa situação:

[...] vem da arbitrariedade do Governo Militar e suas circunstâncias merecem ser investigadas. Segundo Gadotti (1991), o período pós-64 deve ser considerado um retrocesso sob muitos aspectos, não apenas pelo tecnicismo de suas propostas, mas por ter rompido com as buscas metodológicas da Escola Nova. “O caráter fundamental da escola do período ditatorial é o autoritarismo, o elitismo e o descaso pela formação popular. O golpe militar foi um golpe [...] contra a ascensão crescente da classe trabalhadora ao poder, aberta com a aliança policlasse existente no período histórico anterior (o período populista: 1930-64)” (GADOTTI, 1991, p. 105 apud JACOMETTI, 2008, P.237).

Para Saviani (2008) o Regime militar implantado no Brasil em 1964 foi um grande propulsor do que ele chama de concepção produtivista da educação. Essa foi amparada pelo instituto legal implantado no Regime militar sobre educação e previa maior racionalidade, eficiência e produtividade a partir de maiores resultados com menores investimentos. Para o autor, esse legado do regime militar sobreviveu às críticas que veio a sofrer na década de 1980 e orientou a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB) em 1996 e o Plano Nacional de Educação de 2001.

No entendimento de Saviani (2008, p. 296):

Este sentido geral se traduz pela ênfase nos elementos dispostos pela “teoria do capital humano”; na educação como formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, a mão-de-obra técnica requerida pelo mercado de trabalho; [...]

Jacometti (2008), mostra historicamente como as escolas técnicas no Brasil ofertavam um curso profissionalizante muitas vezes desvinculado da realidade do mercado de trabalho para as classes sociais subalternas. Já a classe média buscava um ensino que facilitasse o seu acesso à universidade e a educação de ponta.

A lei 5.692/71 só foi revogada pela lei 9.394/96, a LDB. Neste momento o ensino médio passa a compor à educação básica e a educação profissional passa a ser um ensino pós-secundário. No entanto em 2004, a partir do Decreto nº 5.154/04 se não volta a ser o obrigatório o ensino técnico integrado ao médio passa a ser permitido.

Diante desse cenário de estímulo a uma educação tecnicista como fruto de políticas que existiram desde o período colonial, mas que foi acentuado no regime militar Martins (2000) problematiza essa circunstância diante da internacionalização das economias e o intenso fluxo de comunicação e conhecimento que gera a “... reorganização do mundo do trabalho e da dinâmica social dele decorrente” (MARTINS, 2000, p. 69). A autora aponta que a flexibilização no mundo do trabalho gerada, entre outras coisas, pelo processo de globalização traz a necessidade de pessoas capazes de desenvolver seus potenciais intelectuais, não de forma especializada e sim de maneira interdisciplinar ou transdisciplinar e que superem as diretrizes tecnicistas dos anos 1970.

Nesse contexto a UNESCO (1994) prevê que os alunos devem desenvolver na escola a capacidade de abstração, de desenvolvimento sistêmico complexo e inter-relacionado, de habilidade de experimentação, de capacidade de colaboração, de trabalho em equipe e de interação com os pares. Assim temos que:

Outra questão a ser considerada e insistentemente apontada na Resolução n. 3/98 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais diz respeito à superação da situação provocada pela Lei n. 5.692/71. Segundo esses documentos, nos anos 60 e 70, a política vigente priorizou a formação de especialistas capazes de dominar a utilização de maquinarias ou de dirigir processos de produção, propondo, para tanto, a profissionalização compulsória. Contemporaneamente, os desafios são de outra ordem, pois o volume de informações produzido em decorrência de novas tecnologias tem sido constantemente superado, exigindo novos padrões de formação: a meta principal, portanto, deve ser a formação geral, em oposição à formação específica, tendo em vista a volatilidade das informações e a permanente superação de paradigmas. (MARTINS, 2000, p. 77)

Assim, vemos que a necessidade da educação técnica incluir em seus objetivos de formação, habilidades e competências voltadas para a complexidade do mundo contemporâneo e o desenvolvimento no aluno de capacidades interdisciplinares se torna emergente. Além disso, a formação da cidadania atrelada à preparação para o mercado de trabalho é condição de desenvolvimento social nessa nova realidade.

A situação produtivista que parece rondar o ensino técnico-profissionalizante no Brasil se depara com duas circunstâncias altamente influentes na educação brasileira e que parecem oporem-se às heranças autoritárias do regime militar na educação. Uma que possui uma característica mais de gestão escolar e outra com características mais pedagógicas.

A primeira circunstância e que tem um caráter relacionado à gestão escolar e de projetos escolares é a forma de gestão escolar democrática baseada em princípios que prezam pela participação ativa da comunidade na vida escolar. Esses princípios estão vinculados aos documentos oficiais produzidos pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI convocados pela ONU e pela UNESCO. Sobre esse pressuposto Rossi e Höfling (2009, p. 273) afirmam que:

No âmbito da lei, a relação escola-comunidade oportuniza a melhoria da qualidade da experiência escolar e do desempenho dos alunos, potencializa práticas educativas, nos momentos de produção de conhecimento, de partilhas coletivas e cooperativas organizacionais, que também são de naturezas sociais.

A segunda circunstância, que tem fundamento pedagógico, diz respeito às influências que a teoria do pedagogo e pensador Paulo Freire exerce sobre a educação brasileira, partindo da ideia de que a sociedade é dividida em classes e que as classes subalternas não gozam da maior parte dos privilégios das classes dominantes, inclusive a educação (RUBIO, 1997). Freire (2011) aponta que a educação deve ter um papel libertador, de mudança social e de transformação cultural para os países de terceiro mundo a partir da tomada de consciência da realidade.

Segundo Freire (2011), o professor deve superar a condição de detentor máximo do conhecimento através de uma relação dialógica⁶ com o aluno. A construção do saber se dá então mediante a realidade do aluno e por meio de uma visão crítica do mundo dando a ele as condições de transformar a realidade social mediante o conhecimento. Nesse caso podemos afirmar que a teoria de Freire (2011) leva em conta a natureza política da educação no processo de conscientização e como prática da liberdade.

Assim fica o desafio de associar práticas de integração da escola com a comunidade local e a tentativa de se colocar em prática um modelo de educação libertador em um sistema ainda manchado pelas marcas autoritárias da ditadura militar, que se mostra desfavorável às classes sociais subalternas, já que parece ter por objetivo único atender necessidades imediatas de mão de obra do setor produtivo.

DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE E DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MARINÊS TEODORO DE FREITAS ALMEIDA.

Novo Horizonte é um município do interior do Estado de São Paulo, localizada na região do Noroeste Paulista e a 410 km de distância da capital do Estado. Conforme o IBGE⁷ Novo Horizonte possuía em 2012 uma população estimada de 37.222 habitantes e em 2009 apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 781.308.000,00 dos quais aproximadamente 9% eram gerados pela

⁶ A esse modelo de educação tradicional onde o professor tem o papel de detentor de todo o conhecimento e o aluno é um mero memorizador de informações que muitas vezes não apresentam sentido para a sua realidade Freire (2011) chamou de educação bancária.

⁷ IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

agricultura, 20% pela indústria, 62% pelo setor de serviços e 9% em forma de impostos líquidos dos subsídios. A Lei Orçamentária municipal de 2012 previu para as finanças públicas uma receita total estimada e uma despesa total fixada no valor R\$ 81.765.000,00. Em 2003 o PNUD⁸ apresentou que o Índice de Desenvolvimento Humano em Novo Horizonte foi de 0,808, o que se enquadra em um alto nível de desenvolvimento humano.

É importante destacar que Novo Horizonte não possui uma tradição associativa significativa e nem um histórico de organizações e lutas sociais. Também foi possível observarmos uma baixa incidência de canais de comunicação, apresentação de demandas, participação e pressão entre sociedade e Estado, sendo esses limitados aos conselhos obrigatórios ou condicionantes para o repasse de verbas e com baixos níveis de participação e representatividade.

No dia 19 de Julho de 2009 foi firmado um convênio entre a Prefeitura municipal de Novo Horizonte e o Centro Paula Souza⁹, na figura do então secretário do Desenvolvimento do Estado, que criava os cursos técnicos em administração e comércio na cidade de Novo Horizonte. Nesse mesmo ano, foi assinado o Decreto de criação da Escola Técnica Estadual (Etec) Professora Marinês Teodoro de Freitas Almeida, publicado na data de 1º de setembro de 2009. Na época essas salas descentralizadas funcionavam em outra escola municipal, até que em outubro de 2010 a escola tivesse sede própria em outro prédio.

O ano de 2010 foi marcado pela inclusão de duas turmas de ensino médio¹⁰ e a oferta de dois novos cursos técnicos, no caso o técnico em informática e o técnico em contabilidade. Em 2011, o curso novo oferecido pela Etec foi o curso Técnico em Turismo Receptivo, visto que o município de Novo Horizonte fora incluído no Circuito Turístico do Noroeste Paulista, havendo a necessidade de formação de mão de obra qualificada neste setor. Além disso, a Etec tem tido atuação em municípios vizinhos à Novo Horizonte, seja através de classes descentralizadas, no caso Sales (SP), Borborema (SP) e Potirendaba (SP), ou por

8 O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é responsável pela elaboração Índice de Desenvolvimento municipal (IDH-M).

9 O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) é uma autarquia do governo do estado de São Paulo que administra as Escolas Técnicas Estaduais (ETEC's) e as Faculdades de Tecnologia (FATEC's).

10 A cada novo ano tem sido oferecido duas novas salas para alunos do primeiro ano do ensino médio.

meio de cursos de qualificação de curta duração¹¹. Em 2011 a Etec desenvolveu um projeto de orientação jurídica e contábil junto a organizações do terceiro setor, este teve um grande envolvimento de alunos e professores e uma forte repercussão diante da comunidade. Para o ano de 2013 serão ofertados também os cursos de técnico em eventos e técnico em meio ambiente.

O PROJETO “PARTICIPAÇÃO SOCIAL DOS GASTOS PÚBLICOS DE NOVO HORIZONTE” NA BUSCA POR UMA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA.

Em Julho de 2012 os professores da Etec formularam um projeto de Hora Atividade Específica (HAE) a partir da constatação de uma deficiência da realidade social e política de Novo Horizonte. A Lei de Responsabilidade Fiscal¹²(LRF) em seu artigo 48, inciso I exige o “...incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.”

No entanto, foi possível identificar, a partir de relatos dos próprios funcionários da prefeitura municipal, que a participação popular na formulação das leis orçamentárias tinha sido muito pequena ou em algumas ocasiões até mesmo nula. Dessa forma, baseados nas premissas da Lei 9394/96, a LDB, que garante que: “...a educação tem como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho...” (BRASIL, art. 2º), e no art. 205 da Constituição Federal que prevê que a educação: “... será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Dessa forma foi proposto o projeto de HAE com o título de “*Participação social nos gastos públicos de Novo Horizonte*.”

Cabe esclarecer que os projetos de HAE são uma forma de atuação docente e discente disponibilizada pelo Centro Paula Souza para as escolas técnicas desenvolverem atividades complementares na formação do aluno, tentando colocá-

11 Esses se deram através do Programa Via Rápida, fruto da parceria entre Prefeituras, o Centro Paula Souza e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia e a Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho, com abrangência nas cidades de Urupês, Itajobi, Borborema, Marapoama, Adolfo, Ibirá e Uchoa.

12 A Lei de Responsabilidade Fiscal, oficialmente Lei Complementar nº 101 de 2001, é uma lei brasileira que impõe o controle dos gastos federais, estaduais e municipais. Essa lei promoveu também a transparência e a participação social na elaboração e controle das leis orçamentárias.

los diante de fatos da realidade e em parceria com a sociedade. As premissas teóricas que mais influenciaram os professores na formulação do projeto são aquelas que tentam superar o caráter produtivista da educação profissionalizante e que incentivam a cidadania. Assim vemos uma forte tendência no desenho do projeto das teorias que buscam uma maior interação entre escola e comunidade e de emancipação social do aluno por meio da educação, pautadas principalmente nos escritos de Paulo Freire. Seu principal objetivo foi levantar entre os alunos, uma arena de discussão e formas de ação que estimulassem a participação social na elaboração das leis orçamentárias municipais.

FIGURA 1: Apresentação do projeto e de suas bases teóricas aos alunos.



FONTE: Fotografia produzida pelos autores do artigo.

A execução do projeto iniciou-se por uma apresentação dos professores aos alunos sobre os objetivos e finalidades do projeto. Neste instante os professores também fizeram uma construção histórica dos regimes políticos no Brasil, esclarecendo que passamos por momentos autoritários, oligárquicos e democráticos, apresentando quais foram os espaços de participação popular em cada um desses momentos. Também foi possível conceituar o orçamento público e mostrar sua importância no atual Estado democrático de direito. Por fim foi possível levantar a importância dos novos canais de comunicação entre Estado e sociedade e os formatos de participação social na busca pelo desenvolvimento local que se criaram após a redemocratização.

Em um segundo instante, foi realizada uma pesquisa quantitativa entre 421 alunos da Escola Técnica professora Marinês Teodoro de Freitas Almeida, com intuito de levantar o seus graus de interesse por questões políticas e seus conhecimentos sobre a existência e as possibilidades de participação na formulação do orçamento público, assim como às áreas que eles entendem como prioritárias. Apesar das perguntas serem previamente formuladas pelos professores, esse instante contou com a participação direta dos alunos no levantamento e na tabulação da pesquisa.

FIGURA 2: Alunos realizando a tabulação da pesquisa quantitativa.



FONTE: Fotografia produzida pelos autores

O resultado da pesquisa foi fundamental para o desenvolvimento do projeto e existiram algumas questões-chave no questionário de respostas fechadas de sim ou não: dos 421 alunos entrevistados, 257 disseram não ter nenhum interesse por política, 404 não acreditam que os gastos públicos são realizados da maneira adequada, 213 disseram não ter interesse em participar, caso existissem canais de participação social na formulação dos gastos públicos, 225 não sabiam o que era orçamento público e 361 não acreditam que os políticos estejam comprometidos com o bem comum.

Através de uma interpretação por alto, estas respostas refletem questões culturais e históricas muito marcantes no país como a descrença na efetividade da ação dos representantes políticos e das instituições públicas, uma possível falta de

interesse sobre as formas de participação política e o que a nosso ver parece ser o mais grave por representar deficiências educativas que é o desconhecimento das instituições políticas existentes, seus meios de garantir a democracia e seu funcionamento.

Com o resultado da pesquisa somado a discussão realizada entre os professores e os alunos, que só foi possível após o entendimento do que era orçamento público e a evolução histórica da democracia no Brasil, conjuntamente foi possível formular um roteiro de ação mais efetivo. Dessa forma, o grupo, tomando conhecimento da audiência pública que se realizaria na Câmara municipal no dia 25 de setembro de 2012, para a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2013, decidiu fazer-se presente.

FIGURA 3: Alunos da Etec na audiência pública da Câmara municipal para a aprovação da LOA.



FONTE: Fotografia produzida pelos autores.

Para tanto, formularam também uma pauta de reivindicação que se baseava nos interesses envolvidos em outro projeto associado ao curso técnico em turismo receptivo. A mesma formulou-se no sentido de solicitar para o poder público os recursos acordados em outro instante para investimentos públicos no desenvolvimento do turismo local, sobretudo o turismo rural. Esses recursos eram fundamentais para se colocar em prática o projeto de construção da marina com o fim de desenvolvimento do turismo fluvial no rio Tietê, visto que uma das demandas mais imediatas é a sinalização turística.

FIGURA 4: Representantes do legislativo e técnicos da prefeitura na Camara municipal



FONTE: Fotografia produzida pelos autores.

A partir dos relatos por meio de entrevistas semiestruturada de algumas figuras que fizeram parte dessa experiência participativa dos alunos da Etec, relataremos algumas impressões pessoais sobre o projeto.

Foi possível observar como a atuação de alunos, professores e familiares de alunos na audiência pública deixou clara a importância das ações da sociedade civil junto ao mercado e ao Estado em uma ação conjunta para o desenvolvimento do município de Novo Horizonte. Destaca-se também a importância do setor público canalizar recursos para atrair o capital privado no desenvolvimento do turismo sustentável regional. Observa-se uma atenção especial ao caráter democrático, ético e de solidariedade da ação e de como ela foi fundamental para que os recursos destinados ao desenvolvimento do Turismo para o ano de 2013 passassem por uma revisão dos legisladores e aumentasse de R\$210.000,00 para R\$550.000,00¹³.

A presença dos alunos causou surpresa aos representantes do legislativo local, que não esperavam e não se deram conta do fato. Tanto que, muitos dos vereadores estavam ausentes na audiência pública, devido a outro compromisso político que havia ocorrido naquela tarde. O uso da palavra por parte de professores e de alunos deu consistência a ação, já que mostrou que esses apresentavam

13 Conforme entrevista para essa pesquisa com Adauto Roberto de Barros, assessor de governo municipal na área de turismo e responsável pela inserção do município de Novo Horizonte no circuito turístico do Noroeste Paulista.

conhecimento sobre questões tecnopolíticas do orçamento público e seu papel na promoção da democracia. O maior ganho é visto na medida em que o orçamento público, pelo menos neste instante, deixa de ser uma prática de conhecimento e entendimento limitada aos burocratas e aos políticos e passa a ser compartilhada também com os interesses e as demandas da sociedade¹⁴.

A prática participativa serviu como uma grande inovação em termos políticos locais. Nunca foram marcantes no município, ações de mobilização social como essa e o sucesso dessa atividade, tende a criar novas práticas e aumentar o controle social sobre o poder público. As pessoas envolvidas no projeto foram os únicos representantes da sociedade civil a estarem presentes na audiência pública, o que constata a falta de interesse e de informação sobre o acontecimento das mesmas. Este projeto deve ser mais bem desenvolvido para que sempre se façam presentes representantes da sociedade civil nas audiências públicas. Para tanto, aponta que o projeto deve dar um passo a mais saindo das mediações da Etec e oferecendo treinamento e informação à lideranças locais, associações de bairros e temáticas¹⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho não teve por finalidade criar generalizações e nem apresentar uma receita prática de inserção da cidadania complementando a formação profissional e técnica. Limita-se a um relato que mostra a experiência de alunos e professores de uma escola técnica pública no Brasil, em uma cidade onde não há uma cultura de mobilização social, de participação política da sociedade civil e de interesse pelas questões públicas. Ficou evidente o quanto foi possível uma participação pontual dos alunos em uma audiência pública, a capacidade de ação coletiva resultar em pressão ao Estado na efetividade das demandas sociais e o aumento do conhecimento das instituições públicas e canais de participação já estabelecidos. Para além da conquista do aumento de recursos, entre os entrevistados parece existir a impressão de que o projeto favorece uma construção

14 Conforme entrevista para essa pesquisa com João Tadeu Oliveira Lourenço, agente de viagens autônomo, participante ativo do projeto e aluno do curso técnico em turismo receptivo da Etec prof.^a Marinês Teodoro de Freitas Almeida.

15 Conforme entrevista para essa pesquisa com Daniel Bruno da Silva, professor das disciplinas de ética e cidadania, sociologia, filosofia e história na Etec Prof.^a Marinês Teodoro de Freitas Almeida e idealizador e implementador do projeto.

democrática e mostra a importância da participação da sociedade civil nas instâncias do Estado, a publicidade e o controle social dos gastos públicos e a necessidade de difundir esta experiência.

Dentre as limitações aparentes podemos destacar que o projeto foi desenvolvido em uma situação restrita à escola. Dessa forma não sabemos qual seria a aceitação e os possíveis conflitos caso houvesse a difusão dele em outros grupos representantes da sociedade civil. De qualquer forma ele nos mostrou, mesmo que com toda sua limitação, é possível sim, atrelar questões sociais que favorecem o desenvolvimento da cidadania às escolas técnicas e profissionalizantes. Deixa-nos a esperança de que o aprofundamento dessa experiência e o desenvolvimento de novas práticas possam nos fornecer um panorama mais concreto dessas ações participativas em escolas técnicas.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 1, p. 43-64 Jun. 2008.

_____. Modelos de sociedade civil: uma análise específica do Caso Brasileiro. In Leonardo Avritzer (coord.), **Sociedade civil e democratização**, Belo Horizonte, Del Rey, p. 271-308, 1994.

_____. Um desenho institucional para o novo associativismo, **Lua Nova**, nº 39, p. 149-74, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

_____. **Estatuto da cidade e legislação correlata**. Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. 2. ed. Atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 02 ago. 2012.

_____. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Lei Complementar nº 101, 04 de Maio de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 22 jul. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 50 ed. Paz e Terra: São Paulo, 2011.

FREY, Klaus. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública interativa? **Política & Sociedade**, n.5, p.119-138, out. 2004.

IBGE. **CIDADES@.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 20 out. 2012.

JACOMETTI, Márcio. Reflexões sobre o contexto institucional brasileiro contemporâneo e as transformações na educação profissional. **Educar**. Curitiba, ed. UFPR, nº 32, p.233-250, 2008.

LACHER, Eduardo R. Notas sobre a atual problemática do orçamento público no Brasil e o Orçamento Participativo. **Indicadores econômicos FEE**. Porto Alegre, Ano. 22, nº 4, p. 219-237, 1995.

MARTINS, Ângela Maria. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio: Avaliação de documento. **Cadernos de Pesquisa**. nº 109, p.67-87 mar. 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica**. 2007. Disponível em : < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario_historico_educacao_profissional.pdf > Acesso em: 07 nov. 2012.

NOVO HORIZONTE. **Lei orçamentária anual de 2012**. Lei nº 3.514, 25 de Novembro de 2011. Disponível em:< <http://www.novohorizonte.sp.gov.br/home/GenericaConteudo.aspx?p01=170>> Acesso em: 08 nov. 2012.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil**: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. 2 ed: Rio de Janeiro, 2010.

PIRES, Valdemir. **Participação da Sociedade nos processos orçamentários**: a experiência brasileira recente. 2000. Disponível em: < http://www.tesouro.fazenda.gov.br/premio_TN/VPremio/sistemas/1siafpVPTN/PIRES_Valdemir.pdf > Acesso em: 22 Jul. 2011.

PNUD. **RANKING DO IDH DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL 2003**. DISPONÍVEL EM: <HTTP://WWW.PNUD.ORG.BR/ATLAS/RANKING/IDH_MUNICIPIOS_BRASIL_2000.ASPX?INDICEACC ORDION=1&LI=LI_RANKING2003>. ACESSO EM: 15 OUT. 2012.

PONTUAL, Pedro de C. **O processo educativo no orçamento participativo**: Aprendizados dos atores da Sociedade Civil e do Estado. 54 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

ROSSI, Vera Lucia de; HÖFLING, Eloísa de Mattos. Qualidade da política de integração escola-comunidade: Educação para a paz? **Caderno Cedes**. Campinas, vol. 29, nº 78, p. 273-278, maio/ago. 2009.

RUBIO, Eduardo Medina. FREIRE: consciência e libertação (a pedagogia perigosa). **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, vol. 23, nº 1-2, jan./dez. 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para Ampliar O Cânone Democrático. In Boaventura de Sousa Santos, **Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p 39-78, 2002.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Caderno Cedes**. Campinas, vol. 28, nº 76, p.291-312, set./dez. 2008.

UNESCO. **Relatório da reunião educação para o século XXI**. Paris, UNESCO, 1994.

AUTOMAÇÃO AGRÍCOLA A REINSERÇÃO DO CORTADOR DE CANA-DE-AÇÚCAR NO SETOR SUCROALCOOLEIRO BRASILEIRO

Bruno César Gurski¹⁶
Maria da Glória Colucci¹⁷

RESUMO

Teve-se como objetivos neste trabalho analisar aspectos referentes à subordinação dos cortadores de cana aos capitais agroindustriais e financeiros, à causa da dependência por políticas sociais e à indagação sobre a contribuição para o êxodo rural e o crescimento não planejado da população urbana. Para a análise utilizou-se pesquisa bibliográfica de artigos, livros, revistas, entre outros, além da pesquisa *in situ* nas usinas canavieiras e sindicatos de trabalhadores rurais. O problema da alta taxa de desemprego dos cortadores só tende a piorar se soluções mais eficientes não forem tomadas.

Palavras-chave: Colheita mecanizada. Queima da palha. Recapacitação profissional.

ABSTRACT

The text is aimed at analyzing aspects relating to the subordination of workers to rural agro-industrial and financial capital, because of the dependence of sugarcane cutters by social and political inquiry into the contribution to the rural exodus and unplanned growth of population urban. The public and private initiative prohibiting the burning of sugarcane is a considerable environmental solution, but the current problem of high unemployment in the class of cutters only get worse if more efficient solutions are not taken.

Keywords: Mechanized harvesting. Straw burning. Job retraining.

INTRODUÇÃO

O artigo começa abordando a origem da agricultura no mundo, enfatizando o fato de ser uma agricultura de subsistência baseada somente no trabalho humano. Posteriormente, comenta-se sobre a sustentabilidade como uma nova forma de se

16 Engº Agrônomo (UFPR), mestrando em Ciência do Solo (UFPR), acadêmico do curso de Direito (UNICURITIBA), membro do grupo de pesquisas em Biodireito e Bioética – *Jus Vitae*. Email: brunogurski@ufpr.br.

17 Advogada (Faculdade Nacional de Direito), especialista em Filosofia do Direito (PUC-PR), mestra em Direito (UFPR), presidente do grupo de pesquisas em Biodireito e Bioética – *Jus Vitae* (UNICURITIBA).

pensar a agricultura, com ênfase nos três setores principais do desenvolvimento sustentável: o social, ambiental e econômico.

A mecanização agrícola no Brasil é apresentada como decorrência de um processo histórico-político, refletido com grande influência no setor sucroalcooleiro. É então apresentado um panorama geral atual do setor sucroalcooleiro com base em estatísticas e diagnósticos de diversos autores e entidades públicas. Passa-se então, ao principal paradigma ambiental discutido no Brasil que é a proibição da queima da palha da cana-de-açúcar como uma das principais formas de incentivo à mecanização da cultura. Por meio de um enfoque social, faz-se um diagnóstico da situação histórica e atual do cortador de cana-de-açúcar no contexto da automação agrícola e as mudanças ocasionadas pela mecanização da lavoura. Como uma forma de remediação do problema social da alta taxa de desemprego no setor, é abordada a recapacitação desse cortador de cana-de-açúcar, realizando sua reinserção na própria cadeia produtiva sucroalcooleira brasileira.

Procurou-se analisar no texto aspectos referentes à automação agrícola e a consequente subordinação dos trabalhadores rurais aos capitais agroindustriais e financeiros, à causa da dependência dos cortadores de cana-de-açúcar por políticas sociais e à indagação sobre a contribuição para o êxodo rural e o crescimento não planejado da população urbana.

SUSTENTABILIDADE: UMA NOVA FORMA DE PENSAR A AGRICULTURA

OS PARADIGMAS DA AGRICULTURA ATUAL

A agricultura é um sistema econômico que teve início em aldeias fixas juntamente com o pastoreio em propriedades familiares ou clãs. As técnicas de sobrevivência para obtenção do alimento se iniciou com a coleta de produtos vegetais, passando para caça e pesca que exigiam técnicas e instrumentos apropriados à atividade, mas essas técnicas eram diretamente dependentes da disponibilidade dos produtos na natureza. A agricultura invariavelmente sempre dependeu do grau de conhecimento tecnológico, que pode limitar a capacidade de produção, mas todas as sociedades desenvolvem pelo menos, as técnicas mínimas necessárias a sua sobrevivência (MARCONI, 2005, p.119-127).

A agricultura rudimentar iniciou no período Neolítico, cerca de 7.500 a 6.000 anos a.C. nas regiões dos Balcãs, Criméia, Ásia Menor, Cáucaso, Palestina e Iraque. Era denominada “cultura da enxada” porque era predominantemente manual. Porém, atualmente vigoram os pacotes tecnológicos com total ou parcial automação das atividades desempenhadas.

Segundo Sachs (2002, p.33-34), os sistemas produtivos deveriam ser baseados em projetos sustentáveis com o uso da biomassa. A otimização do uso da biomassa deve cumprir os seus cinco principais usos: combustíveis, suprimentos, alimento, fertilizante e ração industrial. O mais importante requisito é o desenvolvimento de uma química verde para substituir plenamente a energia fóssil pelos biocombustíveis.

Essa questão energética juntamente com o desenvolvimento são temas inerentes a todos os países do mundo, porque são fundamentos do bem estar social. A energia é, consequentemente, uma atividade socioeconômica que responde a uma política energética praticada pelo Estado que tem o dever de respeitar a sustentabilidade ambiental e corporativa. Galvão e outros autores defendem uma análise em que a sustentabilidade nos sistemas energéticos deve ser vista em razão do ser humano. Posteriormente, sintetizam que o homem é afetado por elementos socioeconômicos, recursos e suprimentos e pelo meio ambiente, portanto, a possibilidade do desenvolvimento sustentável é diferente a cada momento e em cada local (GALVÃO et al., 2004, p.34-37).

Segundo Boff (2011, p.43-44), a crise ambiental é conceitual e não econômica. O termo “Economia Verde” ganha ênfase para evitar a questão da sustentabilidade que se encontra em oposição ao atual modo de produção e consumo. A questão central do desenvolvimento sustentável não é salvar a Terra, é como fazer para salvar a civilização, essa é a grande questão que muitos acabam não dando importância. O etanol, por exemplo, é dado como energia limpa e alternativa, mas todo o seu processo de produção é altamente poluidor.

Os três pilares do desenvolvimento sustentável, segundo Sachs (2002, p.35) seriam: “[...] atender simultaneamente os critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica, ou seja, harmonizar os objetivos sociais, ambientais e econômicos”.

A AUTOMAÇÃO AGRÍCOLA E SEU REFLEXO NO SETOR SUCROALCOOLEIRO

A mecanização agrícola foi criada para o uso racional, sendo considerada a chave para o desenvolvimento e crescimento econômico da agricultura moderna. Ela é descrita como:

[...] um conjunto ou sistema de máquinas empregadas de forma técnica e economicamente organizadas na execução de tarefas exigidas pela produção agrícola, visando obter o máximo de rendimento com o mínimo de dispêndio de energia, tempo e capital (MIALHE, 1974, p.14).

Segundo Martine e Beskow (1987, p. 19-20), as origens da modernização agrícola brasileira encontram-se na década de 50, com a pretensão de substituição das importações. A partir de 1964 houve a implantação de parques industriais extensivos sob a ótica conservadora do governo militar. Em paralelo ocorria uma fase de rápido crescimento econômico denominada “Milagre Brasileiro”, que permitiu privilegiar uma forma mais moderna de produção agrícola.

Houve fortes estímulos e subsídios a culturas consideradas dinâmicas, dentre elas o café e a cana-de-açúcar, por serem destinadas à exportação para regular a balança comercial brasileira e por demandarem máquinas e insumos agrícolas. Na década de 60 desenvolveu-se um movimento para a implantação de um pacote tecnológico estrangeiro baseado no modelo norte-americano de produção agrícola chamado “Revolução Verde”, que utilizava insumos agrícolas, principalmente os químicos, conjugado com o uso intensivo da mecanização agrícola. O elevado preço de determinados produtos agrícolas no mercado internacional contribuiu para consolidar esse novo sistema. Assim, o Brasil desistiu da agricultura de subsistência e adotou uma agricultura nova denominada de “Agronégocio”, aumentando sua dependência do mercado externo (MARTINE e BESKOW, 1987, p.19-22).

Com a criação do programa federal do Pró-Alcool em 1975, o plantio da cana-de-açúcar aumentou de forma exponencial, criando necessidade crescente de mão-de-obra para trabalhar principalmente na colheita, levando as usinas sucroalcooleiras a buscarem trabalhadores em regiões distantes de onde estavam instaladas. Prova disso foi a contratação de “bóias-frias” advindos do Nordeste, culminando no resultado do Censo Agropecuário de 1980 que acusou um aumento

significativo de trabalhadores ocupados em atividades agropecuárias passando de 17,6 milhões em 1970 para 21,2 milhões em 1980 (ANGELA, 1987, p.41-56).

A rotina de um típico cortador de cana-de-açúcar pode ser descrita da seguinte maneira:

O processo iniciava- se com o trabalhador, com auxílio de um podão (espécie de facão de lâmina mais larga), cortando rente ao solo os colmos de cana e os depositando, em montes ou em leira contínua, na rua central do eito de trabalho, composto normalmente por cinco ruas de cana. Após era feito, também manualmente, o carregamento da cana cortada, por outro grupo de trabalhadores, em carroças, carretas de tratores ou em pequenos caminhões para que produto fosse transportado para as usinas e destilarias, aonde viria a ser transformado em rapadura, açúcar e/ou álcool (BACCARIN et al., 2011, p.77).

Para Martine (1987, p. 59-79), a modernização agrícola criou um problema social muito grave: ao intensificar a utilização de mão-de-obra em determinadas épocas específicas do ano, como na colheita da cana-de-açúcar, reduziu-se a oferta de empregos estáveis ao longo do ano. Esse emprego temporário atraiu muitos trabalhadores pelo rápido retorno financeiro, mas geralmente esse emprego era associado a uma residência no local, levando as famílias a uma desestruturação das ocupações que antes eram garantidas pela pequena produção de subsistência. No setor sucroalcooleiro se reduziu o número de trabalhadores empregados e diminuiu o poder de negociação dos sindicatos que mobilizavam os trabalhadores por meio de greves.

A subordinação dos trabalhadores rurais aos capitais agroindustriais e financeiros causa uma grande dependência destes por políticas sociais que geralmente não são prioridade do governo e nem das grandes empresas, contribuindo para o êxodo rural e o crescimento não planejado da população urbana (DIEESE, 2007, p.12).

Segundo Ortega e outros autores (2004, p.96-97), a mecanização da colheita da cana-de-açúcar vem se intensificando desde a década de 80, levando à diminuição do emprego rural temporário em todas as regiões do Brasil. Aliado a isto existe outro problema que é o fenômeno da terceirização da execução das atividades agrícolas realizadas por meio de empresas de serviços situados no meio urbano diminuindo ainda mais os postos de trabalho no setor rural.

Estimativas apontam que a área colhida mecanicamente no Estado de São Paulo passou de apenas 18% da área total com cana, em 1997, para 40%, em 2006,

e a área colhida mecanicamente, sem queima da palha passou de 21% para 73% do total da área colhida com colheitadoras (PAES, 2007, p.125-133).

As inovações mecânicas na cultura da cana-de-açúcar estão presentes em todas as fases da cultura: preparo do solo, plantio, tratos culturais e principalmente na colheita diminuindo ainda mais o número de empregos no setor, porque a mecanização diminui os gastos com mão-de-obra, o rendimento é muito superior, além de diminuir os impactos no meio ambiente por não haver a necessidade da queima da palha. Dados indicam que em um dia de colheita uma colheitadeira mecânica, utilizada em condições ideais, pode cortar até 960 toneladas de cana, enquanto um cortador manual corte cerca de sete toneladas por dia. Consequentemente, a colheitadeira mecânica realiza o trabalho de aproximadamente 137 homens em um dia. A colheita mecanizada da cana-de-açúcar só não ocorre em todas as regiões porque não é possível utilizar as colheitadeiras em áreas com declive superior a 12%, pelo custo elevado do equipamento, pelas modificações necessárias a serem realizadas na parte logística e nas usinas e também pela cultura da cana ser de ciclo semi-precoce, porque gera uma necessidade de um novo sistema de plantio obedecendo a um espaçamento próprio para o trânsito das máquinas (ORTEGA et al., 2004, p.114-120).

PANORAMA DO SETOR SUCRALCOOLEIRO BRASILEIRO

Em 2000/01, a produção de cana-de-açúcar no Brasil alcançou 254,9 milhões de toneladas, em uma área de 4,8 milhões de hectares. Em 2008/09, a produção atingiu 536,6 milhões de toneladas, aumento de 110,5%, em uma área de 8,9 milhões de hectares, um crescimento de 85,4%. A produção de etanol passou de 10,5 bilhões de litros, em 2000/01, para 27,6 bilhões de litros, em 2008/09, aumento de 162,9%, e a de açúcar passou de 16,0 milhões de toneladas, em 2000/01, para 31,3 milhões de toneladas, em 2008/09, crescimento de 95,6% (MAPA, 2009, p.160).

Com o preço do petróleo em alta, a adição do álcool em aditivo a gasolina é uma opção natural. A porcentagem de álcool anidrido na gasolina passou de 13% em 1990 para 20% em 2011. A produção de cana-de-açúcar no Brasil passou de 496.353.211 milhões de toneladas em 2007 para 623.719.902 milhões de toneladas

em 2011. As exportações brasileiras de álcool etílico foi de 1.905.419.419 litros, gerando uma receita de US\$ 1.014.260.873,00 (ALCOPAR, 2012).

Com a cotação do açúcar alcançando grandes níveis no mercado internacional, crescem as incertezas sobre o destino da safra brasileira de cana-de-açúcar ao mesmo tempo em que a produção de açúcar para exportação pode garantir alta lucratividade. Com isso, embora se preveja ampliação de 69,5% na área colhida e de 77,6% na produção de cana-de-açúcar, o emprego de canavieiros cairia em 63,9%, entre 2006 e 2015, no Centro-Sul (DIEESE, 2007, p.15-19).

Seria uma diminuição significativa no emprego setorial e que poderia trazer impactos sociais consideráveis, se não houver perspectivas de emprego em outros setores e não se implantarem programas específicos de requalificação profissional (BACCARIN et al., 2011, p.81-82).

A LEGISLAÇÃO SOBRE A QUEIMA DA PALHA DA CANA-DE-AÇÚCAR

O art. 27 da lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 explicita que “é proibido o uso de fogo nas florestas e demais formas de vegetação” (BRASIL, 2012c). Mas a queima da palha de cana-de-açúcar para fins de colheita manual é prevista como uma peculiaridade justificável, devido ao fato de ser uma atividade socialmente e tecnicamente aceita, porque antigamente não existia maquinário agrícola para a colheita.

O Poder Público estabeleceu o decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998 que regulamenta o art. 27, § único da lei nº 4.771/65, estabelecendo no capítulo IV (da redução gradativa do emprego do fogo), o art. 16 estabelece o seguinte:

O emprego do fogo, como método despalhador e facilitador do corte de cana-de-açúcar em áreas passíveis de mecanização da colheita, será eliminado de forma gradativa, não podendo a redução ser inferior a um quarto da área mecanizável de cada unidade agroindustrial ou propriedade não vinculada à unidade agroindustrial, a cada período de cinco anos, contados da data de publicação deste decreto (BRASIL, 2012b).

Essa prerrogativa do Poder Público é ambientalmente correta, no entanto, não é suficiente para promover a sustentabilidade da cadeia sucroalcooleira em curto prazo, porque é crescente o apelo social ao desenvolvimento sustentável e corporativo, sintetizado no art. 225 da Constituição Federal:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2012a).

Em São Paulo, a lei n. 11.241, de 19/9/2002 estabelece que as queimadas devam ser eliminadas até 2031, em áreas não mecanizáveis (declividade acima de 12%), e até 2021, em áreas mecanizáveis (declividade abaixo de 12%). Por sua vez, o decreto federal nº 2.661/98 trata apenas das áreas mecanizáveis e estabelece o ano de 2018, como prazo para extinção completa da queima dos canaviais.

O Estado de São Paulo é o maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil, e por conseguinte, possui a maior responsabilidade de tentar reduzir o emprego do fogo na colheita. Esse dever foi satisfeito pelo firmamento do “Protocolo Agroambiental” (SÃO PAULO, 2012b) em junho de 2007, criado pelo Estado de São Paulo juntamente com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e a União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (ÚNICA), que prevê a antecipação do final das queimadas da cana-de-açúcar em São Paulo para 2014, em áreas mecanizáveis, e 2017, em áreas não mecanizáveis.

O protocolo estabelece, dentre outras diretrizes, a demarcação das áreas produtoras, a proteção das nascentes, a redução do consumo de água, além de boas práticas trabalhistas e sociais. As indústrias sucroalcooleiras que aderirem à determinação governamental receberão um selo ambiental, que servirá de credencial para a futura comercialização do álcool fabricado. O documento antecipa em sete anos, de 2021 para 2014, a extinção da prática da queima da palha em áreas planas, onde é possível introduzir a colheita mecanizada. Mesmo em regiões onde a inclinação é superior a doze graus, consideradas não mecanizáveis com tecnologias existentes, o prazo foi antecipado em catorze anos em relação ao que determina a lei, de 2031 para 2017. Embora a adesão ao Protocolo seja voluntária, sua edição deixa clara a opção, pelo menos, das lideranças dos empresários paulistas, em extinguir, o quanto antes, as queimadas (FREDO et al., 2008, p.4).

Por outro lado, entre 2006 e 2007 verificou-se uma mudança no discurso dos empresários sucroalcooleiros que, ao invés de continuar destacando os empregos gerados na cana-de-açúcar, passaram a enfatizar a necessidade de agirem com maior celeridade para que se extinguisse a queimada dos canaviais (BACCARIN, 2011, p.86-89).

A SITUAÇÃO DO CORTADOR DE CANA-DE-AÇÚCAR

Nos tratos culturais e na colheita da cana-de-açúcar são empregados em torno de um milhão de assalariados no Brasil. É difícil precisar esse número, porque parte dos trabalhadores é empregada de forma ilegal e temporária. Também há variações conforme o clima, mudanças de remuneração e outros fatores. Outro fator que contribui para o achatamento salarial é a terceirização. As usinas vêm transferindo os custos de corte, carregamento e transporte da cana das áreas mais distantes para terceirizadas ou fornecedores, que, por sua vez transferem para terceiros. Essas empresas terceirizadas tendem a assegurar piores condições de salário e trabalho para os trabalhadores do que as usinas (DIEESE, 2007, p.19-22).

O pagamento do corte manual é feito proporcionalmente à quantidade, em toneladas, que o trabalhador corta no período de pagamento. Esse método faz com que o trabalhador se esforce até o limite de sua força física (BACCARIN, 2011, p.86-89). Sabe-se que o padrão de adoecimento do cortador de cana-de-açúcar está estreitamente relacionado com o modo de organização e de realização do seu trabalho. Para piorar a situação, as empresas medem o potencial do trabalhador rural pela sua capacidade de permanecer ausente dos serviços de saúde (SCOPINHO, 2000, p.94-95).

O descumprimento das leis trabalhistas e de acordos e convenções coletivas de trabalho marcam as relações de trabalho do setor. Entre outras práticas encontram-se: o rebaixamento da diária; a redução da base salarial convencionada; a elevação da tarefa convencionada por meio da classificação irregular da cana; erros ou fraudes na medição e na conversão e o não pagamento de verbas salariais, como repouso semanal remunerado, férias e 13º salário (DIEESE, 2007, p.81).

Além disso, a profissionalização do setor, o aumento da fiscalização e a busca de selos sociais e ambientais por parte das usinas fizeram com que a formalização crescesse significativamente nos últimos anos. No entanto, isso não significa que a remuneração dos canavieiros seja adequada e nem que as condições de trabalho sejam boas (DIEESE, 2007, p.85-86).

Percebe-se uma diminuição sistemática no número de pessoas ocupadas no setor sucroalcooleiro nos últimos anos. Por exemplo, nas empresas do grupo Cultivo

da Cana-de-açúcar em São Paulo, houve a dispensa de 10.708 pessoas entre 2007 e 2008 e de 11.184 pessoas entre 2008 e 2009. Além disso, há a sazonalidade no número de pessoas ocupadas no mesmo ano. Nestas mesmas empresas, entre junho e dezembro de 2007 houve queda de 80,2% no número de pessoas ocupadas. Devido a essa sazonalidade, as regiões produtoras de cana-de-açúcar recebem grande número de migrantes no período de corte da cana-de-açúcar. A maioria desses trabalhadores são agricultores familiares empobrecidos que tentam obter, através do serviço de corte de cana, uma fonte de renda complementar (BACCARIN, 2011, p.88-91).

No auge da safra, entre maio e julho, o número de trabalhadores canavieiros não especializados contratados chega a ser de mais de 90% do número constatado no mês de janeiro (BACCARIN, 2011, p.91). Nos momentos de pico da atividade agrícola, as usinas recrutam trabalhadores temporários por meio das empreiteiras que, na maioria das vezes, são pequenas empresas ilegais em que predominam as relações informais de trabalho (SCOPINHO, 2000, p.99).

Em parte considerável das usinas, os trabalhadores que, no primeiro mês de contrato, não conseguem cortar dez toneladas diárias são demitidos e substituídos por outros que conseguem atingir tal média. Os trabalhadores são contratados, em geral, através do contrato de safra. De uma safra para outra, só são recontratados os que demonstraram ter alcançado tal média na safra anterior. Trabalhadores com alto índice de faltas também são preteridos (DIEESE, 2007, p.30).

Assim,

[...] a política de gestão de recursos humanos do setor sucroalcooleiro em muito contribui para que os trabalhadores não reconheçam a saúde como processo social, mediado também por questões de ordem econômica e política, e um direito básico de cidadania. Eles tratam a saúde como questão estritamente biológica, individual e curativa, isenta de relações com seus modos específicos de trabalhar e viver, apesar de ser o próprio corpo o único bem que possuem (SCOPINHO, 2000, p. 97).

As questões sociais e de saúde dos trabalhadores são como que colocadas em “planilhas” de cálculo de custo-benefício das empresas.

DAS NECESSIDADES DE MUDANÇAS

AS MUDANÇAS NOS RECURSOS HUMANOS DAS USINAS SUCROALCOOLEIRAS

A preocupação formal com a gestão do cortador de cana-de-açúcar surgiu na década de 40, com a edição do decreto-lei nº 3.855 de 1941 que promulgou o Estatuto da Lavoura Canavieira, que continha alguns dispositivos que tratavam da assistência trabalhista e social dos trabalhadores. Posteriormente foi editada a lei nº 4.870 de 1965, que previa a aplicação de 1% do valor da produção de cana e de açúcar e 2% da produção de álcool em Programas de Assistência Social. Nota-se historicamente que a assistência social é prática instituída, permanente e importante elemento da política de recursos humanos do setor sucroalcooleiro porque sempre se criou uma legislação social fortemente revestida de um caráter assistencial-paternalista (SCOPINHO, 2000, p.101).

A atual política de recursos humanos do setor sucroalcooleiro visa a formar opinião pública favorável à reestruturação produtiva, ao mesmo tempo que envolve os trabalhadores na direção do alcance das metas organizacionais, no sentido de elevar os índices de produtividade com máxima qualidade e baixo custo, independentemente da qualidade de vida dos trabalhadores (SCOPINHO, 2000, p.96).

O número de trabalhadores da mecanização agrícola cresceu 25%, entre 2006 e 2008, revelando a maior necessidade de contratação de trabalhadores especializados. Já o número de trabalhadores canavieiros não especializados registrou queda de 12.655 pessoas, ou 3,8%. Percebe-se uma queda de 4% no total da ocupação das empresas sucroalcooleiras entre 2007 e 2009, queda esta puxada pelos trabalhadores da agricultura, cujo número caiu 11% nos dois anos considerados (BACCARIN, 2011, p.89-91).

Observa-se que alguns serviços, como transporte, assistência médica, são oferecidos como benefícios, mas isto é somente o cumprimento de direitos já conquistados na legislação trabalhista. Também é grande a demanda por gêneros alimentícios básicos, não havendo procura por bolsas de estudo e assistência psicológica. Em suma, a política de benefícios sociais do setor sucroalcooleiro continua sendo, essencialmente, um instrumento gerencial de combate à rotatividade, de fixação do trabalhador na empresa (SCOPINHO, 2000, p.106-107).

Houve um aumento no número de trabalhadores da mecanização agrícola e, em contrapartida, uma diminuição no número de trabalhadores canavieiros não especializados, motivada pela necessidade empresarial de se reforçar a imagem do etanol como um combustível renovável e com poucos efeitos negativos ao meio ambiente. A expansão significativa da área e da produção canavieira não tem sido suficiente para compensar as mudanças tecnológicas, de forma que o resultado é uma diminuição no número de trabalhadores não especializados ocupados na lavoura (BACCARIN, 2011, p.89-91).

A RECAPACITAÇÃO DO CORTADOR DE CANA-DE-AÇÚCAR

Castigados pelas condições do ambiente de trabalho e ameaçados pelo desemprego, na maioria das vezes, os cortadores enfrentam as consequências negativas da modernização por meio de práticas de natureza individual, haja vista que a greve não tem sido uma estratégia sindical adequada para enfrentar as problemáticas trabalhistas e sociais. Com relação à saúde e segurança no trabalho, essas práticas individuais consistem, por exemplo, na procura de assistência médica e no exercício da automedicação como as únicas formas de tratar da saúde (SCOPINHO, 2000, p.100). Por outro lado, a Constituição Federal estabelece a melhoria da condição social do trabalhador rural em face da automação:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei (BRASIL, 2012a).

A maior parte dos cortadores de cana-de-açúcar brasileiros não tem capacitação profissional, baixa escolaridade, nem ao menos o ensino fundamental, muitos chegando ao analfabetismo completo. Com a mecanização da colheita da cana-de-açúcar haverá uma inexorável e grave questão social a ser resolvida, exigindo da instituição ou usina um programa de recolocação profissional, treinamento e capacitação dessa mão de obra. A previsão de recapacitação dos cortadores de cana-de-açúcar está estimada em cerca de 165 mil trabalhadores, só no Estado de São Paulo (BERTELLI, 2010a, p.34-35).

Esse compromisso das usinas advém da escassez de mão-de-obra no mercado, apesar de ser uma necessidade fundamental do setor, essa alternativa

mostra um problema muito maior que é a falta de assistência e capacitação da população proveniente do poder público, que podem ser confirmadas com as palavras de Bertelli (2010b, p.20), “[...] atualmente há a imprescindibilidade de políticas governamentais, voltadas ao setor da agroindústria, a fim de que não tenhamos graves problemas sociais, decorrentes da substituição humana pela mecanização”. O poder público deveria ter esse compromisso na base da educação dos trabalhadores e não somente quando ocorre a necessidade explícita, que acaba gerando falta de organização e capacitações incompletas devido ao curto espaço de tempo.

Em contrapartida o governo do Estado de São Paulo criou o programa “Via Rápida Emprego”. O programa é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, e oferece cursos básicos de qualificação profissional de acordo com as demandas regionais. O objetivo é capacitar gratuitamente a população que está em busca de uma oportunidade de trabalho ou que deseja ter seu próprio negócio SÃO PAULO, 2012a).

Está havendo uma mudança no perfil dos trabalhadores sucroalcooleiros contratados, com redução da importância daqueles que se dedicam às atividades que não exigem maior nível de qualificação. O mercado de trabalho passou a exigir um tipo de trabalhador, cuja característica principal do perfil é ser tecnicamente experiente, qualificado e polivalente (SCOPINHO, 2000, p.105). Essa afirmativa pode ser visualizada na diminuição do número de trabalhadores canavieiros não especializados em 30.231 pessoas ou 14,0%, entre junho de 2007 e junho de 2009 (BACCARIN, 2011, p.90).

Um dos principais programas de recapacitação do cortador de cana-de-açúcar para novas funções no setor sucroalcooleiro e outros setores da sociedade chama-se “Projeto RenovAção”, é proveniente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar de São Paulo (ÚNICA) em parceria com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA), Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), patrocínio das empresas John Deere, CASE-IH, Syngenta e da Fundação Solidaridad com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os cursos são selecionados com base nas demandas locais por mão-de-obra e incluem também conceitos de cidadania e estímulos ao empreendedorismo. Podem ser encontrados mais de trinta cursos diferentes, dentre estes o de

mecânico, soldador, eletricista, tratorista e operador de colheitadeira. Em dois anos de atuação o projeto requalificou mais de 4.550 cortadores, dentre estes, cerca de 78% dos trabalhadores foram inseridos no setor sucroalcooleiro (ÚNICA, 2012).

Nesta mesma linha de programa existe o “Projeto Qualifica” da União dos Produtores de Bioenergia - SP (UDOP) que tem previsão de capacitar em 2011 cerca de 30% de seus cortadores o que corresponde a mais de dez mil trabalhadores. São vinte e dois cursos, dentre os principais estão operador de moenda, mecânico, motorista e borracheiro (UDOP, 2012).

A capacitação procura educar o trabalhador para adaptar-se a um determinado modo de divisão e organização do trabalho; mas, por outro, pode também contribuir para desenvolver a consciência da necessidade de transformar as condições em que se realiza o trabalho como item fundamental da melhoria das condições de vida e saúde dos trabalhadores (SCOPINHO, 2000, p.109-110).

CONCLUSÃO

Constatou-se que a subordinação dos cortadores de cana-de-açúcar aos capitais agroindustriais e financeiros tem causa em vários processos, a maioria com origem histórica, como a mecanização agrícola. A dependência por políticas sociais também engloba a subordinação, fundada principalmente na falta de educação e a não especialização dos trabalhadores rurais brasileiros, culminando no êxodo rural e o crescimento não planejado da população urbana. Portanto, são processos dependentes que necessitam de uma abordagem mais holística para solução definitiva dos problemas analisados.

A iniciativa pública e privada da proibição da queima da palha para a colheita da cana-de-açúcar é uma solução ambiental considerável, mas o problema atual da alta taxa de desemprego da classe dos cortadores só tende a piorar se soluções mais eficientes não forem tomadas imediatamente. Recomenda-se também o fortalecimento das ações sociais e de apoio à agricultura familiar nas regiões de origem dos migrantes sazonais para evitar que estes se dirijam ao corte da cana-de-açúcar em decorrência da insuficiência de renda obtida nessas regiões.

REFERÊNCIAS

- ALCOPAR – Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná. **Estatísticas.** Disponível em: <http://www.alcopar.org.br/estatisticas/hist_prod_br.php>. Acesso em: 19 jun. 2012.
- ANGELA A. K. **Alguns efeitos sociais da modernização agrícola em São Paulo.** In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés, 1987. 271p.
- BACCARIN, J. G.; GEBARA, J. J.; BARA, J. G. Trabalhadores rurais nas empresas sucroalcooleiras do estado de São Paulo – evolução recente. In: **Cadernos Ceru**, série 2, v. 22, n. 1, junho de 2011.
- BERTELLI, L. G. **O problema social da mecanização da cana-de-açúcar.** Artigo publicado no jornal Diário Comércio Indústria & Serviços (DCI), edição de 15 de setembro de 2010a.
- _____. **Queimadas da cana incomodam.** Artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo/ Caderno "Dinheiro", edição de 15 de junho de 2010b, p.20.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 02 jun. 2012a.
- BRASIL. Decreto nº 2.661 de 8 de julho de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2661.htm>. Acesso em: 18 mai. 2012b.
- BRASIL. Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965. **Código Florestal.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm>. Acesso em: 18 mai. 2012c.
- BOFF, L. A ilusão de uma economia verde. In: **Radis comunicação e saúde:** nova chance ao desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro – RJ, nº 112. Dez. 2011.
- DIEESE Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Desempenho do setor sucroalcooleiro brasileiros e os trabalhadores.** Estudos e Pesquisas. Ano 3, nº 30, 2007. 37 p.
- FREDO, C. E.; VICENTE, M. C. M.; BAPTISTELLA, C. S. L.; VEIGA, J. E. R. **Índice de mecanização na colheita da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo e nas regiões produtoras paulistas, junho de 2007.** Análises e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, v. 3, 5p. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br>>. Acesso em: mar. 2008.
- GALVÃO, L. C. R.; GRIMONI, A. B.; UDAETA, M. E. M. **Iniciação a conceitos de sistemas energéticos para o desenvolvimento limpo.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 308 p.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil. **Anuário estatístico da agroenergia**. Brasília: MAPA/ACS, 2009. 160 p.

MARCONI, M. A. **Antropologia**: uma introdução. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005. 324 p.

MARTINE, G.; BESKOW, P. R. **O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola**. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés, 1987. 271p.

MARTINE, G.; **Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola**. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés, 1987. 271p.

MIALHE, L. G. **Manual de mecanização agrícola**. São Paulo: Agronômica Ceres, 1974. 301p.

ORTEGA, A. C.; GRALIPP, A. A. D.; JESUS, C. M. **Terceirização e emprego rural na agricultura do Cerrado Mineiro: os casos da mecanização no café e na cana-de-açúcar**. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. O novo rural brasileiro: novas atividades rurais. V.6 - Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

PAES, L. A. D. **Áreas de expansão do cultivo da cana**. In: MACEDO, I. C. (Org.). A energia da cana-de-açúcar: doze estudos sobre a agroindústria da cana-de-açúcar no Brasil e sua sustentabilidade. 2 ed. São Paulo: UNICA, 2007.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95 p.

SÃO PAULO. **Prefeitura do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.viarapida.sp.gov.br/>>. Acesso em: 01 ago. 2012a.

SÃO PAULO. **Protocolo Agroambiental do Setor Sucroalcooleiro**. Disponível em: <http://www.unica.com.br/userFiles/Protocolo_Assinado_Agroambiental.pdf> Acesso em: 09 jun. 2012b.

UDOP – **União dos Produtores de Bioenergia**. Disponível em: <<http://www.udop.com.br/>>. Acesso em: 18 jul. 2012.

ÚNICA - União da Indústria de Cana-de-açúcar. Disponível em <<http://www.unica.com.br/>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

SCOPINHO, R. A. Qualidade total, saúde e trabalho: uma análise em empresas sucroalcooleiras paulistas. In: **RAC**, v. 4, n. 1, Jan./Abr. p. 93-112, 2000.

A ANÁLISE CRÍTICA DA INFLUÊNCIA DO PROCESSO DAS INDEPENDÊNCIAS DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS O CASO DE GUINÉ-BISSAU

Dabana Namone¹⁸

RESUMO

A influência do processo das independências das colônias portuguesas na África, particularmente em Guiné-Bissau tem sido analisado pela via externa, tendo como marco histórico, dois acontecimentos: (a) A onda das mudanças políticas ocorridas no fim das duas Guerras Mundiais e (b) o contexto político-ideológico motivado pela Guerra Fria. Análises anteriores ignoram a influência dos fatores internos, isto é, a resistência africana à dominação colonial que foi determinante no processo das independências. O objetivo é de analisar a influência desses fatores no processo das independências e criticar a visão unilateral, segundo a qual, essa influência se deu apenas a partir do exterior.

Palavras-chave: Independências. Países lusófonos. Político-ideológico. Guiné-Bissau.

ABSTRACT

The influence of the independences of the Portuguese colonies in Africa, particularly in Guinea-Bissau has been analyzed by external, with the landmark two events: (a) The wave of political changes at the end of the two World Wars and (b) the political-ideological motivated by the Cold War. Previous analyzes ignore the influence of internal factors, its mean, African resistance to colonial domination has been determinates to the process of independences. The aim is to analyze the influence of these factors in the process of independences and criticizing the unilateral view, according to which this influence occurred only from the outside.

Keywords: Independences. Lusophones countries. Political-ideological. Guinea-Bissau.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O processo de independência dos países africanos Língua Oficial Portuguesa (PALOP) começou a aparecer de forma mais intensa, nas décadas de 60 e 70. Foi neste período, sobretudo na década de 70 que começam aparecer estudos aprofundados sobre a situação da colonização no continente africano. Com

¹⁸ Mestrando em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (UNESP), namone2006@yahoo.com.br

o surgimento dos estudos pós-coloniais, essas questões começaram a chamar atenção aos pesquisadores, sobretudo nas academias europeias e norte-americanas através de estudantes bolsistas que se radicaram na diáspora. Muitos estudos são voltados para compreender como surgiram os movimentos de libertação, ou seja, quais fatores influenciaram essas revoluções bem como as qualidades dos seus líderes.

Obviamente, os fatores que aparecem com mais frequência nessas literaturas são de ordem externas, entre os quais se destacam: a mudança do panorama sociopolítico mundial decorrente das duas grandes Guerras Mundiais¹⁹ e contexto político-ideológico motivado pela Guerra Fria, como também algumas organizações de caráter político e cultural, entre elas: Partido Comunista Português (PCP), Casa dos Estudantes do Império (CEI)²⁰, entre várias outras. A CEI inspirou a consciência dos estudantes africanos, principalmente dos PALOP fato que se demonstrou pela contribuição literária. Em Moçambique se destacou Eduardo Chivambo Mondlane (formado nas escolas dos Estados unidos), em Angola, Agostinho Neto (formado em Lisboa e Coimbra em Portugal), em Cabo Verde e Guiné-Bissau foi Amílcar Cabral (formado em Lisboa-Portugal), e em São Tomé e Príncipe foi Manuel Pinto da Costa (formado na Alemanha).

Contudo, muitas das literaturas sobre esse assunto, a que tivemos acesso, em nenhum momento mencionaram a influência dos fatores internos nesse processo das independências. Especialmente, a resistência africana à dominação colonial em particular nas colônias portuguesas e, com destaque, na Guiné-Bissau. Procurar-se-á analisar tanto a influência externa como interna ao processo de independência dos PALOP's com destaque Guiné-Bissau, fazendo uma análise crítica à visão que denominamos de “unilateral” que analisa a influência do processo das independências, ou os fatores que serviram de inspiração aos seus líderes, apenas por via externa.

19 As mudanças ocorridas nas metrópoles com o término da segunda Guerra Mundial e as transformações no sistema capitalista devido à crise provocada pela pressão mundial dos anos 1930 e pela guerra mudaram o eixo dos interesses políticos, econômicos e sociais nas metrópoles. Essas transformações levaram as potências coloniais europeias ao declínio, sem mais capacidade de exercer domínio sobre os impérios africanos, fazendo com que tivessem que mudar também suas posições em relação às colônias. (MENDONÇA, 2004 apud MAURÃO, 2009 p.43).

20 A casa dos estudantes do Império foi criada em 1944 pelo Governo português, numa Assembleia Geral das casas de Angola, Moçambique e Cabo Verde (MATEUS, 1999, p. 66).

Desta forma, na primeira parte vamos falar da “Influência externa ao processo da independência das colônias portuguesas na África: uma visão hegemônica e unilateral”. Esta parte faz uma abordagem dos fatores externos que inspiraram a consciência dos estudantes africanos, ou seja, os futuros líderes dos movimentos independentistas dos PALOP, destacando os autores que defendem essa visão. Na segunda parte vamos contrapor a visão hegemônica e unilateral externa, fazendo a crítica aos autores que analisam a influência desse processo apenas por via externa, que não levaram em consideração os fatores internos. Num terceiro momento, vamos falar da Resistência à dominação colonial na Guiné-Bissau e sua influência no processo de independência. Esta parte analisa essa resistência, sobretudo, a denominada resistência à Campanha de pacificação e sua contribuição no processo de luta pela independência.

INFLUÊNCIA EXTERNA AO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS NA ÁFRICA: UMA VISÃO HEGEMÔNICA E UNILATERAL

Portugal foi um dos primeiros países europeus a conhecer e a explorar África, mas pelo fraco desenvolvimento industrial e militar, o país perdeu muitas colônias. Sendo assim, o domínio colonial Português manteve-se em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe PALOP até aos movimentos independentistas de 1974/75 que triunfaram após a queda do regime ditatorial Português de António de Oliveira Salazar e Marcello Caetano.

Depois de vários séculos de exploração os africanos começaram a despertar a “consciência africana” resistindo de todas as formas contra o sistema colonial. Segundo Ki-Zerbo (2006, p.25) “os colonizadores prepararam um assalto à nossa história. O pacto colonial queria que os países africanos produzissem apenas produtos em bruto, matérias-primas a enviar para o Norte, para a indústria europeia.” A resistência dos africanos, em particular dos PALOP culminou com o alcance das independências a partir de 1973 e 1975.

Mas, a influência externa do processo da independência das colônias portuguesas em África, em particular na Guiné-Bissau, inicia-se a partir das décadas de 40, motivada pela onda das mudanças políticas que surgiram depois das duas grandes Guerras mundiais, nas quais um número considerável dos africanos que

participaram desses dois grandes episódios como exércitos coloniais foram influenciados pela ideia da liberdade. Contudo, a influência mais visível e sistemática desse processo das independências teve origem a partir do contexto político-ideológico motivado pela Guerra fria, na qual as Organizações das Nações Unidas foi determinante na exigência dos direitos à autodeterminação dos povos, que ainda se encontravam sob dominação colonial. O papel do Bloco Socialista foi relevante nesse processo das independências, bem como as determinações da Conferência de Bandung, realizada em 1955, na Indonésia.

Esta conferência teve como objetivo reunir os dirigentes dos países asiáticos recém-independentes e os líderes dos movimentos independentistas do continente africano, para discutir as questões da descolonização dos territórios ainda sob dominação colonial, etc. (cf. SILVA, 1997). Para além disso, a conferência tinha dez princípios:

- a) Respeito aos direitos fundamentais;
- b) Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações;
- c) Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas;
- d) Não intervenção e não ingerência nos assuntos internos de outro país (Autodeterminação dos povos);
- e) Respeito pelo direito de cada nação defender-se, individual e coletivamente;
- f) Recusa na participação dos preparativos da defesa coletiva destinada a servir aos interesses particulares das superpotências;
- g) Abstenção de todo ato ou ameaça de agressão, ou do emprego da força, contra a integridade territorial ou a independência política de outro país;
- h) Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos (negociações e conciliações, arbitradas por tribunais internacionais);
- i) Estímulo aos interesses mútuos de cooperação e
- j) Respeito pela justiça e obrigações internacionais.

Esses princípios foram muito importantes para o alcance das independências, por que trouxeram a consciência da luta pela independência dos países da lusofonia.

Em Portugal, o processo de independência dos PALOP foi influenciado, segundo afirma Mateus (1999) por algumas organizações de caráter político e cultural como: A Casa dos Estudantes do Império (CEI), Partido Comunista

Português (PCP), Movimento de Unidade Democrática ala Juvenil (MUD Juvenil), Clube Marítimo africano, a influência do pensamento marxista, entre outras. Essas organizações incentivavam e apoiavam as manifestações clandestinas dos estudantes africanos das colônias portuguesas a promover as ideias da descolonização dos territórios sob jugo português.

É importante referir que em muitos casos a ideia da independência é vista de forma unilateral (Europa-África). Mas nós entendemos que a referida ideia foi conseguida no sentido contrário, ao apresentado anteriormente, quer dizer, a ideia da independência partiu da resistência dos africanos, neste caso dos guineenses. Isto porque, são eles que sentiam o sofrimento da opressão colonial. Na próxima seção será analisado como se deu essa influência a partir das organizações de caráter político cultural ora mencionadas.

A INFLUÊNCIA POLÍTICA E CULTURAL DOS ESTUDANTES AFRICANOS DAS COLÔNIAS EM PORTUGAL

A libertação dos PALOP está intimamente ligada aos estudantes africanos na diáspora. Amílcar Cabral e os colegas que compreendiam a exploração colonial despertaram a consciência dos demais e se colocavam firmes e autodeterminados no alcance dos seus direitos como humanos, direitos consagrados pelas Nações Unidas. Segundo Mateus (1999), o principal motivo que levou os estudantes das colônias portuguesas a se deslocar de África para a metrópole foi à busca pela formação superior, visto que as colônias não dispunham de universidades. O sistema colonial não permitia que os africanos estudassem até ao ensino superior, os que tiveram acesso à educação colonial a maioria eram ensinados a ler e a escrever. Para aquisição do ensino superior, os africanos tinham que ganhar bolsas para estudar no exterior.

Com efeito, os estudantes africanos uma vez inseridos na sociedade portuguesa, começaram a participar nas reivindicações políticas, pois, o contexto despertou a ideia da liberdade. Sendo assim, formaram organizações estudantis que refletiam a identidade africana e recebiam apoio de várias organizações políticas e culturais, alimentando o espírito de luta e de liberdade. Para Mateus (1999), algumas organizações de caráter político e cultural serviram como inspiradoras desses jovens

e futuros líderes independentistas, tais como: CEI, PCP, MUD Juvenil, entre outras. A CEI foi criada pelo governo português como moradia para estudantes oriundos das colônias. O objetivo da sua criação era juntar esses estudantes numa única casa para evitar a sua dispersão e facilitar o controle dos mesmos pelo governo. No entanto, nessa casa nasceu o espírito revolucionário dos jovens estudantes, traduzido através de poemas de reflexão política que escreviam e de reuniões clandestinas que ali faziam, para discutirem sobre a necessidade da criação de movimentos de descolonização dos seus países, entre outros.

Uma das mais importantes organizações político-partidária, que serviu de inspirações aos jovens estudantes e futuros líderes independentistas das colônias portuguesas na África foi o Partido Comunista Português (PCP). Este partido, durante muitos anos foi à única força oposicionista organizada que apoiava as reivindicações da juventude universitária, das quais os estudantes das colônias africanas participavam ativamente (cf. MATEUS, 1999).

De acordo com Mateus (1999), o partido mostrava sua posição anticolonialista claramente e lutava contra o governo de Salazar. Portanto, era favorável à independência dos países africanos colonizados por Portugal. Razão pela qual essa instituição política acabou por determinar a sua grande influência no seio dos estudantes africanos envolvidos com a ideia de independência de seus países. Por outro lado, a literatura teve uma importância expressiva na divulgação da ideia da liberdade africana. Estudantes africanos escreveram poesias cujo tema era a identidade africana e a negritude. Por isso que,

Durante os anos 1950, Neto, Cabral e Mario de Andrade organizaram secretamente um Centro de Estudos Africanos cujo ambicioso objetivo consistia em promover o estudo dos povos negros colonizados, especialmente através do estudo e da promoção da criação literária africana (MAZRUI, 2010, p. 674).

Sendo assim, “Escritores originários da África e das Antilhas reuniram-se em poesia, para expressarem a dor da separação relativa aos ancestrais e afirmarem o valor da tradição e da autenticidade africanas” (cf. MAZRUI, 2010, p.667). Nesse sentido, a poesia contribuiu para vários encontros e debates sobre a situação das independências dos países africanos. Pretendemos dizer que a poesia trouxe uma contribuição importante na ala intelectual africana, senão vejamos:

Em 1951, duas obras foram publicadas sobre a criação literária – Linha do Horizonte, de Aguinaldo Fonseca (Cabo Verde) e a antologia Poesia em Moçambique, sob a direção de Orlando de Albuquerque e de Victor Everisto. Entre os vinte e cinco mais célebres escritores de Moçambique representados na obra figuravam Orlando Mendes, Noémia de Sousa e Fonseca Amaral (MAZRUI, 2010, p. 674).

Muitos desses estudantes, sobretudo a primeira geração dos anos 40 e princípio dos anos 50, entre os quais “Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, Mário Pinto de Andrade e Vasco Cabral, foram vinculados clandestinamente ao PCP e outras organizações afins” (MATEUS, 1999, p. 85). Esses jovens estudantes, que mais tarde viriam a dirigir os movimentos de independências dos seus países, participavam dos movimentos de caráter cultural em Portugal e em outros países. Na diáspora, os estudantes africanos participavam nos congressos, no festivais, nos encontros juvenis organizados por MUD da Juventude e outras instituições do mesmo caráter.

Portanto, a influência política e cultural dos estudantes africanos na diáspora teve um papel preponderante na organização e união dos povos africanos na luta pelas independências, isto é, foram os estudantes na diáspora que lideraram as lutas de independências dos seus países. Na Guiné-Bissau temos a citar o ex-estudante Amílcar Cabral, que criou o PAIGC, movimento político que trouxe as independências para Guiné-Bissau e Cabo Verde. Em Angola, por exemplo, o ex-estudante Agostinho Neto, fundou o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), que lutou até ao alcance da independência em 1975. Em Moçambique, Por exemplo, se destacou o Eduardo Mondlane, líder da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e ex-estudante nos Estados Unidos.

Paralelamente a ideia apresentada, há autores, que embora reconhecendo a influência interna do processo das independências dos países africanos, defendem com maior firmeza a influência dos fatores externos, que se pode ver na seção a seguir.

AS PEREGRINAÇÕES EDUCACIONAIS E ADMINISTRATIVAS: A CONQUISTA DAS INDEPENDÊNCIAS AFRICANAS

Segundo Maurão (2009), as mudanças ocorridas nas metrópoles entre finais do século XIX e meados do século XX, com o término da segunda Guerra Mundial e

as transformações no sistema capitalista devido à crise provocada pela pressão mundial dos anos 1930 e pela guerra, mudaram o eixo dos interesses políticos, econômicos e sociais nas metrópoles, fazendo com que tivessem que mudar também suas posições em relação às colônias.

Para Maurão (2009), essas transformações, levaram as potências coloniais europeias ao declínio, sem mais capacidade de exercer domínio sobre os impérios africanos. Paralelamente a isso, os movimentos nacionalistas africanos vinham pondo em xeque o sistema colonial pela força da resistência, o que levou as colônias ao processo de independência e constituição de seus Estados Nacionais (MENDONÇA, 2004 apud MAURÃO, 2009 p.43). De acordo com autora,

um dos fatores essenciais que impulsionaram esses movimentos foi os ‘sistemas educacionais’, implantados nas colônias pelas metrópoles, e também a saída de estudantes para estudar nessas metrópoles, ou mesmo em colônias vizinhas, centrais, para os interesses imperiais, que dispunham de um sistema de ensino mais desenvolvido, com escolas que davam suportes para as outras colônias (MAURÃO, 2009, p.43).

Ao que tudo indica, Anderson (1989, p.128) foi o primeiro autor que defendeu essa ideia, quando analisou a grande importância dos fatores que ele denominou de “peregrinações educacionais e administrativas” dos indivíduos vindos das colônias para estudar e trabalhar nas metrópoles. Para ele, essa mobilidade contribuiu para o surgimento do nacionalismo nos territórios coloniais. Esses estudantes e funcionários das colônias “inteligências bilíngues”, isto é, que falam mais de que uma língua faziam as mediações entre a colônia e a metrópole. (ANDERSON apud MAURÃO, 2009).

Maurão (2009) acredita que a passagem de Estado Colonial para Nacional foi muito influenciada por aqueles deslocamentos, ou seja, quando as pessoas mais qualificadas das colônias, as “inteligências bilíngues”, chamados pelos colonizadores de “assimilados”, foram enviados para estudar ou trabalhar em outras regiões ou cidades, entraram em contatos com outras pessoas, outras culturas, outras língua. Tal contato fez com que essas “inteligências bilíngues” voltassem a valorizar as suas culturas e começaram a tomar consciênciada nacionalidade, dando origem ao processo de conquista das independências de seus países.

O importante a reter aqui é que as independências dos países africanos foi resultado da consciênciade estudantes africanos espalhados pelo mundo

principalmente em Portugal. Foram eles que trouxeram avanços significativos no sentido de unir os vários movimentos independentistas espalhados. Os PALOP só conseguiram a sua liberdade graças a essa união. Foi uma luta pelos direitos do homem, visando respeitar o direito à vida e à dignidade humana. Segundo Ki-Zerbo (2006,p.130) é uma luta para que as pessoas não sejam queimadas, para que não sejam assadas como se fossem peças de caça [...] é fundamental na luta política , porque são atitudes animalescas indignas do ser humano, especialmente de um ser humano que pretende ser um homem íntegro."

Os estudantes africanos trouxeram ideias benéficas ao desenvolvimento endógeno de África assunto que é de extrema importância para o continente. Ki-Zerbo (2006) discute bastante este aspecto. Na base da ideologia colonialista, os africanos despertaram do sono e levantaram revoltas para que os seus países fossem libertos do sistema colonial.

CONTRAPONDO A VISÃO HEGEMÔNICA E UNILATERAL EXTERNA

À semelhança de vários autores que estudam os movimentos de libertação nas colônias portuguesas na África, Mateus (1999, p. 65) admite não ter notícia de que os membros da elite política estudada tenham sofrido em Portugal uma influência para além do período que lá permaneceram. Fato que para nós revela a falta de estudo aprofundado sobre o referido assunto, em especial no que tange ao contexto histórico que originou esse processo das independências.

Pois, se é verdade que em Portugal que os estudantes africanos das colônias receberam a influência do espírito revolucionário e independentista, também não é menos verdade que essa influência decorre do longo processo histórico nas próprias colônias, particularmente no que diz respeito à resistência à invasão colonial.

Nas três ex-colônias portuguesas que a autora pesquisou: Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, com exceção Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe²¹, houve forte resistência contra os colonizadores, que acreditamos ter inspirado a consciência dos futuros líderes independentistas. Embora fatores externos venham

21 Apesar de ter grande participação tanto, direta ou indiretamente na luta pela independência das outras três colônias, as duas ilhas (Cabo Verde e São Tome e Príncipe) não enfrentaram a luta armada nos seus territórios.

também a contribuir posteriormente, ou seja, já existia o sentimento de oposição à colonização.

Em Angola, por exemplo, entre as maiores resistências dirigidas pelos nativos, destacam-se as insurreições de *Muta-ya-kavela*, chefe bailundo, em 1902; a de *Cazuangonongo*, chefe *dembo*, em 1908 e a de *Sihetekela*, chefe *cuamato*, em 1915. Em Moçambique, além do confronto de *Gungunhana* (mais conhecido por rei de Gaza), *Maguiguane*, *Matope* contra os portugueses em 1895, foi registrada também a insurreição de *Chioco*, chefe exilado dos *mwenemutapas*, depois que regressou ao país, em 1897. Vinte anos depois, outro chefe exilado, *Nongwe-Nongwe* regressou para dirigir uma rebelião multiétnica generalizada para libertar o país da administração colonial português (MENDY, 1994, p.49).

No caso específico da antiga Guiné portuguesa, atual Guiné-Bissau, objeto deste trabalho, a referida resistência se deu em forma de recusa ao pagamento de imposto de palhota²², resistência dos chefes locais e de diferentes grupos étnicos à ocupação de seus territórios pelos colonizadores, fuga ao trabalho forçado, resistência à abolição de suas tradições culturais, ritos de iniciação, “*Fanado*”, como é chamado no país, entre outras situações problema. As afirmações anteriores explicam o porquê de o famoso discurso de “Boa Consciência²³”, que os colonizadores atribuem aos africanos, conforme nos ensina Joseph Ki-zerbo, não surtiu efeito positivo no continente africano, pois a resistência mostra prova disso (Ki-zerbo, 2006, p.140).

RESISTÊNCIA À DOMINAÇÃO COLONIAL NA ANTIGA GUINÉ PORTUGUESA E A SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

Desde sua chegada, no século XV, concretamente em 1446, até a saída forçada em 1974, os portugueses envolveram-se em confrontos com os nativos do território que era chamada Guiné portuguesa atual Guiné-Bissau, a respeito das

22 Imposto de palhota era tributo que os portugueses cobravam aos nativos, pelas propriedades destes, sobretudos as casas.

23 O discurso de “Boa Consciência” era justificado pelos colonizadores no sentido de que: “ se os negros não têm alma, podemos submetê-los sempre as ocupações. Se têm alma, o tráfico impõe-se para converte-los e salvá-los”.

questões relacionadas à ocupação do espaço territorial, à liberdade, independência e à soberania da população guineense.

O curioso é que desde a sua chegada, os colonialistas tinham estabelecido boas relações com os chefes locais, o que os permitiram fixar no território, estabelecendo trocas comerciais com os chefes da região. Contudo, a atitude violenta, e ao mesmo tempo camouflada, que os imperialistas vinham praticando, encontrou resposta também violenta dos nativos.

Mas apesar desse confronto se tornar mais visível nos finais do século XIX, na verdade, ele é secular, como aparece no texto do cientista político e historiador guineense Peter Karibe Mendy (1994).

Autor afirma que,

depois da restauração da independência de Portugal, em 1640, o esforço determinado de incorporar o território num império informal encontra os chefes locais igualmente decididos a resistir à usurpação dos seus poderes e privilégios (MENDY, 1994, p. 29).

Apesar de tudo, as resistências não descartavam possibilidades de diálogos e estabelecimento dos acordos entre as partes (os colonizadores e os chefes locais), a despeito de todo um processo de comércio dos africanos escravizados, no qual a grande maioria dos chefes locais estabelecia trocas comerciais com os colonizadores, através do conhecido “comércio triangular”.

No final do século XIX, precisamente em 1879, com a Guiné portuguesa agora separada das ilhas de Cabo Verde, das quais era província, os portugueses adotaram uma nova estratégia da ocupação, baseada na intervenção direta através das lutas internas com os nativos, com o intuito de conquistar o interior do território e introduzir as novas formas de exploração. Todas estas questões, eram influenciadas pela abolição do tráfico escravista e a ocupação militar efetiva. Esta última, ratificada na Conferência de Berlim²⁴ (LOPES, 1987, p. 31-2). Com essa ocupação, o território passou a enfrentar o novo e preocupante cenário, Conhecido como Campanha de Pacificação à resistência dos nativos. Desencadeada de forma mais sistemática na primeira metade do século XX.

24 A Conferência de Berlim foi realizada entre 19 de Novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, tendo como objetivo organizar, na forma de regras, a ocupação de África pelas potências coloniais e resultou numa divisão que não respeitou nem a história, nem as relações étnicas e mesmo familiares dos povos desse continente.

Portanto, a resistência a dominação colonial na antiga Guiné portuguesa teve grande contribuição no processo de luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, visto que ela serviu de inspiração para os revolucionários que desencadearam essa luta. No capítulo a seguir, vamos falar da campanha de pacificação à resistência dos nativos, levado a cabo pelos administradores portugueses no território da Guiné-Bissau e como os grupos étnicos locais resistiram a esse episódio.

DA CAMPANHA DE PACIFICAÇÃO À RESISTÊNCIA

A campanha de pacificação foi na verdade um conflito sangrento que os sucessivos governadores da Guiné portuguesa levaram a cabo contra os nativos das diferentes etnias do território. O objetivo dessa campanha era neutralizar, pela força das armas, a resistência dos nativos, que recusavam pagar os impostos de palhotas, resistindo à usurpação dos seus poderes e privilégios e exigindo a liberdade e a soberania dos seus territórios.

Essa resistência se deu em diferentes períodos e localidades, entre os quais podemos destacar:

- (a) a invasão do grupo étnico Papeis de *Itim*, *Antula* e *Bandim* (bairros periféricos da capital Bissau), que uniram com os Balantas de *Cumeré*, para assaltar a praça (centro) da capital. Essa invasão foi registrada em 1893.
- (b) A resistência de “Infale Sonco” – rei da etnia *Beafada*, que controlava o território que atualmente comprehende grande parte de região de Oio, localizado no norte de Guiné-Bissau. Sonco antes era aliado dos colonizadores, mas depois recusou a obrigação de pagar dos impostos de palhota, por motivos não revelados. Após ter percebido que os colonizadores tentavam invadir o seu território a força, ele reagiu com violência, entrando em confronto direto com os portugueses. Como a resistência era lutar para manter a soberania territorial, Sonco logo conseguiu facilmente mobilizar outros chefes locais próximos a ele, que uniram-se na luta para impedir a invasão dos portugueses. Por outro lado, ele atacou outros chefes locais leais aos colonizadores, como forma de impedir o apoio deles aos portugueses. Também interditou todas as navegações dos colonizadores no rio Geb, com forma

de impossibilitar o trânsito marítimo entre a capital Bissau e a segunda capital Bafatá.

(c) Entre 1908 e 1909, os Beafadas de “Quinará” (uma região localizada no sul do país), também reagiram à ocupação dos seus territórios pelos colonizadores e incendiaram as palhotas quase até Bolama, antiga capital de Guiné-Bissau.

(d) Outro grupo étnico, que declarou guerra contra os colonizadores portugueses foi o “Manjaco”, que sempre não admitiu a permanência colonial no seu território, localizado na região de Cacheu, norte da Guiné-Bissau.

(e) O grupo étnico “Balanta” por seu lado, também resistiu à presença da autoridade portuguesa na sua região, que compreende grande parte de “Oio”, algumas parte de “Cacheu” e “Bafatá”. Apesar dos portugueses terem estabelecidos um posto militar em Porto “Goli”, lugar estratégico deles no Oio, de vez em quando os Balantas preparavam ofensivas silenciosas a este aquartelamento.

(f) Em 1900, o grupo étnico “Bijagó”, morador das ilhas do mesmo nome, foi o primeiro a entrar em conflito armado com os portugueses e viria também a ser último conquistado, isto é, em 1936. Esse grupo, principalmente os habitantes da ilha de “Canhabaque” resistiram durante todo esse período a dominação colonial e ao pagamento do imposto de palhota.

(g) Para além desses grupos étnicos, acima mencionados, os Felupes de Susana e Varela, Oincas de Oio, Fulas pretos de Gabu e outros, registraram fortes resistências ao pagamento do imposto de palhota (cf. MENDY, 1994).

Assim, a situação da Guiné portuguesa permaneceu tensa, durante longo período do tempo. E até “na véspera da proclamação da República portuguesa”, o estabelecimento do poder português na Guiné, continuava sob forte ameaça dos rebeldes, visto que, depois de seis anos que imposto de palhota foi implantado, só era cobrado sob terror e violência excessiva. Unicamente, os Mandingas e Fulas depois de serem arruinados pelos portugueses aceitavam o pagamento dos impostos. As restantes etnias: Balantas, Biafadas, Bijagós, Felupes, Oincas, Manjacós, Nalus, Pepeis e outros grupos menores não pagavam. (MENDY, 1994, p. 209-10).

Essa resistência foi derrotada pelo regime colonial, na pessoa do Governador da Guiné portuguesa da época, João Teixeira Pinto, em 1936. Por possuir fácil acesso a armamento superior e a um número bastante substancial de

mercenários africanos, contrariamente aos nativos que não dispunham de espingardas, nem metralhadoras ou artilharia, e em desvantagem, não só de poder de fogo, mas também em número de homens.

Não obstante, “os nativos registraram as vitórias consideráveis e conseguiram adiar a sua conquista final até 1936”. (MENDY, 1994, p. 30). O autor afirma ainda que, apesar dos nativos ter sidos derrotados, essa derrota não representava submissão total, pois com o estabelecimento do domínio colonial no interior do território a luta dos subjugados assumiu a forma de resistência passiva, não só contra a exploração e a opressão brutal, mas também contra o imperialismo cultural português.

Para Mendy (1994), a resistência foi determinante para o processo da luta de independência de Guiné-Bissau. Pois essa luta, desencadeada pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), entre 1963 a 1974, se consolidou graças a uma longa tradição de resistência dos povos de Guiné à dominação colonial portuguesa. O líder do partido PAIGC, Amílcar Cabral reconheceu essa realidade, ao relacionar a luta armada com a cultura. Amílcar considerou que,

a luta de libertação é simultaneamente ‘fato cultural’ e ‘fator da cultura’. Ao eclodir, é na cultura que o movimento de libertação vai buscar o seu fundamento, e é da capacidade dos povos para preservarem a sua identidade cultural que vai receber o seu ‘*élan*’ e sua determinação [...]. A luta mantém no decurso do seu processo relações de reciprocidade com a cultura: desde a escolha, a estruturação e o desenvolvimento dos métodos adequados para a luta, até à atitude e ao comportamento de cada categoria ou de cada indivíduo face à luta e ao se desenrolar (CABRAL apud ANDRADE, 1974, p.29).

Fato cultural, a que Cabral refere, foi na verdade expressado na tradição de resistência à dominação colonial levado a cabo pelos povos em Guiné-Bissau. Embora essa longa tradição de resistência tenha recebido muito pouca atenção e quase não sendo considerada a sua influência como um dos fatores determinantes para o processo de luta pela independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Esta ideologia africana coloca a relação entre a libertação à cultura anteriormente impedida pelo sistema colonial. Sabe-se que muitas manifestações culturais eram impedidas no sistema colonial, porque acreditava-se que despertaria a ideia do “nacionalismo” e da ideia da liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo das independências dos países africanos de língua oficial portuguesa, em particular a Guiné-Bissau teve uma forte influência externa, motivada tanto pela onda de mudanças políticas decorrentes das duas grandes Guerras Mundiais, o contexto da Guerra Fria, a influência do Bloco Socialista, da Conferência de Bandung, como também a influência que os estudantes das antigas colônias portuguesas em África sofreram na metrópole/Portugal. Através das organizações de caráter político e cultural e a influência do pensamento marxista. Com essa ideia, pretendemos mostrar que africanos que tiveram a oportunidade de estudar na Europa trouxeram a ideia da luta contra o colonialismo na Guiné-Bissau. Amílcar Cabral foi um dos grandes líderes africanos que sensibilizou a ideia da luta pela independência.

Mas, é bom lembrar também que esse processo teve grande contribuição dos fatores internos, tendo como exemplo paradigmático as resistências dos nativos africanos à dominação colonial. Essa resistência, perpassou um período de quase cinco séculos. Houve várias lutas de resistência dos quais citamos os exemplos de Ngungunhane, Mataca, Maguiguane e Tchaka em Moçambique; Abdul Indai, Infali Sonco, Mussa Molo, Moli Boiá, rainha Okinka Pampa e diferentes grupos étnicos da Guiné-Bissau, etc. Usando instrumentos simples, tais como lança, escudo, entre outros mostraram o seu descontentamento pelo regime colonial.

Na antiga Guiné portuguesa, atual Guiné-Bissau, essa “longa tradição de resistência” se manifestava quase em todo território nacional, às vezes, em forma de conflito, às vezes, pacificamente, dependendo do período histórico e do contexto social e cultural.

No entanto, tal acontecimento revela que alguns grupos étnicos e chefes locais, mostraram desde sempre, as suas posições anti-imperialistas, e essa resistência, serviu como exemplo para as elites dirigentes do movimento de luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Por isso, Amílcar Cabral, líder dirigente do Partido Africano Para Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) reconheceu a contribuição dessa resistência no processo de luta de libertação na Guiné-Bissau.

Portanto, o fato para qual gostaríamos de chamar atenção é que, ao analisar o processo da luta pelas independências das ex-colônias portuguesas em África, mas particularmente em: Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, sem fazer resgate histórico de como se deu esse processo, seria manter-se preso a uma análise reducionista, pautada numa visão hegemônica que tenta se legitimar como clássica e que ignora a resistência africana como fator fundamentalmente influente no processo de independência supracitado.

É importante reconhecer a importância das lutas de resistência e das lutas armadas nas ex-colônias portuguesas, pois, cada uma delas contribuiu para a consciência e a vitória contra opressão colonial. A combinação das duas guerras mundiais, que culminou com derrota de Portugal, bem como a resistência dos africanos fez com que Portugal cedesse a independência a Guiné-Bissau e as restantes ex-colônias.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDRADE, M. P. **A Guerra do Povo na Guiné-Bissau**. Lisboa: Sá da Costa, 1974.
- KI-ZERBO, J. **Para Quando à África**. Rio de Janeiro: Palas, 2006.
- LOPES, C. **A Transição Histórica na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1987.
- MATEUS, D. C. **A Luta pela Independência: A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC**. Portugal: Inquérito, 1999.
- MAURÃO, D. E. **Identidade em Transito**: África “na pasajen” identidades e nacionalidades guineenses e cabo-verdianas. Campinas: Arte Escrita, 2009.
- MAZRUI, A. A. O desenvolvimento da literatura moderna. In_____. (org.) **História geral de África**: África desde 1935. v. 8. Brasília: UNESCO, 2010. pp. 663-696.
- MENDY, P. K. **Colonialismo Português em África**: A Transição de Resistência na Guiné-Bissau (1879-1959). Bissau: INEP, 1994.
- SILVA, A. E. D. **A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa**: Estudo de História, Direito e Política. Porto: Afrontamento, 1997.

A EDUCAÇÃO E INFORMALIDADE: A ESCOLARIDADE DOS MOTOTAXISTAS COMO FATOR DECISIVO PARA A SUA CONDIÇÃO DE TRABALHO

Dener Jesus Freitas de Melo²⁵

RESUMO

O mototaxismo é uma atividade informal que surgiu no país após a crise financeira da década de 1990 para absorver a mão de obra desempregada. Por ser baseado em veículo de baixo custo operacional e diante da precariedade do transporte público urbano, o mototáxi tornou-se um importante meio de locomoção nos centros urbanos. Entretanto, a atividade ainda não foi regulamentada em muitos municípios. Neste sentido, este trabalho tem por objetivo principal analisar a escolaridade dos mototaxistas para verificar se ela influencia na entrada e permanência destes trabalhadores na atividade informal.

Palavras chave: Mototáxi. Informalidade. Educação.

ABSTRACT

The motorcycle taxi is a informal activity which emerged in the country after the financial crisis of the 1990s to absorb unemployed labor. Because it is based on vehicle operating cost and on the precariousness of urban public transport, the motorcycle taxi has become an important means of transport in urban centers. However, the activity has not yet been regulated in many municipalities. Thus, this paper aims at analyzing the educational level of moto-taxi drivers to see if it influences the entry and residence of these workers in informal activity.

Keywords: Motorcycle taxi. Informality. Education.

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX foram marcadas por intensas transformações no mundo do trabalho. As sucessivas crises econômicas fizeram com que o emprego formal retraísse enquanto a informalidade crescia consideravelmente (CACCIAMALI, 1983). Embora a partir da primeira década do século XXI a economia passou a se manter estável e as taxas de informalidade

²⁵ Dener Jesus Freitas de Melo é aluno bolsista CAPES do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (PPGCS/UFU). E-mail: denerdemelo@yahoo.com.br.

diminuíram²⁶, os reflexos das crises econômicas do final do século XX e o aumento vertiginoso do trabalho informal na década de 1990 continuaram a ser sentidos no Brasil.

Sendo assim, a informalidade é um tema de estudo que permanece atual, exatamente por ser um fenômeno que continua bastante presente nas sociedades contemporâneas. Além disso, trata-se de uma temática de difícil caracterização e análise, repleto de debates e embates, que desde os primeiros estudos desafia pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento a elucidar os seus problemas e reflexos.

Neste sentido, este artigo busca analisar a relação entre trabalho informal e educação. Quando Sabóia e Sabóia (2004) analisam os dados gerais do setor informal brasileiro a partir do censo demográfico realizado no Brasil no ano de 2000²⁷, eles citam rapidamente por meio de dados estatísticos a relação entre educação e informalidade, defendendo o argumento de que quanto maior a escolaridade, menor a possibilidade de ingressar e permanecer no setor informal da economia:

Um outro resultado esperado e confirmado pelos dados é a maior participação das pessoas de menor nível de escolaridade no setor informal. Entre aqueles com menos de um ano de estudo, 77,5% estão no informal 1. Para os que completaram o primeiro grau (8^a série), a participação cai para 43,1%. Quando consideradas as pessoas com 12 anos ou mais de estudo (universitários), apenas 18% estão no informal 1. Para o informal 3, os percentuais são, respectivamente, 81,4%, 50,9% e 31,2%.²⁸ (SABÓIA; SABÓIA, 2004, p. 15-16)

26 Ver dados do IPEA (2010): Na própria apresentação do estudo os autores destacam que, em 2009: “i) as taxas de desemprego e de informalidade alcançaram no mês de outubro os valores mais baixos dos últimos anos (6,1% e 36,6%, respectivamente), tal como havia acontecido em setembro; e ii) de maneira similar, a média dos rendimentos reais registrou em outubro o valor mais alto da série, também como havia ocorrido em setembro”. (IPEA; Ministério do Trabalho e do Emprego, 2010)

27 João Sabóia e Ana Lucia Sabóia justificam a utilização dos dados do censo demográfico da seguinte forma: “O Censo Demográfico de 2000 apresenta uma ampla cobertura da população brasileira no mercado de trabalho. Diferentemente das demais pesquisas do IBGE, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), ambas amostrais, o Censo Demográfico cobre o universo da população, apresentando informações para todo o território nacional, inclusive ao nível municipal. Sua utilização permite uma tentativa de caracterização do setor informal no Brasil, identificando as desigualdades territoriais e os diferenciais entre os segmentos formal e informal da economia. Permite ainda referenciar espacialmente os indicadores de inserção no mercado de trabalho.” (SABÓIA; SABÓIA, 2004, p. 3)

28 Sabóia e Sabóia (2004) debatem sobre a falta de consenso na definição do conceito de informalidade, afirmando que um dos principais critérios utilizados para a distinção entre trabalho formal e informal é a assinatura da carteira de trabalho. Para ampliar as análises, nos últimos o IBGE tem desagregado esta definição, classificando a população de acordo com a posição ocupada no mercado de trabalho, destacando a assinatura da carteira de trabalho e a

Sendo assim, este trabalho tem por objetivo principal testar os dados apresentados por Sabóia e Sabóia (2004) que indicam que quanto menor a escolaridade, mais próximos estão os trabalhadores do mercado de trabalho informal. Para verificar tal argumento, será analisada uma categoria de trabalhadores informais que tem crescido demasiadamente em número e importância nos últimos anos: os mototaxistas.

Neste sentido, a pergunta que orientará a pesquisa é a seguinte: a escolaridade dos mototaxistas é um fator decisivo para a entrada e permanência destes trabalhadores no setor informal do mercado de trabalho? A hipótese inicial de trabalho corrobora com o texto de Sabóia e Sabóia (2004) que afirma que os trabalhadores com menor escolaridade estão, de modo geral, alocados em atividades informais, ou seja, a hipótese aqui amparada defende a ideia que a pouca escolaridade dos mototaxistas é sim um fator decisivo para sua entrada e permanência no setor informal da economia.

Para tentar resolver este problema e verificar a hipótese de trabalho, será realizada revisão bibliográfica acerca do surgimento do mototaxismo, do mototáxi como atividade informal e dos trabalhos que contém dados sobre a escolaridade dos mototaxistas nas mais diversas localidades brasileiras. Além disso, também serão utilizados dados colhidos em campo entre os meses de outubro de 2011 e maio de 2012 para redação de monografia de conclusão de curso, defendida no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia no mês de julho de 2012²⁹.

O MOTOTAXISMO: CONDIÇÕES DE SURGIMENTO

Antes de qualquer outra coisa, torna-se importante conhecer os aspectos que propiciaram o surgimento do mototáxi como meio de transporte público nos centros urbanos brasileiros.

contribuição previdenciária. Dessa maneira, o setor informal 1 inclui os trabalhadores que não têm carteira de trabalho assinada e não contribuem com a previdência; o setor informal 3 corresponde aos trabalhadores por conta própria, ou seja, não tem carteira de trabalho assinada, mas que contribui com a previdência.

29 MELO, Dener Jesus Freitas de. "Moto-Táxi Rodoviária": Um estudo sobre o cotidiano dos mototaxistas. 159 p. Monografia de Conclusão de Curso em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 27 de jun, 2012.

Conforme dito anteriormente, as transformações econômicas verificadas em âmbito mundial nas últimas décadas do século XX repercutiram drasticamente no mundo do trabalho, provocando elevação das taxas de desemprego, declínio do assalariamento e flexibilização da legislação de trabalho, que subtraíram os direitos trabalhistas e a proteção salarial do trabalhador. No entanto, estas transformações não afetaram igualmente todos os segmentos de trabalhadores e grupos sociais. Os grupos desfavorecidos nos direitos sociais sofreram mais com as transformações econômicas impostas pelas crises econômicas do final do século XX. Diante disso, grande contingente de trabalhadores se viu obrigado a buscar novas opções de trabalho, a fim de garantir sua sobrevivência e de sua família. E o setor informal foi o setor econômico que mais abrigou estes trabalhadores desempregados (CACCIAMALI, 1983).

Entretanto, apenas o desemprego não justifica o surgimento de uma modalidade de transporte, pois estes trabalhadores desempregados poderiam procurar se alocar em inúmeras outras atividades informais já existentes. Então, diante do desemprego, quais são os fatores que propiciaram o surgimento do mototaxismo? Podem ser enumerados mais dois fatores, são eles: a precariedade do transporte público coletivo urbano e o baixo custo de compra e manutenção da motocicleta.

O uso de motocicletas como meio transporte remunerado, o mototaxismo, é um fenômeno relativamente recente no Brasil, aparecendo, sem muita precisão, nos últimos vinte ou trinta anos. Entretanto, o seu surgimento remonta justamente o período em que o processo acelerado de urbanização e o desenvolvimento urbano sem planejamento começavam a acarretar problemas estruturais para os centros urbanos brasileiros, principalmente para o sistema de transporte. O crescimento desordenado das cidades fez com que o trânsito fosse se configurando de forma cada vez mais desorganizada, acarretando problemas bastante significativos para a mobilidade urbana, especialmente para o transporte público coletivo. Entretanto, onde a maioria das pessoas via um verdadeiro caos urbano, alguns trabalhadores desempregados viram uma nova maneira de ganhar o seu sustento e o sustento da sua família: utilizar as motocicletas, um meio de transporte mais rápido e prático³⁰,

30 De acordo com os motociclistas o principal diferencial da motocicleta é que ela pode circular por pequenos espaços, enquanto veículos maiores (como carros e ônibus) precisam de mais espaço para manobrar. Esta característica peculiar permite que as motocicletas não fiquem presas em

para realizar o transporte de pessoas dentro dos centros urbanos. Lorenzetti (2003) resume bem este novo cenário:

O crescimento desordenado de muitos centros urbanos brasileiros, ocorrido nas últimas décadas, trouxe, entre outras consequências, o caos no trânsito, em geral marcado por enormes congestionamentos. Essa situação, por sua vez, tem aumentado o uso de motocicletas nos centros urbanos, tanto para o serviço de entrega de encomendas e pequenas cargas, como para serviço de transporte de passageiros. (LORENZETTI, 2003, p. 2)

Diante deste quadro, alguns estudos apontam o surgimento do mototaxismo como alternativa à ausência ou precariedade do transporte público, principalmente o transporte público coletivo urbano (BARRETO, 2010; BRASILEIRO, 2005; COELHO, 1997; FAHEL, 2008; FONSECA, 2006; GOMES; DUQUE, 2009; LORENZETTI, 2003; NASCIMENTO, 2011; VIOLATO; WAISMAN, 2005; SILVA, 2007).

Outro fator responsável pelo advento do mototáxi como nova modalidade de transporte foi a popularização da motocicleta no Brasil. Fahel (2007) levanta dados para demonstrar que a motocicleta passou a se constituir como um meio de transporte socialmente importante para a população brasileira, principalmente para a classe trabalhadora. De acordo com o autor esta popularização se deu, por entre outros fatores, a questão econômica, isto é, ao seu baixo custo de aquisição e manutenção³¹. Após constatar esse fato, Fahel termina o seu raciocínio da seguinte forma:

Num desenvolvimento lógico de ideias, não é difícil afirmar que a facilidade de aquisição da motocicleta, o baixo de custo de manutenção e a economia com combustível, aliado a fatores como desemprego, falta de profissionalização do trabalhador brasileiro e, ainda, as conhecidas deficiências do transporte coletivo, criaram um ambiente propício para o desenvolvimento de um serviço alternativo de transporte: o mototáxi. (FAHEL, 2007, p. 2)

Ou seja, em seu trabalho, ao destacar aspectos como o desemprego, a precariedade do transporte público coletivo e o baixo custo de manutenção da motocicleta, Fahel (2007) resume de forma precisa os fatores que propiciaram o

engarrafamentos, pois os seus tripulantes podem passar por entre os carros parados e assim, vencer o trânsito pesado. Vale destacar que esta atitude é repudiada pelos órgãos de transito, devido ao enorme perigo que represente à integridade física do motociclista e seu passageiro.

31 Se comparada com outros meios de transportes, como o automóvel, por exemplo, as motocicletas populares apresentam valores de mercado menores em relação aos carros populares. Além disso, o seu custo de manutenção (mão de obra em caso de defeitos, e a quilometragem rodada por litro de combustível) também representam vantagens em relação aos automóveis.

surgimento do mototáxi como meio de transporte público nos centros urbanos do Brasil.

MOTOTAXISMO: UMA ATIVIDADE INFORMAL

Como este trabalho tem por objetivo verificar os dados apresentados por Sabóia e Sabóia (2004) que demonstram que trabalhadores com menor escolaridade estão mais propícios ao setor informal do mercado de trabalho, e como foi selecionado o mototáxi como atividade informal a ser analisada para a verificação de tal argumentação, torna-se extremamente importante e necessário discutir o mototaxismo como uma atividade informal antes de analisar se a escolaridade dos mototaxistas influenciou na entrada e permanência destes trabalhadores na atividade em questão.

A rápida ampliação do mototaxismo em todas as regiões do território nacional fez com que este serviço se consolidasse de maneira desordenada e desacompanhada de regulamentação. Entretanto, apesar do mototáxi ter surgido como trabalho clandestino, o aumento da prestação deste serviço fez com que o poder público se preocupasse em reconhecer a atividade como categoria profissional formalizada³².

Desde então, a regulamentação do mototaxismo tem sido frequentemente alvo de polêmicas e críticas por todo o país. Enquanto os argumentos favoráveis gravitam em torno da ideia de transporte de baixo custo e sempre acessível, da realocação de desempregados no mercado de trabalho, dentre outros, os argumentos desfavoráveis recaem sobre a insegurança do transporte em motocicletas, como a falta de higiene (principalmente pelo compartilhamento de capacete) e, também, pelo alto índice emissão de poluentes³³.

32 (LORENZETTI, 2003, p. 3); (OLIVEIRA JÚNIOR; ORRICO FILHO *apud* SILVA, 2007, p. 108)

33 De acordo com o Conama (Conselho Nacional do Meio ambiente), a moto polui entre 6 e 7 vezes mais que um carro de passeio e 3 vezes mais que um ônibus em números absolutos. Ainda em números absolutos, por quilômetro percorrido, as motos emitem 2,3 gramas de monóxido de carbono contra 0,34 gramas dos carros. A situação é agravada pelo fato de muitas motos com baixa cilindrada não terem catalisadores, que reduziriam parte dos materiais poluidores. Mas o cálculo de poluição deve levar em conta não apenas os números absolutos, mas a proporção por passageiro. Aí é criado um abismo entre motos e ônibus, pelo fato de os ônibus, com um mesmo motor e ocupando proporcionalmente um espaço menor, transportar muito mais pessoas que carros e motocicletas. De acordo com dados da Associação Nacional dos Transportes Públicos (ANTP), com base nos números do Conama, as motos poluem, proporcionalmente por passageiro, 16,1 vezes mais que um ônibus e 9,6 vezes acima dos carros de passeio.

Em torno deste debate alguns municípios tentaram proibir a regulamentação do mototaxismo, enquanto outros, aproveitando algumas brechas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB)³⁴, editaram leis regulamentando o serviço de transporte de pessoas e pequenas cargas por meio de motocicletas.

Entretanto, as legislações municipais e estaduais do serviço de mototáxi nunca se deram de maneira satisfatória, devido a uma série de fatores, dentre os quais podemos destacar: 1) por não conseguir atender a todos os mototaxistas da cidade, provocando indignação daqueles que não eram atendidos com as permissões para atuar legalmente na atividade³⁵; 2) por acontecer de maneira unilateral, isto é, atendendo apenas aos interesses dos grandes empreendedores da cidade e provocando mais exploração aos mototaxistas por parte das empresas que recebiam o direito de atuar no mercado de transporte por meio de motocicletas³⁶; 3) por não apresentar devida fiscalização e punição às transgressões das regras impostas pela regulamentação³⁷.

Então, para finalizar a polêmica jurídica instaurada sobre a legislação do mototaxismo no território brasileiro e para suprimir as desigualdades e explorações nesta atividade, no dia 8 de Julho do ano de 2009 o Senado Federal aprovou um projeto de lei que regulamenta o trabalho dos mototaxistas profissionais. O projeto prevê que os candidatos a mototaxistas deverão ter idade mínima de 21 anos, mínimo de dois anos portando habilitação na categoria “A” e capacitação em curso de especialização com 30 horas, realizado em autoescolas credenciadas pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), entidade que também ficará encarregada de definir as punições para os profissionais que descumprirem a nova lei³⁸. O então

(Disponível em: <http://blogpontodeonibus.wordpress.com/2012/03/20/impactos-do-crescimento-da-frota-de-motos/>; Acesso em: 17 de abril, 2012).

- 34 Considerando que, ao contrário do antigo Código, o texto do CTB menciona apenas ‘veículos de aluguel’, alguns Municípios têm aproveitado esta brecha para, no exercício de sua competência relativa à organização e prestação dos serviços públicos de interesse local, nos termos do art. 30, inciso V, da Constituição Federal, regulamentar o serviço de transporte individual de passageiros por motocicletas, chamado mototáxi”. (LORENZETTI, 2003, p. 4)
- 35 Como é o caso de Macapá-AP, em que há uma grande disputa entre os “amarelinhos”, mototaxistas legalizados, e “clandestinos”, mototaxistas ilegais. Ver: Sousa et al, (2008).
- 36 Como em Sobral-BA, em que a prefeitura concedeu apenas às empresas a licença para trabalhar no ramo de transporte por motocicleta. Estas empresas licenciadas, por sua vez, vendiam aos mototaxistas as cotas que tinham para trabalhar na cidade, gerando exploração para com estes trabalhadores. Ver: Gomes e Duque (2009).
- 37 Como em Lins-SP, em que mototaxistas legalizados e ilegais trabalham da mesma forma, sem qualquer tipo de fiscalização. Ver: Violato e Waisman (2005).
- 38 Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/agencia/2009/07/08/ult4469u43460.jhtm>; Acesso em: 24 de abril, 2012.

presidente Luís Inácio “Lula” da Silva sancionou a Lei N° 12.009³⁹ e três semanas depois, no dia 29 de Julho do ano de 2009, e a publicação no Diário Oficial da União (DOU) aconteceu no dia 30 de Julho de 2009⁴⁰.

Somado a isso, a partir do entendimento do Artigo 24 do Código de Trânsito Brasileiro⁴¹, a incumbência de regulamentação sobre trânsito e transportes foi transferida da União para os municípios, pois estes conhecem melhor as demandas locais e podem criar legislações que atendem especificamente as necessidades e anseios da população.

Assim, a União determinou os requisitos básicos para a regulamentação do serviço de transporte por meio de motocicletas, mas ficaria a cargo dos municípios programar esta regularização da forma que melhor atenda aos interesses da localidade e de seus cidadãos. Nas palavras de Silva (2007):

[...] o DENATRAN repassa a responsabilidade da implantação do serviço de mototáxi aos municípios que regulamentaram a atividade, pois, mesmo com a regulamentação, os problemas de ordem técnica permanecem, mas a responsabilidade do uso do mototáxi recai sobre as autoridades e órgãos que compõem o Sistema Nacional de Trânsito. (OLIVEIRA JÚNIOR; ORRICO FILHO, 2001 *apud* SILVA, 2007, p. 108)

No entanto, a regulamentação do serviço de mototáxi ainda não saiu do papel em muitas cidades brasileiras em que o serviço é oferecido, embora atualmente tenha se iniciado um processo nacional de regulamentação da atividade⁴².

39 Art. 1o Esta Lei regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transportes de passageiros, “mototaxista”, em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, “motoboy”, com o uso de motocicleta, dispõe sobre regras de segurança dos serviços de transporte remunerado de mercadorias em motocicletas e motonetas – moto-frete –, estabelece regras gerais para a regulação deste serviço e dá outras providências.

Art. 2o Para o exercício das atividades previstas no art. 1o, é necessário:

I – ter completado 21 (vinte e um) anos; II – possuir habilitação, por pelo menos 2 (dois) anos, na categoria; III – ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do Contran; IV – estar vestido com colete de segurança dotado de dispositivos retrorefletores, nos termos da regulamentação do Contran. (Disponível em: www.planalto.gov.br; Acesso em 08 de maio, 2012)

40 Disponível em: <http://www.redeuniao.com.br/blogdauniao/?p=3040>. Acesso em: 24 de abril, 2012.

41 Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição: I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições; II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas; III - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário; V - estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito; (BRASIL, 2008)

42 Uma das várias notícias veiculadas na internet sobre a nova lei de regulamentação do mototáxi no Brasil: <http://94fm.com.br/noticias/politica/nova-lei-para-moto-taxi-e-moto-frete-ja-esta-em-virgor/>. Acesso em: 25 de abril, 2013.

A falta de regulamentação do mototaxismo nos municípios brasileiros em parte pode ser explicada por algumas razões, tais como: 1) pela pouca adesão dos mototaxistas aos sindicatos⁴³ que tornam-se representações inexpressivas que não conseguem se articular de forma a reivindicar a regularização de suas atividades; 2) pelo fato do serviço de mototáxi ser bem estruturado em grande parte das cidades em que é desenvolvido por meio de regras tácitas criadas no exercício cotidiano da profissão⁴⁴; 3) por indefinições jurídicas, tais como a indecisão do órgão que receberia impostos, o órgão que ofereceria atenção a passageiros lesados durante as viagens e quem arcaria com as responsabilidades no caso de acidentes. Assim, essas imprecisões, mais a falta de interesse de uns e de articulação política da maioria dos mototaxistas, mantêm as condições que impedem a regulamentação do transporte por mototáxi em vários municípios brasileiros.

Dessa maneira, sabendo que o mototaxismo é uma atividade informal, a taxa de escolaridade dos mototaxistas pode ser utilizada para verificar os dados oferecidos por Sabóia e Sabóia (2004) que evidenciam que os trabalhadores do setor informal da economia são aqueles com menor escolaridade.

A ESCOLARIDADE DOS MOTOTAXISTAS

Conforme dito anteriormente, apesar das taxas de informalidade terem caído nos últimos anos, o trabalho informal ainda ocupa lugar de destaque na economia brasileira, exatamente por ser o principal *lócus* que reúne a mão de obra desempregada. E, diante das circunstâncias que também já foram citadas (desemprego, precariedade do transporte público e baixo custo de aquisição e manutenção), o mototáxi tem se configurado como uma das principais atividades informais dos centros urbanos brasileiros. Sendo assim, torna-se extremamente importante conhecer o perfil do trabalhador que exerce esta atividade. Como buscamos investigar a relação entre a mão de obra informal e a educação, este trabalho dará uma ênfase especial no estudo da escolaridade destes trabalhadores. Para isso, utilizaremos dados relativos a escolaridades dos mototaxistas de diversas regiões brasileiras apresentados em estudos científicos, a fim de realizar uma

43 Segundo Silva (2007, p. 118-119), apenas 13% dos mototaxistas überlandenses estão vinculados a algum sindicato.

44 Para conhecer estas regras tácitas ver: Melo (2012).

discussão comparativa acerca destes dados e verificar a tese de Sabóia e Sabóia (2004) de que quanto menor a escolaridade, mais próximos os trabalhadores estão do mercado de trabalho informal.

É preciso destacar desde já que em algumas das cidades abaixo em que aparecerão os dados sobre a escolaridade dos mototaxistas o serviço de mototáxi é regulamentado. Entretanto, mesmo nestas cidades há trabalhadores ilegais exercendo a atividade de transporte de pessoas e pequenas cargas por meio de motocicletas. Inclusive quando realizado o levantamento quantitativo do perfil dos mototaxistas nas cidades em que a atividade é regularizada, os dados colhidos pelos pesquisadores contemplam não apenas os trabalhadores regulares, mas também os informais. Além disso, é preciso destacar também que a regulamentação da atividade não implica o fim da precarização deste tipo de trabalho, pois mesmo os trabalhadores regulares passam por inúmeras dificuldades no exercício de sua profissão, tornando importante também analisar a escolaridade destes trabalhadores.

Quando Violato e Waisman (2005) colheram dados sobre a escolaridade dos mototaxistas em Lins-SP eles verificaram a que 2% dos mototaxistas possuem até 4^a série; a grande maioria (52%) cursou até a 8^a série; 39% têm o 2º grau completo; 5% superior incompleto; e apenas 2% superior completo.

Um cenário bastante parecido foi verificado por Barreto (2010) quando estudou o mototaxismo no município de Irecê-BA:

Quanto à escolaridade dos mototaxistas atuantes na cidade de Irecê, pôde-se constatar que do universo pesquisado [...] metade tem apenas o ensino fundamental. E trinta por cento diz ter concluído o ensino médio e outro dez por cento disse ter feito um ou mais semestre de curso universitário. (BARRETO, 2010, p. 6)

De acordo com o pesquisador, a pouca escolaridade dos mototaxistas ireceenses está relacionada com a idade destes trabalhadores, pois, conforme os relatos colhidos, muitos dos mototaxistas entrevistados, quando jovens, tiveram que abandonar os estudos para trabalhar e ajudar e/ou garantir o sustento de suas famílias. Um reflexo imediato deste fenômeno observado pelo autor é que os mototaxistas de Irecê estão excluídos do mercado formal de trabalho em virtude da pouca escolaridade que possuem, por isso foram obrigados a recorrer ao mototaxismo para garantir a sua sobrevivência e dos seus dependentes.

A escolaridade baixa é característica tão destacada entre os mototaxistas ireceenses, que muitos deles “que têm filhos em idade escolar fazem escolhas e sacrifícios visando para o futuro dos filhos uma educação de qualidade que possa oferecer a estes uma profissão adequada” (BARRETO, 2010, p. 8). Ou seja, para estes trabalhadores a sua condição de trabalhadores informais obrigados a exercer uma profissão extremamente precarizada é reflexo da pouca escolaridade que tiveram na juventude, por isso eles tratam a educação dos seus filhos como prioridade fundamental, para que eles tenham um preparo adequado e possam exercer futuramente uma profissão formal e digna. Prova disso é que 83% dos mototaxistas de Irecê têm filhos em idade escolar e 67% destes filhos que estão em idade escolar estão matriculados em escola particular, enquanto que os outros 33% estão matriculados em escola pública – isto é, 100% dos filhos de mototaxistas ireceenses em idade escolar estão matriculados na escola.

Sobre a escolaridade dos mototaxistas ituiutabanos, Almeida e Ferreira (2009, p. 83) observaram que 15,4% apresentavam Ensino Fundamental incompleto e 55,8% tinham Ensino Fundamental completo, enquanto 3,8% apresentavam Ensino Médio incompleto e 25% haviam concluído o Ensino Médio. Nenhum dos mototaxistas entrevistados havia começado ou terminado curso superior.

Pode ser verificada a escolaridade dos mototaxistas überlandenses observando os dados estatísticos trabalhados por Silva (2007). Nos dados extraídos pela geógrafa da pesquisa do SETTRAN realizada em 2001, foi possível observar que 10% dos mototaxistas de Uberlândia tinham parado de estudar antes de concluir o Ensino Fundamental, enquanto que a metade (50%) deles possuía Ensino Médio incompleto e 40% havia concluído o Ensino Médio. Na pesquisa realizada pelo SETTRAN em 2005, observou-se o aumento do número de mototaxistas que passaram pelo Ensino Fundamental, pois 75% deles passaram por este nível de escolaridade (46,9% completaram o Ensino Fundamental e 28,1 não conseguiram completá-lo). Em 2005 foi possível observar um decréscimo significativo no número de mototaxistas überlandenses que passaram pelo Ensino Médio, pois apenas 9,4% iniciaram o Ensino Médio e 12,5% conseguiram concluí-lo. Os dados do SETTRAN de 2001, não continham dados sobre mototaxistas cursando Ensino Superior, ou seja, nenhum deles estava matriculado ou cursando nível superior de ensino, mas em 2005 3,1% destes trabalhadores se matricularam em algum curso de terceiro

grau. Por fim, os dados coletados pela própria Rejane Maria da Silva em 2006 revelaram “que 57% dos mototaxistas cursaram o Ensino fundamental, sendo 31% incompletos [e 26% completos]” (SILVA, 2007, p. 117). Os outros 43% desses trabalhadores cursaram o Ensino Médio, embora 14% deles não tenham chegado ao seu fim, isto é, apenas 29% completaram o Ensino Médio. Nenhum dos mototaxistas pesquisados em 2006 cursou ou estava cursando o Ensino Superior.

Além dos dados apresentados por Rejane Maria da Silva, também é possível utilizar outros dados acerca da escolaridade dos mototaxistas überlandenses colhidos em campo para a redação da monografia de conclusão de curso intitulada “Moto-Táxi Rodoviária: Um estudo sobre o cotidiano dos moto-taxistas”⁴⁵. Para esta pesquisa foram entrevistados três centrais de mototáxi da cidade de Uberlândia, são eles: 1) Moto-Táxi Rodoviária: é uma sociedade por quotas, composta por 42 quotistas, localizada nas proximidades do Terminal Rodoviário Presidente Castelo Branco que realiza o transporte de passageiros em pequenas cargas há mais de 15 anos na cidade; 2) Pontual Moto-Táxi: uma central de mototáxi particular que possui três pontos espalhados pela cidade, sendo um deles na Avenida Rondon Pacheco e outro perto do Center Shopping, dois setores bastante movimentados da cidade; 3) Moto-táxi Crystal: uma central de mototáxi particular localizada na Avenida João Naves de Ávila, nas proximidades da Universidade Federal de Uberlândia, outro ponto bastante movimentado. O Moto-Táxi Rodoviária era a central em foco no estudo em questão, sendo que o Pontual Moto-Táxi e o Moto-táxi Crystal serviram como grupos controle, isto é, como centrais interessantes a serem estudadas a fim de fazer comparações e evitar generalizações descabidas.

Quando indagados a respeito da sua escolaridade, as respostas dos mototaxistas vinculados aos grupos controle (Pontual Moto-Táxi e Moto-táxi Crystal) foram diversas. Durante as pesquisas de campo havia desde mototaxistas que afirmaram ter nível fundamental incompleto, até mototaxistas que cursavam nível superior. No grupo foco trabalho, isto é, no Moto-Táxi Rodoviária, a escolaridade dos mototaxistas pareceu variar menos, muito embora tenha se nivelado para baixo, pois a maioria dos quotistas disseram ter apenas Ensino Fundamental. Por outro lado, a faixa etária dos mototaxistas do Moto-Táxi Rodoviária é superior à faixa etária dos

⁴⁵ MELO, Dener Jesus Freitas de. “Moto-Táxi Rodoviária”: Um estudo sobre o cotidiano dos moto-taxistas”. 159 p. Monografia de Conclusão de Curso em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 27 de jun, 2012.

mototaxistas dos grupos controles, e essa diferença de idade é fator determinante para a maior escolaridade destes últimos, uma vez que nos dias atuais os jovens têm mais consciência da importância da educação para a sua formação como cidadãos críticos e, principalmente, como futuros profissionais. Entretanto, acerca deste assunto, uma diferença foi verificada em relação ao estudo realizado em Uberlândia-MG e a pesquisa realizada por Barreto entre os mototaxistas irecenses: no discurso dos mototaxistas überlandenses, o estudo ou a falta dele não apareceu como fator determinante para a sua condição de vida, diferentemente do verificado entre os mototaxistas de Irecê-BA relatados no estudo de Barreto (2010).

Em suma, embora a maior parte dos mototaxistas überlandenses não tenha “terminado” os estudos, isto é, não tenha concluído a escola secundária (Ensino Médio completo), todos são alfabetizados, pois para ter habilitação em motocicletas no Brasil é necessário fazer prova escrita além da prova prática. É preciso destacar que apresentar habilitação na categoria “A” é um dos requisitos básicos exigidos para exercer a profissão de mototaxista. Algumas centrais, como Pontual Moto-Táxi e o Moto-Táxi Crystal, não criam vínculos com motociclistas não habilitados nesta categoria, assim como ter habilitação é um dos pré-requisitos para aqueles que pretendem se candidatar a compra de uma quota da sociedade Moto-Táxi Rodoviária.

Após verificar todos estes dados fica evidente que a escolaridade dos mototaxistas não é muito alta. De maneira geral, estes profissionais apresentam Ensino Fundamental completo, sendo que raras exceções começaram a cursar o Ensino Superior. Ou seja, analisando os dados estatísticos colhidos por pesquisadores que estudaram o mototaxismo em várias cidades brasileiras, direcionando atenção à escolaridade dos mototaxistas, torna-se possível verificar compatibilidade entre estes dados e a tese de Sabóia e Sabóia (2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou demonstrar que a crise do final do século XX ocasionou transformações profundas no mundo do trabalho, deixando muitos trabalhadores desempregados. A crise econômica fez com que as empresas diminuíssem seus quadros de funcionários com o intuito de cortar gastos. Assim,

foram dispensados os trabalhadores menos qualificados, pois a competitividade do mercado fez com que as empresas optassem pela mão de obra qualificada, para melhorar seus produtos, baixar o valor das suas mercadorias e “vencer” a concorrência. Dessa maneira, além da escolaridade formal, o mercado de trabalho também exigia que os trabalhadores tivessem outras qualidades, como autonomia, liderança, iniciativa, flexibilidade, etc. (KUENZER, 2006). Por isso, é possível afirmar que a mão de obra desempregada pela crise econômica atingiu a situação de desemprego exatamente pela baixa escolaridade.

Conforme dito anteriormente, esta mão de obra desempregada se viu obrigada a exercer atividades informais para garantir as condições necessárias à vida. Isso gerou outra característica estrutural notável do mercado de trabalho brasileiro, a rotatividade dos trabalhadores menos qualificados, que circulam de forma intermitente por diversos setores de ocupação.

Neste contexto, o desemprego somado com a precariedade do transporte público urbano e a popularização da motocicleta fizeram com que o mototáxi surgisse e passasse a se configurar como uma das principais atividades dos centros urbanos. Mas o surgimento e ampliação do mototaxismo não foram acompanhados de sua regulamentação, fazendo com que esta atividade permaneça informal até os dias de hoje em muitas localidades.

Então, pode ser dito que o mototáxi é uma atividade informal que abrigou a mão de obra desempregada e desqualificada, ou seja, com a crise financeira, os trabalhadores menos qualificados foram demitidos e passaram a circular por diversos setores ocupacionais da economia informal, dentre eles o mototáxi, para garantir o seu sustento e da sua família.

Após analisar os dados sobre a escolaridade dos mototaxistas tornou-se possível chegar à conclusão que, de fato, estes trabalhadores não possuem escolaridade alta. Fazendo a leitura da bibliografia especializada no tema e realizando observações de campo, pode-se inferir que o ofício de mototáxi atrai trabalhadores cuja escolaridade, em geral, não ultrapassa o Ensino Médio, sendo provável que a opção pela ocupação de mototaxista se dá entre os que tiveram dificuldade para se reinserir no mercado de trabalho quando há exigência de escolaridade mínima e/ou qualificações além da escolaridade convencional.

Desta maneira, a hipótese inicial de trabalho de que a pouca escolaridade dos mototaxistas é um fator decisivo para sua entrada e permanência no setor informal da economia foi comprovada através da revisão bibliográfica especializada no tema e da pesquisa de campo. Consequentemente, os dados apresentados por Sabóia e Sabóia (2004, p. 15-16) que demonstram que quanto menor o nível de escolaridade dos trabalhadores maiores são as chances de se ocuparem em atividades informais também foi comprovada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Emerson Gervásio de; FERREIRA, William Rodrigues. A entrevista enquanto dialogo assimétrico na geografia dos transportes: Uma reflexão sobre o mototaxismo em Ituiutaba. In: RAMIREZ, Julio Cesar; PESSOA, Vera Lúcia Salazar (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa**, Uberlandia: Assis, 2009. p.75-90.
- BARRETO, Roberto Pereira. Moto táxi: Subemprego e degradação do homem. In: **III Seminário Políticas Sociais e Cidadania**, Salvador, 24 nov a 26 nov, 2010.
- BRASIL. Código de Trânsito Brasileiro, **Código de Trânsito Brasileiro**: instituído pela Lei nº 9.503, de 23 nov, 1997, 3^a edição, Brasília: DENATRAN, 2008.
- _____. CONSTITUIÇÃO (1988), **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. BRASÍLIA, DT: SENADO, 1988.
- BRASILEIRO, L. A. Um estudo de caso do transporte por moto-táxi. In: Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito, Goiânia, 8 ago a 11 ago, 2005. In: **Anais 15º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito**. São Paulo: ANTP, Associação Nacional de Transportes Públicos, 2005.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**, São Paulo: Editora IPE, 1983.
- COELHO, Modesto Siebra. **A nova onda no transporte urbano**: mototáxi, Sobral: Edições UVA, 1997.
- FAHEL, Márcio José Cordeiro. Serviço de mototáxi: postura do Ministério Público. In: **Jus Navigandi**, Teresina, ano 12, n. 1528, set, 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/10386>>. Acesso em: 24.04.12.
- FONSECA, Natasha Ramos Reis da. Sobre duas rodas: o mototáxi como uma invenção de mercado. **Democracia Viva**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 03-09, abr/jun, 2006.

GOMES, Antônio Nilson; DUQUE, Adauto Neto Fonseca. Mototáxi: Uma alternativa no transporte urbano de Sobral? **Revista Homem, Espaço e Tempo**, Sobral, p. 124-140, mar, 2009.

IPEA; Ministério do Trabalho e do Emprego. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Volume 45, ano 15, nov, 2010.

KUENZER, Acácia Zeneida. A educação profissional: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educação e Sociedade**, vol.27, nº 96, 2006.

LORENZETTI, Maria Silva Barros. A Regulação do Serviço de Mototáxi: Nota técnica. **Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados**, 2003.

MELO, Dener Jesus Freitas de. **“Moto-Táxi Rodoviária”**: Um estudo sobre o cotidiano dos moto-taxistas”. 159 p. Monografia de Conclusão de Curso em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 27 de jun, 2012.

NASCIMENTO, Márcio Silveira. Dimensão Sócio-Espacial do Transporte Informal em Manaus, o Caso do Mototáxi. In: II Conferência do Desenvolvimento. **Anais I Circuito de Desenvolvimento Acadêmico**. Distrito Federal: Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

SABOIA, JOÃO; SABOIA, ANA LÚCIA. **CARACTERIZAÇÃO DO SETOR INFORMAL A PARTIR DOS DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DO BRASIL DE 2000**, RIO DE JANEIRO, 2004. DISPONÍVEL EM: <<HTTP://WWW.REDCELSOFURTADO.EDU.MX/ARCHIVOSPDF/SABOIA2.PDF>>; ACESSO EM: 28.05.12.

SILVA, Rejane Maria. **Acidentes de trânsito com envolvimento de motociclistas: Uberlândia – 2002 a 2004**. 154 p. Dissertação de Mestrado em Geografia e Gestão de Território. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 15 de fev, 2007.

VIOLATO, Rafaela Ribeiro; WAISMAN, Jaime. O moto-táxi como modo de transporte urbano de passageiros. In: Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito, Goiânia, 8 ago a 11 ago, 2005. **Anais 15º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito**. Goiânia: ANTP, Associação Nacional de Transportes Públicos, 2005.

DE BENJAMIN CONSTANT À LEI 11.684/08: UMA BREVE TRAJETÓRIA DAS TENTATIVAS DE INCLUSÃO DA DISCIPLINA SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO DA ESCOLA BRASILEIRA

Gabriel Seretti Zanardi⁴⁶

RESUMO

O ensino de Sociologia foi alvo de diversos embates curriculares e políticos que justificaram, ao longo do século XX, a alternância entre períodos de total presença, de presença parcial e de total ausência da disciplina no currículo do Ensino Médio (durante muito tempo, chamado de Ensino Secundário). Considerando que por trás desses embates havia uma série de argumentos políticos e/ou corporativos que influenciaram esta situação, tentaremos nesse artigo, através de uma análise bibliográfica comparada, delinear a situação da disciplina Sociologia no currículo do Ensino Médio durante as diferentes reformas educacionais implantadas no país desde os seus primórdios até os dias atuais, com a aprovação da Lei 11.684 de 2008 que tornou, finalmente, obrigatória a presença dessa disciplina no currículo de todas as escolas brasileiras.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. Ensino médio. Reformas educacionais.

O processo para a definitiva implantação da Sociologia no currículo do Ensino Médio passou por diferentes momentos decisivos, entretanto, com a aprovação da Lei 11.684/2008, finalmente, após mais de um século de idas e vindas, sua presença está garantida por Lei Federal e a Sociologia tem a chance de legitimar a relevância do seu conhecimento perante a sociedade, mediante sua construção como conteúdo escolar. Através de um levantamento bibliográfico e da análise dos documentos históricos que explicitam a trajetória das reformas educacionais implantadas no Brasil desde o final do século XIX, pretendemos traçar um esboço da trajetória percorrida pela disciplina Sociologia no currículo da educação escolar secundária brasileira desde os seus primórdios até os dias atuais.

Esclarecemos inicialmente que utilizaremos por vezes o termo ‘luta’ para tratar desse processo, tendo em vista que a construção de um currículo é resultado

⁴⁶ Mestre em educação escolar e licenciado em Ciências Sociais, UNESP-Araraquara, gzanardi1212@gmail.com

de uma batalha constante dos diferentes campos científicos pela sua legitimação perante a sociedade. Afinal, se “os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento” (Sacristán, 2000, p.17), acreditamos que tal equilíbrio de interesses e forças é resultado de uma luta que envolve tanto os interesses de determinados grupos quanto os valores que uma sociedade deseja para seus indivíduos. “De alguma forma, o currículo reflete o conflito entre interesses dentro de uma sociedade e os valores dominantes que regem os processos educativos”(idem).

Lembramos também que nosso trabalho não é pioneiro na delinear da trajetória, pois vários outros pesquisadores já se dedicaram a fazê-lo. Contudo, comparando dados de vários trabalhos que traçaram esse histórico, é preciso registrar que os diferentes estudos apontam algumas informações contraditórias. Nos próprios documentos oficiais, como as Orientações Curriculares Nacionais (OCNs) para o Ensino Médio (Brasil, 2006a), no caderno dedicado à disciplina Sociologia, existem algumas lacunas que comprometem a análise da trajetória da disciplina na educação escolar brasileira. Além das OCNs, baseamo-nos em alguns trabalhos-chave, a saber: Carvalho (2004); Mota(2005) e Romano(2009); e contamos ainda com alguns outros utilizados como suporte - artigos de Barbosa, Mendonça e Silva(2007); Santos(2004); Guimarães(2004); Silva(2004) e o livro sobre a história da educação brasileira da historiadora Souza(2008).

É evidente também que esse mapeamento não esgota todas as questões acerca do histórico da Sociologia na educação brasileira, seja pelos limites temporais de um artigo, seja sobretudo pela fragilidade de acesso aos documentos originais que registram seus argumentos e embates que não foram alvo de análise. Dessa maneira, traçaremos agora essa breve trajetória do processo de inclusão da disciplina Sociologia no currículo do Ensino Médio, tendo em vista a relação da inclusão da disciplina Sociologia com a história da legislação educacional brasileira, com destaque para as reformas educacionais implementadas no período em questão.

A trajetória da institucionalização da Sociologia como disciplina obrigatória no currículo do Ensino Médio traduz, em parte, a história do reconhecimento da Sociologia como ciência, tanto em nosso país quanto no mundo. Na França, por exemplo, “a Sociologia entra na academia por meio dos cursos para a formação dos

professores" (Silva, 2004, p.78). Durkheim, o primeiro pensador a ocupar uma cadeira de Sociologia criada em uma instituição superior (no caso, a Universidade de Bourdeaux, em 1887) reconhecia tal importância: ele próprio dedicou-se a dar cursos de Sociologia para os pedagogos, reconhecendo a íntima relação desta com o ensino, a educação escolar e a formação de professores.

Vale ainda destacar que, também no caso específico do Brasil, a Sociologia consolidou-se primeiramente como disciplina em cursos voltados à educação, especialmente na área de formação de professores a partir dos anos 1920. Mesmo com todas as reformas do ensino no país ela sempre permaneceu no currículo dos cursos de magistério, com o título de 'Sociologia da Educação'. Entretanto, diferente dos cursos de magistério, na educação secundária a história da presença da Sociologia no currículo obrigatório, ao contrário de tantas outras disciplinas, está cheia de idas e vindas. A primeira proposta de implantá-la na escola pública, de acordo com Romano (2009), veio com Rui Barbosa, em 1882, que pretendia que o primário tivesse a disciplina "Noções de Vida Social" e o secundário "Elementos de Sociologia". Já nos primeiros anos da República houve a primeira iniciativa de institucionalização da Sociologia como disciplina escolar: o 'Plano Nacional para a Educação' apresentado por Benjamin Constant, em 1891, previa o ensino desta disciplina como obrigatório para todas as escolas do Ensino Médio. Contudo, tal iniciativa acabou não sendo concretizada por conta de sua morte.

Os anos que se seguiram a partir de 1901, com a Reforma Epitácio Pessoa, foram de total ausência da disciplina, que só voltou à cena nos anos 1920. A partir dessa década a introdução da disciplina 'Sociologia da Educação' foi concretizada nas Escolas Normais que formavam professores para as séries iniciais do "grupo escolar".

Este período que identificamos, desde os primórdios, acaba tendo a marca da introdução da disciplina por iniciativa administrativa e governamental, por reforma do ensino, mas a marca principal é a introdução nas Escolas Normais, que formam professores para os primeiros anos do ensino. (Carvalho, 2004, p.19).

Nesse período, por conta da ação direta de sociólogos⁴⁷ brasileiros, foi colocada em prática a Reforma Rocha Vaz (1928), que teve um papel

47 Curioso registrar "sociólogos" nos anos 1920, quando formação universitária só ocorre depois dos anos 1940.

importantíssimo nesse processo de implantação da disciplina, ao torná-la obrigatória no currículo das Escolas Normais do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e da cidade de Recife (PE):

Por volta das décadas de 1920 e de 1930, sobretudo, sociólogos brasileiros estiveram envolvidos não somente em debates a respeito da sociologia no ensino secundário, como também assumiram cargos administrativos e docentes. (Mota, 2005, p.93).

Em 1931, o então ministro da educação Francisco Campos ampliou o escopo para o ensino da disciplina, que passou a abranger mais escolas que não apenas os cursos das Escolas Normais. A duração do Ensino Secundário nesse período – reforma Francisco Campos - foi alterada para 7 anos, sendo cinco destinados ao período formativo, que compreendia “um ciclo comum e fundamental destinado à formação geral do adolescente” (Souza, 2008, p.149), e outro complementar, de dois anos e de caráter propedêutico, que “previa certo grau de especialização dividido em três seções, cada uma delas agrupando matérias em conformidade com a orientação profissional do estudante”(idem). Sob tal reforma, o Ensino Secundário era visto como “o lugar no qual o pensamento científico deveria ser ensinado”(Romano, 2009, p.36), e, portanto, “não é sem motivo que a disciplina era exigida para o ingresso nas faculdades do país: o positivismo, entendido como a forma superior do pensamento científico, era prestigiado nos cursos de Direito, Medicina, Engenharia e Arquitetura”(ibid., p.37). Vale ressaltar que, em 1936, na gestão do Ministro Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde Pública, apenas duas disciplinas eram comuns às três seções do curso complementar, sendo elas: “Sociologia” e “Psicologia e Lógica”.

Analisando a história do ensino secundário no Brasil, destacamos que a presença dessas matérias atendia ao interesse crescente dos intelectuais e educadores pelas ciências sociais, e que os mesmos viam nelas uma oportunidade de fundamentar uma ‘administração científica dos homens e da natureza’ e a ‘formação das elites’:

O saber sobre o social compunha o ideário dos intelectuais de modernização e racionalização da sociedade brasileira. Entende-se, dessa maneira, a importância de disciplinas dessa natureza no segundo ciclo da educação secundária, instância de preparação da juventude que, direcionada para o ensino superior, ocuparia postos intelectuais importantes da direção do país. (Souza, 2008, p.163).

Nos anos 30, portanto, a Sociologia integrava um movimento reformador, que visava substituir a educação clássica por uma educação ‘moderna’. Ela integrava um movimento que pretendia dar aos “homens médios” a capacidade de analisar e propor soluções aos problemas brasileiros. Levando-se em conta que o ensino secundário atendia exclusivamente uma pequena parcela da população, o movimento em questão não teve muito êxito na democratização do conhecimento sociológico, já que somente uma elite intelectual que freqüentava a escola é que teve acesso a ele. Entretanto, se não conseguiu se universalizar no nível secundário, o movimento gerou frutos para consolidação da Sociologia no nível universitário.

O Caderno de Sociologia das OCNs (Brasil, 2006a) sinaliza a importância das Reformas Rocha Vaz e Francisco Campos como um movimento reformador para a própria consolidação da área de Sociologia e seu fortalecimento no nível universitário, pois foi nesse período que foram iniciados os cursos superiores da área:

Entre 1925 e 1942, com a vigência da Reforma Rocha Vaz e depois com a de Francisco Campos (1931), a Sociologia passa a integrar os currículos da escola secundária brasileira, normal ou preparatória, chegando a figurar como exigência até em alguns vestibulares de universidades importantes. A primeira parte desse período pode ser entendida como de constituição e crescimento da demanda em torno das Ciências Sociais, não só da Sociologia. Assim, em 1933 e 1934, aparecem os cursos superiores de Ciências Sociais, na Escola Livre de Sociologia e Política, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e na Universidade do Distrito Federal. (Brasil, 2006a, p.102).

Já no início da década seguinte, em 1942, o ministro Gustavo Capanema colocou em prática uma outra reforma do ensino secundário brasileiro, denominada Lei Orgânica do Ensino Secundário⁴⁸. Souza (2008) aponta que esta reforma dividiu o ensino secundário em dois ciclos: um primeiro ciclo, chamado de ginásial, que compreendia um só curso de formação geral com duração de 4 anos e um segundo ciclo, com duração de mais três anos, que compreendia dois cursos paralelos – a saber, o clássico e o científico. Sob a Reforma Capanema, como ficou conhecida, a Sociologia foi retirada do currículo – tanto do Clássico quanto do Científico:

48 Decreto-lei n.4.244, de 09 de abril de 1942.

A partir de 1942, a presença da Sociologia no ensino secundário – agora denominado especificamente de colegial – começa a se tornar intermitente. Permanece no curso normal, às vezes como Sociologia Geral e quase sempre como Sociologia Educacional, mas no curso “clássico” ou no “científico” praticamente desaparece, visto que aí predominam disciplinas mais voltadas para a natureza dos cursos: Letras ou Ciências Naturais. (Brasil, 2006a, p.102).

Mota (2005) interpreta a retirada da Sociologia do currículo do colegial promovida por esta reforma como uma tentativa de desatrelar o ensino secundário do ensino universitário – alvo preferencial da transmissão desse conhecimento:

Com a intenção de desatrelar o ensino secundário do ensino universitário, a reforma de Capanema extinguiu os cursos complementares que preparavam para as carreiras superiores. O ensino de sociologia, então, perdeu a obrigatoriedade, visto que a disciplina era tida como preparatória para as carreiras de direito, medicina e engenharia... (Mota, 2005, p.94).

Por outro lado, a Reforma Capanema manteve (e com isso fortaleceu) a disciplina ‘Sociologia da Educação’ nos Cursos Normais que formavam os professores brasileiros. Ao mesmo tempo, é preciso registrar que os conteúdos da ciência sociológica passaram a fazer parte de um curso específico de ensino superior – Ciências Sociais, além da disciplina Sociologia ser ofertada também em outros cursos, como o de Direito.

A década de 1950 foi marcada por um movimento em defesa de um novo humanismo para o ensino secundário, capitaneado por um dos mais renomados educadores brasileiros, Fernando de Azevedo. Impactada por esse movimento, a revista Atualidades Pedagógicas fez um inquérito com a participação de vários educadores, a fim de saber quais disciplinas deveriam compor o currículo do ensino secundário brasileiro, e apontou que muitos dos educadores consultados pronunciaram-se a favor do retorno da Sociologia. Souza (2008) aponta inclusive que, durante a década de 50, muitos educadores, como Carneiro Leão, Delgado de Carvalho e Octavio Ianni publicaram nesta mesma revista artigos em defesa da Sociologia, no bojo do movimento pelas reformas educacionais dos ‘anos dourados’, que culminou com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.4.024/61) e que norteou a (re)estruturação do sistema escolar do país a partir de 1961.

A partir então dessa primeira LDBEN, as escolas passaram a se organizar da seguinte maneira: ensino primário, com duração mínima de quatro e máxima de

seis anos, e secundário, composto pelo ginásial (com duração de quatro anos) e colegial (com duração mínima de três anos). Vale destacar também que a lei reconheceu a equivalência do ensino técnico-profissional ao curso colegial do ensino secundário, possibilitando com isso que tanto os alunos concluintes do ensino técnico-profissional quanto da Escola Normal (formação de professores) pudessem dar continuidade nos seus estudos em nível superior.

Apesar da flexibilidade legalmente instituída, em relação ao currículo do curso colegial do ensino secundário, houve a determinação de um currículo baseado em disciplinas obrigatórias e optativas. Apesar da Sociologia não configurar como disciplina obrigatória (com a flexibilidade curricular defendida pela nova lei), ela foi incluída na parte optativa ou facultativa do currículo do ensino secundário, de acordo com o exposto nas OCNs (Brasil, 2006a).

Infelizmente, a chegada dos militares ao poder, em 1964, retirou definitivamente qualquer resquício ou possibilidade de inclusão da Sociologia das escolas médias do país, que novamente ficou restrita apenas às Escolas Normais. Como apontado por Souza(2008), as reformas implantadas sob o regime militar, consolidadas mediante a Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, incluíram desde a extensão da escolaridade primária, que passou a ter uma duração de oito anos (a denominada escola de 1º Grau foi constituída pela fusão do ensino primário com o ensino ginásial), até a substituição do conteúdo humanista por uma cultura científica e técnica orientada para o trabalho. Promoveu também a introdução das disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) nos currículos das escolas médias, numa tentativa clara de substituir o ensino de Filosofia e Sociologia por conteúdos doutrinários e ideológicos.

Para Barbosa, Mendonça e Silva (2007), de acordo com a política de desenvolvimento industrial adotada pelos militares, houve uma ruptura quanto aos objetivos da educação, que passou da opção por uma formação mais humanística para a opção por uma formação técnico-profissionalizante. Tal ruptura foi justificada tanto em função do atendimento a demanda de mão-de-obra técnica para a indústria quanto para diminuir as pressões pela ampliação das vagas do Ensino Superior. De acordo com as OCNs, a Lei 5.692/71 “mantém esse caráter optativo, raramente aparecendo a Sociologia senão quando vinculada ao curso que, obrigatoriamente, deveria ser profissionalizante”(Brasil, 2006a, p.102). Portanto, apenas o curso de

formação de professores em nível secundário (então chamado de ‘Habilitação Específica para o Magistério’ – HEM) preservou a disciplina, chamada de ‘Sociologia da Educação’.

Assim, o apogeu da ditadura militar coincidiu com o período de ausência da Sociologia (e Filosofia) dos currículos escolares. Mas os educadores progressistas não desistiram e continuaram na luta pela inclusão da disciplina no currículo. Apenas décadas depois, sob a redemocratização do país da década de 1980, se iniciou um período marcado pela abertura da possibilidade de inclusão da Sociologia, ao lado da Psicologia e da Filosofia, nas matrizes curriculares do então 2º grau. Como exemplo dessa possibilidade, citamos o currículo adotado no estado de São Paulo, que abriu a possibilidade de inclusão da Sociologia como disciplina optativa.

Dessa forma, o compromisso com a formação para a cidadania - um dos princípios norteadores da Lei Federal n. 7044/82 (Brasil, 1982) – se anunciava, numa tentativa de oportunizar aos jovens maior compreensão da realidade em que estavam inseridos. Esse contexto fez com que houvesse o retorno da Sociologia no 2º grau, sob a égide de governos mais progressistas dos anos 1980, em que São Paulo foi exemplo modelar:

Em São Paulo particularmente, experiência que vivenciamos como sindicalista, com a vitória do então senador Franco Montoro e sua posse em março de 1983, **a disciplina é introduzida em quase metade das 3 mil escolas de 2º grau da época**. Ainda na gestão Montoro é realizado o primeiro concurso público para o preenchimento de 29 vagas de professor de Sociologia nas escolas públicas paulistas em 1986. Quase dois mil professores se inscrevem. (Carvalho, 2004, p.22, grifo nosso).

A “adesão pelas disciplinas Sociologia, Filosofia ou Psicologia poderia ter sido mais expressiva, não fossem tão grandes o preconceito e a falta de clareza sobre a importância desses conhecimentos na formação dos alunos”(Barbosa, Mendonça e Silva, 2007, p.4).

Portanto, no final do século, nosso país convivia com uma escola secundária que perpetuava como obrigatorias as disciplinas História e Geografia e apenas sinalizava como possibilidade de inclusão optativa nas grades curriculares do ensino colegial o ensino de Sociologia, Filosofia ou Psicologia.

Com a aprovação da nova LDBEN, através da sanção presidencial da Lei n.9394 de 20 de dezembro de 1996, em meio a uma série de conflitos em torno da

discussão das novas diretrizes da educação nacional, um novo momento se anunciou, já que seu artigo 35 previa:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - **o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;**

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (Brasil, 1996, p.15, grifo nosso).

E, pela primeira vez na legislação brasileira, a Sociologia e a Filosofia são formalmente registradas como conhecimentos imprescindíveis na formação escolar, conforme o artigo 36:

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes, o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

§ 1º. Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III - **domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.** (idem).

Portanto, naquele momento, ficou evidente que a nova lei anunciaava um avanço significativo para a área de Humanidades na escola básica brasileira: vale registrar que são as duas únicas disciplinas citadas nominalmente na lei. Entretanto, a luta que parecida ganha, estava apenas começando.

Apesar da previsão do domínio dos conhecimentos da Filosofia e da Sociologia estar presente na nova LDBEN, o Conselho Nacional de Educação (CNE)

regulamentou, em seguida, uma Resolução da Câmara de Educação Básica (CEB) – a Resolução nº 3 (Brasil, 1998) -, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), omitindo-se a respeito da obrigatoriedade da disciplina Sociologia (e também da Filosofia) na matriz curricular. As novas diretrizes sinalizavam apenas a possibilidade dos conhecimentos dessas duas disciplinas serem abordados através de um “tratamento interdisciplinar”, confirmando o caráter neotecnicista das reformas educacionais brasileiras.

Com isso, a possibilidade de existência dessas duas disciplinas na grade curricular do Ensino Médio ficou, na prática, bastante reduzida. Como reconhece documento do próprio Ministério da Educação (MEC) anos depois:

No entanto, uma interpretação equivocada, expressa a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), do Parecer CNE/CEB 15/98 e da Resolução CNE/CEB 03/98, contribui para uma inversão de expectativas: ao contrário de confirmar seu *status* de disciplina obrigatória, seus conteúdos devem ser abordados de maneira interdisciplinar pela área das Ciências Humanas e mesmo por outras disciplinas do currículo. (Brasil, 2006a, p.103).

A partir desse momento, podemos considerar que vivemos onze anos de embates (1997-2008) na tentativa de garantir a real incorporação da disciplina no currículo da escola brasileira, contrapondo interpretações e intenções político-pedagógicas diversas – entre o sistema escolar (MEC e Secretarias de Educação) e os sociólogos-educadores. Em decorrência dos percalços oficiais, as tentativas de inclusão da Sociologia no Ensino Médio ganham fôlego com a apresentação de um Projeto de Lei 3178/97, de autoria do Padre Roque Zimmerman.

Já prevendo uma leitura aligeirada da lei, e antes mesmo da promulgação das Resoluções Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (RCNEM), em 1997 foi iniciado mais um capítulo desta luta histórica:

Este é o período mais recente e que concentra a maior e mais rica experiência de nossa luta nacional, em decorrência da sensibilidade legislativa do ex-deputado Padre Roque, do PT do Paraná, ao ter apresentado em outubro de 1997 um Projeto de Lei que alterava a LDB em seu artigo 36, dando-lhe uma redação bastante explícita, a saber: fica obrigatório o ensino de Sociologia e Filosofia em todas as escolas de Ensino Médio no país. (Carvalho, 2004, p.24).

O artigo nos lembra que tal atitude do então deputado atendeu “aos reclamos e reivindicações das entidades estadual e nacional de sociólogos” (idem), pois o próprio Padre Roque é também um sociólogo e sensibilizou-se pela luta de suas entidades representativas apresentando tal projeto à Câmara dos Deputados. Inicialmente, o caminho legal que o Projeto deveria seguir transcorreu sem tropeços (e por unanimidade) pelas duas Comissões regimentais que deveria ter passado - a saber, de Educação (CE) e de Constituição e Justiça (CCJ). Após tentativas vãs de discuti-lo em plenário, pois a base governista era assumidamente contra a aprovação do Projeto (alegando desde a falta de professores até a transversalidade do currículo), houve um grande movimento nacional por meio de mensagens eletrônicas enviadas aos deputados envolvidos, forçando para que o mesmo seguisse para o Senado, movimento analisado e detalhado na dissertação de Romano(2009).

Quatro anos depois o projeto foi aprovado pela Câmara e chegou ao Senado, onde ganhou um novo número: PLC 009/2000 (Projeto de Lei Originário da Câmara), que por intermédio do senador José Fogaça (PMDB/RS) chegou à Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Após fazer algumas modificações no projeto, aumentando o prazo para que os Estados pudessem implementar a lei (a clausula de transição), a CCJ emitiu um parecer favorável. O projeto foi encaminhado para a Comissão de Educação e o senador Álvaro Dias (PSDB/PR) foi nomeado seu novo redator. Assim que teve seu novo redator nomeado, de acordo com o boletim do SINSESP, as várias entidades envolvidas nessa luta marcaram uma audiência com o senador Álvaro Dias que, após ouvir os argumentos das entidades envolvidas, afirmou que daria parecer favorável e sem emendas ao projeto.

Tentando garantir a aprovação da lei, mais uma vez essas entidades passaram a mobilizar mais pessoas e organizações, incluindo os responsáveis pelos cursos de Ciências Sociais de todo o Brasil, para que enviassem o maior número de fax e e-mails de apoio ao Projeto a todos os responsáveis pela Comissão de Educação. Ao longo de vários meses a mobilização acabou trazendo resultado positivo, pois entre fevereiro de 2001 e agosto de 2001 apareceram “uma infinidade de publicações em sites (cartas de professores do ensino médio, moções de apoio,

manifestos, artigos jornalísticos etc.) relacionados aos profissionais com interesse na aprovação do projeto" (Romano, 2009, p.56).

Assim, em 18 de Setembro de 2000, o Projeto (PLC 009/2000) foi finalmente aprovado com uma boa margem de votos (40 a 20). A aprovação foi considerada um momento histórico da luta pela inclusão da Sociologia como disciplina obrigatória da grade curricular das nossas escolas, reconhecida como **rara expressão de unidade política no país**, como registra o sindicalista:

As galerias estavam lotadas de estudantes de vários estados e cursos de Ciências Sociais de todo o país (...). Um manifesto fora lançado em plano nacional (...) assinado por mais de 50 entidades nacionais de peso político e sindical, representando todos os segmentos da sociedade, em especial as universidades(...). Todas as seis centrais sindicais nacionais assinaram. Parece que o único ponto que as unificava à época era ser a favor de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio. Enfim, havíamos construído uma ampla unidade política, sindical e acadêmica, que havia dobrado a resistência dos governistas. (Carvalho, 2004, p.26).

Entretanto, junto com a celebração veio a apreensão. Apesar de toda alegria, todos os profissionais e entidades ficaram revoltados quando o MEC, contrário à proposta, encaminhou ao presidente da república Fernando Henrique Cardoso uma notificação contrária à sanção presidencial, sob o argumento de que tal aprovação não atendia ao interesse público, pois não havia professores e nem recursos disponíveis para a implementação da mesma. Além disso, interpretava que tal obrigatoriedade ia contra os princípios da transversalidade e da interdisciplinaridade defendidos pelas diretrizes da educação nacional.

O MEC, segundo os tecnocratas de sua Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico (SEMT), não eram contrários ao ensino dos conteúdos de Sociologia e Filosofia, e sim ao fato delas serem ensinadas enquanto disciplinas; e também argumentaram que elas já estariam sendo contempladas de modo transversal, diluídas em outras disciplinas. (Romano, 2009, p.68).

Assim, no dia 8 de Outubro de 2001, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso – sociólogo - acabou optando pelo voto ao PLC 09/2000. Carvalho, que no período em questão exercia o cargo de presidente da FNSB (Federação Nacional dos Sociólogos – Brasil), registra sua expectativa e interpretação política ao voto do governo federal:

Por fim, gostaríamos aqui de deixar um registro sobre a nossa posição a respeito do que FHC faria com relação à aprovação do Projeto de Lei. Havia duas visões no movimento e entre os nossos aliados na luta. Uma parte achava que FHC vetaria simplesmente a Lei, caso aprovada pelo Senado; outra parte achava que era ainda possível que ele sancionasse a Lei ou até a ignorasse, deixando o ato de transformá-la em Lei para o presidente do Senado. Pessoalmente sempre estive entre os que nunca tiveram a menor ilusão com relação à posição de FHC. Um governo neoliberal, que aprofundou nos seus anos de governo o abismo entre pobres e ricos, que implantou em profundidade o modelo neoliberal excluente no país, com privatizações selvagens e irresponsáveis, cuja base se sustentação sempre fez o que o FMI e o Banco Mundial determinaram, não poderia aprovar uma Lei que traria para nossa juventude **mais oportunidades de conscientização política, social e filosófica**. Isso iria contra tudo o que ele fez em oito anos de governo. (Carvalho, 2004, p.28, grifo nosso).

Apesar da interpretação que foi partilhada por muitos educadores brasileiros, chocados pela incoerência de FHC, um sociólogo de formação, os motivos oficiais apresentados para justificar o voto foram ligados aos professores e sua formação:

No ano de 2001, o projeto de lei (nº3.178-B, de 1997) que tornaria o ensino da Sociologia e da Filosofia obrigatórios no ensino médio, de autoria do deputado Padre Roque (Partido dos Trabalhadores do Paraná), foi vetado integralmente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. No *Diário Oficial da União* de 9 de outubro de 2001 foram publicadas as razões do voto: A proposta acarretaria ônus para os Estados na contratação de professores; e não haveria licenciados suficientes para atender às demandas das escolas, caso fosse aprovada. (Mota, 2005, p.95).

Vários autores analisam que as razões apresentadas pelo voto não estão de acordo com as recomendações da LDBEN. Como explicita Mota(2005), a mudança na composição das áreas do conhecimento não implica necessariamente mudança na carga horária semanal ou anual. A simples reorganização da grade curricular do Ensino Médio já seria suficiente para garantir a entrada da Sociologia, não resultando, necessariamente, num aumento das despesas com educação nos Estados. Em segundo lugar, não havia dados que comprovassem a falta de professores de Sociologia⁴⁹ e, além disso, a lei previa um tempo hábil para que esses professores fossem habilitados em curso superior.

No que se refere à demanda das escolas, não é possível afirmar a falta de profissionais, pois, como as escolas têm autonomia para determinar o tempo e a forma de organização de cada componente curricular, não se

49 Vale destacar que várias universidades brasileiras oferecem (há décadas) licenciatura em Ciências Sociais, cujos egressos nunca puderam se envolver especificamente com o ensino...

sabe de antemão as horas que seriam necessárias e destinadas à Sociologia. (Mota, 2005, p.96).

O veto do Presidente acabou gerando desânimo em toda a comunidade acadêmica e entidades envolvidas nessa batalha. É fundamental nesse momento registrar também a relevância do papel exercido pelas entidades comprometidas com essa luta: no período que vai de 1997 a 2008, sobretudo a partir do ano 2000, com a chegada o Projeto de Lei ao Senado, varias entidades passaram a agir ativamente para que o ensino de Sociologia retornasse como disciplina obrigatória para o Ensino Médio. A dissertação de Romano(2009) mostra a importância e dá destaque para o SINSESP (Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo), para a APEOESP (Associação dos Professores da Rede Estadual do Estado de São Paulo), para a CNPL (Confederação Nacional das Profissões Liberais) e para a SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia), alem de destacar o apoio de professores, pesquisadores e Centros Acadêmicos do curso de Ciências Sociais de varias universidades brasileiras. Por outro lado, sua pesquisa sugere que, apesar do apoio de tantas entidades, muitas delas o fizeram por interesses próprios, cada uma a seu modo e dentro das suas possibilidades, incluindo o corporativismo:

É evidente que os interesses são diversos, alguns diretamente e outros indiretamente, pois muitas entidades, na verdade, não teriam nenhum lucro material no fato do projeto ser ou não aprovado. Essa informação é importante para não cairmos num determinismo e simplificar com o argumento de que não passa de corporativismo. O corporativismo existe, é um dado da luta e não o negamos, porém, mais do que afirmar que os atores tem interesses, é preciso seguir os passos do porque de tais ou quais interesses. Assim, uma entidade como a SBS, de caráter acadêmico e científico, apoiou a luta indiretamente muito mais com interesse a longo prazo, pois quanto mais pessoas e alunos interessarem-se pela disciplina, tanto melhor visto que pode alargar seu público. Entidades sindicais como o SINSESP e a APEOESP podem ter mais contribuintes para suas lutas. E também há uma hierarquia jurídica que faz com que as entidades maiores apóiem as menores, pois quanto mais aquelas se fortalecerem, estas também tendem a se fortalecer, pois se as maiores apóiam as menores, é provável que estas também as apóiem em outra lutas. Assim, as Confederações (como a CNPL) apóiam, através de moções, ajuda de custos etc., as Federações (como a FNSB), enquanto estas apóiam os sindicatos que, por sua vez, procuram solidarizar-se uns com outros. É importante para uma entidade como APEOESP ter essa lei aprovada porque ela vê os futuros profissionais – que, calcula-se, serão em torno de 10.000 em todo país – como professores e não como sociólogos ou filósofos. Já as entidades profissionais os vêem enquanto profissionais (sociólogos, filósofos etc.) que irão fortalecer a profissão. Deste modo, nota-se que há toda uma complexidade e imensidão de interesse que não podem ser reduzidos em um único argumento. (Romano, 2009, p.54).

Apesar das provocações do autor, considero decisivo lembrar aqui a posição madura e consequente de nossa raiz - Florestan Fernandes: “é quase impossível estimular o progresso das pesquisas sociológicas sem que se criem perspectivas de aproveitamento real do pessoal especializado” (Fernandes, 1977, p.105). Entretanto, o próprio autor destaca que caso somente essa questão pudesse ser destacada, a questão da inclusão não mereceria nem sequer ser discutida.

Voltando ao período em questão, é significativo também lembrarmos que o veto do então presidente da república Fernando Henrique não significou desistência política, e as entidades mais comprometidas continuaram trabalhando, atuando mais fora da esfera federal. Ou seja, diante da impossibilidade de resolver a questão em âmbito nacional, naquele momento, as entidades envolvidas voltaram todas as suas forças para os níveis municipais e estaduais de ensino:

...os militantes passaram a adotar outra estratégia de luta que também iriam fazer uso nos anos seguintes: agir em âmbito municipal e estadual, principalmente nas Câmaras Municipais e nas Assembléias Legislativas, pressionando vereadores e deputados estaduais, estes geralmente pertencentes aos partidos tradicionalmente considerados de esquerda ou a vereadores e deputados identificados direta ou indiretamente com a profissão (professorado e profissionais liberais), para que discutissem os projetos de lei sobre a implementação das disciplinas nas redes municipal e/ou estadual de ensino. (Romano, 2009, p.77).

Acreditamos que os atores envolvidos utilizaram, com sabedoria, as alternativas disponíveis naquele momento para continuar lutando pela introdução da Sociologia como disciplina obrigatória, prosseguindo a luta até o final do mandato de FHC, de acordo com suas possibilidades.

Com a posse de um novo Presidente da República em 2003⁵⁰, e a nomeação de um novo ministro da educação⁵¹, a eleição do PT trouxe novas perspectivas em relação à política educacional, levando as entidades envolvidas sentirem-se fortalecidas ao ponto de levar novamente a batalha para o âmbito federal, com a reapresentação do antigo Projeto de Lei do Padre Roque (com as devidas modificações necessárias), formalizado como Projeto de Lei nº 1641/2003, apresentado pelo então deputado federal Ribamar Alves (PSB/MA). Tal projeto

50 Em 2003, Luis Inácio Lula da Silva assume o cargo de Presidência da República.

51 O cargo foi dado a Cristovam Buarque, que o ocupou de janeiro de 2003 até o início de 2004. Vale destacar que quando este foi governador do Distrito Federal (1995-1999), implementou a obrigatoriedade da Sociologia e da Filosofia com, no mínimo, duas aulas semanais em cada uma das três séries do Ensino Médio.

mantinha como conteúdo a inclusão de alterações no artigo 36 da Lei nº 9394/96 (Nova LDBEN), tornando obrigatória a oferta das disciplinas Sociologia e Filosofia no Ensino Médio.

Nesse contexto, o deputado Ribamar Alves teve um importante papel na campanha pela aprovação da oferta da Sociologia como disciplina obrigatória no Ensino Médio, pois ele assumiu “ir a frente como o novo autor agora responsável pelo Projeto da obrigatoriedade das disciplinas e também como uma espécie de “representante” informal no Congresso dessas entidades educacionais diretamente envolvidas” (Romano, 2009, p.80).

Nos meses seguintes, tais entidades conseguiram importantes reuniões com representantes do governo, através da ação direta dos seus representantes.

No mês de fevereiro de 2003, os representantes, de uma maneira impressionante, já conseguiram contatar o novo Ministro da Educação que sugeriu aos interessados para atuarem em duas frentes de trabalho. A primeira, liderada pelo deputado Henrique Fontana (PT/RS), incumbido de negociar com os líderes no Congresso a derrubada do veto; e a segunda frente de trabalho seria realizada no Executivo, que iria marcar reunião com especialistas educacionais do MEC e também das disciplinas Sociologia e Filosofia para elaborar um documento a ser enviado ao Congresso sobre a importância da aprovação de um Projeto de Lei que incluisse definitivamente as duas disciplinas e cumprir os objetivos expostos na LDB. (Romano, 2009, p.80).

Devido às constantes insistências dos representantes dessas entidades, em junho de 2003, houve duas audiências para tratar esse assunto, sendo uma com Cristovam Buarque e outra com a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados⁵². Ponto que merece destaque nessa audiência é a carta que fora assinada pelo então ministro Cristovam Buarque, endereçada ao Chefe da Casa Civil, José Dirceu, onde o mesmo declarava-se a favor da derrubada do veto. Tal carta representou um documento de peso a favor da batalha pela introdução da Sociologia como disciplina obrigatória para o Ensino Médio.

Entretanto, o Congresso entrou em recesso a partir de julho, fazendo com que a discussão esfriasse, e Romano(2009) aponta que, por conta da “relevância” dos temas em debate no Congresso, a discussão acabou sendo adiada e somente

52 Na segunda audiência, foi também importante a presença do professor Antônio Ibañez Ruiz (ex-reitor da UnB), então Secretário de Ensino Médio e Tecnológico do MEC. Além de posicionar-se favoravelmente ao Projeto, disse que a nova política do Ministério não colocaria empecilhos na aprovação do mesmo.

um ano depois, em junho de 2004, o Projeto foi aprovado pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Educação. Contudo, um requerimento assinado por 51 deputados da oposição ao Governo Lula, que viam o Projeto como uma proposta do Executivo (do MEC), impediu que o mesmo fosse diretamente para o Senado, onde, de acordo com a análise do autor, o texto seria aprovado com menos dificuldades. Tal adiamento fez com que novamente o Projeto ficasse parado, do final de 2004 até o início de 2006, por conta dos escândalos envolvendo a administração do Partido dos Trabalhadores.

Ainda em junho de 2004, percebendo que o Projeto ficaria emperrado no Legislativo, o SINSESP ofereceu ao MEC uma proposta escrita pelo Prof. Amaury Cesar de Moraes (FE-USP) para alterar a Resolução CNE 03/98, que impedia a obrigatoriedade da disciplina. Contudo, tal proposta tramitou no MEC por cerca de um ano e meio, sendo, nesse período, “revisada, comentada, modificada, sugerida por diversas partes, em sua maioria, especialistas em educação” (Romano, 2009, p.82), e somente em novembro de 2005 foi enviada para o Conselho Nacional de Educação, para que a mesma fosse apreciada.

No início de 2006 a discussão foi retomada e as entidades envolvidas passaram novamente a direcionar todos os seus recursos para obter sua aprovação. Em fevereiro daquele mesmo ano, o Conselho Nacional de Educação realizou uma audiência pública sobre o tema, e todas as entidades mandaram os seus representantes. Nesta audiência foram definidos os redatores do CNE, que se comprometeram com a mudança da Resolução CNE 03/98.

Após meses de adiamentos, contando com o apoio do então Ministro da Educação, Fernando Haddad, e com a participação em massa de todos os envolvidos nesta luta - seja através da presença nas audiências realizadas em Brasília, ou através do envio de e-mails e fax aos integrantes do CNE - foi aprovado o Parecer CNE/CEB nº 38/2006, elaborado pela Secretaria de Educação Básica do MEC em parceria com as entidades envolvidas com a luta pela obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio, com o título: “Inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio”. Tal parecer alterava as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pela contestada Resolução CNE/CEB nº 3/98 que garantia tratamento interdisciplinar aos conhecimentos das disciplinas Sociologia e Filosofia. Do novo Parecer 38, originou-se um Projeto de Resolução,

que acabou tornando-se a Resolução CNE nº04/06 (Brasil, 2006), aprovada e publicada no Diário Oficial da União em 21/08/2006, instituindo a Sociologia e a Filosofia como disciplinas obrigatórias no Ensino Médio, pressupondo que a maioria das escolas brasileiras adotavam organização curricular estabelecida por disciplinas. Alguns destaques:

Art. 1º § 2º As propostas pedagógicas de escolas que adotarem organização curricular flexível, não estruturada por disciplinas, deverão assegurar tratamento interdisciplinar e contextualizado, visando ao domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania. [...]

Art. 2º § 3º No caso de escolas que adotarem, no todo ou partes, organização curricular estruturada por disciplinas, deverão ser incluídas as de Filosofia e Sociologia. [...]

Art. 3º Os currículos dos cursos de Ensino Médio deverão ser adequados a estas disposições. (Brasil, 2006b).

E mais: a Resolução exigia um ano para a sua implantação em todo o país, conforme:

Parágrafo único. No caso do § 3º, acrescentado ao artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, os sistemas de ensino deverão, no prazo de um ano a contar da publicação desta Resolução, tomar as medidas necessárias para **a inclusão das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo das escolas de Ensino médio.** (Brasil, 2006b – Grifo nosso).

Tal Resolução alterou, portanto, o Artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, assegurando à Sociologia sua permanência e relevância na formação dos jovens estudantes. E mais, ao final desse ano – 2006 - o MEC divulgou o documento intitulado ‘Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio’, incluindo a Sociologia como disciplina.

Entretanto, reforçando posição do CNE, a vitória legal definitiva apenas veio no ano de 2008. Após cinco anos de batalha e vencidos os trâmites legais (aprovação pelas Comissões de Educação e Cultura e pela de Constituição, Justiça e Cidadania) o PL 1641/2003 apenas foi aprovado e enviado ao Senado no dia 10 de Janeiro de 2008. Dia 15 de Maio daquele mesmo ano, o Projeto foi aprovado e enviado para sanção presidencial. Assim, finalmente, após décadas desta ‘luta histórica’, o então Vice-Presidente da República José de Alencar, no exercício do cargo de Presidente da República, assinou a Lei Ordinária nº 11.684/2008, tornando

obrigatória a oferta das disciplinas Sociologia e Filosofia no currículo do Ensino Médio de todas as escolas brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como tentamos explicitar ao longo deste artigo, o processo que culminou na obrigatoriedade legal da oferta da disciplina Sociologia no currículo do Ensino Médio foi um processo longo e conturbado, marcado às vezes por discursos políticos que viam na disciplina um instrumento ideológico potente e que, por conseguinte, deveria ser evitado e ou defendido. Ao longo de todo o século XX, as diferentes reformas educacionais implantadas no Brasil alternaram períodos de total presença, presença parcial ou total ausência dessa disciplina no currículo das escolas (então) secundárias do país. A aprovação da Lei 11.684 significou uma grande vitória para todos os profissionais das Ciências Sociais. Mas sua relevância não se esgota nessa questão. Apesar de submetida a críticas, a inclusão da Sociologia enquanto disciplina obrigatória no currículo do Ensino Médio não é mero enciclopedismo ou corporativismo. A apropriação do conhecimento sociológico pelos jovens não deve ser pragmática, imediatista ou, muito menos, utilitarista. Sua inclusão no currículo não pode ser vista como simples medida corporativista. É claro para mim que o ganho profissional decorrente de sua inclusão é relevante, mas sua relevância maior não é apenas a criação de um mercado de trabalho para os sociólogos. Afinal, como já nos ensinou Fernandes(1977), se assim o fosse, tal questão não mereceria sequer ser discutida. Todavia, ela corresponde a muito mais do que isso. Ela corresponde a uma necessidade de transmitirmos aos jovens um conhecimento que lhes seja útil para interpretar o mundo e, com isso, auxiliá-los na construção da sua própria identidade. Ela corresponde ao modelo de sociedade que desejamos para nós mesmos. Nesse sentido, a Sociologia tem seu papel a desempenhar, colaborando com outras disciplinas, na tentativa de possibilitar ao indivíduo a compreensão do mundo em que está inserido e de suas mudanças.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M.V.; MENDONÇA, S.G.L.; SILVA, V.P. *Formação de Professores e Prática Pedagógica: Sociologia e Filosofia no Ensino Médio na Escola Atual*. Trabalho apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, no GT Ensino de

Sociologia. Recife, PE: 2007. Texto disponível em http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT9%20Ensino%20de%20Sociologia/FORMA%C3%87%C3%83O%20DE%20PROFESSORES%20E%20PR%C3%81TICA%20PEDAG%C3%93GICA%20SOCIOLOGIA%20E%20FILOSOFIA%20NO%20ENSINO%20M%C3%89DIO%20NA%20ESCOLA%20ATUAL.pdf. Acesso em 02 de janeiro de 2009.

BRASIL. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, referente à profissionalização do ensino de 2º grau. In: SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Legislação de ensino de 1º e 2º graus (Federal)*. São Paulo, 1982. v.9.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução n.3, de 26 de Junho de 1998, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 05 ago. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução n.04, de 16 de agosto de 2006, altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. *Diário Oficial da União*, seção 1, p.15. Brasília, DF, 2006b.

BRASIL. Lei Ordinária 11.684 de 02 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 03 de junho de 2008.

CARVALHO, L.M.G.X. A Trajetória Histórica da Luta pela Introdução da Disciplina de Sociologia no Ensino Médio no Brasil. In: CARVALHO, L.M.G.X.(org.) *Sociologia e Ensino em Debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2004, p.17-60.

FERNANDES, F. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

GOMES, C. A Sociologia em perspectiva internacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.67, n.157, set/dez.1986.

GUIMARÃES, E.F. Sociologia no Ensino Médio: Experiências da Prática da Disciplina. In: CARVALHO, L.M.G.X.(org.) *Sociologia e Ensino em Debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2004, p.181-190.

MOTA, K.C.C.S. Os lugares da sociologia na formação de estudantes do ensino

médio: as perspectivas dos professores. *Revista Brasileira de Educação*, n.29, p.88-107, Maio/jun/Jul/Ago 2005.

ROMANO, F.G. *A luta em defesa da Sociologia no Ensino Médio (1996-2007): um estudo sobre a invenção das tradições*. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, 2009.

SACRISTÁN, J.G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANTOS. M.B. A Sociologia no Contexto das Reformas do Ensino Médio. In:

CARVALHO, L.M.G.X.(org.) *Sociologia e Ensino em Debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2004, p.131-180.

SILVA, I.L.F. A Sociologia no Ensino Médio: Perfil dos Professores, dos Conteúdos e das Metodologias no Primeiro Ano de Reimplantação nas Escolas de Londrina – PR e Região – 1999. In: CARVALHO, L.M.G.X.(org.) *Sociologia e Ensino em Debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2004, p.77-94.

SOUZA, R.F. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez Ed., 2008.

A INCORPORAÇÃO DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO DISCURSO HEGEMÔNICO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Hugo Juliano Hermógenes da Silva⁵³
Camilla Beatritse Bezerra Bispo⁵⁴
Natália Spuldaro Tanno⁵⁵

RESUMO

Este ensaio relata a incorporação da Educação Ambiental (EA) pelo discurso hegemonic do ambientalismo moderado e sua conversão em Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Para isso, apresentam-se os conceitos de desenvolvimento sustentável e EA a partir das conferências internacionais específicas, e utiliza-se o conceito de campo social e ambiental de Bourdieu para demonstrar as habilidades da concepção hegemonic. Concluiu-se que a EDS colabora a reproduzir um modelo que privilegia o crescimento econômico em detrimento das dimensões ecológica e social do desenvolvimento.

Palavras-chave: Educação ambiental. Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

This study reports the incorporation of environmental education (EE) by the hegemonic discourse of environmentalism moderate and its conversion to the Education for Sustainable Development (ESD). For this, presents the concepts of sustainable development and EE from international conferences, and uses the concept of the social and environmental fields of Bourdieu to demonstrate the abilities of the hegemonic conception. We conclude that ESD helps to reproduce a model that favors economic development at the expense of environmental and social dimensions of development.

Keywords: Environmental education. Education for sustainable development. Sustainable development.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio parte da inquietação de como a concepção primária de Educação Ambiental (EA) idealizada nos eventos intergovernamentais foi

53 Oceanógrafo pela Universidade Federal do Paraná. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE-UFPR). hugojulianohs@gmail.com

54 Oceanógrafa pela Universidade Federal do Paraná. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE-UFPR). camillabeatritse@gmail.com

55 Oceanógrafa pela Universidade Federal do Paraná. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE-UFPR). nati.tanno@gmail.com

incorporada pelo discurso hegemônico do desenvolvimento sustentável⁵⁶. Em Tbilisi, uns dos principais eventos relacionados à EA definiu-se esta como o processo de reconhecimento de valores e elucidação de conceitos que levam a desenvolver as habilidades e as atitudes necessárias para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e o meio ambiente (TBILISI, 1977). Entretanto, na Rio+20, a EA é claramente referida como Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Os documentos pré-evento salientam que haja formação profissional voltada para a inovação e implementação de padrões de produção e consumo sustentáveis, valorizando as experiências locais. A Educação para o Desenvolvimento Sustentável é vista como um ponto importante para auxiliar a transformação da sociedade atual em uma sociedade mais sustentável e equitativa (UNESCO, 2012). Assim, o artigo objetiva entender quais foram às mudanças no conceito da EA após ser incorporada pelo discurso hegemônico do desenvolvimento sustentável e reformulada como Educação para o Desenvolvimento Sustentável, transformando os pressupostos iniciais em uma lógica que privilegia o crescimento econômico em detrimento das dimensões ecológica e social do desenvolvimento.

O texto está estruturado em três partes. Na primeira parte, se aborda a construção do conceito de desenvolvimento sustentável elaborado nas diversas conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre meio ambiente. Posteriormente, apresenta-se o processo de elaboração do conceito de EA nos eventos intergovernamentais paralelos específicos. Por fim, discute-se a incorporação da EA no discurso hegemônico do desenvolvimento sustentável.

Ressaltamos que se trata de uma pesquisa teórico-bibliográfica, onde os conceitos e princípios serão tratados de forma genérica, pois se trata de temas com amplo conteúdo e diferentes posicionamentos, onde seu aprofundamento deverá ser buscado na bibliografia aqui exposta, assim como em outras correlatas aos temas. Parte-se da teoria de campo social de Bourdieu para explicar como a proposta de desenvolvimento sustentável do ambientalismo moderado se tornou hegemônica, e, por sua vez, como assimilou a EA em seu discurso.

56 Este tema remete aos conteúdos do Módulo I, *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná.

OS EVENTOS INTERGOVERNAMENTAIS QUE CONSTRUÍRAM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A crise ambiental denunciada na década de 60 por informes científicos e pela mobilização ambientalista se instaura definitivamente como a primeira crise global causada pelo homem nos anos 70 do século XX. A crise é dada pelas transformações profundas no meio ambiente tanto em qualidade como em quantidade, sendo ocasionada principalmente pelas modificações dos sistemas ecológicos, econômicos, culturais e sociais (FOLADORI e TOMMASINO, 2000; LEFF, 2001).

É no contexto da crise que surgem as conferências internacionais (Estocolmo, 1972; Rio-92; Rio+5; Rio+10; Rio+20; Convenções da Biodiversidade; Convenções de Mudanças Climáticas; etc.) como tentativa dos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) negociarem e lidarem com os problemas ambientais globais.

Em Estocolmo, 1972, numa reunião específica, a ONU começou a discutir este tema e a emitir orientações, criando o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em 1974 (RAYNAUT, 2006). Num seguinte momento aprovou-se em 1987, o chamado Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. Neste documento surge a proposta do desenvolvimento sustentável visando compatibilizar desenvolvimento econômico com proteção ambiental, colocando-o como uma meta universal e sendo aceita pela maioria dos países como meio de enfrentar e superar a crise (PIERRI, 2005; LEFF, 2009). Este é definido como: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.” (CMMAD, 1991, p. 46).

Conforme Raynaut (2006), a palavra “desenvolvimento” é uma novidade semântica que surge principalmente após a Segunda Guerra Mundial com duas ideias bases: a ideia de ultrapassar simples objetivos de crescimento quantitativo para introduzir nas estratégias econômicas noções qualitativas, como as de bem estar, de justiça, de equidade; e a ideia de desencadear processos econômicos que permitissem aos países da periferia recuperar o atraso em relação às economias dominantes.

A noção de desenvolvimento sustentável possui uma diversidade de interpretações que supõem diferentes caminhos propostos para chegar ao objetivo principal conforme as convicções e interesses particulares. Com isso, consegue englobar posições institucionais, ideológicas e econômicas diferentes, abarcando tanto os defensores do modelo econômico e da economia de livre mercado, posição das grandes instituições internacionais, tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, assim como os ambientalistas e os defensores de uma interpretação social da sustentabilidade (RAYNAUT, 2006).

Em 1992, foi realizada a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), que foi concebida para instrumentalizar globalmente o desenvolvimento sustentável. Apesar de não ter atingido esse alcance, aprovaram-se alguns documentos, tais como A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente, a Agenda XXI, a Convenção marco sobre mudanças climáticas, e a Convenção sobre diversidade biológica, entre outros. Em 2002, a ONU organizou a Rio+10, em Johanesburgo, na África do Sul, mantendo os mesmos objetivos e compromissos da Rio-92. Da cúpula resultaram dois documentos principais: uma declaração política, que expressa os compromissos e os rumos para implementação do desenvolvimento sustentável; e um plano de ação, que estabelece metas e ações de forma a guiar a implementação dos compromissos assumidos pelos países. No geral o evento acabou girando apenas em torno de recomendações em relação à água, emissões de gás carbônico, a extinção de espécies e o uso de tecnologias “verdes”. Alguns países como EUA e Canadá, entre outros, rejeitaram várias metas e contribuíram para que a Rio+10 representasse um enfraquecimento das ideias trabalhadas pela ONU ao longo dos eventos anteriores (PIERRI, 2005, p. 66-70). A Rio+20 se coloca também como o momento em que se tomariam as decisões necessárias para a instrumentação global do desenvolvimento sustentável. Os países emergentes sugerem a criação de um fundo para financiar a construção do desenvolvimento sustentável, enquanto países desenvolvidos se resistem argumentando grande preocupação com a crise econômica atual.

Observa-se que as posições enfatizadas pela ONU em seus eventos visam conciliar o crescimento econômico com a conservação do meio biofísico, favorecendo o sistema econômico atual, sem discussões mais críticas que possam

questionar a hegemonia do desenvolvimento sustentável. Dita hegemonia é aqui considerada dentre um ambientalismo moderado, representada por uma política ambientalista que considera a produção humana como contaminadora, porém passível de soluções técnico-legais, e a produção capitalista como a única, porém com intervenção estatal no mercado (FOLADORI, 2001). Com o Informe de Brundtland o desenvolvimento sustentável ganha corpo em seu contexto econômico e político dentre um processo de cooperação internacional, incorporando em seu discurso e na prática um ecologismo pragmático o qual alia ecocentristas e antropocentristas para os objetivos gerais do desenvolvimento (“sustentável”) (PIERRI, 2005).

INSTÂNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS ONDE SE CONSTRUIU A CONCEITUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A EA, a nível conceitual e prático, surge em meio às discussões, documentos e eventos relacionados às temáticas ambientais entre as décadas de 60 e 70. Neste período, a EA não estava bem delineada, ainda era tratada como sendo simplesmente uma educação conservacionista. Esta já ocorria e ainda permanece dentre uma proposta biológico-ecológica ou por ações de professores de que ora privilegia o estudo compartmentalizado dos recursos naturais e as soluções técnicas para os problemas ambientais locais, ora desperta para um senso romântico com a natureza (MATAREZI et al, 2003; PHILIPPI JR e PELICIONI, 2005, p. 364). Tanner (1978, apud LAYRARGUES, 1998, p. 02) separa a educação conservacionista e a EA, ao verificar que a primeira prioriza as questões das ciências naturais, enquanto que a segunda aparece na interseção do ambiente e o homem, transcendendo a uma perspectiva da abordagem de conteúdos das ciências naturais e englobando aspectos socioeconômicos, históricos, políticos e culturais.

O reconhecimento internacional desse fazer educativo remonta a 1975 quando, em resposta às recomendações da Conferência de Estocolmo, criou-se o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) em Belgrado, Iugoslávia, através da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Neste momento a EA apresentava os seguintes princípios: multidisciplinar e

contínua, integrada às diferenças regionais e voltada aos interesses nacionais (BRASIL, 2005).

A Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi em 1977, na Geórgia, é considerada o evento mais significativo para a EA, sendo propostos princípios e estratégias, relatadas a seguir, segundo Novo (1995):

- Deve ser para pessoas de todas as classes e idades;
- Deve ser permanente;
- Deve contribuir para a resolução de problemas;
- Deve instituir o sentido de responsabilidade;
- Deve causar sentimento de solidariedade entre o gênero humano;
- Deve ter um enfoque global;
- Deve ter bases éticas;
- Deve ampliar a base interdisciplinar.

Em 1987 ocorreu o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativas ao Meio Ambiente, em Moscou, Rússia. O evento levantou discussões a respeito das dificuldades encontradas e dos progressos alcançados pelos países no campo da EA (PHILIPPE JR. e PELICIONI, 2005, p. 372). No documento final ressalta-se a importância da formação de recursos humanos nas áreas formais e não formais da EA e na inclusão da dimensão ambiental nos currículos. Além disso, o evento propôs um plano decenal de ação que valorizou as questões socioculturais e ambientais no processo educativo (MORALES et al, 2012).

Em 1990 foi realizada a Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien, Tailândia, aprovando-se como documento a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”, na qual reitera que a educação:

(...) confere aos membros de uma sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver a sua herança cultural, linguística e espiritual, de promover a educação de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio ambiente e de ser tolerante com os sistemas sociais, políticos e religiosos que difiram dos seus, assegurando respeito aos valores humanistas e aos direitos humanos comumente aceitos, bem como de trabalhar pela paz e pela solidariedade internacionais em um mundo interdependente. (JOMTIEN, 1990, p. 01).

Posteriormente houve a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ou Rio-92. Neste evento, aprovou-se a Agenda 21, a qual reúne propostas de ação para os países bem como estratégias para que essas ações possam ser cumpridas, e em seu 36º capítulo explicita a necessidade de reorientar a educação no sentido do desenvolvimento sustentável, propondo ações, objetivos e meios para a sua implantação. No Fórum Global da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, evento paralelo à Rio-92 entre ONGs e a sociedade civil, firmou-se o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Este reforça os princípios da EA dos encontros anteriores, atenta para as questões do atual modelo de desenvolvimento econômico e social, e valoriza as culturas, saberes e história, tendo na educação ambiental a promoção da diversidade cultural, linguística e ecológica (PHILIPPE JR. e PELICIONI, 2005; MORALES et al, 2012).

Em 1997, ocorreu a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, em Thessaloníki, Grécia. Neste momento houve o reconhecimento que o desenvolvimento da EA foi insuficiente ao longo do tempo. Porém, reconheceu-se que a visão de educação e consciência pública foi enriquecida e reforçada pelas conferências internacionais anteriores e que os planos de ação dessas conferências deveriam ser implementados em todas as instâncias governamentais e não governamentais. Assim como na Rio-92, considerou-se também o conceito de sustentabilidade, porém este foi ampliado, abarcando não só o meio ambiente, como também a pobreza, a habitação, a saúde, a segurança alimentar, a democracia, os direitos humanos e a paz, resultando em um imperativo moral e ético no qual a diversidade cultural e o conhecimento tradicional sejam respeitados (PHILIPPE JR. e PELICIONI, 2005, p. 374-375; MORALES et al, 2012).

Em um período de cinco anos após Thessaloníki, ocorreram propostas e mudanças gradativas sobre a sustentabilidade que culminaram em 2002 na Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável em Johanesburgo, África do Sul. Neste evento a UNESCO estipulou a *Educação para o Desenvolvimento Sustentável*, o que acabou contrastando com ideologias e simbologias da EA tratada em eventos anteriores. Dito contraste entre a EA e a *Educação para o Desenvolvimento Sustentável* foi alvo de estudo da Comissão Internacional de Educação e

Comunicação da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais. Os resultados observados foram de três concepções: uma que considera a Educação para o Desenvolvimento Sustentável como um subcampo da EA; outra que considera a Educação para o Desenvolvimento Sustentável como uma evolução gradual da EA; e por fim, ambas como complementares de dois campos distintos, cada qual com seu arcabouço epistêmico, conceitos e teorias, estratégias e praxiologia, além de distintos comprometimentos políticos, éticos e axiológicos (MEIRA e SATO, 2005).

A última Conferência Internacional de Educação Ambiental em Ahmadabad, Índia, no ano de 2007, também faz referência à Educação para o Desenvolvimento Sustentável, colocando-a como essencial para as transformações que apoiam a integridade ecológica, a justiça social e econômica, os modos de vida sustentáveis e o respeito à vida. E considera que a EA apoia e defende a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, baseada na construção de alianças e no compartilhamento de experiências e do conhecimento coletivo para refinar a visão da sustentabilidade enquanto esta é expandida em sua prática. Como recomendações, coloca ainda que a ONU e os governos necessitam apoiar a educação ambiental e desenvolver um marco político para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável e comprometer-se com sua implementação (AHMADABAD, 2007).

Em resumo, tem-se que as conferências anteriores a Rio-92 originaram as concepções da EA baseadas muitas vezes em utopias que objetivavam um desenvolvimento alternativo e ideal da humanidade. Os documentos estabelecidos procuravam incentivar projetos educacionais que estimulassem: a geração e o resgate coletivo do conhecimento; a interdisciplinaridade; a compreensão da dinâmica e as implicações da relação entre a sociedade e o meio ambiente em suas múltiplas dimensões; a mudanças de valores com distinção às diferentes necessidades e desejos sociais; a autonomia e o pensamento crítico; os processos democráticos, participativos e de solidariedade; a cidadania plena, o empoderamento das populações e o fortalecimento de suas identidades (NOVO, 1995).

Porém, logo após a Rio-92, a EA tem sido reformulada como Educação para o Desenvolvimento Sustentável, promovendo a relação de compatibilidade do

crescimento econômico com a conservação ambiental. Com isso, o processo educativo é reorientado para estabelecer modos de comportamento diante das consequências ou efeitos da crise socioambiental e não de suas causas. Realizam-se programas pontuais de treinamento ou de transferência de conhecimentos que são generalistas, pré-estabelecidos e inconsistentes, cujos princípios são neoliberais, priorizando a inovação tecnológica e o crescimento econômico. Nestes aspectos, pode-se dizer que a Educação para o Desenvolvimento Sustentável utiliza algumas medidas pedagógicas “fracas” que demonstram uma compreensão possivelmente distorcida da crise socioambiental, e que não compartilha os mesmos princípios da EA das décadas de 70 e 80 do século XX.

A interpretação da transformação e incorporação da EA, que considera ambas como complementares de dois campos distintos, é o foco deste trabalho. Procura-se discutir posteriormente como esta divisão entre a EA e a *Educação para o Desenvolvimento Sustentável* alcança o cotidiano em suas teorias e ações práticas. Mais do que isso, pretende-se mostrar que o discurso hegemônico do desenvolvimento sustentável avançou sobre a ideologia da EA, englobando e transformando alguns de seus pressupostos, dentro de uma lógica onde o crescimento econômico é mantido como prioritário.

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO PROPOSTA HEGEMÔNICA E TRANSFORMADORA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Apesar do consenso que ganhou o conceito do desenvolvimento sustentável, o seu significado mais específico é foco de grandes controvérsias, particularmente seu alcance e como deveria ou poderia ser construído (SACHS, 1993).

Ao aceitar as múltiplas leituras sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, Lima (2009) sugere a existência de um campo social - no sentido empregado por Pierre Bourdieu - em que diferentes discursos e grupos sociais disputam a legitimidade e a hegemonia sobre ele, assim como o poder de orientá-lo segundo seus interesses e concepções. Conforme Bourdieu, o campo social apresenta conflitos que são inerentes à estrutura do “espaço social” em diferentes classes. A relação que os diferentes grupos sociais possuem entre si no espaço

determinam sua representação e seu poder simbólico no campo. As diferentes categorias de percepção do mundo, às proximidades e distâncias que os grupos mantêm entre si e no espaço dependerá do capital econômico e cultural adquirido por cada um. Assim, o conflito entre os grupos emerge não somente devido à quantidade e a diversidade de capital que estes possuem, mas também das diferentes representações e apropriações do espaço. Com isso, Bourdieu parte do princípio de que o campo social é um sistema multidimensional, onde a hegemonia simbólica e material sobre um universo de atividade e do saber é travada em conflitos tensionados pelas distintas representações do mundo social (VIÉGAS, 2009).

A hegemonia é questionada quando esta se expõe em um campo de forças. Segundo Loureiro et al, (2009, p. 87), o campo social, ao envolver as questões socioambientais, constituirá um “campo ambiental”, o qual envolve as relações sociais e históricas pela disputa de poder simbólico da conduta humana desejável em relação a um meio ambiente ideal. A hegemonia do campo dependerá das habilidades dos grupos dominantes em fazer valer as condições desiguais de distribuição de poder. Entre estas habilidades está a incorporação dos elementos contestatórios dos grupos divergentes, para que, desta forma, a hegemonia busque a “naturalização” e “desnaturalização” das bases ideológicas opostas (LOUREIRO et al, 2009, p. 89-102). Neste caso, considera-se que na medida em que o desenvolvimento sustentável passa a incorporar as condições dos ecocentristas e antropocentristas, desmantela parte das críticas sociais e ambientais destes movimentos, incorporando parcialmente seus discursos. Logo, dita construção hegemônica busca o consenso das representações simbólicas dos movimentos sociais e ambientais, contribuindo para naturalizar um modo de existir, pensar e agir entre os sujeitos, mesclando os ideais e as ações dos diversos posicionamentos sobre um mesmo patamar, ajustando-os às demandas da ideologia do desenvolvimento sustentável.

Conforme Loureiro et al (2009, p. 109), a ideologia dominante pode ser questionada e transformada quando:

- As ideias hegemônicas não se mostram coerentes na prática, evidenciando as suas contradições e gerando questionamentos e conflitos sociais;

- A análise e a reflexão do pensamento teórico e crítico “desnaturalizam” o que seria considerado natural, explicitando uma realidade histórica.

O conceito de desenvolvimento sustentável debatido nos anos 90 possui um contexto sociocultural diferente da mobilização ambiental originada nos anos 60, dado pela consolidação da globalização econômica, desencadeante da crise do Estado Nacional, do projeto de um Estado de Bem estar e de uma visão de cidadania como garantia e expansão de direitos sociais. Principalmente com a realização da Rio-92, o que era uma temática específica dos movimentos ecológicos foi internalizado ou naturalizado de diferentes maneiras tanto por outros movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais (ONGs) como por outros campos e atores sociais. Com isso, instaura-se uma crise no seio dos movimentos sociais, fazendo com que o conflito no campo ambiental se dilua em propostas diplomáticas e consensuais nas grandes conferências e acordos internacionais contra uma tradição ambiental de crítica radical à sociedade, onde o próprio conceito de desenvolvimento sustentável é um exemplo disto (CARVALHO, 2002).

Tal discurso se apoia em uma estratégia conciliatória e reformista, que propõe mudanças superficiais de ordem tecnológica, demográfica e econômica, em detrimento de outras mudanças políticas, éticas e sociais (CARVALHO, 2002). Dita estratégia pode ser entendida pelo termo “modernização ecológica”, onde se propõe conciliar o crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais, dando ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso. (ACSELRAD et al, 2008, p. 14).

O desenvolvimento científico de cunho emancipatório e os conflitos sociais tornam-se fundamentais neste contexto, devendo considerar a formulação teórica de novos saberes através de propostas transformadoras e por um trabalho de apropriação crítica dos mecanismos ideológicos a que os grupos se encontram subordinados, para que as lutas sociais de grupos em situação de dominação não se satisfaçam apenas com algumas reformas dadas pela apropriação de pequenas modificações nos discursos dominantes (LOUREIRO et al, 2009, p. 103-104).

Segundo Lima (2009), embora o conceito de desenvolvimento sustentável tenha uma retórica multidimensional que promete compatibilizar viabilidade econômica, justiça social e preservação ambiental, a ênfase é sabidamente de

defesa do crescimento econômico, algo que contradiz a retórica e sacrifica a multidimensionalidade e a interdisciplinaridade, entendidas como categorias centrais da sustentabilidade.

O entendimento destas contradições da sociedade e da dinâmica da luta política na construção de processos hegemônicos e de dominação, em uma sociedade de classes, torna-se condicionante à compreensão da complexidade ambiental e para a busca de alternativas democráticas, igualitárias e populares que caminhem para a sustentabilidade da vida planetária (LOUREIRO et al, 2009, p. 116).

A EA nas últimas quatro décadas percorreu um campo de atividades e políticas diversas, explicitando seus pontos de debate, definindo e formando teorias e metodologias. A partir da Rio-92, o discurso hegemônico do desenvolvimento sustentável incorporou diferentes pressupostos dos movimentos ecológicos e sociais, desmobilizando-os e impondo-se como uma nova face da educação em substituição à educação "ambiental". Com isso, inseriu-se nos campos sociais, entre os quais o campo educacional, fazendo emergir a proposta de Educação para o Desenvolvimento Sustentável e sua institucionalização pela UNESCO como tema da "Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável" no período 2005-2014 (CARVALHO, 2002; LIMA, 2009).

O processo de renomeação desta esfera educativa evidencia um conflito entre um conceito de desenvolvimento sustentável, construído pela ONU após 1989, e as raízes contraculturais da EA, advindas do movimento ecológico. Isto remete ao pertencimento da EA a um campo social historicamente construído, dado pela crítica radical da sociedade capitalista industrial de consumo, ao modelo de desenvolvimento econômico e a educação formal tradicional, distinguindo-se profundamente do contexto político e ideológico de modernização desenvolvimentista, base do desenvolvimento sustentável. Nesta perspectiva, a substituição da EA por uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável implica a perda de uma ideologia crítica, de uma identidade e um capital simbólico que sustenta a utopia ambiental de uma luta emancipatória. Mais do que isso, insere-a ao modelo contra o qual a própria ideologia ecologista era contrária no contexto contracultural dos anos 60 e como movimento social integrado a outros movimentos de direitos sociais, culturais e de identidade dos anos 80 a 90. Desta forma, a

construção da EA e sua identidade profissional são desdobramentos de parte da estruturação do campo ambiental e do campo social que esta articula (CARVALHO, 2002).

A proposta de Educação para o Desenvolvimento Sustentável pode ser reconhecida pelo seu viés “reformista”, ensejado pelas habilidades de incorporação dos elementos contestatórios dos movimentos divergentes, reformulando constantemente o discurso em busca da hegemonia ideológica, porém sem modificar seus fundamentos. Nesta educação se busca a transformação de comportamentos de um indivíduo em sua relação cotidiana com o meio ambiente (cada um faz sua parte), visando à formação de hábitos “mais responsáveis” como forma de superar a crise ambiental. Com isso, contrastando com os elementos constituintes de uma EA orientada para a emancipação (seção anterior), podemos considerar a visão triunfante como racionalista, acrítica e ingênuas sobre a problemática ambiental, à medida que aponta para uma prática pedagógica prescritiva e reprodutiva. Por outro lado, a EA comprometida com uma vertente transformadora, comprehende e busca a superação das causas estruturais da crise ambiental por meio da ação coletiva e organizada, sob uma ótica da complexidade do meio social e com o processo educativo pautado na dialógica e na problematização, comprometendo-se com as transformações estruturais da sociedade, de cunho emancipatório, socialmente justo, democrático e responsável ambientalmente (QUINTAS, 2002 apud LOUREIRO et al., 2009, p. 15).

O caráter instrumental da Educação para o Desenvolvimento Sustentável contraria o espírito da educação enquanto prática de liberdade que pressupõe autonomia e pensamento crítico. Assim como o próprio desenvolvimento sustentável, esta possui um conceito polissêmico, onde a tecnologia é um elemento central que permite e promete reformas dentro da mesma ordem dominante. Enquanto questão política que define o papel da cidadania, da participação social e do modelo de democracia, esta é fragilizada, onde o público geralmente é convocado a participar e colaborar da execução de planos e projetos predefinidos pelas elites econômicas e políticas (LIMA, 2009). De forma sutil, a EA fertilizada pelos movimentos de base é metamorfoseada em uma EA elitista e centrada no que é sagrado na civilização predatória-industrial-moderna, a exacerbação do individualismo.

O desenvolvimento sustentável torna-se plataforma de vários órgãos internacionais aliados aos fenômenos da globalização do mercado e da lógica reducionista que mascaram a regionalidade e os dinamismos peculiares dos processos educativos. Com isso, torna-se necessário denunciar que os programas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial abarcam tanto a externalização dos custos ambientais e sociais do comércio internacional, como o intercâmbio ecológico e economicamente desigual que, através da dívida externa, entre outros, são causadoras diretas da degradação social e natural de países em desenvolvimento. Não é possível, assim, aceitar as estratégias que impulsionam os círculos de poder e que hegemonizam o discurso do desenvolvimento sustentável, negligenciando a necessidade de cada país e região em enfrentar os seus próprios dilemas e de construir modelos de transição para a sustentabilidade a partir da sua realidade ecológica e sociocultural (MEIRA e SATO, 2005).

Isso nos remonta a dicotomia primordial da EA na Rio-92. No campo conflitivo entre a EA, que aparecia como transformadora desde Tbilisi, e o desenvolvimento sustentável, os órgãos internacionais optam em inserir a EA neste discurso criando a Agenda 21 que define a Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Entretanto, como dito anteriormente, no evento paralelo à Rio-92, promove-se o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, subentendendo as necessidades observadas pela própria sociedade civil organizada e em base aos pressupostos da EA. Para Pedrini e Brito (2006) este tratado é um dos referenciais teóricos mais importantes da EA e junto com os pressupostos pedagógicos da declaração de Tbilisi constituem uma “proposta de paradigma para uma EA planetária”.

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis assume que o modelo de civilização dominante se baseia em superprodução e superconsumo para uns e subconsumo e falta de condições para produzir por parte da grande maioria, sendo estas as causas primárias dos problemas socioambientais. O tratado destaca que é fundamental que as comunidades planejem e implementem suas próprias alternativas às políticas vigentes, buscando abolir os programas de desenvolvimento, seus ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento. Este processo remete a uma educação transformadora permanente para criar sociedades sustentáveis, equitativas, socialmente justas e ecologicamente

equilibradas, requerendo para isto, responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário. Trata-se de uma EA ideológica, com pensamento crítico e inovador, como um ato político democrático baseado em valores para a transformação social. Para isso, envolve uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar, onde as questões globais críticas, suas causas e inter-relações estão dentre uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Por fim, faz-se valer a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, a interação, recuperação, reconhecimento e respeito às culturas, promovendo a diversidade cultural, linguística e ecológica, valorizando os diferentes tipos de conhecimento, e estimulando e potencializando o poder das diversas populações (FÓRUM GLOBAL, 1992).

Vê-se que o tratado é um manifesto onde as comunidades procuram retomar a condução de seus próprios destinos, dado pela cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida e de uma consciência ética. Segundo Meira e Sato (2005), a EA através do debate democrático, da ampla participação da cidadania e dos movimentos sociais, é responsável pela construção dos novos modelos de sociedades sustentáveis. Isso contrasta diretamente aos interesses da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, elaborada pelo discurso das instituições internacionais nos acordos, conferências e agendas sobre o desenvolvimento sustentável.

Entende-se atualmente que, por mais que se tente promover a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, a educação ambiental crítica está presente e revigorada, ressuscitada dentre o movimento contra hegemônico, onde, segundo Layrargues (1998), ressurge no Brasil e no mundo com novas nomenclaturas, tais como a Ecopedagogia, Educação para a Cidadania, Educação para Gestão Ambiental, Ecoformação, entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar que, no contexto da EA, a crise ambiental é vista sob duas lógicas diferentes: uma destacada principalmente pela ONU após 1987, que privilegia o desenvolvimento econômico, mesmo que utilize uma perspectiva

ambiental (desenvolvimento sustentável); e outra de base crítica, que comprehende que a crise é decorrente do sistema capitalista atual e da priorização do chamado “progresso”.

Destaca-se também que a apropriação de termos pelo poder hegemônico não se refere apenas à EA. A própria criação do termo desenvolvimento sustentável, já nos remete à uma tentativa de desmantelar a luta por uma nova ética ambiental e social.

Ao longo dos anos o desenvolvimento sustentável, de característica antropocêntrica e reducionista, se tornou um dogma, sendo firmado por documentos oficiais, sem ao menos passar por uma crítica séria. Mais recentemente na Rio+20, a “onda” da economia verde, de caráter fortemente neoliberal que privilegia interesses de mercado, vem reforçar que a priorização do desenvolvimento sustentável é totalmente econômica (ONU/RIO+20, 2012).

Considera-se que a reforma da sociedade atual ou a sua transformação são pontos fundamentais para superar a crise. A Educação para o Desenvolvimento Sustentável é ao mesmo tempo suporte para a manutenção de um modelo onde se privilegia o desenvolvimento econômico, como também um processo inicial para transformar a sociedade, porém insuficiente. A real transformação vem através da educação ambiental com um caráter crítico, que questiona as ideias hegemônicas que não se mostram coerentes na prática, e que analisa e reflete sobre o pensamento teórico que a constitui. Programas de educação ambiental sem essa contextualização tendem a gerar o desenvolvimento de uma consciência ecológica sem compromisso social, como por exemplo, campanhas para economizar energia e de reciclagem de resíduos sólidos, que não trazem diretamente um debate sobre a cultura consumista e os mecanismos de concentração de renda e de exclusão social.

Uma educação ambiental com característica transformadora surge da necessidade da participação social e do envolvimento público em questões ambientais não somente tendo os educandos como receptores de informações de um processo educativo, mas como disseminadores destes conteúdos e principalmente como agentes politizados para as tomadas de decisões e defesa dos interesses coletivos frente às suas questões culturais e na definição de perspectivas dos tipos e níveis de riscos socioambientais aceitáveis pela sociedade.

Atentamos que a abordagem em base à teoria de campo social e ambiental em Bourdieu permite analisar como o desenvolvimento sustentável se tornou hegemônico e, por sua vez, incorporou a educação ambiental em seu discurso. Porém outras leituras poderão ser realizadas em base nas mais diversas teorias sociológicas, autores e concepções correlatos à questão aqui proposta, visando aprofundar ou contestar este entendimento na medida em que contribui para a discussão atual da crise socioambiental.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

AHMADABAD. **Declaração de Ahmadabad**: Uma chamada para a Ação. Educação para a vida, a vida pela educação. Ahmadabad, 2007. Disponível em: <http://www.tbilisiplus30.org/>. Acesso em: 05 jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação ambiental. Programa nacional de educação ambiental – PRoNEA. 3 ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. p. 102.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. O “ambiental” como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental. In: Sauvé, L.; Orellana, I.; Sato, M. **Textos escolhidos em Educação Ambiental**: de uma América à outra. Montreal: Publications ERE-UQAM, 2002. Tomo I. p. 85-90.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FOLADORI, Guillermo. Una tipología del pensamiento ambientalista. In: PIERRI, N.; FOLADORI, G (Eds.). **Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. Montevideo: Trabajo y Capital, 2001. p. 81-128.

FOLADORI, Guillermo.; TOMMASINO, Henrique. El concepto de desarrollo sustentable treinta años después. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, Editora da UFPR, n. 1, jan./jun. 2000. p. 41-56.

FORUM GLOBAL. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Fórum Global da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho das Organizações Não-Governamentais. Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992.

JOMTIEN. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Disponível em:
<http://www.unesco.org/new/en/unesco/resources/online-materials/publications/unesdoc-database/>. Acesso em: 05 jun. 2012

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação para a gestão ambiental: será esta a sucessora da educação ambiental? In: MATA, S.F. et al (Orgs.). **Educação ambiental, desafio do século:** um apelo ético. Rio de Janeiro: Terceiro Milênio, 1998. p. 108-113.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental.** Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis, RJ: Vozes/PNUMA, 2001. p. 343.

_____. **Ecologia, capital e cultura.** São Paulo: Editora Vozes, 2009.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação, sustentabilidade e democracia: explicitando a diversidade de projetos político-pedagógicos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, Editora UFPR, n. 20, jul./dez. 2009. p. 69-75.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Repensar a Educação Ambiental:** um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009.

MATAREZI, José; BONILHA, Luis Eduardo Carvalho; MENTGES, Tatiane. (2003). A educação ambiental comunitária no litoral brasileiro e o papel da universidade. In: VIEIRA, P. F. (Org.). **Conservação da diversidade biológica e cultural em zonas costeiras:** enfoques e experiências na América Latina e no Caribe. Florianópolis: APED, 2003. p. 528.

MEIRA, Pablo; SATO, Michèle. Só os peixes mortos não conseguem nadar contra a correnteza. **Revista de Educação Pública**, v.14, n.25, 2005. p.17-31.

MORALES, Angélica Gois; SOUZA-LIMA, José Edmilson; KNECHTEL, Maria do Rosário; CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. **Educação Ambiental e Multiculturalismo.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012. (*no prelo*).

NOVO, Maria. **La educación ambiental:** bases éticas, conceptuales e metodológicas. Madrid: Universitas, S. A., 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. The future we want. **United Nations Conference on Sustainable Development.** Rio + 20. Rio de Janeiro, Brazil: 19 jun., 2012.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão; BRITO, Maria Inês Meira Santos. Educação ambiental para o desenvolvimento sustentável ou sociedade sustentável? Uma breve reflexão para a América Latina. **Revista Educação Ambiental em Ação**, Novo Hamburgo, v. 5, n. 17, jun./ago. 2006.

PHILIPPI JR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade.** São Paulo: Manole, 2005.

PIERRI, Naína. Historia del concepto de desarrollo sustentable In: FOLADORI, G.; PIERRI, N. (eds.). **Sustentabilidad? Desacuerdos sobre desarrollo sustentable.** 1^a. ed. México: H. Cámara de Diputados; Universidad de Zacatecas; Miguel Angel Porrua, v.1, 2005. p. 27-81.

RAYNAUT, Claude. Atrás das noções de meio ambiente e desenvolvimento sustentável: questionando representações sociais. **Conferência ministrada no Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento/UFPR**, março 2006, mimeo.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.) **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora brasiliense, 1993.

TBILISI. **Declaração da Conferência Intergovernamental sobre educação ambiental**. Tbilisi, 1977. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/decltbilisi.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Educação para o Desenvolvimento Sustentável promove sociedades verdes** – painel da UNESCO em Nova York. Nova York, 2012. Disponível em: <http://www.rio20.info/2012/educacao-para-desenvolvimento-sustentavel-promove-sociedades-verdes-painel-da-unesco-em-nova-york>. Acesso em: 19 jun. 2012.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, Editora UFPR, n. 19, jan./jun 2009. p. 145-157.

TELEVISÃO PÚBLICA NO BRASIL: RESQUÍCIOS DO PASSADO E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Juliana Marques de Carvalho⁵⁷

RESUMO

O presente artigo, através do levantamento bibliográfico e documental, tem como objetivo recuperar o histórico de como se deu a constituição da televisão pública no Brasil a fim de compreender o quanto os processos do passado interferem na consolidação da TV Brasil bem como na construção de um sistema público de comunicação no país. No decorrer deste trabalho observou-se que o predomínio das televisões comerciais prejudicou o desenvolvimento da televisão publica no Brasil. Neste sentido, sua consolidação propiciaria um ambiente mais equilibrado e democrático no setor televisivo brasileiro.

Palavras-Chave: Televisão Pública; TV Brasil; Sistema Público de Comunicação

ABSTRACT

This article, through bibliographic and documentary, aims to recover the history of how it came to setting up public television in Brazil in order to understand how much the past processes interfere with the consolidation of TV Brasil as well as in the construction of a public communication system in the country. In this work it was observed that the dominance of commercial television hindered the development of public television in Brazil. In this sense, their consolidation would provide a more balanced and democratic in Brazilian television industry.

Keywords: Public Television; TV Brazil; Public Service Broadcastin

INTRODUÇÃO

A televisão pública brasileira foi construída e pensada em um cenário, desde o inicio, marcado pelo predomínio das emissoras comerciais, este fato pode ser destacado como um dos que prejudicaram o desenvolvimento das emissoras de caráter público.

Segundo Leal Filho (2007) a ausência de uma televisão pública forte no Brasil impediu a formação de um público mais crítico em relação a TV comercial,

57 Bacharel-Licenciada em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras – Unesp Campus Araraquara. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Unesp Campus Bauru-SP. Brasil. Bolsista Fapesp. Membro do Grupo de Pesquisa Lecotec (Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FAAC/Unesp). E-mail: jmarquescarvalho@hotmail.com

além de impossibilitar a criação de uma massa crítica capaz de exigir da televisão, no mínimo, o respeito aos preceitos constitucionais que determinam a prestação dos serviços de informação, cultura e entretenimento.

Segundo Matos (2006) no Brasil a implantação da radiodifusão nos anos 20 consagrou a expressão “Comunicação Pública”, termo este que era utilizado em contraste à comunicação do setor privado. A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 223 determinou que deveria ocorrer a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal. De acordo com a autora Comunicação Pública é a comunicação realizada por meio da rádio difusão pública, nos moldes de sistema público apresentado por Thomaz Jr (apud DUARTE, 2006, p.26), o qual explica que sistema público são os espaços e organizações geridos de forma coletiva e transparente conforme os princípios democráticos de participação e controle social.

A comunicação pública está vinculada ao interesse coletivo, assumindo desse modo, um espírito público, no qual não estejam vinculados os interesses privados ou corporativos. Os debates que envolvem este conceito são direcionados para o atendimento dos interesses da sociedade como um todo, de uma forma consciente, responsável e estratégica (DUARTE, 2009). Na comunicação pública o cidadão assume papel principal, já que o mesmo é permanentemente estimulado a participar.

A criação pelo governo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em 2007, pretendendo instituir, pela primeira vez no país, um sistema público de TV independente da tutela governamental e um modelo de gestão mais democrático (SILVA; GOBBI, 2010); deu-se como marco diferenciando de tudo aquilo que havia sido proposto anteriormente em relação à televisão pública.

A lei nº 11.652/2008 instituiu os princípios dos serviços de radiodifusão pública e os seus objetivos, entre os quais, art 3º inciso I “oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional”; inciso II “desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania; inciso III “fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação”; além de permitir ao Poder Executivo constituir a EBC (BRASIL, 2008).

A Empresa Brasil de Comunicação é responsável pela administração da TV Brasil, que iniciou suas transmissões no dia 2 de dezembro de 2007. Desse modo, no país somente com a criação da EBC, que o sistema público de comunicação despontou gerando diversos debates sobre a função a ser desempenhada por esta nova rede.

O desenvolvimento deste trabalho se deu através de levantamento bibliográfico e documental. O levantamento bibliográfico foi realizado com o intuito de observar os elementos, dentre eles histórico, da formação da televisão pública no Brasil, a partir de material e livros trabalhados por outros autores. A pesquisa documental foi empregada em complemento a pesquisa bibliográfica. Foram utilizados documentos de fontes primárias, tais como leis, decretos, portarias e notícias, e de secundárias relatórios de pesquisa, pareceres técnicos entre outros.

Levando em conta estes aspectos este artigo tem como objetivo recuperar o histórico da constituição da televisão pública no Brasil a fim de entender o quanto os processos do passado interferem na consolidação da TV Brasil bem como na construção de um sistema público de comunicação no país.

Para tanto, o artigo será dividido em três partes: primeiro será abordado como se deu a criação da televisão pública brasileira, representada pelas emissoras educativas, tomando o contexto e as dificuldades enfrentadas por elas. Em seguida se dará a discussão sobre a criação da TV Brasil e as perspectivas de seu futuro. E finalmente, na terceira e última parte se abordará até que ponto a criação da TV Brasil possibilitou a consolidação de um sistema público de comunicação brasileiro.

HISTÓRICO DA TELEVISÃO PÚBLICA NO BRASIL: AS EMISSORAS EDUCATIVAS.

A construção da radiodifusão no Brasil, desde o seu início foi marcado pelos interesses do mercado. O rádio foi assumindo aos poucos o seu caráter comercial, através do aumento paulatino do espaço em sua programação para a veiculação de propaganda. Segundo Ortiz (2006) o governo da época tinha que compor com as forças existentes, neste caso o capital privado com interesses concretos no setor de radiodifusão. Consequência disso era que o funcionamento da Rádio Nacional, sob o comando do Governo Vargas, se dava nos moldes de uma empresa privada.

O pioneiro do rádio e televisão brasileiros foi o antropólogo Edgard Roquette Pinto, sua ideia era construir emissoras de rádio e televisão fundamentadas em um projeto cultural, não vinculada aos aspectos comerciais. Assim, em 1923 é criada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, primeira emissora nacional de rádio, fundada exclusivamente para fins científicos, técnicos, artísticos e de pura educação popular.(MILANES, 2007, p.18-19) As intenções de Roquette Pinto ao criar a Rádio Sociedade são explicitadas no seguinte trecho de artigo da edição especial de um ano da Revista Radio em 1923:

A Radio Sociedade do Rio de Janeiro, a Sociedade Radio Educadora Paulista, o Radio Club do Recife, a Radio Sociedade da Bahia, o Radio Club de S. Paulo, o Radio Club de Curytyba, o Radio Club do Ceará, a Radio Sociedade Rio Grandense, o Radio Club do Brasil, que acaba de fundar ao nosso lado, e todos os outros centros de cultura que se formarem no paiz; dispostos a se entregarem à nossa obra, elevada e pura, sabendo resistir de todo ponto às tentações do mercantilismo grosseiro, todos os que se gruparem para propagar no Brasil a radiotelephonia como processo de informação popular, para diffundir a sciencia, a literatura, a musica, todos os que se gruparem para impedir que a radiotelephonia seja empregada no Brasil como uma nova arma para explorar o povo, hão de contar sempre com o nosso apoio decidido, energico e franco. (ROQUETTE PINTO, 1923, p. 8)

A partir do surgimento do rádio duas questões passaram a preocupar Roquette Pinto, o conteúdo a ser transmitido, pois ele acreditava que o rádio rapidamente iria alcançar o grande público, e também seu financiamento. De um lado estavam os defensores de um financiamento através de taxa paga pelo próprio público, de outro os que acreditavam que a publicidade era a melhor forma de prover o financiamento, já que a maioria da população era pobre e não teria condições de arcar com gasto, inviabilizando a existência do rádio.

Só que as emissoras comerciais sustentadas pela publicidade, como se viu tanto no rádio como na televisão, que seguiu o mesmo modelo, estavam bem menos interessadas em difundir a cultura e ajudar o povo a combater a pobreza (se é que havia algum interesse) do que em fazer programas de grande audiência que permitissem vender bem os comerciais. (MAURICIO, 2008, p.3)

No ano de 1932 Getúlio Vargas permitiu a veiculação de publicidade no rádio, contudo não foi estabelecida uma legislação sobre o conteúdo que garantisse o uso do rádio em benefício do povo. (MAURICIO, 2008) Diante deste cenário, Roquette Pinto doa a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada por ele, ao Ministério da Educação em 1936.

A televisão no Brasil surgiu baseada modelo comercial vigente para o rádio, na década de 1950 com a TV Tupi. O início das transmissões demonstrava que ela seria dedicada ao entretenimento, estando restrita somente nos centros mais desenvolvidos (Rio de Janeiro e São Paulo). Segundo Jambeiro (2001) sua forma de crescimento se deu de acordo com a expansão capitalista no país, cuja principal característica era a concentração de capital na região centro-sul.

No final de década de 50 o Brasil contava com 6 emissoras de televisão, no entanto, a necessidade de importação dos aparelhos e o seu alto custo, eram obstáculos para que o mercado se expandisse, somente as classes mais abastadas tinham as condições de adquirir o receptor de TV. A produção dos aparelhos no Brasil, diminuiu o custo, ampliando a penetração da televisão, cada vez mais sua popularização e influência atraíram investimentos publicitários os quais financiaram a estruturação do setor.

O aumento do número de emissoras gerou a necessidade de regulamentar o uso do espectro eletromagnético, assim em 1962 foi aprovado pelo Congresso Nacional o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), regulamentado pelo Decreto 52.026, ele serviu de parâmetro para a elaboração dos serviços de radiodifusão. Na perspectiva de Simões e Mattos (2006) o CBT não teve como finalidade ser um marco na regulação econômica, sendo fonte de controle político, portanto, não foi capaz de evitar o crescimento desproporcional entre as emissoras de televisão.

Para Lopes (2000)

As obrigações contidas no CBT (...) não refletem uma profunda preocupação com a utilização dos meios de comunicação de forma democrática, apta a garantir o livre fluxo de informações e opiniões, ampla diversidade cultural e direito de proteção da sociedade contra eventuais abusos cometidos pelas emissoras, tanto do ponto de vista ético-moral como do político social. (p.179)

A expansão das transmissões televisivas evidenciou que um dos seus principais objetivos era ampliar o setor publicitário, através do comércio de produtos e serviços por meio do entretenimento. Não havia uma concepção científica e nacional, a finalidade era formar consumidores e não cidadãos. Segundo Hossoé (2012) esta característica, foi determinante para sustentar a iniciativa privada de maneira tão profunda e por um longo período que perdura até os dias de hoje no país.

A discussão sobre a necessidade de uma televisão pública no Brasil se dá na década de 1960, com o governo militar. Assim, a sua criação não ocorreu com a intenção de sanar a demanda por informação, entretenimento e cultura – como aconteceu em outros países – um dos principais motivos para o seu surgimento foi a demanda por educação, num país em que a industrialização estava acelerada e a necessidade por mão de obra qualificada era cada vez maior. (VALENTE, 2009)

A criação da primeira emissora pública no Brasil se deu em 1968 a partir da parceria da Universidade Federal do Pernambuco com o governo do Estado, constituindo a TV Universitária do Pernambuco. A iniciativa foi possível com a edição do Decreto-Lei 236, de 1967, que promoveu a criação da Fundação Centro Brasileira de TV Educativa (FCBTVE), por meio de Lei nº 5.198/67, desse modo era institucionalizada a política que viabilizaria a expansão das TVs educativas no Brasil⁵⁸.

As emissoras educativas não tinham uma programação uniforme e os altos custos na produção dos telecursos foram obstáculos para o estabelecimento de uma rede, assim como nas emissoras comerciais. O reflexo desta situação era que a maioria das emissoras prosperava somente enquanto instrumento político de grupos locais no poder. O modelo de emissora pública implantado no Brasil se distanciava conceitualmente do modelo europeu e americano.

O modelo europeu é o defensor de uma televisão de Estado, que impede ou subordina a televisão privada às regras estabelecidas. Este modelo surgiu em confronto com o modelo autoritário de origem nacional-socialista ou comunista, porque operou em sistemas democráticos, com eleições livres e alternância no poder, e estava baseado num estatuto jurídico ou numa prática consuetudinária que deu à entidade televisiva autonomia, com relação aos governos no poder.” (...) Nos Estados Unidos, (...) a PBS foi o resultado de incentivos públicos e iniciativas privadas, dirigidos a desenvolver uma oferta diferenciada dos programas não oferecidos pelos canais privados.” (CIFUENTES, 2002, p.124-5)

No ano de 1972 foi criado, pelo ministério da Educação e Cultura, o Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL), a intenção era ordenar as atividades de teleducação no país. Em 1978 realizou-se o primeiro encontro de Assessores e Dirigentes de televisão Educativa, por iniciativa do FCBTVE e do Prontel. A sua principal finalidade era propor a criação de um sistema nacional que

58 A partir desta década, mais de nove emissoras educativas surgiram no país, entre elas TVE Amazonas, TVE Ceará, TVE do Espírito Santo, TVE do Maranhão, TVE do Rio de Janeiro, TVU do Rio Grande do Norte, TVE do Rio Grande do Sul e TV Cultura de São Paulo.

atendesse às carências educativas e operacionalização de uma rede de transmissão de ensino por meio da atuação integrada das emissoras educativas. No entanto, a tentativa foi frustrada, limitando sua transmissão aos jogos da copa na Argentina, até então com exibição permitida somente a TV Cultura.

Em 1979 o PRONTEL foi extinto, no seu lugar foi criada a Secretaria de Aplicações Tecnológicas (SEAT), a qual convocou uma reunião com todas as emissoras educativas, resultando na criação do Sistema Nacional de Televisão Educativa (SINTED), que embora criado em 1979, só foi reconhecido legalmente no ano de 1982 pela portaria MEC nº162.

Em 1983 o SINTED passa por uma modificação, incorporando emissoras de rádios educativas constituiu o Sistema Nacional de Radiodifusão (SINRED), desta vez regulamentado pela Portaria MEC nº344. A mudança não se restringiu somente ao SINTED, em 1982 a FCBTVE passou a ser denominada FUNTEVÊ, sua finalidade era a coordenação político-administrativa da SINRED por ser a única a possuir o acesso ao satélite de transmissão. “A FUNTEVÊ tinha o objetivo de veicular as produções de melhor qualidade de todas as emissoras educativas, de modo a oferecer uma programação carregada de pluralidade, sempre de caráter essencialmente educativo.” (LUZ, 2010, p. 30)

A adesão cada vez maior de emissoras ao SINRED gerou o crescimento da rede, contudo os altos custos para a instalação de retransmissoras foi um empecilho para uma expansão maior do setor. Assim, em 1988 o Decreto 96.291, seguido pela portaria nº 93 do MEC, em 1989, foram os responsáveis por regularizar os parâmetros para que as retransmissoras pudesse inserir programas de interesse local e comunitário, sem ultrapassar, no entanto, 15% do total da programação da geradora que estivesse vinculada. O efeito dessa decisão foi o aumento no número de retransmissoras, denominadas de mistas ou TVs Comunitárias.

Não obstante a idéia original tivesse aspectos muito positivos, a implantação dessas retransmissoras não apresentou os resultados esperados. A ausência de uma legislação balizadora fez com que as primeiras autorizações para o funcionamento deste tipo de retransmissora fossem dadas principalmente a políticos e a grandes empresários cujas intenções nada tinham a ver com os reais objetivos da legislação referente à programação de caráter comunitário. (FRADKIN, 2006)

A década de 1990 marca um novo período na história da televisão educativa brasileira. A FUNTEVÊ foi transformada na Fundação Roquette Pinto (FRP) pela Lei

8.029, responsável pela gestão da TVE do Rio de Janeiro, TVE do Maranhão e da Rádio Mec tanto do Rio de Janeiro como de Brasília. Apesar da criação da FRP ter melhorado a integração entre as emissoras, e ter imprimido uma gestão mais centralizada, não conseguiu eliminar os problemas administrativos e financeiros da fundação que acumulou uma alta cifra de dívidas, o que levou governo a extinguir FRP.

Em 1998 foi criada a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), desta forma, era constituída uma organização social sem fins lucrativos, mantenedora da TVE. O fim da SINRED, em 1997, também deve ser ressaltado. Este fato levou à TV Cultura a liderar um movimento com intuito de criar a Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC)⁵⁹, um ano depois de sua criação a TVE do Rio de Janeiro adere a esta entidade.

As dificuldades enfrentadas pelo setor, levaram às emissoras educativas associadas a ABEPEC se unirem para criar a Rede Pública de Televisão (RPTV), com o propósito de estabelecer uma programação única obrigatória para todas as associadas. Isto possibilitou às emissoras adotarem uma grade de programação mais diversificada, com conteúdo jornalístico, cultural, infantil e entretenimento. Portanto, “a valorização do entretenimento, dos valores culturais e da informação jornalística são os novos ingredientes para sofisticar a velha forma de educação pela televisão.” (LUZ, 2010, p.34)

A retomada do contexto em que foi pensada a televisão pública brasileira demonstra que, a princípio, sua criação foi com o intuito de atender a demanda por educação na sociedade brasileira, que naquele momento estava com o crescimento econômico acelerado e carente de mão-de-obra qualificada. Contudo, a condição de televisão pública era praticamente insustentável com a lei 4.117/62, que deu a ela a competência de transmitir palestras e conferências sem receber nada que garantisse sua sobrevivência (LUZ, 2010). Assim, além do financiamento, um dos maiores obstáculos enfrentados pela televisão pública brasileira era a independência e o conteúdo. Segundo Bucci (2010) “seja no plano político (relações com o governo e o

59 “A ABEPEC é a mais tradicional associação do campo público de televisão e reúne 19 emissoras abertas, com finalidade educativa, pública e cultural, dentre elas emissoras reconhecidas pela sociedade, premiadas no país e no exterior, e que produzem uma programação de qualidade, como a TV Cultura de São Paulo, a TVE do Rio de Janeiro e a Rede Minas (MG)” (AGUIAR, 2012, p.137)

Estado) seja no plano econômico (relações com o mercado), a independência é indispensável para a realização de qualquer projeto de radiodifusão pública." (p.6)

O século XXI marca um novo momento para a televisão pública no Brasil, a maior interação entre as emissoras leva ao amadurecimento da concepção de TV pública, fomentando o debate nas diversas associações de emissoras não-comerciais. A implantação da televisão digital também se constituiu como um cenário propício para novas perspectivas para a televisão pública no Brasil.

Assim, organizações da sociedade civil e alguns setores do governo reuniram-se para discutir a necessidade de se formar uma televisão pública no país, permitindo a população acesso a programas de qualidade, com destaque para a identidade nacional e o patrimônio cultural, além de promover a cidadania e a valorização do público como cidadãos e não como consumidores.

Entre as ações mais importantes na promoção da discussão sobre a TV pública está a realização do I Fórum Nacional de Televisão Pública, realizado em maio de 2007, iniciativa do Ministério da Cultura, por meio da Secretaria de Audiovisual, com o apoio da Presidência da República. Um dos seus objetivos era compreender os desafios da televisão pública brasileira no cenário da revolução digital (GIL, 2006), buscou-se, através de diversas discussões das quais participaram diferentes entidades da sociedade civil⁶⁰, debater os rumos da televisão num momento em que a transição para o sistema digital era delineada.

O resultado do I Fórum Nacional de Televisão Pública foi a Carta de Brasília, na qual os participantes afirmavam que a "TV pública promove a formação crítica do indivíduo para o exercício da cidadania e da democracia" e também que "deve ser instrumento de universalização dos direitos à informação, à comunicação, à educação e à cultura, bem como dos outros direitos humanos e sociais"⁶¹ (CARTA DE BRASÍLIA, MANIFESTO PELA TV PÚBLICA INDEPENDENTE E DEMOCRÁTICA, 2007, s. p.)

60 Que incluíam os representantes das emissoras públicas, educativas, culturais, universitárias, organizações da sociedade civil (entre elas o Intervozes-Coletivo Brasileiro de Comunicação Social e o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC), militantes de movimentos sociais, comunicadores, acadêmicos, produtores culturais, entre outros.

61 CARTA DE BRASÍLIA. Manifesto pela TV Pública independente e democrática. I Fórum Nacional de TV's públicas. 2007. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/11/cartadebrasilia.pdf> Acesso em: 01/06/2012

Além disso, propuseram que a TV pública, em face ao processo de migração digital deveria “garantir a construção de uma infra estrutura técnica, pública e única, que viabilize a integração das plataformas de serviços digitais por meio de um operador de rede”; bem como que a “TV pública deve ser promotora do processo de convergência digital, ampliando sua área de atuação com as novas tecnologias de informação e comunicação e promovendo a inclusão digital.” (CARTA DE BRASÍLIA, MANIFESTO PELA TV PÚBLICA INDEPENDENTE E DEMOCRÁTICA, 2007, s. p.) Desse modo, observa o início dos contornos para o fortalecimento de uma rede pública de televisão.

A CRIAÇÃO DA TV BRASIL E AS NOVAS PERSPECTIVAS PARA TELEVISÃO PÚBLICA NO PAÍS

A criação da TV Brasil foi permeada por várias discussões⁶² entre os membros do governo, do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e de alguns setores da sociedade civil que defendiam transparência tanto nas intenções do governo em criar uma rede pública de televisão quanto na formatação de sua gestão. Segundo Valente (2009) a criação da EBC e do seu serviço televisivo, a TV Brasil, representou uma tentativa de superação do passado de atrelamento dos canais públicos aos governos e autoridades, para apontar na direção de construção de iniciativas de fato públicas.

O projeto da TV Brasil foi apresentado na Medida Provisória 398 publicada em outubro de 2007. A TV Brasil entra no ar em dezembro de 2007, juntamente com a inauguração do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, assinando no mesmo mês um acordo de formação de rede com vinte emissoras públicas, educativas, universitárias, de todo os países.

O acordo permitia a existência de um sistema de colaboração tanto na transmissão como na produção de conteúdos, possibilitando à TV Brasil se estender por outros estados. Segundo Araújo (2008) “a formação de rede é um ponto vital na estrutura da TV pública nacional.” (p.11) A intenção era instituir a TV Brasil como a ponta de uma nova Rede Pública de Televisão; assim, esta modalidade de

62 Não serão tomados neste artigo todos os processos que antecederam a criação da TV Brasil pelo espaço limitado do texto.

comunicação é tirada da posição marginal de antes, estabelecendo-se como referência de uma programação de qualidade voltada para a diversidade cultural e também na promoção de debates de temas nacionais. (INTERVOZES, 2007)

A criação de uma TV pública no Brasil é uma antiga aspiração da sociedade brasileira, na qual há o domínio de redes comerciais que exercem forte influência por todo o país, no entanto, a criação da TV Brasil se deu de forma conturbada, com um projeto marcado por distorções tanto nos pressupostos de sua origem como no meio escolhido para sua implantação, a pressa na condução deste processo, retirou os cidadãos das discussões, sendo deixados de lado nas decisões do governo. (MELEIRO; MENDONÇA, 2009) Assim, a sociedade recebeu uma televisão pública sem realmente saber de fato o seu real significado, consequência deste processo, é que muitos brasileiros desconhecem sua existência no Brasil, um dos motivos de sua baixa audiência.

Segundo Brittos e Bolaños (2008) a TV Brasil embora represente um avanço democrático na organização de mídia do país, por si só não elimina a necessidade de mudanças estruturais profundas que visem à democratização do sistema brasileiro de televisão em todo o seu conjunto. Desse modo, a TV Brasil ainda não se constituiu como a rede de televisão pública almejada por muitos, no entanto, sua existência gerou o debate sobre o papel dos meios de comunicação no Brasil.

TV BRASIL: INSTITUIÇÃO DE UM SISTEMA PÚBLICO DE TELEVISÃO BRASILEIRO?

A reestruturação da televisão pública culminou com a criação não só da TV Brasil mas também da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), com o objetivo de veicular uma programação comprometida com os princípios democráticos e que mostrasse a realidade social e cultural do país (OTONDO, 2008)

Diante do exposto, pode-se dizer que a constituição de um sistema público de comunicação no Brasil se deu a partir da criação da EBC, antes existiam experiências isoladas, ou seja, TV Cultura, TVs Educativas, entre outras. (MOYSES; VALENTE; SILVA, 2009). Apesar de tudo, este sistema ainda não está consolidado, visto que, ainda há o predomínio, tanto na audiência quanto na influência, das televisões comerciais, dificultando à TV pública garantir seu espaço, e

consequentemente o fortalecimento do sistema como um todo. Além disso, Moyses, Valente e Silva (2009), evidenciaram cinco dimensões problemáticas desta nova fase da comunicação pública brasileira que são vitais à consolidação de um sistema público de comunicação no país: legitimização; gestão, autonomia e participação; distribuição; programação e financiamento.

Para que haja uma consolidação do sistema público, este deve, a princípio, ter legitimização perante a sociedade civil como um todo. Logo, para ser de fato uma alternativa aos meios de comunicação comerciais o mesmo deve ser amplamente conhecido pela população, bem como ter sua extensão para todo o país.

O fortalecimento da gestão, autonomia e participação se dará a partir da independência em relação ao mercado e aos governos, privilegiando a participação da sociedade na gestão do sistema e dos principais operadores. (MOYSES, VALENTE, SILVA 2009)

A distribuição também é um fator importante, pois se trata da capacidade de ofertar conteúdo para a população, “tal desafio passa pela capacidade tecnológica, mas, sobretudo, por uma política de circulação da programação que pode optar por um modelo de rede, pela retransmissão de conteúdos ou pela combinação de ambos.” (MOYSES; VALENTE; SILVA, 2009, p.314). Assim, a necessidade de investimentos tecnológicos para a ampliação das transmissões é permanente.

A programação também é um elemento relevante, uma vez que o sistema brasileiro contou com diversas iniciativas de conteúdos, entretanto, ainda não há uma política pública responsável por fomentar tais iniciativas de um modo abrangente.

Outro ponto a ser levado em conta é o financiamento, chave para qualquer sistema público de comunicação. Conforme Moyses, Valente e Silva (2009), “ele condiciona a independência, a amplitude, da distribuição e as condições de produção e veiculação de programação.” (p.318) O caso brasileiro necessita de uma remodelação, visto que o sistema pode estar sujeito às mudanças nos poderes da República e vulnerável às forças contrárias ao desenvolvimento deste projeto, assim como o impedimento do seu crescimento, mantendo-o a margem das comunicações do país.

Observa-se que o sistema público de comunicação brasileiro está se delineando, embora sua consolidação seja uma difícil tarefa, principalmente em um

país marcado pelo predomínio das emissoras comerciais, que exercem fortes pressões no governo e pela concentração dos meios de comunicação, a TV Brasil e a EBC vem, neste cenário, além de contribuir para a democratização dos meios de comunicação, coloca em pauta a importância de existência de alternativas que estimulem os telespectadores não só enquanto consumidores mas também como cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre a implantação da televisão pública no Brasil se inicia no Regime Militar. O entendimento do histórico da televisão de caráter público no país permite a compreensão de como alguns processos interferiram na sua consolidação e como isto acaba se refletindo atualmente.

Segundo Valente (2009) a construção da televisão pública no Brasil pode ser pensada em três fases: a primeira é o seu nascimento em 1967 com a criação da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTv) e também pelo início das atividades das emissoras educativas, entre elas o surgimento da TV Universitária de Pernambuco (TVU-UFPE).

Na década de 1980 se dá a segunda fase da evolução da televisão pública, na qual essas redes buscavam um novo papel na concorrência televisiva, deixando de lado o projeto de teleducação, adotando uma programação mais generalista, não mais centrada em programas educativos.

Este período também foi marcado pela busca de financiamentos, já que as televisões públicas se deparavam com um ambiente competitivo marcado pelo predomínio das emissoras comerciais. Portanto, ao privilegiar uma programação de qualidade necessitavam também de um maior repasse de verbas. Apesar de algumas propostas serem apresentadas, para que houvesse aumento na transferência de verbas para as emissoras públicas, nenhuma delas foi concretizada.

A terceira fase foi caracterizada pela crise das emissoras públicas no país, a tendência no final da década de 80, início de 90, era o ideário neoliberal, no qual era reservado um novo papel aos empreendimentos estatais. Com repasses cada vez menores por parte do Estado as TVs públicas foram obrigadas a buscar por financiamento, o que prejudicou na configuração de um modelo.

A discussão sobre a implantação de uma televisão pública no país foi retomada com mais força a partir da implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, a oportunidade de se repensar a televisão como um todo, levou as discussões sobre a televisão que se almejava. A realização do I Fórum Nacional de TVs Públicas, em 2007, evidencia claramente esta tendência.

Após um período de discussões dos diversos setores do governo e da sociedade civil, ocorre a criação em 2007 da TV Brasil, com o intuito de privilegiar uma programação de qualidade voltada para a identidade nacional e valorização do patrimônio cultural. Contudo, esta despertou a desconfiança de alguns setores da sociedade civil, visto que o governo não dirigiu as discussões como se deveria, excluindo os cidadãos deste processo.

A consolidação da TV Brasil proporcionará o fortalecimento do sistema público de comunicação como um todo, garantindo à televisão pública não só um espaço, que atualmente é dominado pelas grandes emissoras privadas de radiodifusão, mas também a possibilidade de estruturação de uma programação mais voltada para a qualidade e para o desenvolvimento de uma sociedade com o intuito de que a mesma participe dos processos comunicacionais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, I. **TV Brasil**: algo novo no ar. Florianópolis: [s.n.], 2012

ARAÚJO, V. M. V. B. **TV Pública no Brasil**: história, regulamentação e a criação da TV Brasil. Trabalho apresentado no Grupo de Análise de telejornalismo, no Colóquio Internacional de Televisão e Realidade, UFBA, Bahia, 2008.

BRASIL. **Lei 4.117 de 27 de agosto de 1962**. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4117.htm> Acesso em: 20/10/2012

_____. **Decreto nº236, de 28 de fevereiro de 1967**. Complementa e modifica a lei 4.117, de 27/08/1962 (que institui o código brasileiro de telecomunicações). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0236.htm> Acesso em 15/11/2012

_____. **Decreto nº52.026, de 20 de maio de 1963**. Aprova o Regulamento Geral para Execução da Lei nº 4.117, de 27 de agôsto de 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D52026.htm> Acesso em 20/10/2012

_____ . **Decreto nº 96.291, de 11 de Julho de 1988.** Altera o Regulamento dos Serviços Especiais de Repetição e de Retransmissão de Televisão, aprovado pelo Decreto nº 81.600, de 25 de abril de 1978, modificado pelos Decretos nº 84.064, de 8 de outubro de 1979, e nº 87.074, de 31 de março de 1982. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=209565&norma=222844> > Acesso em 03/11/2012

_____ . **Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990.** Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8029cons.htm > Acesso em 03/11/2012

_____ **Lei nº 11.652 de 07 de abril 2008.** Institui os princípios e objetivos dos serviços de rádiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm Acesso em: 01/08/2011

BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. R. S. **TV Pública, políticas de comunicação e democratização:** movimentos conjunturais e mudança estrutural. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Economia Política e Políticas de Comunicação, do XVII Encontro da Compós, na UNIP, São Paulo, SP, junh 2008 Disponível em : http://www.compos.org.br/data/biblioteca_337.pdf Acesso em : 23/08/2011

BUCCI, E. É possível fazer televisão pública no Brasil?. **Novos Estudos** - CEBRAP, nº 88, novembro de 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000300001&script=sci_arttext> Acesso em: 09/07/2012

CIFUENTES, D. P. Televisão Pública na América Latina: crises e oportunidades. In: RINCÓN, O; MARTÍN-BARBERO, J; BELTRAN, G. R.; CIFUENTES, D. P.; FERNÁNDEZ, V. F.; MAZZIOTI, N.; GÓMEZ, G. O. (orgs). **Televisão pública:** do consumidor ao cidadão. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002.

DUARTE, J. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, J. (org) **Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009

DUARTE, J; VERAS, L. (orgs). **Glossário de Comunicação Pública.** Brasília: Casa das Musas, 2006.

FRADKIN, A. **O desafio da TV pública:** uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. Rio de Janeiro: Rede Brasil, 2006

GIL, G. Uma agenda estratégica para o Brasil. In: Vários autores. **I Fórum Nacional de TV's públicas:** Diagnóstico do Campo Público de Televisão. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

HOSSÓÉ, H. S. **A política de reordenação do sistema público de TV brasileiro e o processo de implementação da TV Brasil.** 2012. 172f. Tese (doutorado). Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós graduação em Políticas Públicas, São Luis, 2012.

INTERVOZES. TV Brasil: passo à frente, mas muito ainda a caminhar. Publicado no **Observatório do Direito à Comunicação**, em 06/11/2007. Disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=1867 Acesso em: 08/06/2012

JAMBEIRO, O. A radiodifusão sob o regime da Constituição de 1934. Trabalho apresentado durante o **VI Congresso latino-americano de investigadores de la Comunicación**, 2002, Santa Cruz de la Sierra. Alaic, 2002.

_____. **A TV no Brasil do século XX.** Salvador: EDUFBA, 2001

LEAL FILHO, L. A Televisão Pública Brasileira: um vazio histórico. In: **XVI Encontro da Compós** – UTP, Curitiba, junho de 2007.

LOPES, V. O. N. A lei da Selva. In: BUCCI, E. (org) **A TV aos 50:** criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000

LUZ, M. L. S. V. A. **Gestão e fomento para a televisão digital pública.** 2010. 153f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2010.

MATOS, H. Comunicação Política e Comunicação Pública. **Organicom**, Ano 3, Número 4, 1º semestre de 2006

MELEIRO, A; MENDONÇA, J. M. Preparação do 2º Fórum Nacional de Televisão Pública. Publicado no **Observatório do Direito à Comunicação**, em 21/06/2009. Disponível em:http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=4624 Acesso em 22/06/2012

MOYES, D.; VALENTE, J.; SILVA, S. P. Sistemas Públicos de Comunicação: panorama analítico das experiências em doze países e os desafios para o caso brasileiro. In: INTERVOZES: Vários autores. **Sistemas públicos de comunicação no mundo:** experiência de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, Intervozes, 2009 (Coleção Comunicação)

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira:** cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 2006

OTONDO, T. M. **Televisão Pública na América Latina:** Para quê e para quem?. 2008. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM/USP, 2008.

SIMÕES, C. F.; MATTOS F. Elementos histórico-regulatórios da televisão brasileira. In BRITTO, V. C.; BOLAÑO, C. R. S. (orgs). **Rede Globo**: 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005.

VALENTE, J. **TV Pública no Brasil**: a criação da TV Brasil e sua inserção no modelo de regulação setorial da televisão brasileira. 2009. 210f. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, Brasília, 2009.

OS DESAFIOS DE UM PROGRAMA FEDERATIVO - PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Letícia Figueira Moutinho Kulaitis⁶³

RESUMO

A prática de repasse de recursos da União a Estados e Municípios é corrente em um Estado federativo como o Brasil. No entanto, a distribuição dos recursos federais perpassa também pela normatização de seu modo de execução, ou seja, sua aplicação implica cumprimento por Estados e Municípios das diretrizes e da legislação preconizada pela União. O presente artigo pretende analisar os desafios postos ao exercício de um programa federativo, tomando como modelo a análise do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, programa do Ministério da Justiça, lançado em 2007.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Descentralização e Segurança Pública.

ABSTRACT

The practice of transfer of federal funds to states and municipalities is current in a Federated State as Brazil. However, the distribution of federal funds also implies the standardization of means of execution, in other words, its application requires compliance by states and municipalities with the guidelines and legislation advocated by the federal government. This article aims to analyze the challenges posed to the exercise of a federal program, taking as example the Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, program of the Ministry of Justice, launched in 2007.

Keywords: Public Policy Decentralization and Public Security.

A constituição da república federativa do Brasil (BRASIL, 1988) estabelece a distribuição de competências entre membros que compõem a federação e preconiza a integração entre União, Estados e Municípios para a atuação em determinadas matérias.

A execução de programas federativos têm sido uma das principais vias para a realização dos objetivos preconizados pela Carta Magna. Estes programas são concebidos e estruturados pelo Governo Federal e executados por Estados e

63 Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2002) e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2004). Atualmente cursa o Doutorado em Sociologia do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná.

Municípios, em parceria com a União que, nesse sentido, descentraliza seus recursos.

A prática de repasse de recursos da União a Estados e Municípios é, portanto, corrente em um Estado federativo como o Brasil. No entanto, a distribuição dos recursos federais perpassa também pela normatização de seu modo de execução, ou seja, sua aplicação implica na conversão de Estados e Municípios às diretrizes e à legislação preconizada pela União.

Entretanto, é necessário apontar que a execução de programas federativos não é em si um indicativo da existência ou construção de uma política nacional acerca de sua matéria.

Sobre os programas sociais, no âmbito do Sistema de Proteção Social, Arretche afirma:

Penso que existe uma larga distância entre, de um lado, a possível emergência de programas sociais em um número – mesmo que expressivo – de localidades com administrações mais diretamente sensíveis aos problemas populares e, de outro, a construção de um novo modelo de prestação de serviços sociais de âmbito nacional com características descentralizadas. (ARRETCHE, 2000, p. 23).

Embora a autora refira-se especificamente às políticas de assistência social, sua percepção aplica-se às demais áreas de atuação do governo, pois quando essa atuação está apoiada no caráter federativo, os pontos de partida dessa política, ainda que nacional, são diversos.

O debate acerca destes pontos de partidas, responsáveis por diferentes configurações locais para os programas federativos, passa, entre outras questões, pela diversidade, entre as unidades da federação, quanto às tradições políticas, estruturas administrativas e capacidade de gasto com determinada política pública. Como sinaliza Arretche (2000, p. 24), as unidades subnacionais de governo brasileiras são absolutamente desiguais quanto à sua capacidade de gasto.

A questão da estrutura administrativa também se configura como importante elemento para a análise das políticas públicas de caráter federativo, pois exprime a capacidade de gestão de uma determinada unidade da federação. Nesse sentido, é importante destacar que não há correlação direta entre o fato de que um dado Estado ou Município esteja efetuando despesas em uma dada área de política social e a existência de gestão naquela área (ARRETCHÉ, 2000, p. 24).

A capacidade de gestão, para além de uma questão orçamentária, trata-se da estrutura administrativa, organizacional e operacional (instalações, equipamentos e tecnologia) e pessoal qualificado de que se dispõe para a realização da política. Destaca-se que a existência de políticas sociais supõe a institucionalização de capacidade técnica (financeira, administrativa e de recursos humanos) para garantir uma relativa continuidade no fluxo de oferta de um dado bem ou serviço. Diferentemente de uma política institucionalizada, programas sociais podem surgir e desaparecer em um curto período de tempo. (ARRETCHE, 2000, p. 24).

Em Estados federativos, respeitadas as disposições constitucionais, os diversos níveis de governo podem implementar programas sociais os mais diversos (ARRETCHE, 2000, p. 23). No entanto, a existência de um programa não significa a emergência de uma política.

Para efeito de análise, o campo da segurança pública é tomado, neste artigo, como central para a discussão de uma proposta de programa federativo e os desafios postos a sua realização.

No Brasil, o órgão responsável pela construção da política nacional de segurança é a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP. Cabe à SENASP, instituída pelo Decreto nº 2.315, de 4 de setembro de 1997, assessorar o Ministro de Estado da Justiça na definição e implementação da política nacional de segurança pública e assim sendo, assegurar que os termos que compreendem a definição desta política sejam difundidos em todo o território nacional.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, analisado neste artigo, foi desenvolvido de acordo com essa atribuição, qual seja de orientar o rumo das ações de segurança pública nos Estados e Municípios. No entanto, para se compreender seu desenho, é preciso conhecer os antecedentes deste Programa que toma, no ano de 2007, os jovens entre 15 e 24 anos⁶⁴ como foco central da política nacional de segurança pública.

A partir de 1997 emergiram diversas ações na esfera federal voltadas para a juventude. A associação entre juventude e violência perpassa tais ações que

64 A faixa etária atendida pelo Programa foi definida pela Lei 11.530 de 24 de outubro de 2007. Cabe destacar que, na proposta enviada ao Congresso, o Governo Federal pretendia que o Programa atendesse jovens entre 15 e 29 anos. Com isso, o Programa estaria alinhado com a definição de juventude como proposta por organismos internacionais (Organização das Nações Unidas, Organização Mundial de Saúde e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). No entanto, o Senado alterou a proposta de lei, reduzindo o recorte etário ao limite de 24 anos.

buscam ora o controle ora a compensação de problemas que atingem a juventude. Estas ações encontravam-se no âmbito da Educação, da Assistência Social, do Esporte, da Saúde ainda que de forma descoordenada (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 21).

Em 20 de junho de 2000 foi lançado, pela SENASP, o *Plano Nacional de Segurança Pública* (PNSP), estruturado em quinze compromissos ordenados, por sua vez, em 124 ações estratégicas. Foram definidos, no Plano, os participantes de cada compromisso e apresentados os resultados esperados entre 2000 e 2002. As ações estratégicas, previstas no PNSP, são atribuídas não só à União, mas também aos Estados e Municípios, por meio da cooperação com o Governo Federal e do estímulo ao desenvolvimento de políticas de segurança por estes entes.

Neste momento de definição e estruturação dos rumos da política nacional, a questão da juventude começou a tomar forma como integrante do campo da segurança pública. Os compromissos que fazem referências à questão da adolescência e/ou da juventude⁶⁵ são aqueles voltados para a regulação dos meios de comunicação com vistas a impedir a exposição de crianças e adolescentes à violência⁶⁶ e na inibição da atuação de gangues. A preocupação com a juventude, diante do crescimento da violência urbana é expressa da seguinte maneira:

Nesse contexto, os jovens, especialmente aqueles situados na faixa etária de 14 a 24 anos, se apresentam ao mesmo tempo como as vítimas mais prováveis da violência, mas também como os violentos mais prováveis. A sociedade brasileira não foge a essa tendência moderna. O Brasil está cheio de exemplos recentes que expressam omissão ou superproteção das famílias, da escola e dos poderes públicos, que não conseguem construir, principalmente com a participação dos jovens, uma perspectiva de futuro. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2000, p.20).

São associadas ao compromisso de *Inibição de Gangues e Combate à desordem social* às seguintes ações estratégicas: redução de consumo de bebida

65 Para efeitos de análise da política nacional de segurança pública, este artigo refere-se à juventude como aqueles que se encontram entre 15 e 24 anos. Segue-se, portanto, os preceitos da legislação que regula o PRONASCI. Já em relação ao termo adolescência, refere-se à fase compreendida entre 12 e 18 anos como preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu 2º artigo (BRASIL, 1999, p.1).

66 A atividade de classificação indicativa de faixa etária para exibição da programação cultural, especialmente cinema e televisão é desde então competência do Ministério da Justiça. Cabe ao Ministério aplicar multas administrativas às empresas que descumprirem as orientações de classificação apontadas pelo Ministério, bem como destinar os recursos decorrentes dessas multas para o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente, a serem utilizados no financiamento de programas de cunho educativo a serem veiculados pela emissora violadora (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2000, p. 16).

alcóolica, criação de delegacias especializadas no atendimento a adolescentes, incentivo a aplicação de medidas socioeducativas aos adolescentes em conflito com a lei, a fiscalização de organizações, grupos e associações que reúnem jovens para evitar que estes sejam espaços de incentivo a violência, restauração de espaços públicos de convivência, como praças e parques, e projetos educativos voltados aos profissionais de segurança pública e à comunidade (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2000, p.20).

Percebe-se que há, no documento do PNSP, uma visão dualizada da juventude. Se por um lado, considera-se que os adolescentes e jovens são estimulados a violência por meio da mídia e das associações em que se reúnem, por outro, são violentos em si e por si⁶⁷. A resposta proposta pelo Plano é a adoção de medidas educativas que tem por objetivo inibir o comportamento violento juvenil.

O advento do PNSP consolidou a SENASP como o órgão responsável pela implementação da política nacional de segurança pública, ou seja, dos compromissos estabelecidos pelo Plano. A partir deste momento, Cano (2006, p.139) observa que “a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça, órgão com uma atuação anteriormente discreta, foi reorganizada e fortalecida para acompanhar e implementar essas novas tarefas”.

O PNSP foi responsável pela instituição, por meio da medida provisória nº 2.120-8, de 27 de dezembro de 2000 convertida na lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP. O FNSP foi criado com o objetivo de apoiar projetos na área de segurança pública e de prevenção à violência, enquadrados nas diretrizes do plano de segurança pública do Governo Federal.

Desde então, por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública, a SENASP orienta, seleciona, aprova e financia projetos de entes federados (Estados e Municípios) na área de segurança pública. Os projetos podem ser divididos em dois grandes grupos: ações de prevenção e ações de repressão. Essa dicotomia está presente não só na lógica de funcionamento do FNSP como também nos

67 Nesse sentido é pertinente observação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos de que “diante de uma situação de violência, a criança em geral é percebida como vítima, independentemente de sua conduta. Já o adolescente que comete uma infração é percebido de forma ambígua, em parte autor e em parte vítima dos seus comportamentos. Por fim, o adulto transgressor, mesmo jovem, é considerado plenamente responsável e tende a ser visto como um perigo para a sociedade” (SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2012, p. 20).

relatórios, manuais e cartilhas produzidos pela SENASP. Os projetos de repressão, por conta da norma constitucional⁶⁸, são destinados às forças policiais representadas por suas Secretarias Estaduais de Segurança. Já os projetos de prevenção são destinados, por suposta vocação, aos municípios. O sentido desta vocação, passa pelo recorte da especificidade local, segue o princípio de que a experiência do crime, da violência ocorre nas cidades. Estes projetos são definidos pela SENASP (2008) como aqueles que antecedem a ocorrência de fatos delituosos e reduzem a possibilidade de ocorrência de crimes e de situações de violência.

Nesse contexto, a SENASP pode ser vista como um órgão que executa a articulação e a mediação, entre diferentes grupos sociais, para identificação de problemas na área de segurança pública bem como a responsável pelo estabelecimento de um discurso integrado sobre as soluções apresentadas a estes problemas.

Com o objetivo de difundir diretrizes sobre as ações de prevenção, o Departamento de Políticas, Programas e Projetos – DEPRO/SENASP desenvolveu, em 2005, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD/Brasil - um *Guia para a prevenção do crime e da violência* destinado aos gestores municipais. Embora a SENASP reconheça que os problemas relacionados à segurança pública não são os mesmos em todas as regiões ou em todas as cidades brasileiras, o que nos leva a concluir que arranjos locais poderiam ser considerados no combate do crime, o *Guia* pretende sistematizar alguns princípios básicos que independem das circunstâncias particulares.

Para que os Municípios possam orientar sua política municipal de segurança de acordo com as diretrizes propostas pela SENASP, o *Guia* conta com um glossário definindo, entre outros termos, crime, violência, prevenção do crime e da violência, fator de risco, vulnerabilidade e política/programa de prevenção do crime e da violência.

É necessário observar que a SENASP, como responsável pela definição e implementação da política nacional de segurança pública, tem oscilado entre apontar o jovem como principal vítima da violência em nosso país e identificar o jovem como protagonista da violência. Tal instabilidade ocasiona a adoção pelo

68 O artigo 144 da Constituição determina quais órgãos seriam responsáveis pela segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Civis, Policiais Militares e corpo de bombeiros militares (BRASIL, 2007).

Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais de ações de prevenção ou de repressão da violência e da criminalidade dada à percepção construída pela SENASP acerca da juventude. No entanto é possível perceber no âmbito das políticas nacionais de segurança, que mesmo quando o jovem é reduzido à vítima, a atenção que se volta para ele é constituída pela noção de que, por conta das características atribuídas à juventude e de sua situação de marginalidade social, este caminharia numa linha tênue entre a prática concreta da criminalidade e a possibilidade efetiva de realizá-la.

Em 2007, o Banco Mundial produziu um relatório sobre a situação da juventude no Brasil, de acordo com o documento:

A maior parte da juventude brasileira encontra-se bem encaminhada e com boas possibilidades de tornar-se parte produtiva da sociedade, com condições de contribuir para o bem comum e para o interesse coletivo. (...). Entretanto, existe uma minoria de pessoas que não estão atravessando com sucesso os anos experimentais da juventude. Esses e essas jovens, usualmente chamados de jovens em situação de risco, são o tema deste Relatório. (BANCO MUNDIAL, 2007, p. 9).

Sendo assim, como aponta a instituição, a definição usual de jovens em situação de risco assume um papel central no trato da questão da juventude. Aqueles que, por conta de seu comportamento, são considerados um risco para a sociedade. Trata-se de um risco individual e não social. Retira-se, portanto, o peso dos problemas sociais que atingem a juventude ou ainda quando os mesmos são considerados, minimizá-los ou solucioná-los depende de uma atitude individualizada.

O jovem, de acordo com essa corrente de pensamento, deverá ser orientado no caminho da profissionalização como alternativa a conduta criminosa buscando minimizar os custos sociais de seu comportamento de risco⁶⁹. O Banco Mundial orienta o Brasil que:

A prevenção desses comportamentos [de risco assumidos pela juventude] aumentaria o bem-estar das pessoas em termos de melhor status de saúde, maiores ganhos potenciais e maiores possibilidades de desfrutar ganhos potenciais e maiores possibilidade de desfrutar a vida. Além disso, também eliminaria custos sociais, liberando recursos públicos para serem gastos em outras iniciativas, aumentando o crescimento à medida, que as pessoas fossem acumulando capital humano e, assim, tendo maior capacidade produtiva. Recursos públicos gastos no desenvolvimento de jovens precisam, necessariamente, ser parte da estratégia de investimento de um

69 Como destaca Santos (1998, p. 24), a perspectiva de cidadania presente nesta corrente é aquela que “está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei”.

país para promover o seu desenvolvimento econômico e social. A atual estratégia de investimento para o desenvolvimento humano no Brasil está aquém da estratégia ótima de desenvolvimento. (BANCO MUNDIAL, 2007, p. 21).

É no contexto deste debate sobre a vulnerabilidade social dos jovens e da suposta escalada dos homicídios cometidos por essa faixa etária que é criado o PRONASCI⁷⁰. Consolidando o foco etário e territorial da política nacional de segurança proposta pela SENASP, o Programa foi lançado em agosto de 2007. O programa teve suas ações dirigidas para jovens entre 15 e 24 anos, identificados como aqueles em situação infracional ou no caminho de situação infracional: adolescentes em conflito com a lei, jovens oriundos do serviço militar obrigatório, jovens presos, jovens egressos do sistema penitenciário e jovens em situação de descontrole familiar grave (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008a, p.5). Estes jovens não estariam integrados aos programas sociais do Governo Federal.

A percepção desta juventude é, manifesta pelo Ministério da Justiça, em Cartilha do PRONASCI:

Os índices de mortalidade por causas não naturais e os números de prisões de jovens mostraram que a juventude brasileira está sofrendo mais do que qualquer outra faixa etária, as consequências da incapacidade do Estado brasileiro em garantir as condições básicas para o desenvolvimento da cidadania. Neste quadro, muitas concepções de juventude compreendem o jovem ou como um fator de desestabilização da segurança na sociedade ou então como mera vítima de uma situação social, sem qualquer protagonismo, por também não compreender o seu papel na construção da segurança pública na sociedade. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008, p.4).

Buscando articular ações de prevenção e repressão da violência e criminalidade, o PRONASCI estabeleceu, para além do foco etário, um foco territorial para sua atuação, priorizando inicialmente as onze regiões metropolitanas do país com maiores índices de criminalidade e o Distrito Federal, numa classificação

70 Cabe destacar que os levantamentos sobre homicídios realizados periodicamente em nosso país, como por exemplo, as diversas edições do Mapa da Violência, publicados pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos e pela Faculdade Latino-Americanas de Ciências Sociais, trazem os dados sobre os homicídios mas não tratam da questão da autoria desses crimes. É fato que há uma escalada no número de jovens que são vítimas de homicídio mas não há sobre autoria desses crimes, ou seja, o Mapa não apresenta os dados sobre os homicídios cometidos por jovens. Até o presente momento, não foram localizados, dentre os documentos institucionais produzidos ou encomendados pelo Ministério da Justiça, dados que sustentem a afirmação de que os jovens são responsáveis pela maior parte dos homicídios no Brasil como sustenta a concepção do PRONASCI.

realizada pelo Ministério da Justiça, em parceria como o Ministério da Saúde⁷¹. Esta classificação utilizou-se do banco de dados do DATASUS para identificar as localidades com maiores índices de homicídio (CID-10).

Sobre esta classificação, o Ministério da Justiça esclarece que:

Entre as regiões do País que apresentam alto índice de homicídios e delitos de origem social (outros crimes violentos), foram selecionadas cinco, conforme o documento *Diagnóstico da Incidência de Homicídios nas Regiões Metropolitanas*, produzido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça. Considerando o número de municípios, o Programa será desenvolvido em duas fases. Inicialmente será implementado nos seguintes Estados / municípios: Distrito Federal (Ride); Espírito Santo (Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica); Minas Gerais (Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Ibirité); Pará (Belém e Ananindeua); Paraná (Curitiba, Colombo e São José dos Pinhais); Pernambuco (Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho e Paulista); Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Nilópolis, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Duque de Caxias, Queimados, Magé, Niterói, São João de Meriti e Belfort Roxo); São Paulo (São Paulo, Embu-Guaçu, Carapicuíba, Diadema, Itaquaquecetuba, Mauá, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo, Taboão da Serra, Suzano e Guarulhos); Rio Grande do Sul (Porto Alegre, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Canoas e Alvorada); e Bahia (Salvador e Camaçari). (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008b, p. 5).

Nestas áreas se concentrariam as ações de prevenção à violência estabelecendo assim um foco social para o Programa. A formação e valorização das forças de seguranças constituíam o foco policial do PRONASCI.

O Programa possuía 94 ações caracterizadas como ações estruturais, que visavam modernizar as polícias e o sistema prisional⁷², valorizar os profissionais do setor, enfrentar a corrupção policial e o crime. Os programas locais, integrantes do PRONASCI, compreendiam as chamadas ações de prevenção destinadas “a retirar o jovem da rota criminal e inseri-lo nos programas governamentais já existentes, recuperando-os para a cidadania” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008a, p.5). As ações seriam executadas mediante convênio firmado entre o ente federado e a

71 No Estado do Paraná, em 2007 os municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Colombo, Curitiba, Piraquara e São José dos Pinhais assinaram Termo de Cooperação Federativa e aderiram ao PRONASCI. A partir de 2009, integraram o Programa os municípios de Cascavel, Catanduvas, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Maringá, Pinhais, Ponta Grossa e Toledo. O Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública – CISMEL foi criado no Estado do Paraná com o objetivo de promover a adesão de municípios de Londrina e região ao PRONASCI. São integrantes do CISMEL e signatários do PRONASCI, os municípios de Londrina, Apucarana, Arapongas, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ibiporã, Jataizinho, Rolândia, Sertanópolis e Tamarana.

72 No Estado do Paraná, a Secretaria de Estado de Justiça e da Cidadania – SEJU firmou convênio com o Ministério da Justiça, no âmbito do PRONASCI, para construção de estabelecimento prisional, no município de Londrina, com 421 vagas destinadas a jovens entre 18 e 24 anos.

União. Nas regiões Sul e Sudeste, o ente federado respondia por uma contrapartida financeira de 2% do valor total do projeto. Nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, o ente federado respondia por uma contrapartida financeira de 1% do valor total do projeto.⁷³ As propostas elaboradas pelos entes federados, atendendo as orientações da SENASP, eram enviadas ao Ministério da Justiça e avaliadas pelo corpo técnico da SENASP. Caso fossem aprovadas, as propostas receberiam os recursos solicitados.

As chamadas ações de prevenção, com destaque para os projetos PROTEJO – Proteção de Jovens em Territórios Vulneráveis e Mulheres da Paz foram apresentadas pelo Ministério da Justiça como um novo paradigma para a Política Nacional de Segurança Pública.

Referindo-se à sobrevalorização da presença dos adolescentes como autores de crimes violentos, técnicos do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada esclarecem que:

Os números mostram que isto não corresponde à realidade. O que ocorre, regularmente, é uma maior exposição e repercussão na mídia de episódios violentos envolvendo adolescentes o que leva a sociedade a acreditar que estão mais violentos ou são insuficientemente atingidos por ações penalizadoras. Quando se fala em jovens como principais vítimas e autores, muitas vezes se incluem os adolescentes, o que é válido somente para algumas análises. (AQUINO e ANDRADE, 2009, p. 193).

Em análise sobre as políticas públicas voltadas a juventude, técnicos do IPEA avaliam que “talvez o maior mérito do PRONASCI esteja precisamente em conciliar os conceitos de repressão e prevenção e aliar políticas de segurança pública com políticas sociais” (AQUINO e ANDRADE, 2009, p. 213). No entanto, é possível avaliar a conciliação proposta através da aplicação de recursos, no âmbito do Programa, em ações de prevenção e ações de repressão.

TABELA 1 Ações Orçamentárias – PRONASCI – 2008

AÇÃO	VALOR DE INVESTIMENTO
Concessão de bolsa-formação a policiais militares e civis, agentes penitenciárias, guarda-municipais, bombeiros e peritos criminais, de baixa renda,	R\$ 133.714.486,45

⁷³ A percepção, pelo Governo Federal, da necessidade de adotar contrapartidas diferenciadas entre as regiões do Brasil é um indicativo das dificuldades presentes na execução de um programa federativa. No caso, trata-se da dificuldade de lidar com diferentes capacidades de investimento por parte dos entes federados envolvidos pelo programa.

pertencentes aos Estados-membros.	
Campanha do Desarmamento.	R\$ 2.084.911,54
Apoio à implementação de políticas sociais.	R\$ 82.603.516,32
Gestão e comunicação do PRONASCI*.	R\$ 10.771.504,50
Fortalecimento de instituições de segurança pública.	R\$ 296.247.796,33
Apoio à implementação de políticas de segurança cidadã.	R\$ 118.874.874,31
Valorização de profissionais e operadores de segurança pública.	R\$ 38.893.243,45

FONTE: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009.

* A ação Gestão e Comunicação do PRONASCI por se tratar de divulgação e implementação do Programa não foi classificada, para fins de análise, como ação de prevenção ou ação de repressão.

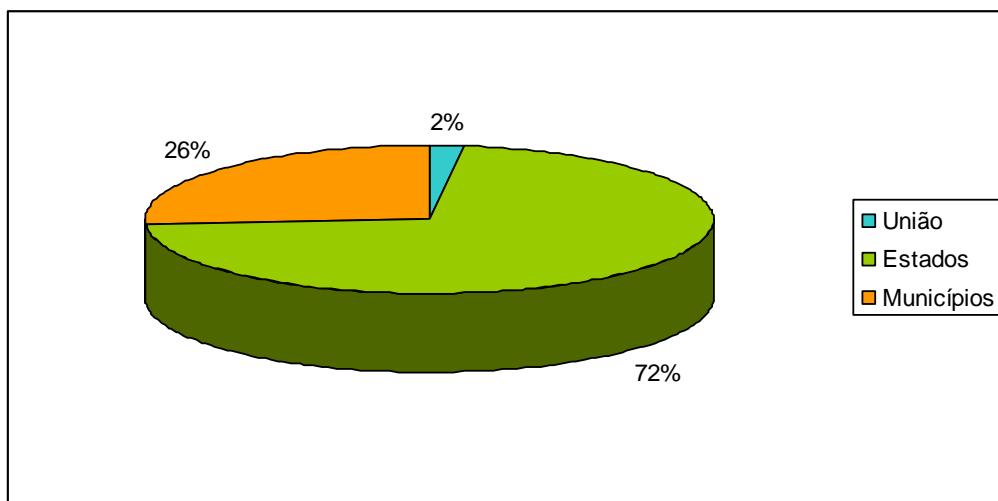
Considerando os valores apresentados na Tabela 1, observa-se que, no ano de 2008, 47% do valor investido foi direcionado a ações de repressão, ou seja, de fortalecimento da repressão institucional a criminalidade e 53% foram direcionados a ações de prevenção ou, de acordo com a terminologia cunhada pelo Ministério da Justiça, de segurança cidadã,

Cabe destacar que 40% do valor total investido em ações de prevenção foi destinado à ação Bolsa Formação, iniciativa de educação à distância para capacitação de profissionais de segurança. Depreende-se desse apontamento uma primeira conclusão: o maior percentual investido pelo Programa não atingiu diretamente o foco etário ou social do Programa.

Quanto à distribuição de recursos entre os entes federados, o Gráfico 1 explicita que houve maior concentração de recursos, no ano de 2008, nas ações executadas pelos Estados. Essas ações, por conta da atribuição constitucional de gestão estadual das polícias militares e civis, estão em sua maioria relacionadas às atividades desses órgãos. É possível perceber que, em relação aos Estados, houve dificuldade de alinhamento com a proposta do Governo Federal. Houve, por parte destes entes federados, uma clara preferência por investimentos na repressão à violência em detrimento da perspectiva de prevenção a violência.

Os recursos executados por Municípios concentram, como tem sido o desenho institucional da política nacional de segurança pública, as ações de prevenção. As ações executadas pela União são aquelas chamadas de execução direta, ou seja, relacionadas a projetos executados pelo Ministério da Justiça, como por exemplo, a Campanha Nacional de Desarmamento.

GRÁFICO 1 Destinação dos recursos para os entes federados – PRONASCI – 2008



FONTE: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009.

O volume de recursos empenhados pelo Ministério da Justiça no âmbito da execução do PRONASCI pode ser considerado um marco histórico na descentralização de recursos. Não há precedentes na trajetória do Ministério da Justiça quanto aos repasses de recursos deste volume a Estados e Municípios. No entanto, constata-se facilmente que a demanda por recursos foi superior à oferta. Tomando como exemplo a região Sul, verifica-se que o número de projetos de convênios apresentados é superior ao número de convênios efetivamente firmados com os entes federados. Essa demanda frustrada ainda que possa estar, em parte, relacionadas a questões de ordem técnica (elaboração do projeto ou capacidade institucional para execução dos projetos) nos informa que a demanda por ações de segurança pública em esfera local foi subestimada pelo Governo Federal.

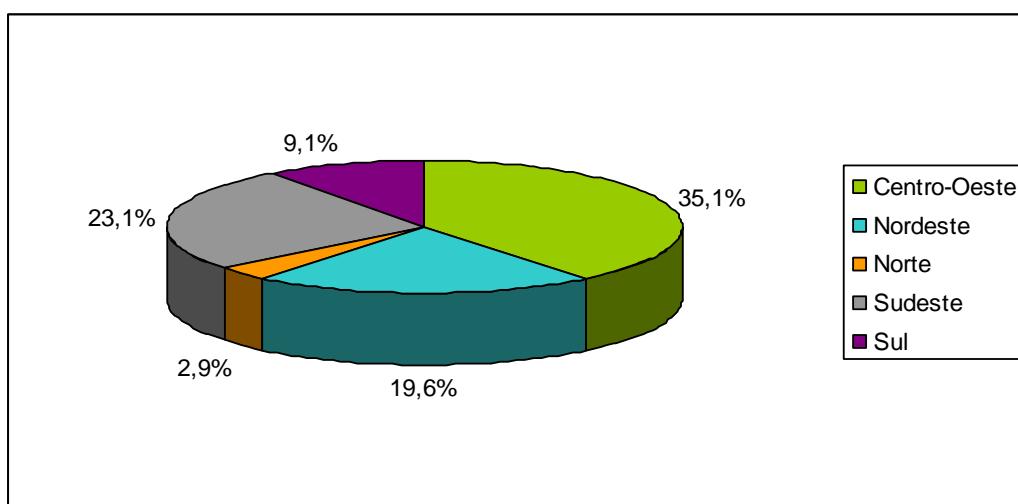
TABELA 2 - Projetos apresentados por Estado – Região Sul - PRONASCI – 2008

Estado	Projetos enviados	Projetos aprovados	Valor de investimento
Paraná	27	3	R\$ 1.923.408,00
Rio Grande do Sul	94	36	R\$ 36.408.402,00
Santa Catarina	3	0	-

FONTE: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009.

O repasse de recursos para região Sul bem como para as demais regiões brasileiras, assumiu, no ano de 2008, a seguinte configuração:

GRÁFICO 2 Percentual de valores pagos por região – PRONASCI – 2008



FONTE: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009.

Retoma-se, então, a questão dos pontos de partida, apontada no início deste artigo. Entende-se que a existência de uma política de segurança pública institucionalizada constitui-se como fator determinante para acesso aos recursos descentralizados da política nacional de segurança pública. Ainda que tenha índices expressivos de violência, municípios e estados necessitam de expertise técnica para acessar os recursos e fomentar a política local. Os limites impostos pela realização deste trabalho não permitem a avaliação desta questão em profundidade. O gráfico 2, apresentado anteriormente, instiga a percepção da questão levantada.

A continuidade no aporte de recursos também é um fator que dificultou o fomento de uma política local de segurança pública, a partir do PRONASCI. Tomando novamente o caso da região Sul houve queda nos valores investidos nos três estados que compõem a região. Faltam-nos os dados consolidados sobre o aporte de recursos nos anos seguintes (2010, 2011 e 2012), no entanto, a hipótese que se delineia é de que a diminuição de investimentos tenha permanecido.

TABELA 3 – Percentual de valores pagos – Região Sul – PRONASCI – 2007 - 2008

Estado	Valor de investimento 2008	Valor de investimento 2009
Paraná	R\$ 16.636.731,66	R\$ 8.506.418,76
Rio Grande do Sul	R\$ 46.047.580,38	R\$ 39.862.449,74
Santa Catarina	R\$ 486.945,96	-

FONTE: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2008.

A Fundação Getúlio Vargas contratada pelo Ministério da Justiça para monitorar e avaliar o início da execução do Programa apontou que:

O Ministério da Justiça, a partir da implementação do PRONASCI, ampliou o seu escopo de atividades e os níveis federativos envolvidos em suas políticas. Esse novo dimensionamento exigiu, por outro lado, a necessidade de maior capacidade de investimento e capilaridade de suas ações. Com a responsabilidade de induzir políticas públicas complexas, baseadas na articulação de distintos níveis federativos e sociais, uma demanda importante se apresenta: construir uma estrutura de gestão afinada segundo os objetivos estratégicos do programa. Tal qual se observou ao longo desse relatório, a estrutura administrativa de suporte do programa ainda não acompanhou por completo essa mudança, caracterizada pela complexidade das políticas desenvolvidas no âmbito do PRONASCI, encontrando-se em estágio de modernização com apoio da cúpula dirigente. Dessa forma, é necessário o aprimoramento da estrutura administrativa de forma a compatibilizá-las com o volume de recursos destinados às ações do programa. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2008, p. 101).

O PRONASCI apresentou dificuldades de execução em todo o país. Os principais obstáculos enfrentados por Estados e municípios para executarem os convênios celebrados com o Ministério da Justiça foram: a pulverização dos recursos no tempo e espaço⁷⁴, a ausência de definição de critérios de seleção de propostas e do acompanhamento da execução das mesmas, o fluxo de relacionamento e comunicação com o Ministério da Justiça⁷⁵ e a aplicação de modelos de projetos constituídos pela SENASP nas realidades locais. Para além destas questões de ordem técnica, prática e institucional, após a eleição de 2009, de acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas, 54,88% dos municípios PRONASCI sofreram mudança de gestão.

Quanto à questão da aplicação de modelos federais às realidades locais, SPOSITO e CARRANO (2003) observam que:

Projetos e programas são concebidos na esfera federal – por servidores públicos e agentes de organizações sociais não-governamentais

74 A distribuição dos recursos do PRONASCI foi apresentada em relatório produzido pela Fundação Getúlio Vargas, no ano de 2009, intitulado PRONASCI em Números.

75 De acordo com a Fundação Getúlio Vargas: “Existe uma demanda por melhoria da comunicação do MJ com os demais entes federados, para um maior esclarecimento dos conceitos estruturantes do PRONASCI, bem como de suas ações. Isso também é válido para a sociedade civil, que, como ator importante nas ações do programa, necessita incorporar os seus conceitos nas práticas cotidianas de suas políticas. Uma maior divulgação, baseada no entendimento dos pressupostos do programa, é central para ampliar a participação em torno de suas ações, como também de sua legitimação junto à sociedade. Esses canais de divulgação mais fortes, estruturados com os entes federados e à sociedade, permitirão o fortalecimento dos GGIs e a apresentação de novos projetos mais focados com a lógica do PRONASCI. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2008, p. 101).

consorciadas – e executados por municípios que, ansiosos por verbas federais não questionam diretrizes, métodos e metas pré-fabricadas.

No entanto, o choque com diretrizes, métodos e metas pré-fabricadas ocorre na execução, pelos entes federados, das ações pactuadas com o governo federal, momento em que o modelo de descentralização de recursos e da concepção de uma política nacional encontra sua aplicação prática em escala local, e portanto, com pequeno espaço para ajustes.

Em seu relatório de gestão, durante o primeiro ano de execução de ações do PRONASCI, a SENASP conclui que:

As ações tomadas atualmente como prioritárias na segurança pública ainda deixam intocado o principal problema a ser trabalhado: milhares de pessoas no Brasil, principalmente homens de 15 a 25 anos de idade, por total falta de condições dignas de vida, fizeram da ação criminosa sua profissão. Este problema nos obriga a promover uma ampliação do leque de instituições a fazerem parte do SUSP, pois as polícias não podem ser vistas como as únicas organizações responsáveis pelos problemas de segurança pública. É preciso promover uma ampliação dos responsáveis por esta área incluindo outras organizações governamentais (lazer, trabalho, saúde, educação, infra-estrutura urbana, etc.) e também não governamentais e a própria sociedade. Neste contexto, a SENASP tem uma importância fundamental para a melhoria da situação da segurança pública no Brasil, promovendo o reforço do papel dos policiais, bombeiros e guardas como protagonistas de uma cultura democrática, inclusiva e de promoção de direitos (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008a, p. 59).

As dificuldades encontradas na execução dos convênios firmados foram responsáveis por um grande percentual de devolução de recursos para a União⁷⁶. Em resposta a esta situação, a SENASP instituiu uma equipe de fiscalização de convênios, responsável por assessorar Estados e Municípios na elaboração de projetos para convênio e na execução das ações previstas. Em 2010, foram propostas, pela SENASP, mudanças na gestão do Programa buscando atingir as metas estabelecidas pelo PRONASCI em sua concepção.

O PRONASCI aparenta ter perdido sua força a partir de 2011, ano marcado pela extinção da Secretaria Executiva do PRONASCI, unidade gestora criada, dentro da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça. Suas ações passaram a ser incorporadas, como ações isoladas, nos editais do FNSP e houve diminuição em torno da publicidade ou divulgação do Programa. Tal fato é atestado por Cano

⁷⁶ Para exemplificar esta questão: em recente reportagem, o Jornal Gazeta do Povo aponta que foram devolvidos à União pelo Estado do Paraná R\$ 800.000,00, recursos recebidos por meio do PRONASCI e não executados pela Secretaria Estadual de Segurança Pública. (MARCHIORI, 2012).

(2006, p.146), que o observa o fato de que “os planos nacionais estão sujeitos a vai-e-vem, atrasos ou paradas e podem entrar em colapso ou perder a força rapidamente quando mudam as condições políticas. De fato, a maioria dos programas demonstra uma preocupante falta de continuidade”.

No ano de 2011, o Ministério da Justiça assumiu a coordenação com o Ministério da Saúde do *Programa Crack, é possível vencer*⁷⁷. O Programa, integrante do *Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas*, que também conta com a participação dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Educação, reúne um conjunto de ações destinadas aos usuários e dependentes do uso de drogas. As ações estão organizadas em três eixos: Prevenção, Cuidado e Autoridade. O eixo de Prevenção faz referência às estratégias voltadas a prevenção ao uso de drogas por meio de ações de educação, de informação e capacitação. As estratégias de ampliação da oferta e qualificação de serviços de saúde para tratamento e atenção aos usuários e seus familiares integram o eixo de Cuidado. Sob responsabilidade do Ministério da Justiça, mais especificamente da SENASP, o eixo Autoridade tem previstas as ações de enfrentamento ao tráfico e ao crime organizado e policiamento ostensivo em locais de concentração de uso de crack, associado ao acompanhamento destes por meio de videomonitoramento.

Para além das ações voltadas para a repressão do uso de drogas em locais públicos e ao narcotráfico, em 27 de junho de 2012, o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo lançou o *Programa Brasil mais seguro*⁷⁸ como uma tentativa de redução do número de homicídios no Brasil. O Programa é composto por três eixos de atuação: a melhoria da investigação de mortes violentas, por meio de investimentos em tecnologia, o fortalecimento do policiamento ostensivo e comunitário e o controle das armas e assim como o *Programa Crack, é possível vencer*, é executado mediante a assinatura de termos de cooperação com Estados e Municípios.

⁷⁷ As informações sobre o Programa *Crack, é possível vencer* estão disponíveis no endereço <www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/home>.

⁷⁸ Dada a ausência de informações institucionais sobre o Programa Brasil Mais Seguro, no Portal do Ministério da Justiça, as informações relativas ao lançamento do Programa foram retiradas de matéria intitulada *Em novo plano nacional, governo aposta em tecnologia e mais policiamento para reduzir criminalidade*, disponível no Portal UOL.

Os dois novos programas coordenados pelo Ministério evidenciam a ruptura com a proposta de *segurança pública com cidadania* do PRONASCI. Há, em seus conteúdos, um deslocamento das ações de prevenção, apresentadas como elemento inovador no PRONASCI, para as ações de repressão à criminalidade, em especial, à criminalidade violenta e não há referência à juventude como uma questão particular. Portanto, é possível apontar que o programa de prevenção à violência não impulsionou o surgimento de uma política nacional de combate à mortalidade e criminalidade da juventude como se pretendia.

Faz-se necessário analisar a execução do PRONASCI, a partir da disponibilização dos dados referentes aos anos de 2010, 2011 e 2012, para que seja avaliada a extensão dos resultados alcançados pelo Programa em sua breve trajetória. Este é o próximo objetivo a ser perseguido.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Luseni Maria C de e ANDRADE, Carla Coelho de (orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. São Paulo: FAPESP, 2000.

BANCO MUNDIAL. **Jovens em situação de risco no Brasil**. Volume I Achados relevantes para as Políticas Públicas (Policy Briefing). Brasília: Banco Mundial, 2007.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1999. Altera dispositivos do Decreto nº 1.796, de 24 de janeiro de 1996, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 set de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 17 mar 2013.

BRASIL. Lei n. 10.201, de 14 de fevereiro de 2001. Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 fev de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10201.htm>. Acesso em 23 ago 2012.

BRASIL. Lei n. 11.530, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 out de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/Lei/L11530.htm>. Acesso em 23 ago 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2007. Coleção Saraiva de legislação.

BRASIL. **Portal do Programa Crack, é possível vencer**. Disponível em: <www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/home>. Acesso em 23 agosto 2012.

CANO, Ignácio. Políticas de Segurança Pública no Brasil: Tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**. [online] Número 5. Ano 3. 2006. P. 136-155.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **PRONASCI em perspectiva**. Brasília: FGV, 2008.
_____. **PRONASCI em números**. Brasília: FGV, 2009.

MADEIRO, Carlos. Em novo plano nacional, governo aposta em tecnologia, e mais policiamento para reduzir criminalidade. **UOL Notícias**. Maceió, 27 junho 2012. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/27/em-novo-plano-nacional-governo-aposta-em-tecnologia-e-mais-policamento-para-reduzir-criminalidade.htm>>. Acesso em 23 agosto 2012.

MARCHIORI, Raphael. **Em 5 anos, PR aplicou só um terço do investimento previsto em segurança**. Gazeta do Povo. Curitiba, 14 agosto 2012. Vida e Cidadania. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1286255&ch=>. Acesso em 23 agosto 2012.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Brasília: 2000.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SENASP. **Guia para a prevenção do crime e da violência**. Brasília: 2005. Disponível em: <www.mj.gov.br>. Acesso em: 14 set. 2011.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Um novo paradigma para segurança pública**. Brasília: 2008.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SENASP. **Relatório de Gestão**. Brasília: 2008a. Disponível em: <www.mj.gov.br>. Acesso em 14 set. 2011.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A práxis liberal e a cidadania regulada. In: _____. **Décadas de espantos e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. p. 1- 30.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS et al. **Guia Municipal de Prevenção da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2012.

SPOSITO, Marília Pontes e CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventudes e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Nº. 24. Rio de Janeiro: set/out, 2003.

MERCADORIZAÇÃO DO FUTEBOL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Luiz Demétrio Janz Laibida⁷⁹

RESUMO

Este artigo pretende demonstrar a mercadorização do futebol advinda da intensificação do processo de globalização. Assim como a globalização pode ser considerada um processo dual, tanto com benefícios quanto com malefícios, as transformações no futebol seguem a mesma lógica: por um lado avanços estruturais e o insurgimento do poderoso marketing esportivo e por outro uma certa “eletização” do esporte. Os clubes do mundo todo investindo cada vez mais em marketing e a mídia fervorosa pelo retorno protagonizado por esse espetáculo. O futebol paranaense não está livre do modelo global. Os clubes locais também têm procurado investidores multinacionais e modelos de marketing bem sucedidos, inovando em busca de uma evolução nesse campo global. A metodologia utilizada na construção desse trabalho é significativamente qualitativa bibliográfica. Emprega-se ainda a pesquisa de campo para o relato de dados mais imediatos em relação aos clubes de futebol de Curitiba.

Palavras-chave: Futebol. Globalização. Marketing.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate the commodification of football coming from the intensification of globalization, as globalization can be considered a dual process, both with benefits and detriments to the transformations in football also follow the same logic on the one hand structural advances rebel and the powerful sports marketing and the other a certain chief football. Clubs around the world increasingly investing more in marketing and media earnest for the return starring this spectacle. Football Paraná is not free of the global model, the clubs also increasingly seeking multinational investors, looking for models of successful marketing always looking to evolve and innovate in this field overall. The methodology used in the construction of this work is significantly qualitative literature and is also used field survey data to report more immediate compared to clubs of Curitiba.

Key words: Football. Globalization. Marketing.

INTRODUÇÃO

O futebol chegou ao Brasil em 1894, introduzido por Charles Miller.

⁷⁹ Bacharel e licenciado em Ciências Sociais, Mestre em Sociologia e Doutorando em Sociologia, todos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Inicialmente, era praticado por jovens membros da elite de São Paulo. Tempos depois, o esporte foi apropriado por outros estados. Nesse período, o futebol era elitista, excluindo-se negros e mulatos. A difusão da modalidade se deu, especialmente, através dos colégios. Porém, cabe mencionar a importância da fundação do “The Bangu Athetic Club”, em 1904, pelos funcionários ingleses da Companhia Progresso Industrial Ltda., para a democratização do futebol. Sem o número necessário para o *match*, recrutavam-se funcionários para participar (RODRIGUES, 2004). De 1905 a 1933, fase amadora do futebol, o elitismo fazia-se presente tanto nos campos como fora dele, sendo considerado um fator de distinção social (LOPES, 1994). Um aspecto relevante para a popularização e democratização do futebol foi a revolução vascaína, em 1923, que abriu as portas para negros, mulatos e brancos pobres e levou o Vasco à conquista do Campeonato Carioca em 1932 (CALDAS, 1990, p. 44).

Em 1933, com a legislação social e trabalhista de Getúlio Vargas (1930 - 1943), o futebol se transformou em atividade profissional (SUSSEKIND, 1996). O governo de Vargas fez do esporte um instrumento de unidade social. No período, foram construídos estádios em São Paulo e no Rio de Janeiro, que serviam tanto para a prática esportiva quanto para comemorações populares e manifestações políticas. Essa postura, no entanto, centralizava ainda mais o poder nas mãos de Vargas, na medida em que atingia um maior número de indivíduos. Segundo PRESTES E MEZZADRI (2010), o governo de Getúlio Vargas difundiu sentimentos nacionalistas através do futebol, que, junto ao Carnaval, consolidou-se como o maior espetáculo de massas da sociedade brasileira, fortalecendo a identidade nacional por intermédio de ações, por vezes, autoritárias. Ainda segundo os autores, a implantação do Estado Novo em 1937 estreitou ainda mais a relação estabelecida entre Getúlio Vargas e o esporte, acarretando a criação do Conselho Nacional de Desportos (CND), entidade que abarcava a organização de todas as modalidades esportivas e as mantinha sob direta gerência estatal.

RODRIGUES (2003, p. 25), ao estabelecer as fases do futebol no Brasil, expõe a quarta fase (1950 - 1970) como consagração do estilo brasileiro, que para FREYRE (1971), a entrada dos negros e mestiços no futebol foi o que caracterizou o estilo brasileiro de jogar, as conquistas das copas de 58, 62 e 70 e o reconhecimento internacional. A fase de modernização do futebol no Brasil remonta

à década de 1970, com transmissão ao vivo das partidas, aumento dos recursos do futebol e do salário dos jogadores e exportação de atletas brasileiros para o futebol europeu. Tais questões foram aprimoradas na década de 1990, que assistiu a uma série de mudanças na administração do futebol e no estabelecimento de contratos de parceria entre clubes e empresas para a gestão comercial dos clubes. A maioria dessas parcerias foi desfeita antes do término do contrato. O futebol era racionalizado economicamente, sendo o lucro o grande objetivo dos clubes. A visão em torno do esporte era explicitamente empresarial.

Os problemas do futebol brasileiro citados anteriormente deram origem a inúmeras mudanças na Legislação Esportiva (Lei Zico em 1993, Lei Pelé em 1998, Nova Lei Pelé em 2001 e 2003, Estatuto do Torcedor em 2003), todas buscando equacionar tais questões pela via político-institucional. Atualmente, os dirigentes, sarcasticamente apelidados de ‘cartolas’, aparecem no plano mais elevado do cenário desportivo nacional, obtendo sempre o maior destaque e as maiores glórias. As leis Pelé e Zico surgem para suprir os interesses dos atletas, tentando amenizar a “cartolagem” com medidas como seguro de vida e discriminação de atleta profissional ou semiprofissional em contratos de trabalho. (MELO FILHO, 1995)

O futebol, inicialmente, tinha como propósito fundamental reforçar a identidade nacional. Era um esporte que atingia todas as classes e atraia famílias inteiras aos estádios, mas, com o passar do tempo, esta configuração foi se alterando, principalmente com o advento do processo de globalização e a entrada maciça das multinacionais no Brasil. Esta roupagem do futebol brasileiro estava sendo copiada do futebol europeu, especificamente da Itália, que, mundialmente, tornou-se um modelo de futebol bem-sucedido, importando os melhores jogadores do mundo e disseminando a eficácia dos patrocínios de multinacionais no esporte.

Na atualidade, o futebol se rendeu à lógica neoliberal, do *marketing, business*, dos patrocínios oriundos de multinacionais, ou seja, o fenômeno futebol se tornou uma mercadoria muito lucrativa para clubes, jogadores e empresas. Os grandes mentores do futebol como *business* são a FIFA (Fédération Internationale de Football Association), a CONMEBOL (Confederación Sudamericana de Fútbol) e as confederações, como a CBF (Confederação Brasileira de Futebol), que organiza as competições visando, na maioria das vezes, o lucro. Nas negociatas com os

jogadores, as leis trabalhistas não são respeitadas e a cada parte envolvida cabe uma quantia em dinheiro.

Já o torcedor, para assistir a um jogo, tem que desembolsar uma boa quantidade de dinheiro. Com a entrada do patrocínio de uma grande multinacional, o Clube Atlético Paranaense, por exemplo, conseguiu promover a grandiosa reforma do seu estádio. Ao mesmo tempo, os torcedores oriundos das classes populares sofreram com a alta dos ingressos, ou seja, aconteceu uma “elitização” do clube, aspecto que vem sendo copiado por seu maior rival, o Coritiba Footbal Club, o qual segue a lógica dos sócios e dos ingressos a preços altos. Ambos os clubes fizeram planos de sócios torcedores, que pagam uma cota fixa mensal e, dessa maneira, têm o ingresso mais “barato”. O Paraná Clube também tem plano de sócio, porém o clube vive uma realidade distinta da dos seus rivais estaduais, pois, além de possuir bem menos torcedores, passa por dificuldades financeiras. Nesse contexto, seus preços de ingressos e de associação são mais baixos e suas estratégias de marketing baseadas em perspectivas locais, com exceção da Coca-Cola, que patrocina os três clubes de Curitiba.

O que se pretende neste trabalho é discutir o processo de mercadorização do futebol, que explodiu com o advento do neoliberalismo e da globalização. Para inserir o futebol nesse contexto global, faz-se necessária uma discussão teórica sobre a complexidade do processo de globalização e como esse fenômeno está presente em todas as esferas da sociedade, ocasionando mudanças estruturais que, muitas vezes, perpassam pela dicotomia entre o bem e o mal. Para tanto, será avaliado como os clubes paranaenses (Atlético, Coritiba e Paraná) se desenvolveram diante dessa realidade, com intensa presença dos meios de comunicação e do marketing. Desse modo, esta análise está dividida em três seções: a primeira apresenta um panorama teórico geral da ideia de globalização na vertente sociológica e das transformações das relações sociais que acompanharam este processo; a segunda traz os principais elementos que compõem o “futebol moderno”, adentrando para a importância dos patrocinadores e do marketing nesta nova etapa; a última seção objetiva verificar o “comportamento” dos principais clubes do futebol paranaense frente a este novo modelo de futebol.

Nesse contexto, a metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa bibliográfica e também a pesquisa de campo, para relatar informações mais imediatas pertinentes

aos clubes da capital, que requerem uma investigação direta justamente por não existirem dados em bibliografias.

Sobre o estudo da globalização, alguns referenciais teóricos foram fundamentais. Destaque para Octavio Ianni, com as obras “Globalização: o novo paradigma das Ciências Sociais” e “A Grande Transformação”; Boa Ventura de Sousa Santos, com o livro “Os Processos de Globalização”; e David Harvey, que faz uma crítica dialética entre sociedade contemporânea, relativizada pela noção tempo e espaço, e as mudanças do mercado e do capitalismo no século XX no livro “A Condição Pós-Moderna”.

Quanto aos estudos do futebol relacionado à globalização e à mercadorização, importante enfatizar as obras “A Metamorfose do Futebol” e “Esporte-Espetáculo e Futebol-Empresa”, de Marcelo Proni, “Futebol e Globalização”, de Luiz Ribeiro e José Mosko, e “O futebol brasileiro e suas interfaces com a intervenção estatal: autonomia e crise”, de Saulo Prestes e Fernando Mezzadri.

GLOBALIZAÇÃO

Desde o final do século XX, o conceito de globalização suscita muitos debates dentro e fora das Ciências Sociais, articulando-se em suas diferentes perspectivas –econômica, política, social e cultural – e trazendo diversos dilemas relativos à sociedade atual. Alguns teóricos da Sociologia que já abordaram este fenômeno foram Giddens, Castells e Bauman. Ligada à fase “pós-moderna” e ao capitalismo multinacional, a globalização consiste em um dos temas mais discutidos na esfera acadêmica nos últimos anos. Para se entender as mudanças e transformações nas relações sociais advindas desse processo, cabe adentrar aos argumentos de Boaventura de Sousa SANTOS (2001), que reflete acerca do conceito de globalização, desde a sua origem, e busca verificar a influência desse fenômeno nas relações sociais.

Uma das afirmações mais recorrentes sobre a globalização é a de que ela está estruturada apenas na expansão do capitalismo e se esgotando no mundo da economia. SANTOS (2001) inicia sua explanação sobre o desenvolvimento da globalização pela ótica econômica e destaca a sua relação com o capitalismo. Mais

adiante, o autor trabalha a necessidade de se reconhecer a globalização como um processo multifacetado. A grande preocupação dele é a de não enfatizar o fenômeno apenas como monolítico, ou seja, que aborda só as questões atreladas ao econômico – como muitos autores trabalham. Para Santos, o processo da globalização é plural e interfere nas relações econômicas, sociais, ambientais, religiosas, culturais, jurídicas, entre outras.

Deste modo, não existe uma entidade única chamada “globalização”, mas “globalizações”, e este termo deveria ser usado sempre no plural. Enquanto feixes de relações sociais, as globalizações envolvem conflitos, por isso, vencedores e vencidos, e, frequentemente, o discurso sobre a globalização é a história dos vencedores contada pelos próprios (*idem*, 2001).

A teoria a ser construída deve dar conta da pluralidade e das contradições da globalização em vez de tentar subsumir o processo em abstrações redutoras. SANTOS (2001) propõe uma teoria que assenta no conceito mundial de transição porque contém em si o sistema mundial velho, em processo de profunda transformação, e um conjunto de realidades emergentes que podem ou não conduzir a um novo sistema mundial. O sistema mundial é composto por três constelações de práticas coletivas: práticas interestatais, práticas capitalistas globais e práticas sociais e culturais transnacionais.

Na década de 80, a globalização cultural assumiu um relevo especial com a chamada “viragem cultural”. Houve uma mudança de ênfase dos estudos das Ciências Sociais dos fenômenos econômicos para os fenômenos culturais, levantando-se a questão do impacto da globalização. Segundo Boaventura, é na esfera da globalização cultural que se visualizam maiores mudanças. A questão a saber seria se a globalização não deveria ser chamada de ocidentalização ou americanização (RITZER, 1995) já que os valores, os artefatos culturais e os universos simbólicos que se globalizam são ocidentais, mais especificamente norte-americanos, sejam eles o individualismo, a democracia política, a racionalidade econômica, o utilitarismo, o primado do direito, o cinema, a publicidade, a televisão etc.

Trabalhando o impacto da globalização frente à realidade social, SANTOS (2001) discorre acerca das desigualdades sociais, da dicotomia local/global, das mudanças causadas no Estado com a nova forma política do sistema mundial

moderno e da dualidade entre a globalização hegemônica e a contra-hegemônica. Afirma que nas últimas três décadas, houve uma intensificação das relações transnacionais, desde a globalização dos sistemas de produção e das transferências financeiras até a disseminação, em uma escala mundial, de informação e imagens através dos meios de comunicação social e das deslocações em massa de pessoas (idem, 2001).

Segundo SANTOS (2001), o global e o local são socialmente produzidos no interior dos processos de globalização. A definição de modo de produção na globalização é o conjunto de trocas desiguais pelo qual um determinado artefato, uma condição, entidade ou identidade local estende a sua influência para além das fronteiras nacionais e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outro artefato, outra condição, entidade ou identidade rival.

Segundo IANNI (1994), a sociedade nacional está sendo recoberta, subsumida pela sociedade global, uma realidade que ainda não é satisfatoriamente trabalhada. A sociedade nacional continua a ter vigência – com território, população, mercado, moeda, hino, bandeira, governo, constituição, cultura, religião, história, formas de organização social –, constituindo o cenário no qual seus membros vivem, movimentam-se, pensam, lutam e morrem. Bergesen, porém, advoga por uma Globologia, ou seja, a ciência da globalização, dentro de um novo paradigma de pensar a sociedade global. Não obstante, pensar a sociedade global sem levar em conta a questão compressão espaço-tempo seria esquecer-se de um ponto chave no entendimento desta dinâmica. Por isso IANNI (1994) também discorre a respeito dessa relação, pois afirma que na sociedade global as articulações e as velocidades desterritorializam-se e re-territorializam-se em outros espaços, com outros significados.

O mundo se torna mais complexo e simples, micro e macro, épico e dramático. Assim, a reflexão sobre essa sociedade apresenta discussões epistemológicas fundamentais que se centram em questões como espaço e tempo, sincronia e diacronia, micro e macro, singular e universal, individualismo e holismo, pequeno relato e grande relato (idem, 1994).

Assim como Ianni, HARVEY (1989) afirma que uma das transformações mais frequentes associadas à globalização é a questão da compressão tempo-espacó, ou seja, o processo social pelo qual os fenômenos se aceleram e se

difundem pelo globo. Com a passagem do “fordismo” para a acumulação flexível, houve uma aceleração no giro de tempo que implicou na estrutura produtiva dos diversos setores da sociedade, materializando-se no espaço. Um exemplo dessa materialização é o mercado financeiro, regido pelo efêmero, pelo descartável, pela artificialidade.

Para ROWE (2003), o esporte tem grandes vantagens para o projeto da globalização. É uma prática global que se dá segundo regras padronizadas, delimitada por tempo e espaço. Além disso, se já não estiver pronto para o consumo televisivo, ele aceita modificações para a melhor adequação, permitindo assim uma grande audiência e, consequentemente, muitos patrocinadores. No entanto, no coração do esporte, está a competição, a qual, para Rowe, é geradora de emoção e drama, e também está intimamente ligada a disputas identitárias.

Outra questão interessante pode ser observada em relação ao local ser suprimido pelo internacional, em todas as esferas da vida social. Com o futebol não foi diferente: a transformação para uma estrutura corporativa do esporte é a indicação de sua americanização e europeização, uma vez que as condições para tal se desenvolveram ou foram aprimoradas nos países chamados desenvolvidos. Por isso, podemos então concluir que no esporte, mais até do que na música, TV ou nos filmes, o aspecto estrangeiro é mais evidente. Nesse contexto, o jogo se torna menos importante que a sua capacidade de transmitir uma mensagem para uma audiência massiva. Além disso, o jogo também passa a ideia de competição, excelência, eficiência corporativa e necessidade da vitória – pensamentos que tiveram origem nos EUA, mas que hoje representam o capitalismo global (DONNELLY, 1996).

O FUTEBOL MODERNO E GLOBAL: O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E O MARKETING

A Copa do Mundo de 1970, realizada no México, marcou um novo período no futebol global com as transmissões ao vivo e em cores de partidas internacionais para diversos países. O desenvolvimento tecnológico na área das comunicações por satélite havia começado. Isso propiciou a popularidade do futebol em centenas

de países, tornando esse esporte um espetáculo de massas que produz cifras exorbitantes.

Em meados da década de 70, mais precisamente em 1974, o brasileiro João Havelange assume a presidência na principal instituição de futebol do mundo, a FIFA, tornando-se o primeiro não europeu no cargo e contribuindo de maneira expressiva para uma nova composição política no futebol mundial. O grande desafio da nova equipe liderada por Havelange era o de aumentar os recursos da federação, pois a única fonte de renda vinha da organização da Copa do Mundo, de quatro em quatro anos.

O êxito da nova administração foi ter estabelecido parceria com a Adidas, que por vários anos vinha desenvolvendo propostas de marketing em esportes de alto rendimento, e com a Coca-Cola, que tinha tradição em patrocinar os Jogos Olímpicos. A Adidas gostaria de ver estampada sua marca nas seleções de diversos países, além de ter contratos com as federações nacionais, por isso o apoio a Havelange era necessário. A Coca-Cola foi convencida a financiar milhões de dólares numa estratégia global de marketing de desenvolvimento de países considerados atrasados em relação ao futebol; os Estados Unidos foram os maiores beneficiados.

A FIFA não possuía estrutura e pessoal qualificado para responder aos novos desafios do futebol, então a ideia e organização do primeiro Campeonato Mundial de Juniores, realizado em Túnis, em 1977, ficou por conta dos profissionais da Adidas e da Coca-Cola. Em seguida, a Coca-Cola investiu uma soma inédita, US\$ 8 milhões, para patrocinar a Copa do Mundo da Argentina, em 1978. Segundo SIMSON e JENNINGS (1992), a boa avaliação do futebol como veículo de publicidade e *merchandising* abriu o caminho para que outras empresas se interessassem pela promoção de competições importantes e para que grandes redes europeias de televisão passassem a pagar mais caro pelos direitos de transmissão. Dez anos depois, em 1987, os direitos de transmissão das Copas de 1990, 1994 e 1998 foram negociados pela ISL (empresa de representação comercial criada pelo grupo Adidas) por mais de US\$ 240 milhões com um consórcio internacional de emissoras de televisão.

A partir desse momento, foi necessária uma maior profissionalização da organização do futebol mundial, tendo em vista que a comercialização e os financiamentos no esporte exigiam uma postura bastante séria dos dirigentes.

Em 1977, a publicidade é introduzida ao redor dos campos de futebol, arrecadando dinheiro para estádios e federações. É a partir desse período que o futebol passa a ser transmitido na TV apenas por videotape. A utilização de propagandas nos uniformes dos times foi uma nova fonte de recursos para os mesmos e um passo na comercialização do futebol.

Na década de 80, aconteceram importantes mudanças no futebol brasileiro, como o incremento da comercialização e uma maior participação da televisão na produção, divulgação e negociação da esfera futebolística. O mercado parecia dominar o futebol, inflacionando os salários dos jogadores e técnicos. A solução para essa crise foi a profissionalização dos dirigentes dos clubes.

Em 1981, houve mais um acontecimento de grande importância para o marketing futebolístico: a liberação das logomarcas dos patrocinadores nas camisetas dos times. O Juventus, de Turim, obteve o maior contrato de patrocínio na época, US\$ 800 mil por ano, pagos pela Ariston, fabricante de cozinhas e eletrodomésticos. O Milan assinou por US\$ 400 mil com a Pooh Jeans, fabricante de roupas jovens. Na Alemanha, o Bayern de Munique conseguiu US\$ 400 mil da Magyrus Deutz, empresa de equipamentos pesados (PRONI, 1998).

Nos anos 80, o sucesso do “comércio” futebolístico fez aumentar a mercantilização dos campeonatos, os quais foram se estruturando em função da demanda por programações esportivas na TV e do surgimento de novas opções de marketing esportivo.

Em 1984, os clubes de futebol passaram a receber uma porcentagem de 5,2% da Loteria Esportiva e também assinaram contratos com a televisão, fato que gerou muita polêmica de alguns, que culparam a TV pelo esvaziamento dos estádios. A Copa União, o campeonato nacional organizado em 1978 pelo Clube dos Treze, consistiu numa tentativa de racionalizar e comercializar o campeonato nacional. Os grandes clubes nacionais se rebelaram contra a Confederação Brasileira de Futebol, que havia se declarado incapaz de organizar um evento daquele porte. Assim, os treze maiores clubes do Brasil, apoiados pela TV Globo, Coca-Cola e Varig, realizaram a Copa União. Com exceção do Corinthians e do

Flamengo, todos os clubes participantes assinaram contratos de patrocínios com a Coca-Cola, fato este que passou a ser um marco na consolidação da publicidade e do televisionamento dos campeonatos de futebol. (RODRIGUES, 2004).

Segundo PRONI (2000), nos principais países da Europa Ocidental, a transmissão sistemática pela TV de partidas domésticas e de torneios da UEFA (Union of European Football Associations), ao vivo, impulsionou a obtenção de patrocínios milionários e valorizou os contratos de fornecimento de material esportivo e de *merchandising*. Ainda segundo o autor, o crescente interesse por anúncios comerciais durante as transmissões levou também os canais abertos de televisão a disputar com as redes estatais o direito de exploração das imagens e a pagar valores crescentes pela transmissão de torneios oficiais.

Já a década de 90 foi marcada pela hegemonia dos clubes italianos. A principal competição do país passou a ser conhecida como “o maior campeonato nacional do mundo” e fomentou contratos com uma somatória milionária paga pelas emissoras de TV para se ter o direito de transmissão. O futebol italiano tornou-se global. Era transmitido para o mundo inteiro e atraía jogadores de vários países, inclusive do Brasil.

Esse formato de futebol globalizado e mercantilizado trouxe algumas contradições no futebol europeu e revelou a enorme distância com os países tidos como de “terceiro mundo”. A FIFA investia maciçamente no futebol rentável de alguns países da Europa e outras nações do mesmo continente ficavam em grande desvantagem financeira e competitiva. Os países chamados de subdesenvolvidos viam seus melhores jogadores irem embora pelas cifras incalculáveis de alguns clubes europeus. De um lado, os cofres dos clubes eram abastecidos, mas, de outro, reduzia-se a chance de crescimento real do futebol local, já que qualquer bom jogador seria negociado facilmente e não permaneceria no seu país de origem.

No começo da década de 90, o Brasil reviu alguns conceitos do futebol para modernizar o seu mundo futebolístico, entendendo que, se quisesse ter um futebol de primeiro mundo, teria que ser global, abrir para investidores e empresas multinacionais, fato que foi impulsionado no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

(...) a modernização do futebol brasileiro tornava-se um imperativo da concorrência capitalista; tornava-se urgente reestruturar as formas de

produção do espetáculo e de gestão dos clubes para garantir uma alta competitividade internacional e alavancar os negócios nesse campo de valorização em franca expansão (PRONI, 2000, p. 193).

Havia uma relação entre a adoção de um modelo de modernização na sociedade, via processo de globalização da economia, e as mudanças na estrutura do futebol, também inspiradas na gestão do espetáculo futebolístico da Europa. O padrão de gestão empresarial passa a ser considerado a solução para o futebol brasileiro. Assim, o discurso acerca da profissionalização dos dirigentes ganha defensores, particularmente na imprensa. Também existia uma correlação entre profissionalização da administração, transformação dos clubes em empresas, racionalização do calendário futebolístico e criação da liga nacional, mas, em se tratando da moralização do futebol, esses aspectos ficavam num plano muito distante, que perpassava a questão da racionalização do futebol.

Para regulamentar a intervenção estatal na esfera esportiva e o estabelecimento de regras que envolviam clubes e empresas, a Lei Zico pretendia:

i) regulamentar a presença de empresas e as formas de comercialização no futebol profissional, ii) rever a participação nos recursos da Loteria Esportiva, iii) extinguir a 'lei do passe' e estabelecer uma nova norma para o contrato de trabalho do atleta profissional, iv) redefinir os mecanismos de supervisão e assegurar a autonomia estatutária dos clubes, assim como v) buscar mecanismos mais democráticos e transparentes de representação e de administração das federações e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) (PRONI, 2000, p. 165).

Já a Lei Bosman restringiu o crescimento da transferência de jogadores entre os clubes. O jogador Jean-Marc Bosman abriu um processo judicial contra sua antiga equipe por não poder se transferir para outro time. No dia 15 de dezembro de 1995, o Tribunal de Justiça Europeu de Luxemburgo deu o veredito final a Bosman, declarando ilegais as indenizações por transferência de jogadores e as cotas, limitando o número de jogadores da União Européia, sem direito à apelação. A decisão favorável a Bosman mexeu profundamente com todas as estruturas do futebol da Europa.

A Lei Pelé (nº 9.615/98) decretou a extinção gradual do passe. De acordo com a nova regulamentação, quando o contrato de trabalho do jogador termina, este pode se transferir para outro clube mesmo sem o consentimento do clube atual. Não há mais vínculo entre clube e jogador, com o término do contrato de trabalho. No

entanto, se o atleta quiser se transferir para outro clube antes do final do contrato, precisa pagar ao clube uma multa de até 200 vezes seu salário anual.

Com a finalidade de evitar prejuízos financeiros aos clubes com o fim do passe e incentivar o trabalho de formação de jogadores através das categorias de base, foi editada a Medida Provisória nº. 2.141 em 24 de março de 2001, reeditada em 22 de maio do mesmo ano pela Medida Provisória nº. 2.142-2, que promoveu modificações importantes na Lei 9.615/98 (BRAGA, 2001).

Para salvaguardar os clubes que formam os atletas, foi liberada a indenização por formação, valor cobrado ao novo empregador (clube que adquire os direitos federativos do atleta) pela cessão do jogador de futebol. Ela não pode exceder a 200 vezes o total da remuneração anual do atleta pactuada no contrato anterior. Essa indenização deve ser paga antes do final do contrato, pois quando este chega ao seu término ela acaba inexistindo.

Em 1996, uma das grandes novidades foi o acordo da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) com a Nike. Com horizonte de 10 anos, ele envolvia cifras de mais de US\$ 326 milhões. PRONI (2000) menciona que após a nova legislação aconteceram mudanças relevantes no futebol brasileiro, assim como na CBF depois da parceria com a Nike: aumento dos investimentos das empresas de comunicação no mercado futebolístico, KEARNEY (2003) apresenta dados que sustentam o futebol como uma das principais áreas de investimento mundial. Em 2001, a receita global ultrapassou US\$ 54 bilhões; a previsão para 2005 era de US\$ 73 bilhões, desenvolvimento acelerado do marketing esportivo, entrada de instituições financeiras internacionais no mercado brasileiro, busca de caminhos para a adoção de gestões empresariais por parte dos clubes e modificações na organização dos torneios.

Além da parceria do Palmeiras com a Parmalat, aconteceram licenciamentos de marcas e terceirizações do departamento de futebol. O Corinthians firmou parceria com o fundo de investimentos Hicks Muse Tate & Furst (HTMF); o Vasco da Gama, com o Bank of America (*idem*, 2000).

Segundo dados de mercado da época, em todo o período de vigência da Lei Pelé foram investidos nos 25 maiores clubes brasileiros mais de US\$ 800 milhões. Muitos investidores globais aportaram no mercado brasileiro, como a HTMF e a ISL (International Sports and Leisure), entre outros.

O principal campeonato das Américas, a Copa Libertadores da América, aumentou exponencialmente o investimento nos últimos tempos. Há cinco anos, o banco Santander é o principal patrocinador do torneio, que tem o nome oficial de “Copa Santander Libertadores”. Diretores da empresa afirmam que a exposição de mídia da competição faz a marca estar sempre associada ao esporte. A Libertadores também é patrocinada pela Visa, Toyota, Kaiser e Samsung.

Na Europa, a UEFA anunciou a extensão do patrocínio da Heineken para a UEFA Champions League entre 2012 e 2015 e para as edições de 2012, 2013 e 2014 da super taça europeia, sendo que a multinacional patrocina o torneio desde 1994. A Heineken tem usado o seu patrocínio da UEFA Champions League como um dos elementos-chave da sua comunicação de marketing, promovendo a marca através de várias atividades a uma escala verdadeiramente global.

Visto os principais elementos que deram ao futebol uma nova roupagem, iniciada na década de 70, a próxima seção apresentará como os clubes paranaenses se organizaram diante dessa proposta.

AS TRANSFORMAÇÕES NO TRADICIONAL FUTEBOL PARANAENSE

O futebol pode ser considerado um fenômeno exemplar de como o sistema capitalista pode transformar qualquer matéria em fonte de lucro e legitimação de si. É fundamental analisar que a sociedade capitalista – através da mídia, do marketing e do pensamento global de consumo – molda “gostos”. No futebol profissional, essa questão aparece nítida e traz a reflexão sobre quais são os papéis dos dirigentes, dos atletas, dos patrocinadores e dos torcedores. O futebol tende a se tornar a reunião forjada dos espectadores de um poderoso espetáculo da mercadoria, atrelado à televisão e à propaganda global.

Alguns clubes recebem fortunas por terem maiores torcidas e visibilidade; outros dependem de estratégias diferenciadas para galgar espaço nesse território valioso e disputado. De acordo com MOSKO (2007), em 1998, enquanto o contrato de patrocínio do Corinthians foi de R\$ 7,2 milhões e o do Flamengo de R\$ 3,1 milhões, o Coritiba obteve apenas R\$ 450 mil e o Paraná Clube não recebeu nada. Flamengo, Corinthians e São Paulo, por exemplo, possuem milhões de torcedores no Brasil. Já outros clubes, como o Atlético PR, Coritiba e Paraná, têm um número

muito menor de simpatizantes. Este dado influencia diretamente nas negociações com patrocinadores e cotas de televisão. Em vista disso, esses clubes se obrigam a encontrar estratégias de diferenciação e destaque, intentando conquistar o interesse de parceiros.

Mas, independente do número de torcedores, observa-se que os jogadores profissionais são estrelas da globalização, exemplos publicitários a serem seguidos, principalmente por uma juventude que em suas concepções ideológicas cria ideais de identificação e aceitação social. Os atletas são modelos uniformizados com as cores e o símbolo do clube e também com a marca que confecciona o uniforme. O mercado cria meios de atingir ideologicamente o consumidor/torcedor, utilizando gírias, jargões, comportamentos do atleta/ator, o que ele usa, o que ele gosta, o que ele bebe, que carro dirige, qual moda segue etc.

Dirigentes e patrocinadores sabem que certos jogadores trazem lucro e que modificar uniforme com frequência também é lucrativo. Buscam sempre algum meio de atingir o torcedor em benefício do clube (tradição, história). O objetivo é lucrar a partir da massificação ideológica que símbolos do clube representam ao torcedor, o qual, muitas vezes apaixonado, sucumbe aos apelos do mercado e torna esse fato uma conquista na sua vida. Os torcedores são espectadores fanáticos, máquinas de emoção; os jogadores são profissionais em busca de salário, fama e muitas vezes desconhecem totalmente a história do clube; os dirigentes, em sua maioria, são políticos natos que gozam de poder através da corporificação do futebol e acumulam capital econômico e social.

As três equipes tradicionais de Curitiba não fogem dessa “lógica”. O Atlético Paranaense realizou um processo de fortalecimento de sua marca tendo como eixo condutor a construção do novo estádio e do centro de treinamento e novas estratégias de administração e marketing, medidas que apresentaram sucesso e aumentaram consideravelmente o volume de capital econômico do clube.

A estrutura de marketing do Atlético PR começou em 1995 o chamado “ano da revolução”, explorando a paixão do torcedor pelo clube com o slogan “Atlético Total”. Surgiram novas marca e camisa e aconteceu a assinatura de um importante contrato com a forte e internacionalmente consolidada Umbro, que se tornou a fornecedora oficial de material esportivo para o Atlético PR.

A campanha seguinte de marketing foi intitulada de “Clube Atlético dos Paranaenses”, no sentido de envolver o sentimento, a emoção e a autoestima de todo um estado, relacionando o clube com o Paraná. A campanha trouxe *folders*, *flyers* (parecidos com **panfletos**, são diretos e possuem pouca informação, porém sua qualidade é bem maior. Muitas vezes utiliza cores especiais e cortes diferenciados, agregando valor ao material), cartazes, adesivos e muita publicidade.

Em 1999, foi reinaugurado o novo estádio do clube, chamado de Arena da Baixada, com todos os camarotes vendidos antecipadamente, além de oito mil *season tickets*, os chamados carnês, válidos para todos os jogos do clube em seu novo estádio durante o Campeonato Brasileiro daquele ano.

Na sequência, no ano 2000, veio a campanha “Atlético 3000 Paixão Eterna”, que levou a camisa do clube aos Estados Unidos numa cápsula do tempo a ser aberta no ano 3000. A campanha também comemorou o *Top of Mind* (clube mais lembrado no Estado do Paraná), prêmio que ganhou por vários anos.

Importantes parcerias foram firmadas com o Atlético PR, além da Umbro: Nutrimental, Fiat e Global Telecom viabilizaram ações intensas de mídia.

Ao longo da primeira década do século, o Atlético PR investiu em um canal de televisão próprio (TV Furacão) e em marketing no interior do Estado, para atrair mais torcedores, trouxe o maior número de jogadores estrangeiros no Brasil, a maioria da América Latina, e estabeleceu parcerias para levar o nome do clube a outros países, principalmente aos Estados Unidos.

Em março de 2005, o Atlético PR anunciou a venda dos direitos de nome do seu estádio para a empresa japonesa Kyocera Mita America por três anos, renováveis por mais dois, resultando no novo nome: Kyocera Arena. Os asiáticos também passaram a ser patrocinadores da camisa do time. A venda do nome do estádio, comum na América do Norte e Europa, foi pioneira e é até hoje única no Brasil. O acordo foi desfeito em 2008 por decisão do Atlético PR, na tentativa de se buscar parceiros mais lucrativos devido à expectativa existente na época de o estádio abrigar jogos da Copa do Mundo de 2014.

O Atlético PR também procurou atingir o público feminino e as famílias de maneira em geral, oferecendo conforto, limpeza e segurança. Dentro do estádio é possível encontrar uma verdadeira praça de alimentação, banheiros limpos e bem distribuídos, academia de ginástica, churrascaria e um “shopping”.

O Atlético PR e o Coritiba são clubes com fins lucrativos voltados ao futebol, por mais que tenham ou patrocinem outras poucas atividades. Já o Paraná é um clube de associação multiesportiva, que tem o futebol como a principal atividade, mas investe e participa oficialmente de outras modalidades de esporte.

O Pinheiros, um dos clubes que originou o Paraná junto com o Colorado, possuía uma grande estrutura, que chegou a comportar 120 mil sócios. Segundo o historiador do Paraná José Barbosa, 600 deles torciam para o Pinheiros, os demais eram atleticanos, coritibanos, corinthianos, flamenguistas, colorados etc. Como a recreação era muito bem vista pela sociedade curitibana, o Pinheiros não causava nenhum conflito ideológico. Já o Colorado tinha a terceira torcida da capital e reunia muitas pessoas oriundas do antigo Ferroviário, um clube classista, mas com uma estrutura pequena. A fusão tentou unir estrutura e torcida. Alguns colorados foram contrários, não aderindo à torcida paranista. A sede recreativa começou a perder associados, o que, segundo José Barbosa, deve-se mais ao fato do surgimento da modernidade e da cultura de gerações diferenciadas e que buscam menos os clubes do que a uma negação ao Paraná. Mas, a realidade é que o número atual de associados na mesma estrutura gira em torno de quatro mil.

No início de sua fundação, o Paraná ganhou prestígio, reconhecimento nacional e a adesão de torcedores devido à série de títulos estaduais e nacionais conquistados na divisão de acesso, algo inédito no futebol paranaense para um “estreante”. Hoje a situação do Paraná em termos de títulos e a sua relação com a torcida é ruim. O clube não consegue manter parcerias fixas, trazer jogadores “de nome” e revela poucos atletas em categorias de base. Além disso, os torcedores prestigiam pouco o time (baixa média de público). Cabe ressaltar que o Paraná surgiu através de muitas fusões, o que originou menor prestígio e identificação com o clube, seja genealógica ou ideologicamente. Até mesmo patrocinadores e representantes oficiais de uniformes e materiais esportivos diversos, assim como a mídia, parecem colocar o Paraná em segundo plano, em comparação às parcerias feitas com outros clubes brasileiros e seus rivais no Estado.

Em 2011, o Paraná Clube resolveu inovar sua estratégia de marketing em vista das dificuldades financeiras e de patrocínio rentável pelas quais vinha passando. Lançou a campanha “O Patrocinador Somos Nós”, que deu a oportunidade de o torcedor ter o nome estampado no uniforme do time pagando

valores que variavam de R\$ 288 a R\$ 2.700 mil (preço à vista). O plano teve início em junho, quando foram disponibilizados 1.200 nomes na camisa. Inédito no mundo, o projeto objetivava a arrecadação de R\$ 1 milhão.

Em 2009, o Coritiba comemorou 100 anos. O clube aproveitou o importante momento histórico para promover a sua marca: lançou camisas no estilo retrô (modelo igual à primeira, usada em 1909), convidou artistas famosos para celebrar a idade e realizou diversos eventos com sócios e torcedores.

No ano retrasado, o Coritiba foi premiado com o Top de Marketing 2011, da ADVB-PR (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil - Seção Paraná), pela campanha publicitária denominada “O mais vitorioso do mundo”, que contemplou o recorde mundial de vitórias consecutivas, 24 no total, com registro no livro *Guinness World Records*. O título e a campanha renderam ao clube bons frutos publicitários e a consolidação de parcerias já existentes, como a com o banco BMG.

O Coritiba usou a mesma estratégia do Atlético: procurou investir em publicidade no interior do Estado, principalmente em grandes cidades, como Londrina e Cascavel. Ambos sabem que quanto mais torcida maior será o retorno financeiro de vendas de materiais dos clubes, investimentos de patrocinadores e tempo na mídia, sobretudo a televisiva.

O clube alviverde intensificou as ações de marketing em datas festivas como Páscoa e Natal, fazendo parcerias com organizações como a Barion, Petrobon e o IPCC (Instituto Pró-Cidadania de Curitiba) e visitando entidades benficiares.

O Coritiba, assim como o Atlético, é considerado um clube popular por ser conhecido e ter uma significativa e diferenciada camada de torcedores, mesmo que na última década tenha sido ultrapassado pelo seu maior rival. Recentemente, firmou uma grande parceria com uma multinacional no ramo do agronegócio. Conseguiu importante destaque nacional com dois vices-campeonatos da Copa do Brasil, um tetracampeonato estadual e uma boa campanha no Campeonato Brasileiro de 2011.

O futebol não significa apenas competição, resultado, superação, esporte, entretenimento ou qualquer outro aspecto relacionado ao lazer de quem o assiste. O futebol traz conflito ideológico, político, religioso, cultural, luta de classes sociais, reflete as angústias, os desejos, as ambições, os medos, os preconceitos de quem

faz parte efetiva dele, seja nas quatro linhas, nos bastidores, nas arquibancadas, na TV ou no rádio à pilha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, observou-se que o processo de globalização tomou conta de todas as esferas da sociedade, ocasionando inúmeras mudanças, tanto benéficas quanto maléficas, principalmente pelo fato de colocar as questões econômicas como a mola propulsora de todas as transformações. O futebol não ficou de fora, ele foi se modificando no decorrer da história. No princípio, era um esporte direcionado às massas populares e tinha como intuito reforçar a identidade de uma nação. Hoje, o futebol pode ser considerado uma mercadoria como qualquer outra; o lucro vem em primeiro lugar.

Em alguns lugares é possível notar que o futebol está se “elitizando”. Multinacionais patrocinam clubes, o que desencadeia intensas modificações estruturais, como reformas de estádios, e ainda o aumento do preço dos ingressos – os poucos que sobram porque a maioria já está “comprada” pelos associados, que pagam uma mensalidade para ter direito ao seu lugar.

A influência do marketing também é cruel. Alguns clubes trocam de camisas várias vezes ao ano, instigando os torcedores a comprarem a peça nova do time amado. Os dirigentes da maioria dos clubes são administradores, empresários e políticos; dificilmente, serão encontrados representantes dos torcedores nesses cargos.

É notório que o crescimento de alguns clubes brasileiros após 1990 se deu, principalmente, pelos altos patrocínios oferecidos por multinacionais. Quanto mais dinheiro era investido mais êxito o time tinha em determinados campeonatos, como aconteceu com o Palmeiras Parmalat. No caso paranaense, surgiu um novo time, o Paraná Clube, sinônimo de vitórias na década supracitada. Tinha uma excelente estrutura, mas, com o passar do tempo, os resultados não vieram e os patrocinadores foram embora. Hoje o time não está numa posição confortável.

O Atlético investiu maciçamente no seu estádio, construindo a Arena da Baixada, fato que uniu o útil ao agradável: o considerável aumento dos ingressos e o investimento num time competitivo levaram o clube a ser o campeão brasileiro de

2001 e o vice em 2004 e a disputar a final de uns dos principais campeonatos do mundo, a Libertadores da América. Na atualidade, o time também vem passando por uma crise. Em 2012, disputou a 2^a divisão do campeonato nacional, mas acabou subindo, com dificuldades, para a 1^a divisão.

O Coritiba Football Club é outro exemplo de investimento e maior expressão em campeonatos nacionais. Participou das duas últimas finais da Copa do Brasil (2011 e 2012), ficando com a segunda colocação em ambos os anos, e disputa a primeira divisão do Campeonato Brasileiro.

Por fim, duas observações relevantes sobre a modernização do futebol merecem destaque: a primeira na perspectiva da gestão interna dos clubes e a segunda referente à lógica de cooptação de torcedores. Quanto à primeira, tem-se observado que os clubes brasileiros com mais recursos fazem altos investimentos em estrutura e contratação e/ou mantêm os grandes atletas. Consequentemente, isso faz com que possuam maior chance de conquistar os principais campeonatos. A segunda observação: as conquistas e os elevados investimentos despendidos pelos clubes em marketing alimentam e expandem a massa torcedora. Os clubes funcionam, hoje, nos moldes de qualquer corporação capitalista.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. **As Dimensões Culturais da Globalização**. Lisboa: Teorema.2005.

BRAGA, E. **A Lei do passe livre**. Revista Consultor Jurídico. Ano II - nº. 15, Julho/2001.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CALDAS, Waldenyr. **O Pontapé Inicial: Memória do Futebol Brasileiro**. São Paulo, Editora Ibrasa, 1990.

DONNELLY, Peter. (1996) “**The Local and the Global: Globalization in the sociology of Sport**”. *Journal of Sport and Social Issues*, pp. 239-257.

FREYRE, G. **Futebol brasileiro e dança**. In: FREYRE, G. *Seleta para jovens*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio,1971.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 10. ed. São Paulo: Edições Loiola,1989.

IANNI, Octavio. **A grande transformação**. In: A sociedade global. 2 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p. 11-52.

_____. **Globalização: o novo paradigma das Ciências Sociais**. In Estudos Avançados - vol.8 no.21 - São Paulo May/Aug. 1994.

KEARNEY, A.T. **O jogo está começando**. HSM Management. São Paulo, 2003.

LOPES, José S. “**A vitória do futebol que incorporou a pelada**”. In: Revista da USP. Dossiê Futebol, São Paulo, USP, n.22, jun-agosto de 1994

MELO FILHO, Álvaro. **O Desporto na Ordem Jurídico-Constitucional Brasileira**. São Paulo: Editora Malheiros, 1995.

PRESTES, Saulo; MEZZADRI, Fernando. **O futebol brasileiro e suas interfaces com a intervenção estatal: autonomia e crise**. Revista Digital efdeportes. Buenos Aires, 2010.

PRONI, Marcelo W. **A Metamorfose do Futebol**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp/Fapesp 2000.

_____. **Esporte-Espetáculo e Futebol-Empresa**. Tese de Doutorado UNICAMP, Campinas 1998.

RIBEIRO Luiz; MOSKO José C. **Futebol e Globalização**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2007.

RITZER, G. **The MacDonalization of Society**. Thousand Oaks: Pine Forge, 1995.

RODRIGUES FILHO, M. **O negro no futebol brasileiro**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1964.

RODRIGUES, F. X. F. **A Formação do Jogador de Futebol no Sport Club Internacional (1997-2002)**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 2003. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).

_____. **Modernidade, disciplina e futebol: uma análise sociológica da produção social do jogador**. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p.260-299.

ROWE, David. “**Sport and the repudiation of the Global**”. *International Review for the Sociology of Sport*, vol. 38, pp. 281-294, (2003).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os Processos da globalização**, in Santos, Boaventura de Sousa (org.), Globalização: fatalidade ou utopia?. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

SIMSON, V. & JENNINGS, A. **Os Senhores dos Anéis** – poder, dinheiro e drogas nas Olimpíadas Modernas. Ed. Best Seller, 1992.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **A compatibilidade entre a Convenção OIT-158 e a Constituição Brasileira.** Revista LTr. São Paulo, v. 60, n. 3, p. 332-333, mar. 1996.

JOVENS SUPERVISORES DE UM *CALL CENTER*: EX-TELEOPERADORES OU SUJEITOS RESPONSÁVEIS PELO EXERCÍCIO DISCIPLINAR DA EMPRESA?

Márcio Renato Teixeira Benevides⁸⁰

RESUMO

O artigo resulta de entrevistas com jovens de um *call center* de Fortaleza. Analisa-se como teleoperadores promovidos a cargos de supervisão assumem posições diferentes e “vestem a camisa” da contratante, passando a não se reconhecer mais como membro da teleoperação. Investiguei elementos sobre a disciplina, o processo de seleção, a fluidez da ascensão de cargos, os novos esquemas perceptivos do novo “campo de trabalho”, a função do supervisor dentro de uma empresa que funciona na base da busca por produtividade e, por fim, como essa subida de cargo é legitimada na teleoperação.

Palavras-chave: Trabalho. Ascensão. Legitimidade.

ABSTRACT

The article is the result of interviews with young people in a call center of Fortaleza. Analyzed as telemarketers, promoted to into supervisory roles take different positions and "wear the shirt" of the contractor, and will no longer be recognized as a member of teleoperation. Investigated elements about the discipline, the selection process, the fluidity of the rise of positions, new perceptual schemes of the new "field work", the role of the supervisor in a company that works on the basis of the search for productivity and ultimately as this rise of position is legitimized in teleoperation.

Key words: Labor. Rise. Legitimacy.

A X CENTER: ADESÃO E AQUISIÇÃO DE CRENÇA E OPORTUNIDADE

A X Center⁸¹ é uma empresa terceirizada da cidade de Fortaleza, que atingiu um status elevado no mercado de trabalho desde seu início⁸². Essa imagem foi fortalecida, pelo próprio *marketing*, como uma empresa que oportuniza aos seus

80 Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela mesma Instituição. E-mail: márcio_rhcp@yahoo.com.br.

81 Nome fictício dado à empresa de *call center* pesquisada. Metodologicamente, optei por não identificá-la para esclarecer que não se trata de uma situação peculiar, mas que se liga a uma série de organizações que executam suas relações de trabalho de um mesmo modo no cenário internacional das formas de trabalho no capitalismo contemporâneo.

82 A empresa foi fundada em 1994. Hoje, há cerca de seis mil funcionários contratados apenas na filial da capital cearense, prestando serviços para diversas empresas brasileiras, como operadoras de telecomunicações, financeiras e algumas lojas.

funcionários uma mobilidade de cargos grande. Internamente, essa oportunidade é destacada através da chamada “Política de Degraus”⁸³. A ideologia dos “degraus” é uma maneira eficaz de atrair uma mão-de-obra, que já se encontra em forma de “reserva”⁸⁴, e ainda oferecer a proposta de “oportunidade”.

O modelo ideológico de adesão pela atração na “flexibilidade” é uma característica bastante adotada pelas empresas contemporâneas e faz parte do leque de novidades trazidas pelo reordenamento no mundo do trabalho. Todavia, o que não se fala nesse “convite” é que o flexível precariza não apenas a atividade do sujeito como sua própria vida. Vasapollo diz o seguinte acerca disso:

A nova organização capitalista do trabalho é caracterizada cada vez mais pela precariedade, pela flexibilização e desregulamentação, de maneira sem precedentes para os assalariados. É o mal-estar do trabalho, o medo de perder o próprio posto, de não poder mais ter uma vida social e de viver apenas do trabalho e para o trabalho, com a angústia vinculada à consciência de um avanço tecnológico que não resolve as necessidades sociais. É o processo que precariza a totalidade do viver social (VASAPOLLO, 2006, p. 45).

A ideia de “subir de cargo” é assumida pelo funcionário desde o momento em que ele faz a primeira entrevista de ingresso, até pelo fato de que essa possibilidade de ascensão é um dos carros-chefes da empresa. Com isso, um jovem teleoperador já inicia sua trajetória profissional com uma expectativa de que, através do seu trabalho e do seu esforço, desempenhará melhores funções na X Center.

Observo que esse processo de adesão não se dá de um modo unilateral. Não é correto afirmar que as empresas absorvem a mão-de-obra e aos trabalhadores resta o aceite. Obviamente que há uma relação de hipossuficiência entre empregador e empregado, contudo o trabalhador também faz algum investimento nessa *economia de existência*. O fato é que, para meus interlocutores, aceitar um trabalho precário, mas que possibilite algum modo de ascensão social, é uma forma de tentar recuperar parte de sua própria agência.

Portanto, é uma relação de opressão e de subordinação, mas que não captura a subjetividade do trabalhador e tampouco acaba com sua liberdade. A sofisticação desses dispositivos de adesão, controle e resistência fazem parte do

83 A “Política de Degraus” é um projeto voltado para promoções internas de funcionários. A hierarquia da empresa é organizada basicamente em operadores, supervisores, coordenadores e gerentes.

84 Sem experiência profissional prévia, os jovens trabalhadores ocupam a reserva do mercado de trabalho, sofrendo com o desemprego. Dessa perspectiva, a “oportunidade” oferecida pelo *call center* torna-se mais evidente.

cotidiano em empresas como a X Center, onde jovens são assujeitados ao mundo do trabalho, através de processos de inclusão que já o insiram de maneira subordinada.⁸⁵

O pensamento otimista é nítido em um depoimento dado por um jovem de 19 anos que ingressaria um mês⁸⁶ após essa entrevista no quadro de funcionários da X Center. Ele diz: “[...] agora, nesse momento, eu almejo o topo, o auge”, demonstrando que não há limites para esse sonho de “melhorar na vida” através do trabalho. Outro operador, confiante na sua capacidade e, portanto, na oportunidade de crescer através de seu mérito diz que quer “só o crescimento! Crescer dentro da empresa. [...] Pelo que me falaram, tem todas essas oportunidades pela meritocracia, né?”.

De acordo com os dados obtidos na pesquisa⁸⁷, afirmo que a totalidade dos entrevistados ingressou no trabalho com um sonho de crescer de cargo, deixando, desse modo, futuramente a operação para trás. Observa-se nos dois depoimentos seguintes que há uma forte influência da propaganda da “Política de Degraus” na X Center para esses outros futuros funcionários.

Crescer. Crescer. Evoluir. Eu vou começar como operador, né? E todo mundo começa... Lá dentro vou fazer outras seleções pra supervisor, coordenador, enfim... Crescer (Rapaz, 19 anos, treinando para o ingresso na empresa).

Assim como a empresa já disse várias vezes que processos seletivos acontecerão e a partir do sexto mês lá você pode fazer processos de seleção, então eu não almejo apenas ficar no atendimento não, quem sabe... pretensões futuras aí... não sei até onde vai. Algo a frente! (Rapaz, 26 anos, treinando para o ingresso na empresa).

Não significa apenas que os jovens sonham em ocupar cargo X ou Y, mas que eles não desejam permanecer como operadores por muito tempo. Portanto, transmitem indiretamente a insatisfação com a função que vão ocupar, mas mascaram isso com a grande expectativa que é gerada em torno de seus crescimentos que, para eles, seriam consequências normais de um processo baseado na capacidade de trabalho. Essa visão lembra o jovem padeiro italiano de

85 Sobre os processos de assujeitamento ver Butler (2002). Acerca das discussões sobre “inclusão subordinada”, ver Santos (2007).

86 Os entrevistados que estão para ingressar, passam por um treinamento que dura entre 45 a 90 dias. Portanto, esse estava na etapa final do treinamento.

87 Foram realizadas trinta entrevistas semiestruturadas (FLICK, 2004), englobando treinandos, veteranos e ex-funcionários da empresa. Os dados não oferecem uma precisão estatística, mas, acredito, traduzem significativamente as expressões cotidianas dos trabalhadores desse segmento.

A corrosão do caráter que afirma: “- Não importa; não vou ficar fazendo isso o resto da vida.” (SENNETT, 2008, p. 83).

DISCUSSÃO FOUCAULTIANA: DISCIPLINA, ACÚMULO DE HOMENS E PRODUTIVIDADE

A tendência de almejar o crescimento é uma das características das corporações que se utilizam de uma espécie de “poder disciplinar” para moldar seus funcionários. Hoje, pensa-se em propostas que possibilitem um suposto crescimento mútuo entre empregado e contratante. Foucault define:

Este novo mecanismo de poder apoia-se mais nos corpos e seus atos do que na terra e seus produtos. É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de sistemas de taxas e obrigações distribuídas no tempo; que supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano. Finalmente, ele se apoia no princípio, que representa uma nova economia do poder, segundo o qual se deve propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina (FOUCAULT, 1988, p. 188).

Desse trecho da obra *Microfísica do Poder* vê-se o quanto essa modalidade de vigilância constante dos corpos e dos sujeitos traz lucros para a empresa e garante uma maior “produtividade” por parte do empregado. Em contrapartida, o sujeito sente-se mais livre por nem sempre estar em contato físico imediato com aqueles que o vigiam e cobram seus resultados.

Desta forma, analiso, pela ótica foucaultiana, o caráter tripló do trabalho, vendo-o tanto da perspectiva produtiva, como por suas características simbólicas e disciplinares. É o que se vê todo o tempo na empresa pesquisada: a preocupação pelos resultados, a elaboração de um universo simbólico que fomente esse tipo de atividade e as práticas de adestramento utilizadas no cotidiano desse ofício.

Segundo Foucault, a disciplinarização das sociedades a partir do século XVIII não se dá por um esquema de obediência cega e seguindo o modelo prisional. Ao contrário, a sofisticação da disciplina é diferenciada, promovendo um ajuste “entre as atividades produtivas, as redes de comunicação e o jogo das relações de poder.” (FOUCAULT, 2010, p. 286). O que ocorre é um acúmulo da força de trabalho, através de complexos tipos de disciplina.

A SELEÇÃO PARA A SUPERVISÃO: REVÉS/DECEPÇÃO E SUCESSO/ESTRATÉGIA

O processo de seleção para supervisão dá-se através de provas de conhecimentos gerais, entrevistas em grupo e entrevistas com coordenadores e gerentes da empresa. Todo operador com mais de seis meses de experiência pode se candidatar ao processo, desde que consiga cumprir todas as suas metas, não possua faltas no período dos últimos três meses e tenha a recomendação de seu supervisor atual. Portanto, há também todo um caráter subjetivo na seleção, sujeitando o candidato ao aval dos que escolhem, além de passar pelo crivo do chefe imediato. Além disso, caso o operador seja reprovado em uma seleção ou não esteja com os resultados satisfatórios para essa finalidade, ele só poderá se candidatar três meses depois.

Com o passar do tempo, o próprio processo de seleção interna começa a ser questionado pelos operadores. Um dos entrevistados nesta pesquisa, que inclusive conseguiu ser selecionado para supervisão pouco antes desse depoimento, tem uma crítica ao modelo implementado nesse processo.

Esse processo é um processo que desmotiva muito as pessoas que não conseguem ser aprovadas, por que muitas vezes as pessoas fazem um bom trabalho e num processo que, muitas vezes... a própria empresa diz que o processo é um processo comparativo, é justamente uma questão de momento, então você só é avaliado naquele momento. Pelo contrário que você deveria ser avaliado desde o seu primeiro dia na empresa, para saber se você tem condições naquele cargo ou não (Rapaz, 22 anos, treinando para o ingresso na supervisão da empresa).

Essa crítica ao novo supervisor da empresa traz um fato muito importante e que se constatou com as informações armazenadas empiricamente. Esse fato é o de que uma tentativa frustrada nesse processo de seleção pode tornar-se um estopim para qualquer operador. Ora, observe-se que esses jovens entram na empresa e suportam todas as pressões da teleoperação, mas sempre pensando em ascender. Então, eles trabalham com um entusiasmo para buscar os resultados e chegam a ignorar as dificuldades da função atual, pois estão almejando algo melhor para si.

Todavia, a decepção chega quando ingressam no processo e sofrem uma primeira derrota. O primeiro revés dentro de um mundo ideal, criado pela intersecção

da vontade do operador de crescer e da necessidade da empresa de fazê-lo sonhar - vulneravelmente -, gera uma amargura plena pelo trabalho na X Center.

O depoimento a seguir é de uma jovem que, como em raros casos, já é funcionária da empresa há três anos⁸⁸. Ela afirma literalmente que não possui mais nenhuma expectativa quanto à construção de uma carreira na X Center. A funcionária, ao responder se já havia feito algum processo seletivo, tentou me explicar um pouco dos motivos dessa consternação e tocou nas experiências de seus colegas com a seleção interna e na descrença que ela possui em relação a todo esse processo:

Não, eu não fiz nenhuma, até por que quando teve a primeira oportunidade eu ainda era novata e foi a época que eu tirei férias e tinha colocado um atestado por motivo de doença e não deu pra fazer. Aí depois daí você começa a se acostumar com aquele trabalho que você faz e você também começa a ver algumas coisas que acontecem no atendimento mesmo e que são negativas. Aí você vai acumulando... não sei, é... você fica descontente com aquilo que você faz e aí você vai, às vezes, só pra completar mesmo o tempo, sabe? Aí você vai ficando, por que você não quer pedir demissão, mas também... Experiência mesmo eu não tenho nenhuma com os processos de seleção, mas tem amigos meus que fizeram, tem algumas pessoas que reclamam, por que muitas vezes eles dizem que você não está apto a assumir o cargo, mas não dizem o motivo ou dizem um motivo que não tem nada a ver com a questão, entendeu? Você vai pra entrevista com o coordenador, você fala demais e aí ela diz que você não pode ficar, que não pode assumir o cargo... não sei, por que você não tem 'brilho nos olhos'... umas coisas assim, eu já vi muita gente falar isso e também a gente vê que tem um pouco de "empurrãozinho" do supervisor, né? Ajuda muito! (Moça, 23 anos, considerada veterana na empresa).

Um dos primeiros pontos que foi problematizado pelos discursos dos informantes com visões mais maturadas pelo tempo de trabalho é o que toca à meritocracia e à lisura dos processos. Ao contar suas perspectivas ao ingressar, uma das entrevistadas nos traz, levemente, a mudança em relação ao despojamento meritocrático da empresa

Eu tinha a perspectiva de que eu poderia realmente crescer, que ali valia mesmo a meritocracia. Que eu mais tarde eu poderia até mesmo seguir na carreira dentro do que a empresa proporciona. [...] Depois que eu entrei lá vi que meritocracia é o mínimo possível, né? (Moça, 22 anos, ex-funcionária)

88 Devido ao excessivo nível de desgaste proporcionado por esse tipo de trabalho é raríssimo encontrar algum funcionário que esteja na mesma função há mais de um ano e meio. Ou seja, há uma “vida útil” para o trabalhador.

Os dados apontam que há uma grande dissolução da importância do mérito nesses testes. O fato deles não serem apenas objetivos, mas também subjetivos⁸⁹, aumenta a possibilidade da existência de casos de manipulação dos resultados. Todavia, o que aponta é que o caráter do mérito, por vezes visto, é trocado pelo do prestígio.

O “prestígio” foi citado por alguns entrevistados, através de palavras como “afinidade”, “intimidade” ou “status”, todas essas atribuições relacionadas ao próximo cargo superior na hierarquia da empresa, sendo, no caso, o supervisor. Portanto, se os operadores conseguem chegar a um dado nível de prestígio dentro de seu relacionamento com o supervisor, eles vão começar a ser notados e, por conseguinte, surgirão indicações ou recomendações positivas por parte dos seus “superiores”.

É habitual ver essa relação de favorecimentos na X Center. Em meio a tanta individualidade, competitividade, busca incessante por resultados e correria para alcançar as metas, quando se oferece a “amizade” para alguém é algo merecedor de uma retribuição de acordo com o poder do presenteador. Esse esquema funciona como uma prática de “trocas”, onde todos sabem do jogo, mas fingem que não sabem, promovendo uma instituição, onde não há ingenuidade, mas uma “gentileza proposital” (BOURDIEU, 1996B, p. 8).

Portanto, não há um ato despretensioso nessa troca de favorecimentos. Esse planejamento da “jogabilidade” se assemelha à dupla face ética vista na vida cortesã, onde havia duas dimensões de comportamento. A primeira seria a com o companheiro da mesma função e a segunda seria a que se dá com os membros das camadas superiores da hierarquia na empresa, onde a relação torna-se “um instrumento imediato para a carreira e a auto-affirmação, um meio de ascensão e queda, um cumprimento de exigências sociais experimentadas como deveres.” (ELIAS, 2001, p. 75).

O fato é que há uma estratégia clara utilizada pelos teleoperadores que investem no jogo da ascensão. Esse investimento requer uma estratégia que planeje modelos de comportamento e de relacionamento válidos e aceitos. O teleoperador torna-se um estrategista pleno que busca um *objetivo*, uma maneira para *superar*

89 Artifícios, tais como entrevistas com funcionários de uma hierarquia maior ou até mesmo indicações feitas por estes, servem como um aval para a projeção de um candidato.

seus concorrentes e que, acima de tudo, visualiza a *vitória* (FOUCAULT, 2010, p. 293).

Interessante quando um dos entrevistados, ao criticar e denunciar tudo isso, ri e diz que não sabe nem se isso é certo ou errado, pois acredita que se o beneficiado fosse ele mesmo não iria achar tão ruim assim. Apesar das risadas, observei que ele se desmotivou com os processos, como não acredita que ele seja tão vantajoso assim. Esse jovem alega que quanto maior é o cargo que o funcionário ocupa, maior é o nível de comprometimento com a empresa.

A ASCENSÃO FLUIDA, O ARREPENDIMENTO E A DISTINÇÃO

Quando se aumenta o nível de comprometimento com a empresa, também se eleva o volume de cobranças e de responsabilidades, tendo em vista que, sendo supervisor, o profissional vai lidar diretamente com a coordenação e conviverá com as tomadas de decisões da empresa, além de ter que “controlar” e tentar “cativar” a sua bateria⁹⁰. Todo esse aumento de delegações não compensaria financeiramente, pois o salário sequer aumenta em trinta por cento.

O fato é que, como apontado pelos entrevistados, os supervisores são demasiadamente sobrecarregados. Eles têm uma carga horária oficial de oito horas diárias, porém, não conseguem exercer todas as suas atividades dentro desse período, o que os faz ficar na empresa cerca de dez a doze horas por dia, sem contar que muitos deles vão trabalhar nos dias de folga, para que possam cumprir com todas as suas tarefas.

Essa é uma demonstração latente da exploração do tempo de trabalho de diversos jovens, como ocorre nos casos dos pesquisados. O filósofo húngaro István Mészáros comenta com muita propriedade essa absorção forçosa comumente vista no sistema do Capital.

Pois o capital é completamente incapaz de fazer considerações humanas. Conhece apenas uma única maneira de administrar o tempo de trabalho: pela *máxima exploração do ‘tempo de trabalho necessário’ da força de trabalho empregada*, e ignora totalmente o *tempo disponível* existente na sociedade em geral, porque não pode daí extrair lucro (MÉSZÁROS, 2007, p. 158).

90 Uma bateria é um conjunto de 20 teleoperadores. Esse grupo fica sob a responsabilidade de um supervisor. Por conseguinte, um grupo de supervisores fica sob o comando de um coordenador, que em grupo obedecem à gerência.

Assim, aparentemente, a mudança de cargo não compensaria. Ou seja, como se o custo-benefício não acontecesse. O sujeito vai tentar melhorar dentro da empresa, mas acaba se sentindo pior e mais sufocado. É como no trecho a seguir, que indica uma

[...] ‘perda retrospectiva na rede flexível’. Como as pessoas que arriscam fazendo mudanças em organizações flexíveis muitas vezes têm pouca informação concreta sobre o que implicará uma nova posição, só em retrospecto compreendem que tomaram más decisões (SENNETT, 2008, p. 100)

Vale lembrar que não há como desfazer a escolha de outrora. Portanto, uma vez que o operador ascende ao cargo de supervisor, este não poderá retornar à operação. Daí vê-se a quantidade, também considerável, de supervisores que, conforme algumas informações obtidas durante a pesquisa, se sentem arrependidos com a mudança e até torcem pelo seu desligamento da empresa. Digo torcem, pois eles não pedem demissão, mas desejam ser demitidos a fim de receberem os seus direitos trabalhistas. Desse modo, parecem estar da forma como Sennett (2008) descreveu: “à deriva”.

Esse arrependimento latente dos novos supervisores assemelha-se à relação analisada por Bourdieu em *As Regras da Arte*. Na análise do romance de Flaubert, o autor traz a personagem de Frédéric que se recusava a viver a *illusio*, almejando situar-se numa zona de “não-gravitação social”, onde não precisasse mais participar da economia dos jogos sérios do mundo social. Por outro lado, a personagem de Deslauriers tinha uma vontade de ocupar a posição de Frédéric. É uma recusa semelhante a do campo de força visualizada nos operadores que desejam ir para a supervisão e nos supervisores que já não suportam mais o fardo do local em que estão inseridos (BOURDIEU, 1996C, p. 27).

Como esse espaço de recusas não se dá explicitamente, cria-se uma relação entre *estabelecidos* e *outsiders*. O grupo dos supervisores alimenta uma áurea de “vencedores”, como estabelecidos, mantendo um tabu relacional com os teleoperadores. Ou seja, agora o contato é apenas profissional. Supervisor só convive pessoalmente com supervisor. A hierarquia cristalizou-se, mas que haja arrependimento (ELIAS, 2000).

Outro ponto mencionado por ocupantes da supervisão é a decepção quanto à real melhora e ao real crescimento dentro da empresa. O que os depoimentos vêm

apontando é que os supervisores “participam” das tomadas de decisão, porém não decidem nada. É como se eles já pudessem avistar o poder, mas não o tivessem. Isso me parece com as “mudanças laterais ambíguas”, trazidas por Richard Sennett, que são “[...] mudanças em que a pessoa na verdade se mexe para o lado, embora acreditando que está subindo na rede frouxa.” (SENNETT, 2008, p. 100).

Essa foi uma breve descrição etnográfica acerca do processo de “distinção” entre os “melhores” e os “piores”, desde o momento da entrada na empresa até os processos de seleção interna. O fato é que “a divisão segundo as classificações ou os graus tem um duplo papel: marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também castigar e recompensar” (FOUCAULT, 2002, p. 151). Logo, é uma disputa numa via de mão-dupla, onde poucos, verdadeiramente, vencem, se é que posso considerá-los, de fato, vencedores.

PROMOÇÃO: NOVA PERFORMANCE E NOVOS ESQUEMAS PERCEPTIVOS

A partir da mudança de cargo, há uma alteração na performance do novo supervisor. Observa-se que ele não pode mais se comportar como um operador diante de seus antigos colegas, que agora são seus “inferiores” e, tampouco, se solidarizar com os problemas exclusivos daqueles que trabalharam diretamente com ele outrora. A posição é outra. A promoção, nesse caso, funciona como uma instituição, precedida por um rito, que traz consigo uma separação entre o que se tinha antes e o que se tem no novo momento. Há, portanto, um corte entre os supervisores e os teleoperadores, tanto nos campos de função, produção, como de mentalidade e atuação.

Bourdieu não utiliza a expressão “passagem”, pois acredita que o fundamental para se estudar é a linha de separação, não a passagem em si, que seria apenas uma máscara para encobrir o limite “arbitrário” que separa o antes do depois

[...] um dos efeitos essenciais do rito, qual seja o de *separar* aqueles que já passaram por ele daqueles que ainda não o fizeram e, assim, instituir uma diferença duradoura entre os que foram e os que não foram afetados. Eis por que em lugar da expressão ritos de passagem talvez fosse mais apropriado dizer ritos de consagração, ritos de legitimação, ou simplesmente ritos de *instituição* [...] (BOURDIEU, 1996, p. 97).

O fenômeno que começa a agir sobre o cenário estudado é o de que os supervisores abandonam suas histórias como operadores, passando a “vestir a camisa” da empresa, atuando como líderes dos seus antigos colegas. A postura deles se torna diferente, o que seria necessário para impor um respeito aos novos submissos hierarquicamente, mesmo que através de uma “administração participativa”, ou seja, com ideais de que se formou uma equipe horizontalizada, como foi destacado por Simone Wolff e Sávio Cavalcante (2006).

Isso, segundo Bourdieu (1996), seria como uma naturalização do que foi construído socialmente. Um sujeito que, geralmente, pertence a origens sociais semelhantes aos demais, agora começa a pensar com a “cabeça” da empresa, penalizando os outros trabalhadores em muitos casos. Logo, ele agora passa a pertencer ao universo simbólico de “quem manda” ou de “quem pensa que manda” em oposição aos seus antigos colegas de operação, que são integrantes do grupo dos que obedecem impreterivelmente.

Bourdieu comenta que o ritual de instituição servia para “ensinar o peixe a nadar” e é isso que ocorre. O teleoperador que aprendeu a “nadar no mar” da X Center, agora está preparado para “subir” de cargo, não, meramente, por seu mérito técnico, mas por sua capacidade de ser “flexível” ao ponto de pensar com a “cabeça” do patrão e de se envolver relationalmente com seus superiores.

Não é meramente uma instituição de cargo, mas uma instituição identitária. Aquele jovem que enfrentou as mesmas dificuldades que os demais para ingressar na empresa, para se manter acreditando no que ela prometia, acabou tomando outros rumos, diferentes ao menos dos da grande maioria que ficou na operação, passando a assumir outra identidade.

Essa instituição de identidade foi trazida por Bourdieu como sendo uma mudança na “essência social”. Essa ação de transformação promovida pela empresa em questão é, portanto, uma ação que atribui uma determinada essência ao sujeito, impondo-lhe um “dever ser” ou que vai “lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade” (BOURDIEU, 1996).

A FUNÇÃO DO SUPERVISOR: A HIPERCORREÇÃO POR CONSTRANGIMENTO E MONITORAMENTO

A nova cosmovisão traz um fator fundamental para a compreensão deste novo lado a que esse funcionário pertence. Esse fato é o da aparente perda de identificação com uma “classe trabalhadora” a partir da adesão à supervisão. Se antes, devido aos contratos precários e demasiadamente flexibilizados, a desumanização trazida pela própria labuta diária e a própria fragilidade do sindicalismo nesse setor já dificultava algum tipo de mobilização trabalhadora, agora esse novo supervisor vai trabalhar para desmotivar qualquer tipo de organização.

O que demonstro nas trajetórias que foram repassadas pelos entrevistados é que, por exemplo, os supervisores trabalham fazendo uma espécie de “terrorismo” com qualquer tipo de funcionário que pensa em atuar coletivamente na empresa. Uma das principais armas para desmobilizar os trabalhadores é relembrar que, após a greve ocorrida na empresa em 2007⁹¹, todos os funcionários envolvidos nessa movimentação foram demitidos, progressivamente, da empresa. Logo, deixa-se um alerta para futuras retaliações.

A descartabilidade do trabalhador e a ameaça de demissão promovem, arbitrariamente, os ajustes necessários do trabalhador em seu ofício. Faço uma analogia desses ajustamentos promovidos com Foucault (1993). O autor demonstrou que havia um caráter positivo nos internamentos, garantindo uma nova organização social mais ajustada.

O supervisor vai dar corpo às práticas de monitoramento e de molde da teleoperação. É um dos homens do panóptico. A espacialidade da empresa promove uma individualização dos funcionários. É um esquema de funcionamento panóptico e que, assim como Foucault trazia em outros exemplos, garante um maior monitoramento e, por consequência, mais produtividade. Em *Vigiar e Punir*, a configuração espacial funcionava de modo que “cada um, em seu lugar, está bem trancado em sua cela de onde é visto de frente pelo vigia; mas os muros laterais impedem que entre em contato com seus companheiros.” (FOUCAULT, 2002, p. 166).

Nas centrais de teleatendimento, essa gestão dos espaços coletivos funciona de modo parecido, onde todos os operadores estão separados por baias e são vigiados por seus supervisores. A diferença é que, com os avanços

91 Segundo Cavaignac (2010), a greve foi deflagrada, sobretudo, por reivindicações salariais e de melhorias nas condições de trabalho.

tecnológicos, o supervisor consegue monitorá-los constantemente não apenas por sua presença física, mas também através do áudio das ligações e das imagens dos monitores dos computadores utilizados nas operações.

O supervisor, como um protetor das metas de sua equipe, sempre adverte que todos devem alcançar seus resultados individuais. Até aí não há problemas, mas a perseguição por esses objetivos torna-se dura quando novamente entram as ameaças de demissão. O fato é que existem resultados que estouram os limites humanos, como o presenteísmo. Casos vieram à tona de pessoas que foram demitidas, pois precisaram faltar por motivo de doença. Ocorre que faltar ao trabalho significa tirar lucros da empresa. Logo, um operador que precise se ausentar já estará com seu histórico fragilizado.

São formas semelhantes às micropenalidades panópticas trazidas por Foucault, onde os erros eram sempre “corrigidos” imediatamente após serem detectados pelo monitoramento constante.

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes ‘incorrectas’, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência) (FOUCAULT, 2002, p. 149).

A LEGITIMIDADE CONTROVERSA DO SUPERVISOR

Remeto a reflexão deste artigo à obra *O Poder Simbólico*, na qual Bourdieu (1989) diz que na intenção de encontrar a chave para as grandes indagações não se deve olhar para os aspectos mais óbvios ou mais aparentes. Portanto, para se compreender essa mudança nos esquemas de percepção e de reprodução simbólica dos novos supervisores não se deve aceitar isso apenas como um fruto do salário mais alto ou como algo aprendido secamente nas apostilas do treinamento.

O mesmo exercício desmistificador que o autor em questão faz quando tenta compreender a gênese social do campo literário. Bourdieu diz que para essa missão ser executada não é necessário “oferecer sacrifícios ao prazer de reduzir ou de destruir”, mas “é simplesmente olhar as coisas de frente e vê-las como são.” (BOURDIEU, 1996C, p. 15)

Bourdieu dizia que há um “poder invisível” atuando sobre todas as realidades sociais. Esse poder é o próprio poder simbólico, que, como no caso da

supervisão, atuou com a ajuda até dos que pensavam não estar participando do processo. O autor diz que “[...] esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade dos que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 1989, p. 7).

Até os que não participaram do processo seletivo contribuíram para a legitimação do mesmo. Inclusive, mesmo aqueles que já não sonham mais com a promoção, participam de alguma maneira de todo o evento promocional. O ritual é válido, pois há forças compactuando para sua validação. Pode-se dizer que

[...] a crença de todos, preexistente ao ritual, é a condição de eficácia do ritual. Prega-se apenas aos convertidos. E o milagre da eficácia simbólica desaparece quando se percebe que a magia das palavras faz funcionar dispositivos – as disposições – previamente amontoados (BOURDIEU, 1996, p. 105).

O jogo do poder simbólico está justamente na confusão dos papéis. O recém-promovido está convicto de que sua ascensão foi real, mas o fato é que quem realmente triunfou foi o dono da empresa, conseguindo cooptar mais um para seu favor, agora o fazendo sentir-se cada vez mais no “espírito” do ofício. Daí percebe-se o quanto essa violência simbólica⁹² é grande. Vê-se que mesmo o que fora promovido, permanece como sendo um trabalhador explorado, mas que agora vai ajudar o seu chefe, que no caso da X Center sequer é conhecido, a dominar os demais companheiros.

A questão aparentemente controversa seria: se o supervisor “se virou” contra seus antigos colegas, como ele pode ter autoridade? Ora, seguindo a mesma linha de raciocínio aplicada anteriormente com o processo de seleção, o supervisor é inegavelmente um sujeito legítimo, tendo em vista ter sido “produzido” num processo que foi, em algum momento, legitimado.

Percebe-se que além da legitimação da pessoa e da função, deve haver, de maneira associada, a legitimação dos discursos do novo supervisor - pensando em discurso não como fala, mas como prática -. Afinal de contas, a maneira dele trabalhar é dada no contato com os operadores, o que deve exigir que sua palavra seja aceita. Essa aceitação não passa apenas pela questão da orientação técnica, afirmando que não basta apenas ser um profissional que entenda os mecanismos da

92 A violência simbólica, segundo Bourdieu e Wacquant, “se apóia numa relação de comunicação coerciva para extorquir a submissão [...]” (BOURDIEU e WACQUANT, 2001, p. 1).

função de operador. A aceitação vem da credibilidade e do reconhecimento que ele conquista dos operadores.

Bourdieu mais uma vez destaca-se acertadamente quando fala sobre compreensão e reconhecimento. O autor traz que:

A especificidade do discurso de autoridade (curso, sermão etc.) reside no fato de que não basta que ele seja *compreendido* (em alguns casos, ele pode inclusive não ser compreendido sem perder seu poder), é preciso que ele seja *reconhecido* enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio (BOURDIEU, 1996, p. 91).

É aí que as coisas se conciliam e se acomodam, garantindo a cumplicidade, mesmo que não reflexiva, entre os operadores e o supervisor. Sem contar que o fato de haver uma rotatividade tremenda entre os funcionários, sobretudo os da operação, não permite o tempo suficiente para que haja tantos desgastes assim nessa relação. Ressalto ainda que essa alta rotatividade dos funcionários dá-se pelas próprias condições precárias para o exercício do ofício, além da descartabilidade explícita nesse segmento, onde há uma facilidade legal para substituir o funcionário atual por outros tantos que compõem as “reservas” humanas de jovens desempregados (HUWS, 2009, p. 49).

Com intenção semelhante de se compreender a legitimidade, Elias investigou o motivo das pessoas aceitarem ser governadas por um Rei absoluto, assim como questionou a obediência à supervisão. Daí, verifica-se que mesmo o rei tinha uma relação de interdependências – mesmo que mais restrita – dentro de seu posicionamento na rede social. Do mesmo modo, a figuração da empresa X Center necessita que essa distribuição de posições seja legitimada para o funcionamento cotidiano do ofício e das relações sociais nele imbricadas (ELIAS, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Registro nesse espaço o quanto a proposta do capitalismo flexível contribui para fragilizar a condição de trabalhador. Nesse tipo de empresa, o que se constata são pessoas sendo desumanizadas diariamente em seus empregos e tendo suas vidas sociais prejudicadas, além de adquirirem diversas doenças laborais, sem amparo.

Uma situação de precarização desmedida e que ao invés de motivar os funcionários a lutar para melhorar suas condições, os faz se desmobilizarem com dois argumentos básicos: o do individualismo, para sair logo daquela situação para outra melhor; ou o da “deriva”, que faz o sujeito pensar que esta experiência profissional será apenas uma passagem pela empresa, enquanto ele não encontra um emprego melhor.

Portanto, visualiza-se novas formas de opressão via trabalho. Também destaco que o sujeito quando promovido passa a adquirir muitos dos códigos das categorias de pessoas do cargo superior. É a promoção clara de signos diacríticos, que resultam no processo de distinção social dentro de uma mesma empresa. Uma geração de grupos de *status*, que acabam por minar a possibilidade da clássica luta de classes, fragmentando a categoria profissional. Sendo isto um efeito positivo para a dominação patronal. Essa sofisticação mantém o funcionamento do capitalismo contemporâneo pela adesão subjetiva do trabalhador aos elementos figurativos das frações de classes dominantes.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996A.

BOURDIEU, Pierre. Algumas notas adicionais sobre o dom. **Mana**. Vol. 2, n. 2, 1996B.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996C.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: Ed. Difel/Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. A nova bíblia do Tio Sam. In: CATANI, A. (Org.). **Fórum Social Mundial**: a construção de um mundo melhor. Petrópolis: Vozes, 2001.

BUTLER, Judith. **La vie psychique du pouvoir**. France: Éditions Léo Scheer, 2002.

CAVAIGNAC, Mônica Duarte. **Relações de trabalho e relações no trabalho na lógica capitalista contemporânea**: um olhar sobre atendentes do *call center* de uma empresa de telecomunicações. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L.. **Os estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: História da violência nas prisões. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

HUWS, Ursula. A construção de um cibertariado? Trabalho virtual num mundo real. In: ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy (orgs.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma nova cultura política emancipatória. In: _____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

WOLFF, Simone e CAVALCANTE, Sávio. O mundo virtual e reificado das telecomunicações: o caso da Sercomtel. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

GOVERNAMENTALIZANDO O EMPREENDEDORISMO DE SI: COMO AS “PSICO-CIÊNCIAS” FOMENTAM A PRODUÇÃO DO HOMO ÆCONOMICUS

Pablo Ornelas Rosa⁹³
Marcelo Puzio⁹⁴

RESUMO

Esse artigo é resultado de discussões teóricas e, portanto, sem estudo empírico, desenvolvidas por ambos os autores junto ao Núcleo de Estudos sobre Biopoder e Práticas de Subjetivação, vinculado a Faculdade Sagrada Família – FASF, que vão ao encontro das abordagens foucaultianas realizadas por Nikolas Rose sobre a emergente racionalidade neoliberal estadunidense que, ao se amparar no campo da administração empresarial, acaba governamentalizando a população a partir de tecnologias de poder legitimadas pelas chamadas “psico-ciências”. Segundo os autores, a produção dessa nova governamentalidade não ocorre exclusivamente através de poderes opressores e disciplinares, mas também por meio do investimento nos *selfs* que perpassam a inserção de tecnologias psicológicas amparadas em um conjunto de ações programadas, que agem sob a forma de tarefas, programas, auto análises, rastreamento de potenciais e gerenciamentos, incidindo concomitantemente sobre os indivíduos e sobre a população. Ao pressupor que a governamentalização dessa racionalidade neoliberal estadunidense abarca certas tecnologias de poder perpassadas pelas “psico-ciências” foi possível constatar a emergência de práticas de subjetivação que fomentam a produção de um *homo œconomicus*, que age e pensa sempre em termos de ganhos, baseados no “empreendedorismo de si” e no *marketing* pessoal, conforme apontou Michel Foucault em suas aulas no Collège de France intituladas *Segurança, Território, População e Nascimento da Biopolítica*.

PALAVRAS-CHAVE: Governamentalidade, Biopoder, Racionalidade Neoliberal, Tecnologias do *Self*.

INTRODUÇÃO

93 Pablo Ornelas Rosa é Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, Mestre em Sociologia Política e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Atualmente desenvolve pesquisa de Pós-Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS na Universidade Federal do Paraná – UFPR e é professor de Sociologia e Ciência Política, coordenador do curso de graduação em Ciências Sociais e coordenador do Núcleo de Estudos Sobre Biopoder e Práticas de Subjetivação na Faculdade Sagrada Família – FASF, em Ponta Grossa/PR.

94 Marcelo Puzio é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas e Bacharel em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG e graduando em Filosofia pela Instituição de Ensino Superior Santana. Atualmente é professor de Filosofia e integrante do Núcleo de Estudos Sobre Biopoder e Práticas de Subjetivação da Faculdade Sagrada Família – FASF, em Ponta Grossa/PR.

A questão do governo das populações e das práticas de gerenciamento das condutas dos indivíduos tomaram novos rumos a partir da década de 1970 quando algumas análises genealógicas sobre o poder começaram a emergir no cenário francês e internacional, principalmente, a partir das aulas proferidas por Michel Foucault (2008a; 2008b) no *Collège de France*, intituladas *Segurança, Território, População e Nascimento da Biopolítica* que trouxeram importantes contribuições acerca do entendimento de uma nova dinâmica das técnicas de governo que não estavam mais atreladas à imposição direta da lei e do contrato exclusivamente institucionalizado como formas de manter a soberania do Estado ou de qualquer outra instituição.

Mais importante que explicar a composição da soberania de um Estado seria compreender, conforme Michel Foucault, a formação de uma ampla “governamentalidade” nos tempos modernos. Em seus termos, esta figura política diz respeito a um conjunto de estratégias e procedimentos de poder emergentes nos séculos XVII e XVIII, que toma como alvo os indivíduos e as populações, utilizando-se de dispositivos de saúde e segurança e apoiando-se na economia política como forma predominantemente de conhecimento, tendo a multiplicar uma série de aparelhos e saberes específicos relativos às práticas de governo (PRADO FILHO, 2000: 142).

O legado da analítica foucaultiana trouxe ao campo acadêmico uma série de elementos que foram reelaborados em especial por Nikolas Rose (2011), que passou a constatar a emergência de uma nova forma de gestão contemporânea que se desenvolvia a partir da governamentalização dos *selfsadvindas* de tecnologias de poder operados por meio da captura dos indivíduos e populações através de uma racionalização pensada em termos de ganhos. Não obstante, é imprescindível constatar que essas tecnologias passaram a serem operadas, do ponto de vista do indivíduo, através do disciplinamento e, do ponto de vista da população, por meio daquilo que Foucault chamou de biopolítica.

Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo de individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana (FOUCAULT, 2000: 289).

Essa governamentalização ascendente que passou a agir por meio da junção de técnicas de apreensão do sujeito individualmente e de sua subjetividade, colocando no centro seu aspecto psicológico, proporciona observações, análises e inscrições sobre ele, procurando criar dispositivos para potencializar o rendimento de seu desempenho funcional. Deste modo, a mudança ocorrida no perfil do gerenciamento administrativo das grandes empresas e corporações passou a ocorrer por meio da hibridização de técnicas advindas dos saberes psicológicos que se transformou em novos dispositivos de governamentalidade presentes das democracias liberais hodiernas.

Ao pressupor que tanto Foucault (2008a; 2008b) quanto Rose (2011) constatou a emergência desses dispositivos operados através de graus de inteligência, interesse e estilo de condutas previsíveis que atuam no reforço da ideia de que os corpos são empreendimentos de suas próprias ações, procuramos entender como essa novaracionalidade presente no neoliberalismo estadunidense incide sobre a população e sobre os indivíduos a partir de técnicas da administração empresarial, corroboradas e legitimadas por aquilo que Rose (2011) denominou de tecnologias do *self*, presentes em distintos campos da saúde mental, provocando uma modificação na cultura organizacional e transformando a imagem que temos de nós.

Portanto, partiremos do pressuposto de que não estamos mais presos a rationalidades amparadas em distintos exercícios de poderes que se propagam através de estratégias que abarcam somente deveres e obrigações; agora, passamos a governamentalizada necessidade de reivindicação por mais direitos e liberdades, já que “*as formas de razão política que, no fim dos anos 1980, aspiraram a criar uma cultura de empreendedorismo, conferiram um valor político vital a uma certa imagem do ser humano*” (ROSE, 2011: 210).

UMA NOVA RACIONALIDADE EMPREENDEDORA

A emergência dessa nova razão empreendedora se sobrepõe ao poder de coerção do Estado soberano, passando a incorporar tecnologias disciplinares concomitantemente àquilo que Foucault chamou de biopolítica, tendo como inspiração a formação de um sujeito produtor de si mesmo que transforma seu

corpo em um material humano de investimentos através de um esforço que cultiva o fortalecimento de um *self* empreendedor para cada indivíduo.

O *self* deve ser um ente subjetivo, ele deve aspirar a autonomia, lutar por realização pessoal em sua vida terrena, interpretar sua realidade e destino como uma questão de responsabilidade individual e encontrar significado na existência moldando sua vida através de atos de escolha (ROSE, 2011: 210).

Essa maneira como o conceito de *self* se insere na cultura administrativa, demonstra como as técnicas psicológicas foram sendo introduzidas como dispositivos que observam, analisam e agem sobre a subjetividade, transformando o gerenciamento do sujeito em desenvolvimento e incentivo de uma procura constante pela ênfase de sua autonomia e investimento em si. Todavia, o que nos chama a atenção nesse ponto, é a constituição de uma forma singular de gerenciamento sobre os sujeitos, que nessa perspectiva do *self*, procura realçar as responsabilidades provocadas pelas ações individuais, “autônomas”, e assim, podendo agir em duas frentes: direcionando metas para o alcance de seus objetivos individuais e reconhecendo seus resultados e falhas.

Essa emergente racionalidade administrativa contemporânea acaba discursando, criando e proporcionando aos indivíduos um poder de “escolha” que passa a alimentar em termos de ganhos uma somatória que supostamente compõe o seu capital humano. Nesse sentido, a configuração do exercício do poder que Foucault (2000; 2008a; 2008b) apontou na sua contemporaneidade, enquadra-se nessa perspectiva, uma vez que para ele, o poder não pode ser pensado restritamente a partir de sua função de repressão e negação da subjetividade dos que estão sobre sua ação.

O poder para Foucault (2000; 2008a; 2008b) é pensado nessa ótica neoliberal estadunidense a partir dos campos administrativos, que almejam apreenderem a subjetividade de cada indivíduo através de seu gerenciamento e modelagem, investindo sobre eles características de uma produtividade institucional. Deste modo, a emergência da compreensão dos sujeitos como dotados de um *self*, ou seja, de uma subjetividade singular, demonstra como essa nova governamentalidade emergente se exerce em forma de apreensão deste e, posteriormente, de sua regulação através da liberdade.

Esse dispositivo que apreende o indivíduo e o induz a pensar em termos de ganhos sobre sua vida, é utilizado como recurso das novas formas de cálculos e estratégias administrativas contemporâneas, localizadas por Foucault (2008b) nesta nova racionalidade neoliberal estadunidense que prepondera às demais relações econômicas encontradas na contemporaneidade, responsáveis pela produção de um sujeito cognominado pelo autor de *homo œconomicus*.

Um governo onipresente, um governo a que nada escapa, um governo que obedece às regras do direito, mas um governo que respeita a especificidade da economia, será um governo que administrará a sociedade civil, que administrará a nação, que administrará a sociedade, que administrará o social. O *homo œconomicus* e a sociedade civil são portanto dois elementos indissociáveis. O *homo œconomicus*, digamos, o ponto abstrato, ideal e puramente econômico que povoa a realidade densa, plena e complexa da sociedade civil. Ou ainda: a sociedade civil é o conjunto concreto no interior do qual é preciso recolocar esses pontos ideais que são os homens econômicos, para poder administrá-los convenientemente. Logo, *homo œconomicus* e sociedade civil fazem parte do mesmo conjunto, o conjunto da tecnologia da governamentalidade liberal (FOUCAULT, 2008b: 403).

Para Rose (2011), essas tecnologias constatadas por Foucault (2000; 2008a; 2008b) são operadas através de formas administrativas que passam a serem tratadas como uma espécie de orquestraçāo calculada das atividades dos seres humanos sob uma racionalidade prática dirigida a certos objetivos, uma vez que elas procuram tanto maximizar certas capacidades dos indivíduos quanto restringir drasticamente outras, por meio da governamentalização daqueles tipos de conhecimentos tidos como superiores, tais como o médico, o pedagógico, o psicológico, etc., visando determinados fins em termos de responsabilidade, disciplina e diligência. Nesse sentido, a racionalidade administrativa emergente procura transformar a racionalidade prática de execução de tarefas, com aproximações de bem-estar e potencialização de seus conhecimentos e proveitos, gerenciados para determinados fins.

AS “PSICO-CIÊNCIAS” COMO DISPOSITIVOS DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL ESTADUNIDENSE

As ciências “psi” se constituíram nas sociedades modernas através de discursos de intervenção sobre indivíduos representados como “anormais”. Nesse processo heterogêneo que mesclava saber e poder, essas ciências forjaram práticas

de apreensão do corpo, especificamente no que se referia à cura da doença mental e o controle da subjetividade. No entanto, essa racionalidade científica passou a se instrumentalizar através de métodos que a legitimavam formando um saber normativo que passou a ser incorporado por instituições responsáveis pelo confinamento daqueles sujeitos tidos como “loucos” em âmbito social.

Tempos mais tarde, este campo acabou se ampliando e proporcionando o surgimento da psicologia e da psicanálise que passou a constituir aquilo que denominaremos de campo das “psico-ciências”. Por conseguinte, Foucault (2000; 2000a; 2008b) não apenas constatou o surgimento de mais um saber sobre o indivíduo, como também verificou a emergência de uma nova racionalidade moderna que produzia outros tipos de exercícios do poder amparado no remodelamento do campo “psi”, especificamente em suas práticas de intervenção sobre o corpo, que apareciam também como sintoma do desgaste das sociedades ditas disciplinares em seus exercícios de confinamento e punição.

Foucault (2008a; 2008b) apontou então, que a sofisticação dessas práticas de poder sofreram certas alterações, onde agora seu exercício não estava mais ligado apenas à opressão dos corpos e sua coersão, conforme ocorria na psiquiatria clássica, mas também e, sobretudo, no gerenciamento, cuidado e investimento sobre ele, denominando essa nova configuração de biopoder.

Esse biopoder foi sendo transformado através de inúmeros discursos e práticas que buscavam se flexibilizar diante das novas doenças mentais emergentes que repercutiram nos campos psi, sobretudo, a partir da necessidade de constituição de outras “tecnologias de cuidado”, que visavam uma abordagem para além da intervenção-opressão.

Dentre essas doenças emergentes, a compulsão e a neurose foram cruciais:

As compulsões e neuroses assinalam o rumo dos saberes psi: flexibilizar as rígidas categorias diagnósticas, tão pertinentes as sociedades disciplinares, apostando na criação de dimensões ou fluxos de transtornos, que propiciam a inclusão ilimitada sob seu governo de outras populações, para além dos considerados “doentes mentais” (SIQUEIRA, 2010:149).

Sendo assim, é possível averiguar a importânciado diagnóstico de Foucault (2008a; 2008b)acerca da emergência de uma política do corpo, que tinha como preocupação não apenas reprimir e puni-lo, mas gerenciar indivíduos para o seu bem-estar, procurando imprimir técnicas de autocontrole, através da criação de um

modus operante amparado no controle de si e dos outros, uma vez que “os procedimentos da technepsi permitem que o mundo invisível e subjetivo do indivíduo seja visualizado e representado em classificações, figuras, gráficos e quocientes” (ROSE, 2011: 127).

O biopoder localizado a partir daquilo que Rose (2011) apontou como *technepsi* não se limita apenas ao campo da psiquiatria, mas, a forma como determinados tecnologias de cuidado e controle foram sendo apropriadas por outros campos que descrevem e intervêm através de diferentes diagnósticos acerca das chamadas “doenças mentais”.

Contudo, essas mudanças ocorridas na passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, apontada por Deleuze (2008), trouxeram uma nova apreensão do indivíduo “anormal”, onde agora, ele não mais se destaca pela reclusão em um ambiente asilar, mas, conforme sugere Passetti (2003) e Siqueira (2010), vivem “presos” a céu aberto, andam pelas ruas, sendo reiteradamente convocados a aderirem a tratamentos que ocupam suas vidas, exercendo o autocontrole sobre suas condutas consideradas excessivas.

Em uma citação mais elucidativa sobre como é diagnosticada uma compulsão, podemos entender de que forma o biopoder “psi” age, ou seja, inscrevendo através de suas próprias normas o que deve ser realçado, estigmatizado, e posto em dúvida sobre o comportamento do sujeito:

As compulsões são descritas na forma de pequenas alterações do comportamento, observadas em condutas menores, mais simples e comuns do cotidiano das sociedades ocidentais como: limpar, comer, beber, verificar, fazer sexo, praticar exercícios físicos, comprar, conectar-se a Internet, etc. (SIQUEIRA, 2010: 151).

Contudo, nosso objetivo aqui, não é abordar a definição da Neurose e Compulsão, ou sujeitos dotados de impulsividade, mas averiguar a nova forma como as “psico-ciências” passaram a operar a partir da segunda metade do século XX, especificamente sobre novas bases de apreensão e intervenção sobre os indivíduos. Procurou-se dar ênfase a relação em que suas práticas sobre esses sujeitos tiveram sobre os ideais da nova governamentalidade neoliberal estadunidense, que busca se legitimar através do gerenciamento pela liberdade, conforme perfilhou Foucault (2008a; 2008b).

Esse novo exercício de poder, operado em termos de captura, e que constitui o ideal de um homem autônomo e ativo economicamente, isto é *o homo œconomicus*, caracterizado pela racionalidade neoliberal estadunidense que pensa sempre em termos de ganhos, só poderia ser apreendido a partir do exercício de uma nova modalidade de biopoder, que o estimule e potencialize sua ideia de autonomia.

Nesse caminho é que a cultura administrativa passa a operar através de dispositivos psi, de gerenciamento das condutas, que visa não mais disciplinar e oprimir, mas proporcionar ganhos, reconhecimentos e recompensas em saúde mental e qualidade de vida, resultando em um sujeito produtivo e, portanto, um importante capital humano⁹⁵.

(...) a generalização da forma econômica do mercado no neoliberalismo americano, além das próprias trocas monetárias, funciona como princípio de inteligibilidade, princípio de decifração das relações sociais e dos comportamentos. O que significa que a análise em termos de economia de mercado, em outras palavras, em termos de oferta e procura, vai servir de esquema que se pode aplicar em campos não-econômicos. E graças a esse esquema de análise, a essa grade de inteligibilidade, vai ser possível revelar, em processos não-econômicos, em relações não econômicas, em comportamentos não econômicos, um certo número de relações inteligíveis que não teriam sido reveladas assim – uma espécie de análise economista do não econômico (FOUCAULT, 2008b: 334).

Deste modo, foi possível constatar que a racionalização amparada no empreendedorismo de si só alcançou o atual patamar em decorrência das tecnologias psicológicas que transformaram o sujeito em capital humano, provocando uma profunda alteração nas práticas de racionalidade. Ao constatarmos que a racionalização desta governamentalidade neoliberal estadunidense opera a partir de amplos aspectos da vida social e, principalmente, através da valorização do *self*, foi necessário percebermos que essas tecnologias agem na forma de um conjunto de ações programadas, que incidem diretamente sobre a forma de tarefas, autoanálises, rastreamento de potenciais, e investimentos sobre o indivíduo.

95 A Teoria do Capital Humano foi esboçada por Theodore Schultz, ganhador do prêmio Nobel de economia em 1979, e desenvolvida por Gary Becker, ganhador deste mesmo prêmio em 1992. Segundo Becker (1993), capital humano é toda a capacidade de conhecimentos, competências e atributos de personalidade consagrados na possibilidade de realização de determinado trabalho de modo a produzir algum tipo de valor econômico. Portanto, são aqueles atributos adquiridos pelo trabalhador através do seu investimento em educação e experiência.

É neste sentido que a linguagem das teorias administrativas vai incorporando discursos e práticas situadas no campo das “psico-ciências” que resultam na governamentalização da racionalidade neoliberal estadunidense, ocasionando certos alinhamentos permeados por técnicas e programas que buscam, através de jargões como: “seja um líder nato”, “tenha ousadia”, “obtenha sucesso”, “seja proativo” entre outros, constituir uma prática de ação de estímulos sobre os indivíduos, responsáveis pela constituição de um sujeito empreendedor, que se utiliza do *marketing* pessoal para alcançar ganhos. Isso nos possibilita verificar como as tecnologias de saber passaram a operar não mais por meio exclusivo da repressão ou do disciplinamento, mas por estímulos e cálculos que visam criar no indivíduo uma racionalidade amparada em uma economia de ganhos e riscos.

Assim, “ter ousadia” como termo para sua conduta, leva-nos a constatar que essas tecnologias de poder prático-discursivos se inserem no campo administrativo, a partir das tecnologias psi, com o propósito de servir de propulsão para atingir fins de excelência, eficiência e competitividade; e assim, possibilitar a conversão disso em resultados de satisfação e realização pessoal, corroborando com a transformação dos indivíduos em capitais humanos.

Para Rose (2011), o *self empreendedor* é tanto um ser ativo quanto um ser calculador que busca aplicar técnicas sobre si que visem ganhos. No entanto, para isso, é imprescindível pensar sempre em termos de cálculos. Assim, essa relação entre práticas empreendedoras e a subjetividade singular de cada um, traz uma sofisticada relação de poder, que não se exerce como restrita apenas as políticas de Estado, mas como mecanismos dispersos para além dele, no intuito de normalizar valores liberais como a riqueza, a eficiência, o progresso, etc.

Conforme Foucault (2006), só conseguimos alcançar o grau de sofisticação acerca das relações de poder na contemporaneidade através de estratégicas perpassadas, inicialmente, pela governamentalização do Estado e, posteriormente, pela governamentalização do empreendedorismo de si, corroborado tanto pelas teorias da administração quanto pelas “psico-ciências” emergentes.

Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade. Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta

governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade (FOUCAULT, 2006: 292).

As tecnologias operadas através dessa simbiose, entre dispositivos empreendedores e dispositivos de captura das subjetividades por meio da *technepsi* é apontado por Rose (2011) como uma forma de relação que alinha aspirações políticas a condutas autocompreendidas como livres que, no entanto, estão agindo sobre um jogo coordenado porregulações de investimento destinado a certas produções com fins de lucratividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caminho percorrido até aqui, procuramos compreender como essa nova racionalidade neoliberal estadunidense foi sendo governamentalizada através de técnicas de subjetivação amparadas nas comumente chamadas “psico-ciências”, que fomentaram a produção de um sujeito empreendedor de si, chamado por Foucault (2008b) de *homo œconomicus*. A produção deste sujeito empreendedor, caracterizado pelagovernamentalização de uma racionalidade neoliberal estadunidense decorrente de distintas técnicas de subjetivação, tem ocorrido através da produção de verdades amparadas em relações entre saberes e poderes situados no campo das “psico-ciências” que acabam sendo incorporados pelas populações e pelos indivíduos que passam a aplicá-las cotidianamente em suas vidas. Deste modo, estes aspectos psicológicos do *self*, que produzem uma sofisticada racionalidade pensada sempre em termos de ganhos, acabam legitimando a racionalização da vida por meio de cálculos que passaram a serem tratados como verdade e validados pela ciência moderna na contemporaneidade.

Nesse sentido, a psicologia organizacional e os demais campos das “psico-ciências” seriam formas de saberes (e poderes) que subsidiariam tais técnicas para certos fins de regulação, gerenciamento, controle.

A psicologia, então, está intimamente ligada à entrada da alma do cidadão na esfera da governamentalidade. O tema aparentemente ‘público’ das racionalidades de governo está fundamentalmente ligado à questão aparentemente ‘privada’ de como devemos nos comportar, como devemos regular a nossa própria conduta, como devemos julgar o nosso comportamento e o dos outros. Esta ligação não tem sido meramente

'externa', o governo buscando manipular indivíduos que, do contrário, seriam 'livres'. Trata-se de uma ligação 'interna', na qual a nossa própria constituição enquanto indivíduos 'livres' têm sido objetivo e consequência de programas e técnicas de regulação (ROSE, 2011: 77).

Rose (2011), ao constatar que a racionalidade neoliberal estadunidense e as tecnologias das ciências psicológicas estavam se hibridizando, alertou para uma nova forma de apreensão que incide sobre o sujeito por meio de técnicas, tecnologias, estratégias, mecanismos e dispositivos que agem de maneira sutil, através da produção de verdades provenientes de relações entre saberes e poderes que operam e são legitimados pelo campo científico. Todavia, ao tratar dos investimentos, cuidados e regulações dos *selfs*, a governamentalização da racionalidade neoliberal estadunidense, legitimada pelas "psico-ciências", passou a constituir as bases daquilo que foi denominado por Foucault (2008b) de *homo œconomicus*, ou seja, um status incorporado de produtividade de si que pensa em termos de ganhos e acúmulos econômicos, retraduzindo sobre uma somatória de potencialidades o seu capital humano.

Isto nos levou a constatar que essas tecnologias de poder prático-discursivas passaram a se inserir na vida dos indivíduos e da população no intuito de servir de propulsão para a busca por atingir fins de excelência, eficiência e competitividade, convertendo isso em resultados de satisfação e realização pessoal e, principalmente, profissional. Deste modo, procuramos entender como essa nova racionalidade neoliberal estadunidense passou a contemplar certas técnicas advindas da administração empresarial concomitantemente às verdades produzidas por meio de relações entre saberes e poderes produzidos pelas "psico-ciências", que estariam modificando toda uma cultura organizacional e transformando a imagem que temos de nós mesmos, agora não mais sobre a forma de exercício de poderes que propagam deveres e obrigações, mas sim, direitos e liberdades.

Nesse sentido, a racionalidade administrativa passou a ser legitimada pelas "psico-ciências", transformando a racionalidade prática da execução de tarefas com aproximações de bem-estar e potencialização de seus conhecimentos e proveitos, em gerenciamentos destinados não somente a garantir a vida, mas a produtividade dos indivíduos, tratados como capital humano, fazendo com que toda a população tenha funcionalidades dentro da lógica do mercado. Assim, as tecnologias operadas

através dessa simbiose, entre dispositivos empreendedores sobre as subjetividades, é apontado por Rose (2011) como uma relação que alinha aspirações políticas a condutas auto-compreendidas como livres, que agem sobre um jogo coordenado de regulações de investimento, para certas produções com fins de lucratividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.
- _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2006.
- _____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008a.
- _____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008b.
- PASSETTI, Edson. **Anarquismos e Sociedade de Controle**. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.
- PRADO FILHO, Kleber. Sobre o Poder. In: **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: UFSC, N.28, p.133-143, outubro de 2000.
- _____. Uma genealogia das práticas de normalização nas sociedades ocidentais modernas. In: CAPONI, Sandra et al (org.). **Medicalização da Vida – Ética, Saúde Pública e Indústria Farmacêutica**. Palhoça: Ed. UNISUL, 2010.
- MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. **Governando o Presente**. São Paulo: Ed. Paulus, 2012.
- ROSE, Nikolas. **Inventando nossos Selves**: Psicologia, Poder e Subjetividade. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.
- SIQUEIRA, Leandro. Uma genealogia das compulsões. In: **Revista Verve**, p.140-166, 2010.

AS POSSIBILIDADES DE USO DO SOFTWARE DE ANÁLISE QUALITATIVA NVIVO⁹⁶

Valesca Daiana Both Ames⁹⁷

RESUMO

Este artigo pretende discutir as potencialidades e limites do uso do software de análise qualitativa Nvivo a partir da exposição da possibilidade de aplicação do referido software ao estudo do processo de construção social do Aeromóvel em Porto Alegre/RS. No artigo são abordados os principais recursos oferecidos pelo software, e como eles funcionam. Para tanto, apresentamos algumas etapas de organização e análise dos dados, seguindo nossa pesquisa exemplo. Este exercício torna-se importante na medida em que permite uma maior familiaridade com o uso desta ferramenta auxiliar de pesquisa qualitativa.

Palavras chave: NVivo. Pesquisa qualitativa. Análise de dados. Construção social.

ABSTRACT

The article discusses the potentialities and limitations of the use of qualitative analysis software Nvivo from exposure of the possibility of application of the software to study Aeromóvel's social construction process in Porto Alegre/RS. In this paper is covered the main features offered by the software, and how they work. Therefore, we present some steps of organizing and analyzing data, following our research sample. This exercise is important as it allows a greater familiarity with the use of this auxiliary tool of qualitative research.

Keywords: NVivo. Qualitative research. Data analysis. Social construction.

INTRODUÇÃO

As ferramentas informacionais de análise qualitativa, que podem ser definidas pelo uso do termo CAQDAS (*Computer-aided qualitative data analysis software*), desenvolveram-se em meados da década de 1980, através do trabalho conjunto realizado por cientistas sociais e especialistas em computação, com o objetivo de auxiliar no trabalho de análise de dados não numéricos e não estruturados.

96 O presente artigo foi escrito originalmente para a disciplina de Metodologias Informacionais, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). A referida disciplina foi ministrada pelo professor Alex Niche Teixeira, no segundo semestre de 2012.

97 Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). E-mail: valesca.ames@gmail.com.

Estas ferramentas informacionais tendem a ser especialmente úteis quando possuímos uma pesquisa qualitativa com grande volume de dados a serem analisados, visto que permitem a organização do material, a codificação do mesmo através de categorias pensadas durante o desenvolvimento da pesquisa e a geração de cruzamento entre categorias. Essas possibilidades facilitam de forma significativa a análise do material de pesquisa.

Entre os aplicativos hoje (2013) disponíveis para os cientistas sociais com o objetivo de auxiliar na análise de dados qualitativos, o NVivo é um dos softwares mais utilizados no Brasil. O NVivo permite a análise do material resultante da aplicação de entrevistas semi-estruturadas ou em profundidade, história de vida, história oral e gravações de grupos focais, através da codificação, categorização, indexação e organização deste material (SANTOS, 2001).

A emergência destes programas computacionais configura uma mudança no processo de pesquisa sociológico, pois modificam funções cognitivas humanas, representando uma nova forma de “pensar, representar e vincular dados” (PUEBLA, 2003). A exposição das potencialidades e limites do uso destes programas constitui-se no objetivo do artigo que ora se inicia. Para alcançar este objetivo, apresentaremos as possibilidades de uso do NVivo em uma pesquisa exemplo.

As características, potencialidades e limites do uso do programa NVivo será apresentada, de uma forma geral, na primeira seção do artigo, através de uma revisão de literatura sobre o tema. Na segunda seção do artigo, iremos apresentar os recursos básicos do NVivo, que serão utilizados para a organização dos dados da nossa pesquisa exemplo. A pesquisa exemplo constitui-se de um estudo que busca compreender o processo de construção social do Aeromóvel em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A exposição dos objetivos, hipóteses e metodologia dessa pesquisa constitui a terceira seção do artigo. Por fim, na quarta seção, buscaremos visualizar a aplicação do software NVivo ao nosso exemplo, salientando suas contribuições na análise deste caso específico.

POTENCIALIDADES E LIMITES DO USO DO PROGRAMA NVIVO

De uma forma geral, o uso dos programas para análise de dados qualitativos apresentam potencialidades que se expressam através da possibilidade de registro

de todo o processo de investigação; possibilidade de pesquisas múltiplas sobre o mesmo material; organização do material da pesquisa; “economia de tempo e de custos; possibilidade de explorar de forma acurada o relacionamento entre os dados e as vantagens em termos de uma estrutura formal que auxilia na construção conceitual e teórica dos dados” (TEIXEIRA; BECKER, 2001, p. 95).

Apesar dos benefícios acima descritos, ainda há debates sobre os riscos envolvidos com o uso dessas ferramentas de apoio à pesquisa. Algumas dificuldades referem-se ao possível distanciamento entre pesquisador e dados, ou seja, o distanciamento entre a experiência viva entre pesquisador e pesquisado e a transcrição e análise da entrevista, onde a geração de grandes bases de dados ou “nós” pode aparecer como o objetivo central da análise; tentação de reduzir os dados qualitativos a dados quantitativos, na falsa ilusão de que os segundos sejam mais “objetivos” do que os primeiros; possibilidade de perder o controle no processo de codificação, com o risco de o pesquisador tentar adequar sua metodologia às funcionalidades da ferramenta (LAGE, 2011).

Uma maneira de evitar esses problemas relacionados ao uso indevido dos programas de análise qualitativa é adotar uma postura de vigilância epistemológica, de constante crítica do trabalho sociológico, não esquecendo o processo de construção social e sociológico do dado observável, como salientado por Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999).

O sociólogo deve sempre ter em mente que a compreensão do significado dos textos depende de uma série de pressupostos teóricos que acompanham a pesquisa em todas as suas fases. Os conceitos e categorias que são geradas para a análise qualitativa de textos com o auxílio do programa NVivo dependem dos objetivos, hipóteses e desenho da pesquisa, portanto, dependem de uma escolha teórica por parte do investigador. Por este motivo, a análise dos dados não pode ser reduzida a alguma relação supostamente objetiva entre categorias e dados, mas depende de uma análise interpretativa criativa por parte do investigador.

O Nvivo, por si só, não analisa os dados, mas apenas auxilia esse processo, através de um ambiente onde torna-se possível “criar, gerenciar e explorar ideias e categorias, minimizando as rotinas de trabalho e maximizando a flexibilidade da análise, para descobrir novas ideias e desenvolvê-las” (SANTOS, 2001, p. 132). Este processo de criação e exploração de ideias e categorias pode ser realizado através

da codificação dos textos e da exploração de ideias sobre as informações disponíveis.

Antes de ter início a codificação do material no NVivo, o pesquisador deve ter em mente quais são as perguntas que pretende responder através de sua pesquisa, quais são seus objetivos e hipóteses. Além disso, deve conhecer os recursos básicos do NVivo, e a maneira como eles podem ser utilizados. Quando tudo isto está bem delimitado, e quando o material de pesquisa (matérias de jornais, entrevistas transcritas, vídeos, fotos) está organizado, este pode ser importado para o programa, codificado e analisado. A seguir, apresentamos os principais recursos do NVivo, que serão utilizados na análise de nossa pesquisa exemplo.

RECURSOS BÁSICOS DO NVIVO

Entre as estruturas básicas que compõem o NVivo encontramos as “fontes”, os “nós”, e as “classificações”. Estes recursos servem para inserir, organizar e classificar o nosso material de pesquisa. Quando estamos envolvidos mais diretamente com a análise do projeto, exploramos os seguintes recursos: “coleções” “consultas”, “relatórios” e “modelos”. Estes recursos servem para questionarmos os nossos dados, possibilitando a geração de matrizes, gráficos, modelos de análise e consultas a palavras-chave, por exemplo.

As fontes referem-se ao nosso material de pesquisa, que pode incluir documentos, PDFs, arquivos de áudio, vídeo e imagens. Este recurso serve para importarmos e organizarmos estes documentos e divide-se de três maneiras:

- a) **Fonte Interna:** refere-se ao material central de pesquisa importado ou criado no software. Inclui documentos, vídeo, áudio e imagens;
- b) **Fonte Externa:** diz respeito àqueles materiais que não podem ser importados, mas que são importantes para a realização da pesquisa. Inclui sites, apresentações *power point*, livros, artigos de jornais, etc.;
- c) **Memos:** são resumos e reflexões que podem ser associadas às fontes ou aos nós.

Os nós servem para codificar o material da pesquisa, eles são “recipientes que armazenam a codificação, ou seja, os nós irão conter a referência a uma porção de texto codificado” (TEIXEIRA; BECKER, 2001, p. 97). Os nós podem referir-se a

temas, pessoas, organizações, etc. As codificações são índices de referência adicionados a porções do texto, regiões de fotos, ou trechos de sons e imagens, ela envolve uma reflexão sobre o material analisado, através da criação de ideias e pensamentos a ele relacionados, que irão formar os nós. Um determinado documento, como uma entrevista, por exemplo, pode ser codificado em diferentes nós.

Na aba dos nós, encontramos a pasta denominada “relacionamentos”. Nesta pasta é possível definirmos uma ligação (relação de sentido) entre dois itens (fonte, nós, conjunto) que encontram-se no projeto, relacionando-os, e assim, criando um novo nó. O relacionamento armazena trechos do documento que indicam uma determinada relação entre, por exemplo, uma fonte e um nó. O tipo de relacionamento é definido pelo pesquisador nas classificações.

Através da aba “classificações” podemos trabalhar com dados estruturados em tabelas. As classificações dizem respeito a características ou atributos de determinada fonte, nó ou relacionamento. Assim, as entrevistas realizadas com uma determinada pessoa viram um nó (ou caso). Estas entrevistas, então, podem ser classificadas segundo alguns atributos como: idade, posição política, renda, etc. Assim, todas as falas de um entrevistado específico ficam marcadas por estes atributos.

Na aba denominada “coleções” é possível criarmos um conjunto para determinadas entrevistas, dado que a separação por pastas pode não ser útil quando se trata de formar uma classificação para as fontes, por exemplo. A formação do conjunto pode ser útil para procurar palavras em fontes variadas.

Por fim, a aba “consultas” auxilia a análise dos dados, através da construção de tabelas resultantes do cruzamento entre elementos do projeto, como nós e atributos, por exemplo. As consultas também permitem encontrar palavras ou nós específicos que estejamos procurando ou, ainda, aquelas palavras que aparecem com mais frequência no texto.

Depois de analisados os dados, os modelos, gráficos ou nós codificados podem ser exportados e utilizados para a composição do relatório final da pesquisa, que reúne em um texto os resultados alcançados pelo pesquisador através da exploração de seus dados.

PESQUISA EXEMPLO – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DO AEROMÓVEL EM PORTO ALEGRE/RS

A pesquisa que utilizamos para exemplificar um possível uso da ferramenta NVivo ainda apresenta-se em forma de projeto de pesquisa. Apesar do caráter preliminar da análise, algumas funcionalidades básicas do NVivo podem ser visualizadas. Inicialmente, iremos apresentar os objetivos, hipóteses e metodologia da nossa pesquisa exemplo.

A pesquisa possui como objetivos:

- a) Analisar o processo de construção social do Aeromóvel⁹⁸ a partir da controvérsia política, econômica e técnica estabelecida em torno dele e os diferentes grupos sociais que se envolveram na controvérsia, portadores de distintos valores, crenças e interesses políticos, econômicos e técnicos;
- b) Identificar os atores envolvidos na controvérsia e os discursos por eles mobilizados em defesa ou contra a implantação do Aeromóvel;
- c) Identificar e detalhar os contextos históricos, econômicos e culturais encontrados no desenvolvimento do referido artefato, identificando sua contribuição para a emergência da controvérsia.

A pesquisa partirá da hipótese de que a implantação e uso de uma tecnologia, no caso, o Aeromóvel, relaciona-se a dimensões sociais imbricadas em seu desenvolvimento. A dimensão social diz respeito a crenças, valores e interesses existentes em âmbitos sociais, políticos e econômicos, que dão origem a controvérsias entre diferentes grupos sociais. O processo controverso estabiliza-se e culmina com a aceitação ou não da tecnologia por parte da sociedade⁹⁹.

98 O Aeromóvel é um projeto tecnológico de transporte urbano concebido no final da década de 1960 pelo técnico em aeronáutica Oskar Coester. Caracteriza-se por um sistema que utiliza propulsão pneumática (baseada no barco à vela), redução de peso morto e sistema roda-trilho. No sistema Aeromóvel o ar é soprado por ventiladores – de acionamento elétrico – através de um duto localizado dentro da via elevada, o vento empurra uma aleta e o trem se movimenta sobre rodas de aço. O projeto, desde a década de 1970, passou por várias tentativas de implantação, especialmente ao longo da década de 1980, porém sem sucesso. A inauguração desse projeto está prevista para o ano de 2013, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, ligando a estação Aeroporto Salgado Filho ao trem metropolitano.

99 A hipótese, objetivo e metodologia da pesquisa exemplo possui como base teórica a abordagem da Construção Social da Tecnologia, da qual Trevor Pinch e Wiebe Bijker são os principais representantes. Essa abordagem aponta o caráter construído dos artefatos tecnológicos, na medida em que o processo de construção e desenvolvimento destes são condicionados por fatores de ordem social, política, econômica, histórica e cultural (PINCH; BIJKER, 1987).

Dado que o objetivo da pesquisa consiste em compreender o processo de construção social do Aeromóvel, os procedimentos metodológicos buscarão reconstruir e compreender a maneira pela qual a tecnologia foi interpretada por diferentes grupos sociais e como essas interpretações, que deram origem a controvérsias entre os grupos, interferiram no projeto de implantação do Aeromóvel.

O método de pesquisa será o estudo de caso do processo que se caracteriza por tentativas de implantação do Aeromóvel em Porto Alegre, iniciado no final da década de 1970 e que se estende até o ano de 2013.

A primeira etapa da pesquisa será documental, consistindo na busca de registros na mídia impressa de Porto Alegre (jornal Zero Hora) desde a década de 1970, em que começaram os primeiros testes com o Aeromóvel. A segunda etapa da pesquisa será uma análise dos contextos sociais, históricos, econômicos e políticos vinculados aos momentos controversos de desenvolvimento do Aeromóvel. Por fim, a última etapa da pesquisa consistirá na realização de entrevistas narrativas com pessoas que compõem os grupos sociais relevantes e análise dos relatórios técnicos produzidos por cientistas e engenheiros que se envolveram no projeto Aeromóvel.

A primeira e segunda etapa da pesquisa permitirá delimitar os grupos sociais relevantes, a partir dos quais selecionaremos aqueles membros que se envolveram mais diretamente com a construção do Aeromóvel e que, por este motivo, serão nossos entrevistados. Na etapa da realização das entrevistas, atentaremos para os problemas ou vantagens que cada grupo social enxerga com relação ao artefato, onde interpretações diferentes, relacionadas aos diferentes grupos sociais, poderão ser identificadas.

Além das entrevistas, também serão analisados os relatórios técnicos referentes ao projeto do Aeromóvel, formulados pela FUNDATÉC/UFRGS (Fundação Universidade-Empresa de Tecnologia e Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), e que foram também alvo de interpretações diferentes por parte de diferentes cientistas e engenheiros.

Após a transcrição das entrevistas, a seleção das matérias de jornais, bem como de projetos que objetivaram analisar a viabilidade técnica e econômica do

Aeromóvel, o material será analisado por meio de uma análise de discurso, que será realizada com a ajuda do programa de análise qualitativa NVivo.

ETAPAS DE ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS COM O NVIVO

No caso da pesquisa que aqui utilizamos como exemplo, os dados serão organizados em três etapas, conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1 - Etapa De Tratamento Dos Dados Da Pesquisa No Ambiente Do Nvivo

Estruturação do projeto no ambiente NVivo	Codificação e análise dos dados	Resultados da pesquisa
Cadastramento do projeto no NVivo	Codificação das entrevistas e relatórios técnicos	Geração de gráficos e modelos
Importação e classificação das fontes de pesquisa	Análise dos nós a partir dos atributos dos entrevistados	Geração dos relatórios com as informações relacionadas ao processo de análise dos dados
Criação dos nós		

FONTE: Adaptada de LAGE, 2011.

Inicialmente cria-se um cadastro do projeto no NVivo (no caso: O processo de construção social do Aeromóvel em Porto Alegre/RS). Após a criação do cadastro, o próximo passo é importar as fontes, ou seja, os documentos que serão analisados com a ajuda do NVivo. No caso da pesquisa exemplo, as fontes se constituem de entrevistas com membros dos grupos sociais relevantes, relatórios técnicos que buscaram analisar a viabilidade técnica e econômica do Aeromóvel e matérias do jornal Zero Hora.

Com a finalidade de organizar o material da pesquisa, as fontes podem ser classificadas (além da classificação em fontes internas, externas e memos) em subpastas, de acordo com o tipo de fonte. Por exemplo, cria-se uma pasta para as entrevistas, outra para os relatórios técnicos e uma terceira para as matérias de jornais.

Devido ao caráter preliminar da pesquisa exemplo, ainda em forma de projeto, na classificação “fonte interna” importamos o material referente a uma entrevista com o criador do Aeromóvel, Oskar Coester, realizada em outubro de 2012.

Após a importação das fontes, podemos partir para a criação dos nós, ou seja, a criação das categorias e conceitos que irão armazenar a codificação do material analisado. Esta etapa somente é possível depois de uma boa leitura do material e de uma reflexão sobre os objetivos da pesquisa.

As entrevistas individuais também podem ser organizadas na forma de nós. Assim, por exemplo, a entrevista realizada com Oskar Coester pode constituir um nó, também chamado de nó de caso. Desta maneira organizados, os nós podem ser classificados dentro de subpastas, como mostra a FIGURA 1. Posteriormente, a esses nós podem ser conferidos atributos, o que facilita a análise dos dados (o que será explicado no decorrer do artigo). Desta forma, as entrevistas ficam organizadas dentro da pasta denominada “entrevistados”.

FIGURA 1 – Fragmento Da Subpasta “Entrevistados”, Inserido Na Pasta “Nós”

The screenshot shows a software interface with a sidebar on the left labeled "Nós" containing "Nós", "Entrevistados", "Temas", "Relacionamentos", and "Matrizes de nó". The main area has tabs at the top: "Procurar:", "Pesquisar em", "Entrevistados" (which is selected), "Localizar ag", "Apagar", and "Busca avançada". Below the tabs is a section titled "Entrevistados" with a table:

Nome	Fontes	Referências	Criado em
Ayrton Moraes Teixeira	0	0	26/10/2012 12:34
Cloraldino Soares Severo	0	0	26/10/2012 12:33
Guilherme Villela	0	0	26/10/2012 12:33
Jorge Franciscone	0	0	26/10/2012 12:32
José Augusto Amaral de Souza	0	0	26/10/2012 12:33
Marco Antônio Damim	0	0	26/10/2012 12:34
Oscar Coester	1	1	26/10/2012 12:53

FONTE: Ames, 2013.

Uma segunda pasta na aba nós, como pode ser visualizado na FIGURA 2, diz respeito àquilo que denominamos “temas”. Os “temas” compreendem nós que se referem a características das falas dos nossos entrevistados, que depois servirão como base para a codificação das entrevistas realizadas.

Os nós que compõem a pasta “temas” foram elaborados a partir do objetivo da pesquisa, que consiste em analisar como as controvérsias entre diferentes grupos sociais influenciaram o processo de construção do Aeromóvel. Essas controvérsias dizem respeito a diferentes interpretações sobre o que é o Aeromóvel (pois a definição sobre o que é a tecnologia difere de acordo com diferentes grupos

sociais); sobre quais as expectativas com relação ao Aeromóvel (se é uma boa alternativa a outros meios de transporte urbano); quais as vantagens e desvantagens relacionadas ao artefato; quais os problemas que ele apresenta e, finalmente, quais as causas que teriam adiado a implantação desta tecnologia.

FIGURA 2– Lista De Nós De Temas, Que Se Encontram Na Subpasta “Temas”.

The screenshot shows a software application window. On the left, there is a tree view labeled 'Nós' (Nodes) with categories: 'Nós', 'Entrevistados', 'Temas' (selected), 'Relacionamentos', and 'Matrizes de nó'. Below this is a 'Fontes' (Sources) section. On the right, there is a table titled 'Temas' (Themes) with columns: Nome (Name), Fontes (Sources), Referências (References), and Criado em (Created on). The table lists 20 entries, each with a blue circular icon and a short name:

Nome	Fontes	Referências	Criado em
Aspectos jurídicos	1	2	26/10/2012 15:21
aspectos políticos	1	3	26/10/2012 15:44
aspectos técnicos do aeromóvel	1	4	26/10/2012 15:41
Autoridade científica	1	1	26/10/2012 15:24
controversias	1	1	26/10/2012 15:39
Costumes	1	7	26/10/2012 12:42
Crenças	1	7	26/10/2012 12:46
crenças, interesses científicos	1	3	26/10/2012 15:35
desconhecimento	1	6	26/10/2012 15:48
divergências interpretativas	1	2	26/10/2012 16:17
ecologicamente mais correto	1	1	26/10/2012 16:23
eficiência técnica	1	12	26/10/2012 12:36
ineficiência técnica	1	3	26/10/2012 12:38
influência da mídia	1	8	26/10/2012 12:40
interesses econômicos	1	6	26/10/2012 12:45
interesses políticos	1	4	26/10/2012 12:45
inviabilidade econômica	1	1	26/10/2012 15:33

FONTE: Ames, 2013.

Essas questões permitirão visualizar quais os argumentos utilizados pelos entrevistados para tentar demonstrar as *vantagens* e as *desvantagens* relacionadas ao Aeromóvel, quais as *expectativas* com relação ao projeto, quais os *problemas* relacionados com a tecnologia, quais as *causas da postergação* da implantação do artefato, e o que é o Aeromóvel¹⁰⁰.

Assim, para cada uma dessas questões criamos um nó. As possíveis respostas a cada uma dessas discussões formarão subnós. Por exemplo: com relação a possível causa da postergação do projeto criamos os subnós: *crenças*, *ineficiência técnica*, *inviabilidade econômica*, *desconhecimento*, etc.¹⁰¹.

Após a importação das fontes e criação dos nós, podemos partir para a codificação do material da pesquisa. A codificação consiste em uma leitura minuciosa dos documentos da pesquisa com a finalidade de localizar passagens e lhes atribuir significados correspondentes aos nós. Por exemplo, as referências às

100 As palavras em itálico referem-se a alguns dos nós que servirão como base para a codificação do material da pesquisa.

101 Como pode ser visualizado na figura 3, os nós ainda não estão classificados hierarquicamente, o que será elaborado assim que tivermos todo o material da pesquisa importado e adequadamente lido e analisado.

falas das pessoas que atribuem a causa da postergação da implantação do Aeromóvel ao desconhecimento do projeto por parte da população ficam codificadas no nó *desconhecimento*.

Durante o processo de codificação, podemos abrir os nós para observarmos todas as passagens que nele foram codificadas. Junto com estes fragmentos de textos, é apresentado um *link* para o documento original. Ao clicarmos no *link* podemos acessar o contexto do documento onde o trecho foi codificado. A FIGURA 3 ilustra o que estamos dizendo, e refere-se ao nó *desconhecimento*.

Nós também podem ser criados na fase de codificação, na medida em que o pesquisador considerar conveniente criá-los. “O processo de codificação em geral é executado até que o pesquisador entenda que não há mais o que codificar nas fontes de dados do projeto” (LAGE, 2011, p.210). O pesquisador deve estar atento ao momento de parar com a codificação, pois pode correr o risco de codificar além do necessário para responder ao problema de pesquisa.

Com os recursos do NVivo também é possível codificarmos todas as respostas a uma determinada pergunta e posteriormente compararmos as respostas dos nossos entrevistados. Por exemplo: podemos codificar todas as respostas à pergunta referente às causas da postergação da implantação do Aeromóvel e posteriormente analisar as respostas de acordo com diferentes atributos dos respondentes.

FIGURA 3 – Trechos Da Entrevista Realizada Com Coester Codificados No Nô Desconhecimento

<Internos\\Entrevista\\Transcrição_Coester_0510> - § 6 referências codificadas [1,27% Cobertura]

Referência 1 - 0,30% Cobertura

Mas isso aí te da uma ideia do que tu ta pesquisando. Aquele pessoal não tava falando aquilo por interesse econômico, cultural ou coisa parecida, mas por puro desconhecimento.

Referência 2 - 0,17% Cobertura

Mas esse aqui é o pulo do gato, mas é uma coisa tão simples, tão idiota, que as pessoas não enxergam.

Referência 3 - 0,11% Cobertura

Então esse detalhezinho, que é uma idiotize, eles não entendiam.

Referência 6 - 0,39% Cobertura

É fundamentalmente eu acho que isso tudo é guiado pela... Tem três fatores que são fundamentais pra mim, primeiro era a ignorância, não sabem do que a gente ta falando, porque é um conjunto de coisas que eu te expliquei aqui que.

FONTE: Ames, 2013.

A codificação também pode ser facilitada através do uso da aba “consultas”, visto que essa permite a codificação automática das fontes com base em palavras ou frases que elas contenham (TUTORIAL NVIVO 9.2, 2011). Por exemplo, podemos procurar pela palavra *costumes* e codificar automaticamente todas as passagens em que ela aparece.

Após a codificação dos documentos da pesquisa, podemos passar para a fase de análise dos dados. Essa fase pode ser facilitada através do uso dos recursos disponíveis nas abas “coleções”, “consultas”, “relatórios” e “modelos”.

A aba “consultas” pode auxiliar no teste de ideias, exploração de padrões e conexões entre temas, tópicos, pessoas e lugares (TUTORIAL NVIVO 9.2, 2011). Por exemplo, é possível visualizarmos as partes codificadas com determinadas palavras (*vantagens* e *desvantagens*, por exemplo), e explorar suas diferenças; agrupar passagens de nós classificados de acordo com certos atributos e questionar, por exemplo, *o que os grupos de políticos pensam sobre as vantagens do Aeromóvel?*

Através do uso dos recursos da aba consultas, é possível, também, executar uma consulta de frequência de palavras para observarmos aquelas que são mais constantes nas falas dos nossos entrevistados, ou para analisar qual o nó em que há maior ocorrência de uma determinada palavra. As passagens em que essas palavras aparecem podem então ser salvas em um nó para análise futura.

Na aba “classificações” é possível trabalharmos com dados estruturados em tabelas. Aqui, os casos específicos (Oskar, Jorge) ganham atributos. Assim, posso ter várias fontes para Oskar (várias entrevistas) e estas são classificadas segundo algumas de suas características. Por exemplo: posição em relação ao Aeromóvel (favorável ou contrário), grupo social do qual faz parte (políticos, empresários, engenheiros). Deste modo, essa instância encerrará todas as características referentes à entrevista de Oskar. Isso torna possível o cruzamento entre nós e atributos, a comparação entre falas de diferentes entrevistados segundo seus atributos particulares, etc. através do uso das consultas. Por exemplo, caso classifiquemos nossas fontes em um nó de acordo com o atributo *grupo social*, poderão ser feitas perguntas como: *qual a posição mais frequente com relação ao Aeromóvel no grupo de políticos?*

A classificação realizada de acordo com a pesquisa exemplo (no caso, com a entrevista realizada com Oskar Coester) pode ser visualizada na FIGURA 4.

Os resultados da pesquisa podem ser apresentados e visualizados sob a forma de gráficos ou modelos de informações. Estes recursos servem para visualizarmos conexões entre nós ou itens que estão conectados a uma determinada fonte ou nó.

Os modelos “podem ser gerados automaticamente pelo NVivo, a partir dos dados codificados e dos relacionamentos criados entre eles ou desenhados pelo pesquisador; ou, ainda, a partir de um misto de ambos” (LAGE, 2011, p. 212). Um modelo pode ser apresentado com formas, cores, tamanhos e cor de letras diferentes, e pode ser editado pelo pesquisador a qualquer momento do desenvolvimento da pesquisa no ambiente NVivo. No caso da pesquisa exemplo, podemos gerar um modelo para representar os principais problemas relacionados ao Aeromóvel, segundo os nossos entrevistados.

FIGURA 4 – Classificação Do Nó Oskar Coester, Segundo Alguns De Seus Atributos

The screenshot shows the NVivo interface with the following details:

- Left Sidebar:** Shows categories like 'Classificações', 'Fontes', 'Nós', 'Classificações' (highlighted in yellow), and 'Coleções'.
- Main Area:**
 - Top Bar:** Includes 'Procurar:', 'Pesquisar em', 'Classificações de', 'Localizar ag', 'Apagar', and 'Busca avançada'.
 - Central Table:** Titled 'Classificações de nós', it lists attributes for the node 'perfil':

Nome	Criado em	Criado por	Modificado em
perfil	24/10/2012 16:07	CSN	09/11/2012 10:10
idade	24/10/2012 16:08	CSN	26/10/2012 13:28
ocupação	24/10/2012 16:08	CSN	26/10/2012 13:28
Posição	26/10/2012 13:31	CSN	26/10/2012 13:31
Tipo de argumento	26/10/2012 13:32	CSN	26/10/2012 13:35
grupo social	26/10/2012 13:37	CSN	26/10/2012 13:38
Data	09/11/2012 10:07	CSN	09/11/2012 10:10
 - Bottom Filter:** Shows filters for attributes A through F, with values: A: idade (47), B: ocupação (empresário), C: Posição (Favorável), D: Tipo de ar... (Eficiência técnica), E: grupo social (Grupo empresaria), F: Data (05/10/2012).

FONTE: Ames, 2013.

Os gráficos também podem ser formatados em cores, tamanhos e dimensões diferentes, permitindo realizar diferentes cruzamentos entre os dados. No caso da nossa pesquisa exemplo, o NVivo permitiria criar um gráfico para observarmos as diferentes atitudes dos grupos sociais com relação ao Aeromóvel, o que seria muito útil para aprofundar o entendimento a respeito do comportamento dos grupos sociais.

O resultado final da análise de dados com o auxílio do NVivo é apresentado sob a forma de relatórios de pesquisa. Os relatórios gerados no interior do *software* podem ser exportados para outros aplicativos, como Excel ou Word, por exemplo. Na apresentação dos resultados nos relatórios podem ser utilizados os recursos gráficos do NVivo, mencionados anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste artigo foi apresentar as possibilidades de utilização do *software* NVivo, a partir de sua aplicação à pesquisa exemplo, que busca compreender o processo de construção social do Aeromóvel em Porto Alegre/RS. Também apresentamos as potencialidades e limites da utilização dessa ferramenta, salientando alguns cuidados que o pesquisador deve tomar quando utiliza esse programa auxiliar ao processo de análise de dados qualitativos.

Os dados que deverão compor a pesquisa que aqui nos serve como exemplo ainda não foram integralmente coletados, visto que a pesquisa ainda encontra-se em forma de projeto. Porém, foi possível apresentarmos quais recursos serão utilizados no desenvolvimento da pesquisa, e como eles poderão ajudar no processo de análise dos dados. Este exercício permite que o pesquisador reflita sobre o problema e os objetivos da pesquisa, formulando novas questões e dimensões que futuramente serão utilizadas.

Embora a análise aqui apresentada ainda seja muito prematura, e não apresente resultados em forma de gráficos ou modelos, é importante para que o pesquisador aprenda sobre algumas funcionalidades relacionadas ao uso do NVivo. Assim, quando todo o material da pesquisa for coletado, o aprendizado referente ao programa já está até certo ponto desenvolvido, evitando que a necessidade de aprender a usar o *software* torne-se um fator impeditivo da pesquisa com o auxílio do mesmo.

Outro aspecto a ser considerado quando da utilização desse *software* de apoio relaciona-se à qualidade da pesquisa. Vale lembrar que a utilização dessa ferramenta por si só não aumenta nem diminui a qualidade da pesquisa, pois esta está relacionada à qualidade do relacionamento entre referencial teórico, objetivos e métodos de coleta de dados.

Além disso, o pesquisador deve adotar uma postura de vigilância epistemológica durante todas as fases da pesquisa, inclusive quando se está analisando os dados no ambiente NVivo. Essa atitude pode ser caracterizada como uma atitude de reflexão epistemológica sobre os próprios pressupostos dos métodos de pesquisa, visto que até mesmo o modo de utilização das técnicas relaciona-se a pressupostos teóricos do investigador (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999).

O NVivo, seguindo essa consideração, constitui-se como uma plataforma de análise de dados a partir de categorias prévias formuladas pelo pesquisador, que as relaciona aos conceitos que utiliza para compreender a realidade. Como os conceitos irão diferir de acordo com diferentes concepções teóricas, os mesmos dados podem ser analisados de formas diferentes, o que demonstra que o programa não permite a produção de dados supostamente mais objetivos ou neutros, mas serve apenas para facilitar o trabalho de organização e análise de dados.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre, CHAMBOREDON, Jean Claude; PASSERON, Jean Claude. **Ofício de Sociólogo. Metodologia da pesquisa na sociologia.** Petrópolis, Rio de Janeiro, 1999.
- LAGE, Maria. Utilização do software NVivo em pesquisa qualitativa: uma experiência em EaD. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 12, n.esp., p. 198-226, mar. 2011.
- PINCH, Trevor; BIJKER, Wiebe. The Social Construction of Facts and Artifacts: Or How the Sociology of Science and the Sociology of Technology Might Benefit Each Other. In: BIJKER, W.; HUGHES, T.; PINCH, T. (Eds.). **The Social Construction of Technological Systems**. Massachusetts: MIT Press, p. 17-50, 1987.
- PUEBLA, César. Análisis cualitativo asistido por computadora. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 9, p. 288-313, jan/jun, 2003.
- QSR INTERNACIONAL. Tutorial NVivo 9.2. 2011.
- SANTOS, José Vicente. As possibilidades das Metodologias Informacionais nas práticas sociológicas: por um novo padrão de trabalho para os sociólogos do Século XXI. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 5, p. 116-148, jan/jun 2001.

TEIXEIRA, Alex. BECKER, Fernando. Novas possibilidades da pesquisa qualitativa via sistemas CAQDAS. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 5, p. 94-113, jan/jun 2001.

POLÍTICAS SOCIAIS

ESTRATÉGIAS DE GOVERNAMENTALIDADE

Vinícius Armiliato¹⁰²

RESUMO

A partir da consideração de que as políticas públicas são ações racionalizadas pelo Estado, pretendo apontar neste artigo o ponto de contato das discussões teóricas das políticas públicas, com a ideia de governamentalidade biopolítica proposta por Michel Foucault. O artigo está delimitado em torno das políticas sociais, marcantes no surgimento e desenvolvimento do *Welfare State*. São apontados alguns fatores que fizeram do Estado um operador da provisão de determinados serviços, sob a ótica do conceito da governamentalidade biopolítica. Quais seriam os fins das políticas sociais e de que forma elas passam a ser importantes para a manutenção do Estado? Uma das interpretações sobre políticas sociais é que estas se caracterizam como manobras que o Estado lança mão com o fim de manter-se em equilíbrio enquanto entidade autônoma. Para tanto é preciso canalizar, direcionar, controlar os fluxos da população, oferecendo impulso para desenvolvimento em determinados setores quando conveniente ou, de modo contrário mas também conveniente, reduzindo incentivos. As políticas sociais funcionariam como uma das ferramentas que assumem um compromisso com a potência do próprio Estado. A governamentalidade biopolítica, escancarada como um controle dos fluxos da população, incentivando ou não que determinadas classes acessem determinados saberes e lugares, pode ser contemplada lançando um olhar para programas de políticas sociais, como de previdência, educação, geração de emprego, entre outros.

Palavras-chave: Governamentalidade. Políticas Sociais. Estado. Foucault.

ABSTRACT

From the consideration of that public policy actions are rationalized by the state, I want to point out in this article the contact point of the theoretical discussions of public policy, with the idea of biopolitical governmentality proposed by Michel Foucault. Article is delimited around social policies, outstanding in the emergence and development of the Welfare State. Have pointed out some factors that made the state an operator in the provision of certain services, from the perspective of the concept of governmentality biopolitics. What would be the purpose of social policies and how they come to be important for the maintenance of the rule? One of the interpretations of social policies is that these maneuvers are characterized as the state launches hand in order to remain in balance as an autonomous entity. Therefore it is necessary to channel, direct, control the flow of population, providing impetus for development in certain sectors or when convenient, so contrary but also convenient, reducing incentives. Social policies work as one of the tools that assume a commitment to the power of the state itself. The biopolitical governmentality, gaping like a control population flows, encouraging or not certain classes knowledge and

¹⁰² Mestrando em Filosofia (PUC-PR) e Especialista em Sociologia Política (UFPR). Possui graduação em Psicologia (PUC-PR) e em Artes Cênicas (FAP). E-mail: vinicius.arm@gmail.com

access to certain places, can be contemplated casting a look of social programs such as welfare, education, employment generation, among others.

Keywords: Governmentality. Social Policies. State. Foucault.

Pretendo, com este trabalho, situar o debate teórico em torno das políticas sociais, apontando alguns fatores que tornaram o Estado um operador da provisão de determinados serviços. Para tal estudo, pretendo contemplar as políticas sociais sob a ótica do conceito da governamentalidade biopolítica de Michel Foucault. Procuro estabelecer quais seriam os fins das políticas sociais e de que forma elas passam a ser importantes para a manutenção do Estado ou, para o exercício da governamentalidade. A hipótese que se procurará demonstrar é a de que as políticas sociais são a materialização da governamentalidade biopolítica, dentro daquilo que Michel Foucault entende por governamentalidade.

A EMERGÊNCIA DA ABORDAGEM TEÓRICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas ganharam nas últimas décadas significativa visibilidade perante as ciências sociais. Essa visibilidade fez com que se elaborassem estudos sobre as instituições que as regem, seus processos de elaboração, bem como os de implementação e de avaliação. Frey (2000, p. 214-215) aponta que essa área de pesquisa inicia na década de 50, nos EUA, a partir do pressuposto “[...] de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes” (SOUZA, 2006, p. 22).¹⁰³ Nesse sentido, Souza reforça que

A proposta de aplicação de métodos científicos às formulações e decisões do governo sobre problemas públicos se expandiu depois para outras áreas da produção governamental, inclusive para a política social (SOUZA, 2006, p. 23).

103 No contexto do final dos anos 40, em decorrência da Guerra Fria, a necessidade de um estudo científico das políticas públicas se evidencia com a criação da RAND Corporation, em 1948, por Robert McNamara: a instituição era composta por matemáticos, sociólogos, engenheiros, entre outros, cujos objetivos eram projetar a guerra comparando-a como um jogo racional, ou seja, pensar as ações do Estado em sua efetividade concreta:

Di Giovanni (2009) cita um *ethos* pragmático típico da cultura norte americana, no qual o objetivo com as políticas públicas seria o de “[...] fornecer subsídios para ação dos governos¹⁰⁴” (DIGIOVANNI, 2009, p. 8)

Considerando as políticas públicas globalmente, Souza (2006, p. 20) aponta três fatores que viabilizaram um olhar mais apurado para estas: adoção de políticas restritivas de gasto, principalmente nos países em desenvolvimento; novas formas de conceber o papel dos governos na substituição de políticas keynesianas do pós-guerra – nas quais o Estado aparece como um agente indispensável para controlar a economia e estabelecer empregos¹⁰⁵ –, equilibrando o orçamento (relação receita vesus despesa) e restringindo ações do estado na economia e nas políticas sociais; e por fim, em especial nos países da América Latina, a dificuldade em formar coalizões que elaborem e implementem políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento econômico e a inclusão social¹⁰⁶.

Constata-se que no debate teórico sobre as políticas públicas, pretende-se entender os processos que estão envolvidos nas ações do governo. É o que Frey coloca com relação à abordagem das políticas públicas pelas ciências políticas, situando que suas

[...] investigações podem ser voltadas aos resultados que um determinado sistema político vem produzindo. Nesse caso, o interesse primordial consiste na avaliação das contribuições que certas estratégias escolhidas podem trazer para a solução de problemas específicos (FREY, 2000, p. 213).

104 Basta citarmos alguns textos mais recentes quanto análise e tipos de políticas públicas, os quais procuram categorizar ações de políticas, bem como propor modelos de implementação, análise e avaliação: CAPELLA, Ana Claudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **BIB**, São Paulo, n. 61, 2006, pp 25-52.; DI GIOVANNI, Geraldo. As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de Pesquisa**. Campinas, NEPP, nº 82 2009. SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45; VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em Políticas Públicas. **Caderno de pesquisa**. Campinas, NEPP, nº 05, 1988; CARLSON, D. Trends and Innovations in Public Policy Analysis. **Policy Studies Journal**, n. 39: 13–26, 2011. FARIA, Carlos A. P. de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol.18, n. 51, pp. 21-9, fev. 2003. FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, vol.21. 2000. p. 211-259. LOWI, Theodore. Four Systems of Policy, Politics and Choice. **Public Administration Review**, 32: 298-310, 1972.

105 Segundo Carvalho “O keynesianismo é uma doutrina *ativista*, que preconiza a ação do estado na promoção e sustentação do pleno emprego em economias empresariais” (CARVALHO, 2008, p. 571).

106 Di Giovanni (2009) aponta que as políticas keynesianas adotadas no pós-guerra contribuiriam para ampliar as intervenções do estado, em um caráter regulador, na provisão de bens, serviços, pleno emprego e formalização de sistemas de proteção social

Destaca-se assim, o caráter científico das análises e modelos, por basearem-se em estruturas formais – governo, decisores, atores, leis, regras, fator tempo, efetivação das ações ou não – considerando as relações entre estas mesmas estruturas.

Di Giovanni (2009) considera as políticas públicas como uma maneira

[...] contemporânea de exercício de poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas no campo da economia (DI GIOVANI, 2009, p. 5, grifo do autor).

Nota-se uma recorrência nas considerações sobre as ações do governo em si, naquilo que é concreto em suas atividades, passível de mensuração, previsão e correção, independente da figura de atores políticos, bem como de discursos ideológicos ou partidários envolvidos em tais atividades.

Destacamos que o entendimento das políticas públicas enquanto modelo para pensar e visualizar a ação do estado, é categorizado pela literatura em setores, a fim de que se possa estabelecer de forma mais precisa as ações e intervenções do governo, na administração do próprio Estado ou, naquilo que compreende a vida social, econômica, ambiental, cultural, entre outras. Kauchakje adverte que “[...] embora a setorialização das políticas públicas seja útil em termos de compreensão de sua abrangência e, também, de ordenamento da gestão pública, isso não significa que elas são estanques” (KAUCHAKJE, 2007, p. 62). Sendo assim, as políticas, nos diferentes setores em que são aplicadas, acabam interferindo-se mutuamente. Segue que as políticas públicas, apesar de dividirem-se em setores, apontam para um fim último: a promoção da cidadania:

[...] como uma política pública está estreitamente vinculada a outra, a separação entre elas – no que se refere ao planejamento, orçamento e execução – compromete o alcance da finalidade principal de todas elas individualmente e em conjunto, ou seja, promover condições concretas de cidadania (KAUCHAKJE, 2007, p. 62)

Se considerarmos os requisitos que configuram as democracias modernas (Di Giovanni, 2009), como poder mínimo de planificação nos aparelhos de Estado, existência e coexistência de poderes, direitos de cidadania e, como consequência, o exercício dessa cidadania através da formulação de agendas públicas,

Do ponto de vista histórico, podemos dizer que tais requisitos constituíram-se de modo sempre uniforme, nas sociedades modernas capitalistas desde

o século XIX, mas que foram consolidados principalmente depois da segunda guerra mundial (DI GIOVANNI, 2009, p. 5)

Assim, no período do pós-guerra buscou-se, especificamente com as políticas sociais, uma promoção do bem-estar da população e uma manutenção da legitimização do Estado. Para este trabalho, delimitarei a discussão às políticas sociais, a fim de sustentar o objetivo de encontrar pontos de contato destas com os estudos sobre a governamentalidade, de Michel Foucault. Acredito que essa relação é possível pelo fato de que sendo a governamentalidade biopolítica uma racionalização da ação do Estado com relação à população, o manejo teórico das políticas públicas não estaria distante desta mesma racionalização ao considerarmos o destaque que estas ganharam no meio acadêmico e político do pós-guerra, sendo racializadas e construídas como ferramentas científicas a fim de que se estabelecesse o melhor caminho para as ações do Estado naquele período. Outrossim, tanto as políticas públicas quanto a governamentalidade biopolítica, debruçam-se sobre aquilo que tange a população, à cidadania dessa população, a relação dessa mesma população com a economia, o mercado de trabalho, a previdência, a saúde e a educação. Relação essa que depende da mediação da máquina estatal, como veremos adiante. Para tanto, se faz necessário situar o leitor no debate sobre a emergência das políticas sociais, as quais aparecem fortemente relacionadas na literatura com o *Welfare State*.

POLÍTICAS SOCIAIS: EMERGÊNCIA E CARACTERÍSTICAS

A característica das práticas discursivas da científicidade das ações do Estado também se faz notar quanto às políticas sociais, mesmo antes do momento histórico de serem intituladas como tal. Arretche (1995) investiga a emergência dos programas sociais a partir de uma revisão de literatura das teorias explicativas para o aparecimento destes. As teorias apontam a industrialização crescente durante o século XIX como elemento desencadeante da necessidade de intervenção estatal, naquilo que tange a ações de provisão de serviços aos trabalhadores e àqueles que são incapacitados de competirem no mercado de trabalho (como idosos e crianças).

[...] o homem se tornaria mais socialmente dependente na mesma medida em que se tornasse mais individualizado e mais especializado. Assim, a especialização do trabalho, fruto da industrialização, implicaria em

crescimento da dependência individual em relação à sociedade (ARRETCHE, 1995, p. 15).

Para não prejudicar o andamento do processo produtivo, seria necessário tornar o trabalhador capaz de vender sua mão de obra, além de restringir sua mobilidade a determinados espaços da cidade, bem como estabilizá-lo em um mesmo emprego. A partir de uma abordagem que leve em conta documentos do final do século XIX e início do século XX, Topalov aponta que as políticas sociais contribuíram para constituir “[...] as bases da nova organização do sistema de poder que, ao mesmo tempo, tanto põe frente a frente quanto une classes dominantes e classes subalternas” (TOPALOV, 1996, p. 23-24).¹⁰⁷

Legitimar esse poder se torna uma necessidade emergente devido aos problemas demográficos decorrentes do crescimento das cidades, e da necessidade de legitimação social da venda da força de trabalho, eliminando o desemprego voluntário, empecilho para o processo produtivo da indústria.

Podemos ver, então, que suas políticas sociais progressistas (o seguro-desemprego e a reforma da moradia) têm sua origem em um projeto educativo relativo aos trabalhadores urbanos e não nas exigências destes últimos. Essas políticas sociais contrariavam dois hábitos bem arraigados nas classes populares: a mobilidade e a intermitência do emprego assalariado e a preferência pelas moradias baratas de seus bairros tradicionais (TOPALOV, 1996, p. 27)

Juntamente com o processo de industrialização, discursos reformistas viabilizaram o condicionamento do trabalhador às necessidades da indústria e às necessidades de organização demográfica. Também da parte dos trabalhadores houve um movimento por direitos. É o que Topalov aponta com a descrição das primeiras organizações sindicais, estas não decorrentes de ideários reformistas, mas sim, da necessidade de contribuir com dificuldades da própria classe trabalhadora.

[...] a colocação da mão-de-obra pelo sindicato e o seguro-desemprego são práticas intimamente vinculadas entre si. O seguro permite que o trabalhador sindicalizado sobreviva até que encontre trabalho, podendo, assim, recusar as ofertas de salários inferiores aos da tabela sindical ou provenientes de um empregador que conste na “lista negra” ou esteja submetido ao boicote da organização. O seguro incita o operário a filiar-se ao sindicato, e, assim, este fortalece seu controle sobre a oferta de mão-de-obra. (TOPALOV, 1996, p. 29)

107 Esping-Andersen também apresenta esse pacto entre a acumulação de capital e os trabalhadores, representado pela implementação gradativa de políticas sociais para a permanência do modo capitalista de produção (ESPING-ANDERSEN, 1991).

A capacitação da mão-de-obra e as mudanças no estilo de vida do trabalhador, foram apropriadas pelos reformadores com vistas a adaptá-los às demandas da industrialização. Aparecerão assim, “questões sociais” a serem resolvidas que, gradativamente, serão divididas em uma miríade de problemas específicos decorrente da aglomeração das pessoas nos centros urbanos, devido à industrialização. Com relação aos problemas urbanos, os reformadores perdem espaço para os especialistas, que passam a aplicar técnicas e modelos específicos de trabalho para cada “problema urbano”:

Começa-se a diferenciar “classe operária respeitável” de massas empobrecidas, às quais se classifica, progressivamente, em categorias, cada uma delas sujeita a um tratamento particular e adaptado a uma situação. Assim, os clientes habituais do hospital, do *workhouse* (asilo) ou das instituições de assistência começaram a ser tratados de forma diferente, segundo sejam situados nas categorias dos velhos indigentes, das mães e crianças sem recursos, dos desempregados, dos vagabundos, dos retardados mentais e dos delinquentes juvenis [...] Desse modo, adquirem autonomia, por exemplo, os problemas do alcoolismo, a tuberculose, a escolarização, a aprendizagem, a moradia, o urbanismo e o desemprego (TOPALOV, 1996, p. 34).

Para Topalov (1996), as medidas pelos agentes do Estado caracterizarão um controle das massas ao lançarem mão de saberes e técnicas específicas de intervenção, visto ser iminente a necessidade de eliminar específicos “problemas sociais”. O contexto que permeia as ações dos reformistas ao conferir especificidades a essa “classe operária respeitável”, objetivava dar conta da manutenção do processo de industrialização. Seria pertinente e útil passar ao controle do Estado as soluções em provisão de serviços às classes oprimidas diante da industrialização. O resultado disso é a racionalização de ações do estado, a partir da científicidade dos discursos sobre os “problemas urbanos”, a qual legitimará a verdade do trabalho, do salário, da habitação estável, dos cuidados com a saúde, da necessidade da educação formal. Uma virada importante notada por Topalov está nas primeiras elucubrações e ações práticas de política social que, passando pelas mãos e pelos valores e interesses dos filantropos, transferem-se para os novos especialistas “[...] que não falam e atuam para defender os interesses particulares de nenhum grupo, mas em nome dos interesses superiores da sociedade. Esta pretensão está baseada na objetividade da ciência a que servem” (TOPALOV, 1996, p. 36).

O discurso da necessidade de intervenção social aparece no debate político, imiscuindo duas necessidades: a do capital e a da harmonia social. Esse discurso, segundo Esping-Andersen, foi atravessado pelos ideários democráticos que, com a industrialização, evidenciavam ainda mais a desigualdade na distribuição de renda para a classe trabalhadora,

A democracia tornou-se o calcanhar de Aquiles de muitos liberais. Enquanto o capitalismo se mantivesse com um mundo de pequenos proprietários, a propriedade em si pouco teria a temer da democracia. Mas, com a industrialização, surgiram massas proletárias, para quem a democracia era um meio de reduzir os privilégios da propriedade (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 86)

O discurso e a ação do estado unia então, a democracia por um lado e a continuidade do processo de industrialização, por outro. As medidas de provisão de serviços que seriam tomadas por parte do Estado, equalizariam as necessidades da economia e as necessidades da classe trabalhadora como “[...] quando os trabalhadores desfrutam de direitos sociais, pois o salário social reduz a dependência do trabalhador em relação ao mercado e aos empregadores e assim se transforma numa fonte potencial de poder¹⁰⁸” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 89).

Offe e Lenhardt (1984) situam a política social por parte do Estado, como meio viabilizador da transformação no modo de vida do trabalhador (da atividade de camponês para a de operário). As políticas sociais serviriam para o acondicionamento de uma massa de indivíduos a determinadas tarefas. “A política social é a forma pela qual o Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura de *trabalho não assalariado* em *trabalho assalariado*” (OFFE; LENHARDT, 1984, p. 15). As Políticas Sociais viriam de encontro a uma necessidade de satisfação não só dos trabalhadores, que podem capacitar-se e assim adentrar no mercado de trabalho com melhores condições de renda, como também ao Estado, ao possibilitar um suposto avanço tecnológico, otimizando a produção a partir da capacitação da força de trabalho. As políticas sociais entrariam como uma forma de fazer a massa trabalhadora acompanhar o desenvolvimento do

108 O conceito que se enquadraria entre essas duas facetas, segundo Esping-Andersen, seria o de social-democracia “[...] em que a política social resultaria também em mobilização de poder. Ao erradicar a pobreza, o desemprego e a dependência completa do salário, o *welfare state* aumenta as capacidades políticas e reduz as divisões sociais que são as barreiras para a unidade política dos trabalhadores” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 89-90).

capitalismo: “[...] a transformação em massa da força de trabalho *despossuída* em trabalho *assalariado* não teria sido nem é possível sem uma *política estatal*” (OFFE; LENHARDT, 1984, p. 17).

Para os autores, a aceitação do trabalho assalariado só seria possível se as políticas sociais criassem aparelhos que (a) fizessem os trabalhadores estarem dispostos a oferecer sua capacidade de trabalho, (b) proporcionassem condições para que o trabalho assalariado funcione como tal e (c) equilibrassem quantitativamente tanto uma proletarização passiva (trabalhadores forçados) quanto ativa (trabalhadores demandando uma ocupação). Assim, o Estado seria o agente responsável pela integração da força de trabalho em um status de “normalidade”.

[...] a política social não é uma mera “reação” do Estado a “problemas” da classe operária mas contribui de forma indispensável para a “constituição” dessa classe. A função mais importante da política social consiste em regulamentar o processo de proletarização (LENHARDT; OFFE, 1984, p. 22).

A política social é concebida como parte de uma estratégia, pela política do Estado, com mecanismos que assegurem permanência e manutenção da força de trabalho. As instituições do Estado visariam o controle das motivações dos trabalhadores, a adaptação da capacidade de trabalho (preparo técnico) e a regulamentação quantitativa da oferta de força de trabalho (como as políticas sociais que regulam a amplitude da população economicamente ativa, a oferta de creches para que os pais trabalhem, os incentivos para estudar determinadas áreas do conhecimento, ou ainda, o condicionamento do acesso de classes sociais distintas a distintas áreas do conhecimento).

A política social se desenvolve não só em função das necessidades e das exigências dos detentores da força de trabalho, mas sim do processo de transformação dessas mesmas exigências em políticas, cuja mediação é oriunda “[...] de estruturas internas de organização do sistema político, as quais, em verdade, decidem se tais ‘necessidades’ podem ou não ser admitidas como temas que merecem elaboração” (LENHARDT; OFFE, 1984, p. 34).

Nota-se nessa vertente de análise, que o Estado procura oferecer uma manutenção ao modo de produção e, as políticas sociais, seriam os mecanismos utilizados tal. Draibe (1988) aponta que a análise de Offe e Lenhardt, faz visualizar uma espécie de pacto ou troca de benefícios entre classes, pontuando que no pós-

guerra o alto crescimento econômico e a ampliação de programas de Bem-Estar, se deu devido a essa parceria entre política social e política econômica, “[...] sustentada por um consenso acerca do estímulo econômico conjugado com segurança e justiça sociais” (DRAIBE, 1988, p. 55).

Sendo assim, a evasão do trabalhador, além da adequação de seu modo de vida, seria um problema a ser resolvido pelas políticas sociais. O processo produtivo da indústria exigiu um hábito comportamental: “[...] a atividade industrial (na fábrica) exige um novo tipo de trabalhador com novos hábitos, uma nova disciplina, diferente daquela compatível com a atividade produtiva do camponês”¹⁰⁹ (ARRETCHE, 1995, p. 9). Além disso, a crescente industrialização tornou o trabalhador um sujeito submetido ao mercado de trabalho, demasiadamente frágil para os avanços e a competitividade da industrialização.

GOVERNAMENTALIDADE BIOPOLÍTICA: CARACTERÍSTICAS QUE TANGEM AS POLÍTICAS SOCIAIS

Na última aula do curso proferido no Collège de France, entre os anos de 1975 e 1976, intitulado “Em Defesa da Sociedade”, Foucault começa a apontar para um novo tipo de poder que aparece se sobrepondo ao poder disciplinar¹¹⁰. Candiotti (2011) aponta que a problematização da biopolítica por Foucault,

Pareceu ter provocado na investigação de Foucault um deslocamento, da constituição do indivíduo moderno como homem-máquina no poder disciplinar para a constituição da população, definida não em termos geográficos pelo conjunto de seres humanos pertencentes a uma unidade territorial, mas sim em seu aspecto vital, como espécie vivente

109 Para Foucault o desenvolvimento aparelhos disciplinares, se deu para alcançar a produtividade máxima dos corpos e o controle das ações dos trabalhadores. “A fábrica parece claramente um convento, uma fortaleza, uma cidade fechada [...] É porque, à medida que se concentravam as forças de produção, o importante é tirar delas o máximo de vantagens e neutralizar seus inconvenientes (roubos, interrupções do trabalho, agitações e ‘cabalas’); de proteger os materiais e ferramentas e de dominar as forças de trabalho” (FOUCAULT, 2010, p. 137-138).

110 Com relação ao poder disciplinar: “[...] nos séculos XVII e XVIII, viram-se aparecer técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no corpo individual. Eram todos aqueles procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização, em torno desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade. Eram também as técnicas pelas quais se incumbiam desses corpos, tentavam aumentar-lhes a força útil através do exercício, do treinamento, etc. Eram igualmente técnicas de racionalização e de economia estrita de um poder que devia se exercer, da maneira menos onerosa possível, mediante todo um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações, de relatórios: toda essa tecnologia, que podemos chamar de tecnologia disciplinar do trabalho” (FOUCAULT, 1999, p. 288)

agrupada em torno de uma característica biológica peculiar: doença, ascendência genética, insanidade e assim por diante. (CANDIOTTO, 2011, p. 470)

Esse deslocamento fez estender do poder disciplinar, o biopoder. Assim, somente depois de o poder disciplinar se estabelecer e, consequentemente, determinando os comportamentos individuais, é que foi possível o surgimento do biopoder (FOUCAULT, 1999, p. 189). Essa nova técnica de poder, não disciplinar, não voltada para o corpo individual, atua no conjunto, na espécie, na multiplicidade de homens, de maneira que interfere em processos da vida que envolvem o corpo social (nascimento, morte, produção, doença).

Foucault vai delineando nos cursos do Collège de France a questão da população, que vai crescendo aos olhos da mentalidade de governo:

dos problemas do território para os problemas da população, da administração dos recursos para a administração do poder sobre a vida (ou seja, o biopoder), das ameaças exteriores ao Estado para os riscos internos que emergem em relação à população (FIMYAR, 2009, p. 37)

Candiotto aponta que não há uma exclusão entre poder disciplinar e biopolítica, uma vez que

[...] foi a partir dos procedimentos de totalização (regulação biopolítica) e individualização (normalização disciplinar) que rationalidades políticas, como o liberalismo moderno e as várias vertentes do neoliberalismo contemporâneo, puderam ser entendidas como técnicas de governamentalidade (CANDIOTTO, 2011, p. 471).

Foucault procurou estabelecer uma discussão a fim de “[...] analisar o exercício do poder concentrando-se no desenvolvimento das rationalidades governamentais e das tecnologias governamentais a elas relacionadas” (SIMONS; MASSCHELEIN, 2011, p. 123), introduzindo assim o neologismo governamentalidade, uma mentalidade de governo pautada em rationalidades e tecnologias para conduzir os corpos de acordo com a necessidade de manter o Estado. “Nesse sentido a governamentalidade liberal recodifica os cenários do poder disciplinador (como as escolas e as fábricas) para garantir a existência da liberdade com a qual possa agir” (SIMONS, MASSCHELEIN, 2011, p. 124).

Cabe pensar: como poderíamos ler as políticas sociais a partir desse conceito de Foucault? O autor cita o momento em que determinados processos que envolvem a massa da população passam a ser alvo dessa nova técnica de poder,

visto que foram os problemas de controle de nascimento, reprodução, fecundidade, natalidade, longevidade, que aparecem a partir da segunda metade do século XVIII, juntamente com problemas econômicos e políticos que “[...] constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica” (FOUCAULT, 1999, p. 290).

Aquilo que Foucault chama de biopoder, quanto às intervenções do estado no *corpus* da população, aparece no debate teórico das políticas públicas como uma das primeiras necessidades de provisão de serviços por parte do Estado a fim de aplacar os problemas sociais e econômicos decorrentes da industrialização crescente: a política social. A emergência dessa política social de provisão de serviços a cargo do Estado, é considerada o elemento central do *Welfare State*:

Fenômeno do século XX, a provisão de serviços sociais, cobrindo as mais variadas formas de risco da vida individual e coletiva, tornou-se um direito assegurado pelo Estado a camadas bastante expressivas da população dos países capitalistas desenvolvidos (ARRETCHÉ, 1995, p. 1).

Essa tomada pelo Estado de certa responsabilidade passa a ser alvo da tecnologia biopolítica quando “[...] se lança mão da medição estatística desses fenômenos [natalidade, fecundidade, reprodução, óbitos] com as primeiras demografias” (FOUCAULT, 1999, p. 290). Vai-se desenhando uma metodologia racional de administração, de regulação e controle, através do viés científico que a questão social ganha nas mãos de profissionais especializados em problemas urbanos (engenheiros, urbanistas, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, médicos sanitaristas)¹¹¹.

Com os propósitos de otimizar a administração da vida no âmbito populacional, a biopolítica divide-se em subgrupos – as crianças, a mão-de-obra, a terceira idade, empregados/desempregados, refugiados, criminosos, doentes, etc. – que ora contribuem para a prosperidade coletiva da população, ora a refreiam (FIMYAR, 2009, p. 40).

Deve-se contornar o problema dos grupos sociais fora da capacidade produtiva. Com a criação de instituições de assistência, diferentemente daquelas vinculadas à Igreja, desencadeiam-se as primeiras articulações do Estado na providência à população. Agora, seriam “[...] mecanismos muito mais sutis,

111 “Os ‘problemas sociais’ assim construídos pelos novos profissionais adquirem a qualidade de realidades objetivas [...] Ficam, deste modo, despolitizados e escapam ao âmbito das controvérsias fictícias e perigosas do enfrentamento democrático” (TOPALOV, 1996, p. 37).

economicamente racionais [...] de seguros, de poupança individual e coletiva, de segurança, etc." (FOUCAULT, 1999, p. 291).

Sendo a biopolítica um dos desdobramentos das formas de governamentalidade, Foucault explicita seu objeto:

A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...] são fenômenos coletivos que só aparecem com seus objetos econômicos e políticos, que só se tornam pertinentes no nível da massa (FOUCAULT, 1999, p. 293).

No momento da industrialização crescente alguns problemas deverão ser contornados pelo Estado, colocando-se como um agente que visa equilibrar a economia com a política da nação. Dessas tentativas de manter o Estado enquanto aparelho equilibrado, dentro do qual determinadas forças se interferem (política, econômica, social), encontramos um ponto observado por Foucault no que diz respeito a um movimento de preservação do Estado. A racionalidade técnico-científica das práticas de governo se apresenta, aparentemente, com um fim em si mesma. O objetivo das políticas sociais de fornecer auxílio aos trabalhadores, pobres e inválidos, não viria depois de um objetivo maior, como o da preservação do Estado? Vale citar uma passagem de Foucault: "O desígnio de uma tal arte de governar é precisamente o de não reforçar o poder que um princípio pode exercer sobre seu domínio. Seu objetivo é reforçar o próprio *Estado*" (FOUCAULT, 2006, p. 376, grifo meu).

Passariam a se constituir saberes voltados para a imanência do Estado enquanto fim último da política e da economia. É notável encontrarmos considerações sobre como o Estado está com uma "boa saúde" financeira, como o IDH do Estado tem "se desenvolvido", como a política externa e interna tem "se comportado". Expressões que denotam a aplicação de uma racionalidade para um objeto abstrato, o aparelho estatal. E é então que Foucault utiliza a expressão "razão do Estado" para caracterizá-lo, após distinguir o Estado contemporâneo do Estado cujo poder está nas mãos de um soberano:

[...] a razão de Estado não é uma arte de governar segundo as leis divinas, naturais ou humanas. Este governo não tende respeitar a ordem geral do mundo. Trata-se de um governo em concordância com a potência do Estado. É um governo cujo objetivo é aumentar essa potência em um quadro extensivo e competitivo (FOUCAULT, 2006, p. 376).

Notamos com Foucault um olhar para um Estado racionalizado com um fim em si mesmo, respondendo a uma suposta demanda de organização social. A concepção de Estado, evidentemente, passa a existir depois de instauradas uma série de necessidades decorrentes da industrialização. Uma espécie de manutenção das novas formas de existência e dos deslocamentos da população (como do campo para a cidade) e da abertura das cidades para intercâmbio de mercadorias e constituição do livre mercado. Nesse livre mercado, cujo fim último seria o lucro, notou-se a necessidade de uma regulação deste lucro para a pertinência do sistema capitalista. Aparece assim a necessidade de uma máquina, instituição, aparelho, capaz de regular os interesses econômicos e a manutenção do mercado capitalista. Polanyi (2000) aponta que após a Revolução Francesa, impulsionaram-se os interesses econômicos pela paz, de forma a deixar estabelecer negócios pacíficos entre as nações¹¹². E o interesse, segundo o autor, era universal. Vale citar que as guerras passaram a ser suprimidas, ou foram muito bem pensadas a fim de buscar um equilíbrio entre as grandes potências da Europa. (POLANYI, 2000, p. 23)

O contexto do qual trata o autor, de quando as nações começaram a agir de forma a manter um equilíbrio na Europa (durante o século XIX), toca os apontamentos de Foucault quanto a “arte de governar”, visto ser necessário, naquele contexto, assegurar os benefícios que os Estados vinham ganhando, decorrentes dos avanços tecnológicos e do livre comércio. Seria preciso instaurar uma “arte de governar”, algo que regulasse e que atravessasse os interesses de todas as nações europeias, mantendo o equilíbrio interno e externo. É então que aparece a tarefa da polícia, de uma autoridade pública encarregada em manter o

112 Algumas vezes evitavam-se as guerras removendo deliberadamente as suas causas, se isto envolvia apenas o destino de potências pequenas. Controlavam-se as pequenas nações e impedia-se que perturbassem o status quo de qualquer forma que pudesse precipitar uma guerra. A invasão holandesa da Bélgica, em 1831, levou à neutralização daquele país na ocasião. Em 1855 a Noruega também foi neutralizada. Em 1867 o Luxemburgo foi vendido à França pela Holanda; a Alemanha protestou e Luxemburgo foi neutralizado. Em 1856, a integridade do Império Otomano foi declarada essencial para o equilíbrio da Europa e o Concerto da Europa procurou sustentar aquele império; após 1878, quando sua desintegração foi considerada essencial para aquele equilíbrio, promoveu-se o seu desmembramento da mesma maneira ordenada, embora em ambos os casos a decisão significasse vida e morte para inúmeros pequenos povos. Entre 1852 e 1863 foi a Dinamarca, e entre 1851 e 1856 foram as Alemanhas que ameaçaram perturbar o equilíbrio, e em cada um dos casos os pequenos estados foram forçados a se conformar pelas Grandes Potências. *Nesses exemplos, a liberdade de ação a elas oferecida pelo sistema foi usada pelas Potências para alcançar um interesse conjunto - que aconteceu ser a paz.* (POLANYI, 2000, p. 23, grifo meu).

equilíbrio e o crescimento de uma nação, regulando suas forças internas e as forças de nações vizinhas.

Só se pode efetivamente manter a balança e o equilíbrio na Europa na medida em que cada um dos Estados tenha uma boa polícia que lhe permita fazer suas próprias forças crescerem. E, se o desenvolvimento não for relativamente paralelo entre cada uma dessas polícias, vamos ter fatos de desequilíbrio. Cada Estado, para não ver a relação das forças se inverter em seu desfavor, deve ter uma boa polícia. E chegaremos rapidamente à consequência, de certo modo paradoxal e inversa, que consistirá em dizer: mas, afinal, se no equilíbrio europeu há um Estado, mesmo que não seja o meu, que tenha uma má polícia, vamos ter um fenômeno de desequilíbrio. Por conseguinte, é preciso zelar para que, mesmo nos outros Estados, a polícia seja boa. Portanto, o equilíbrio europeu dará ao conjunto dos Estados o direito de zelar para que a polícia seja boa em cada um desses Estados (FOUCAULT, 2008, p. 423).

Polícia é o termo usado por Foucault, mas fica claro que se trata do que denominamos hoje por políticas públicas, sendo as políticas sociais talvez as que mais se destaquem na literatura que o autor apresentará para explicitar sua função.

É a partir dessa gênese da formação de políticas que visassem o equilíbrio do Estado, tomando seus cidadãos enquanto população, enquanto força a qual é preciso direcionar (para a indústria, para o comércio, para o exército, para a academia, enfim, para onde convir se for para manter o equilíbrio do Estado), Foucault aponta um instrumento comum utilizado para mensurar o equilíbrio europeu e a direcionar a organização da polícia: a estatística. E a estatística será o instrumento que permitirá o controle, passível de comparação com outros Estados, das forças do próprio Estado: quem é a população (jovens, velhos, ativos, inativos), o exército, os recursos naturais, como está a produção e o comércio, o *status* da circulação monetária.¹¹³ A estatística permite ao Estado especular as forças atuais bem como aquelas ainda a serem desenvolvidas:

A estatística é o saber do Estado sobre o Estado, entendido como saber de si do Estado, mas também saber dos outros Estados. E é nessa medida que a estatística vai se encontrar na articulação dos dois conjuntos tecnológicos [que são o equilíbrio europeu e a organização da polícia]. (FOUCAULT, 2008, p. 424).

As políticas seriam ações do Estado, pelo Estado. Seria uma forma de pensar uma nação independente da figura de um soberano. O Estado passa a ser o soberano e não mais o nome de um sujeito. Assim, estatística aparece como um

113 “Para que o equilíbrio seja efetivamente mantido na Europa, é preciso que cada Estado possa, primeiro conhecer suas próprias forças, segundo conhecer, apreciar as forças dos outros e, por conseguinte, estabelecer uma comparação que possibilitará, justamente, acompanhar e manter o equilíbrio” (FOUCAULT, 2008, p. 424)

instrumento científico que prescinde da figura de uma pessoa, de um motivo individual para seus achados. A estatística, a partir de suas inúmeras medições, vai tecendo uma colcha de resultados que significam o Estado. Determinado Estado não é a figura de um rei, mas aquilo que a estatística apontou: um Estado é os seus recursos naturais, é sua capacidade produtiva, é o montante de trabalhadores, é seu arsenal bélico, é sua acumulação de capital, entre todos os dados passíveis de quantificação. A cada um desses dados atribuem-se siglas, traçam-se paralelos com outras nações, observa-se evoluções, regressões, estabilidade, enfim, entre dados estatísticos. Ao citar teóricos que apontassem para a necessidade de uma manutenção das cidades, do comércio e da sociedade, é possível resgatar em Foucault o papel das polícias como atuantes na formação do Estado tal como o conhecemos hoje e, tal como provê certos serviços sociais, como também conhecemos hoje.

O autor cita o compêndio de De Lamare¹¹⁴, escrito no início do século XVIII, e uma proposta de programa de Estado policiado, escrita por Turquet de Mayerne¹¹⁵ em 1611, a fim de explicitar as formas de organização do Estado propostas pela literatura desses séculos. Nestas percebe-se que os teóricos recorrem a uma regulamentação das ações do Estado sobre si e sobre a população, através do conceito de polícia¹¹⁶.

Com Turquet, citado por Foucault, pode-se facilmente correlacionar sua proposta com o que hoje se teoriza como políticas sociais. Segundo Foucault, ele propõe a criação de conselhos cuja responsabilidade era manter a ordem pública. Esses conselhos se dividiriam entre os que velariam pelas pessoas e os que velariam pelos bens. Dois seriam os que cuidariam das pessoas. Um “[...] se ocuparia da educação, determinaria os gostos e as aptidões de cada um e escolheria os ofícios – os ofícios úteis: toda pessoa com mais de 25 anos devia ser inscrita em um registro indicando sua profissão” (FOUCAULT, 2006, p. 378). O outro conselho

114 LAMARE, N. de. *Traité de La Police*, Paris: Jean Cot., 1975, 2 vol. Apud FOUCAULT, 2006.

115 MAYERNE, L. Turquet de. *La monarchie aristodémocratique, ou le gouvernement composé dês trois formes de legitimes républiques*. Paris: J. Berjon, 1611, apud FOUCAULT, 2006.

116 “Por ‘polícia’ eles não entendem uma instituição ou um mecanismo funcionando no seio de Estado, mas uma técnica de governo própria ao Estado; domínios, técnicas, objetivos que apelam a intervenção do ‘Estado’” (FOUCAULT, 2006, p. 377)

[...] devia se ocupar do aspecto negativo da vida: dos pobres (viúvas, órfãos, velhos) necessitados; das pessoas sem emprego; daquelas cujas atividades exigiriam uma ajuda pecuniária; mas também da saúde pública – doenças, epidemias – e de acidentes tais como incêndios e inundações (FOUCAULT, 2006, p. 378).

A partir do autor apresentado por Foucault, notamos forte correlação com a provisão de serviços tomada pelo Estado para a população, cujo fim último seria potencializar o próprio Estado: “Como forma de intervenção racional exercendo o poder político sobre os homens, o papel da polícia é de lhes dar um pequeno suplemento de vida; e, assim fazendo, de dar ao Estado um pouco mais de força” (FOUCAUT, 2006, p. 379).

Em seguida, Foucault aponta o *compendium* de De Lamare , escrito em 1705, e que apresenta quais seriam as atividades que a polícia deveria ocupar, no interior do Estado¹¹⁷.

A lógica das intervenções da polícia seria a da preservação da vida e, mais especificamente, da vida em sociedade. Mas o que devemos chamar a atenção não é somente o caráter único de intervenção do Estado a fim de garantir a felicidade da nação, mas sim, o de garantir seu próprio vigor enquanto Estado. É o que define um texto de 1756, citado por Foucault, quanto ao que o autor¹¹⁸ define como “[...] o objetivo da arte moderna de governar ou da racionalidade estatal: desenvolver esses elementos constitutivos da vida dos indivíduos de tal forma que seu desenvolvimento reforce também a potência do Estado” (FOUCAULT, 2006, p. 383).

Retomando o trabalho de Arretche (1995), as políticas sociais são pensadas com o crescimento das cidades e os problemas consequentes desse crescimento, devido essencialmente à industrialização. Nesse contexto, a biopolítica seria um conjunto de práticas representadas na tentativa de racionalizar a ação do governo,

117 “1) a religião; 2) a moralidade; 3) a saúde; 4) as provisões; 5) as estradas, pontes, calçadas e edifícios públicos; 6) a segurança pública; 7) as artes liberais (no todo as artes e as ciências); 8) o comércio; 9) as fábricas; 10) os empregados domésticos e carregadores; 11) os pobres” (FOUCAULT, 2006, p. 380)

118 JUSTI, J. H. Gottlob Von. *Grundsätze der Policey-Wissenschaft*. Göttingen: A. Van den Hoecks, 1756, apud FOUCAULT, 2006, p. 382.

com relação aos problemas da população¹¹⁹. O Estado procuraria maneiras de intervir não só no nível do individual¹²⁰, como também no nível da população:

[...] trata-se sobretudo de estabelecer mecanismos regulares que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações (FOUCAULT, 1999, p. 293)

E o que seriam determinados programas do Estado senão uma forma de assegurar certa homeostase na rede de relações entre economia e política? Não seria uma extensão das primeiras intervenções desse mesmo Estado para regular a economia, no início do capitalismo, como descreve Polanyi (2000). Assim, cada ação do estado substancializa o exercício da governamentalidade biopolítica no controle e na condução dos fluxos da população. O fim seria a permanência e a pertinência do Estado enquanto aparelho institucional, além da otimização da força desse estado, enquanto aparelho produtivo. As políticas sociais seriam bases de sustentação desses aparelhos, ao fortalecerem os laços da população com as demandas do capital e ao mesmo tempo, a própria população, na cobertura de direitos estabelecidos em tratados, leis e cartas constitucionais. As políticas sociais caracterizarem-se por ações concretas, que interferem na vida da população, nas escolhas e nos direcionamentos dos fluxos de corpo produtivo do Estado, para as áreas que o Estado, enquanto instituição, demanda para manter-se em sua atuação.

Existem alguns recursos que o Estado lança mão a fim de beneficiar seus cidadãos e beneficiar seu próprio sistema, enquanto Estado. Determinados incentivos, em determinadas áreas, impulsionam determinados movimentos. Se tomarmos as políticas de educação como exemplo, percebemos uma relação estreita com as políticas de trabalho. Se devido ao avanço tecnológico é necessária a manutenção da força-de-trabalho, qualificando a mão-de-obra, é pertinente fortalecer políticas educacionais específicas, para campos de trabalho nos quais a demanda é maior ou naqueles em que há previsão de crescimento e de consequente necessidade de mão-de-obra futura.

119 Conceito que passa a existir apenas nesse momento da aglomeração urbana decorrente da industrialização: “Não é exatamente com a sociedade que se lida nessa nova tecnologia de poder [...] não é tampouco com o indivíduo-corpo. É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de ‘população’” (FOUCAULT, 1999, p. 292).

120 Como o exercício do poder disciplinar, que apesar de ser exercido em instituições, fechadas e controladas, agia nos corpos: em seu treinamento, para o exército, em sua capacitação, para o trabalho, e em seu pensamento, para os estudos escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como lidar com uma população economicamente ativa crescente que, segundo o IBGE (BRASIL, 2010) aumentou significativamente, correspondendo atualmente a 68,5% da população, pronta para adentrar no mercado de trabalho e ao mesmo tempo assegurar o direito igual a todos, conforme carta magna estabelecida em 1988, de acesso à educação? Regulamentando os fluxos.

No caso da biopolítica, teríamos explicitamente um direcionamento dos corpos, no sentido de conduzir condutas. Facilita-se a determinados grupos o acesso a políticas específicas, canalizando os fluxos da população através de escolhas individuais. Teríamos assim um dos desdobramentos da biopolítica,

[...] a criação de uma superfície de contato entre o governo dos outros (governo político, doméstico, religioso, educacional) e o governo de si mesmo (autodomínio, autocontrole), entre as tecnologias de dominação e as técnicas de si, em virtude das quais estão estreitamente ligadas a condução dos indivíduos e a maneira pela qual eles mesmos se conduzem. (CANDIOTTO, 2012, p. 127)

Se entendermos a substancialização dessa arte de governar, ou dessa racionalidade estatal nas políticas sociais, podemos observar que as intervenções no *corpus* da população, são maneiras de administrá-la e direcioná-la para determinados lugares, aparentemente de acordo com o que melhor convir para manter a boa “saúde” do Estado, e não da população.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta T. S. (1995). Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. **BIB**. No. 39. Rio de Janeiro. pp:3 – 40.

BORGES, André. Governança e política educacional: a agenda recente do banco mundial. **Rev. bras. Ci. Soc.**, Jun 2003, vol.18, n. 52, p.125-138.

CANDIOTTO, Cesar. Cuidado da Vida e Cuidado de Si: Sobre a individualização biopolítica contemporânea. **Dissertatio**. N. 34, pp. 469-491, 2011.

_____. A governamentalidade em Foucault: da analítica do poder à ética da subjetivação. **O Que Nos Faz Pensar?** N. 31, fev, 2012.

CAPELLA, Ana Claudia N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. **BIB.** N. 61, 2006, pp.-25-52.

CARVALHO, Fernando J. Cardin de. Keynes e o Brasil. **Economia e Sociedade.** Vol. 17. no.esp. Campinas, dez. 2008, pp. 569-574.

DI GIOVANNI, Geraldo. As Estruturas Elementares das Políticas Públicas. **Caderno de Pesquisa.** Campinas, NEEP/UNICAMP, 2009.

DRAIBE, Sônia. Brasil 1980-2000: Proteção e Insegurança Sociais em Tempos de Crise. **Cadernos de Pesquisa.** N. 65. NEEP: Unicamp, 2005.

DRAIBE, Sônia; HENRIQUE, Wilnês. "Welfare State", crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** N. 6, vol. 3, fev. 1999.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. "As Três Economias Políticas do Welfare State", in: Lua Nova, nº 24, set, 1991: 85-116.

FARIA. Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, vol. 18, n. 51, pp. 21-9, fev, 2003.

FIMYAR, Olena. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. **Educação e Realidade.** Vol. 34, n. 2, pp. 35-56, mai/ago, 2009.

FIORI, José Luís. Estado do Bem-Estar Social: Padrões e Crises. **PHYSIS:** Ver. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, vol.6, n.2, pp. 129-147, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Estratégia, Poder-Saber.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universisária, 2006

_____. **Segurança, Território, População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e Punir.** 34. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, vol.21. 2000. p. 211-259

IBGE. **Censo Demográfico 2010:** características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. IBGE: Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religião_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf](http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religião_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf)>. Acesso em: 15/07/2012

KAUCHAKJE, S. **Gestão pública de serviços sociais.** Curitiba: IBPEX, 2007

LENHART, G. e OFFE, C.. Teoria do Estado e Política Social. Tentativas de explicação político-sociológica para as funções e os processos inovadores da política social In: OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens de nossa época. 2. Ed. São Paulo: Campus, 2000.

SIMONS, Maarten; MASSCHELEIN, Jan. Sociedade da Aprendizagem e Governamentalidade: uma introdução. **Curriculum sem Fronteiras**, v. 11, n. 1, pp. 121-136, jan/jun 2011.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**: Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TOPALOV, Christian. Da questão Social aos Problemas Urbanos. **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

TRAJETÓRIA DOS ARGUMENTOS SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS: DA MARCHA ZUMBI DOS PALMARES À CONFERÊNCIA DE DURBAN

Viritiana Aparecida de Almeida¹²¹
Nelson Rosário de Souza¹²²

RESUMO

Este artigo tem como objeto de estudo a permanência e modificação de argumentos sobre as ações afirmativas. O objetivo é analisar tal permanência e modificação observando três momentos: a Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, o Seminário das Ações Afirmativas em Brasília, em 1996 e a Conferência de Durban, em 2001. Trata-se de estudo qualitativo sobre a fala de personagens importantes relacionados ao tema.

Palavras chaves: Ação Afirmativa. Disputa argumentativa. Racismo brasileiro.

ABSTRACT

This article has as its object of study the permanence and modification of arguments about affirmative action. The aim is to analyze such permanence and change watching three moments: the March Zumbi dos Palmares, in 1995, the Seminary of Affirmative Action in Brasilia in 1996 and the Durban Conference in 2001. It is a qualitative study on the speech of important characters related to the topic.

Keywords: Affirmative action. Argumentative dispute. Brazilian racism.

As ações afirmativas¹²³ atraem a atenção de estudiosos brasileiros desde a luta do Movimento Negro Unificado – MNU pela implantação desta política. Entre as correntes que reconhecem a desigualdade política e social associada à raça duas se destacam e alimentam o debate a respeito do tema. A diferença entre elas está no diagnóstico das causas desta desigualdade e, consequentemente, na postura frente

121 Mestranda em Ciência Política, UFPR, bolsista Capes

122 Doutor em Sociologia, USP, professor associado III da UFPR.

123 O termo ação afirmativa - também conhecido atualmente como discriminação positiva – indica o incentivo, por parte do Estado, para a inclusão social de grupos minoritários, percebidos como tais em face de traços estigmatizados como a raça, o gênero e a classe social. No princípio, o conceito não designava uma regra, antes buscava a conscientização da população para a existência de preconceito vigente na sociedade. Contemporaneamente as ações afirmativas são percebidas como arranjos legais de caráter provisório que visam instigar a igualdade substancial de indivíduos socialmente inferiorizados. O tratamento diferenciado para os desiguais visa proporcionar aos grupos desfavorecidos a possibilidade de alcançar o mesmo status social que os demais componentes da comunidade (BELLINTANI, 2006).

à política pública de ações afirmativas. A primeira parte da ideia de que a desigualdade racial é fundamentalmente econômica (SOUZA, 2005). A segunda, de que a desigualdade resulta, principalmente, da discriminação racial (CAMPOS; DAFLON; FERES, 2010).

Observando o debate em foco o presente artigo procura: a) analisar como os argumentos a propósito das ações afirmativas apareceram no contexto da Marcha Zumbi dos Palmares, organizada pelo MNU no ano de 1995; b) verificar quais argumentos sobre raça, cultura e economia ganharam ênfase no seminário promovido pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) em Brasília, no ano de 1996; c) por fim, diagnosticar qual a trajetória dos principais argumentos mobilizados ao longo do tempo, comparando as justificativas apresentadas sobre as ações afirmativas nos três momentos em foco: a Marcha Zumbi dos Palmares (análise dos discursos sobre raça), o Seminário de 1996 (verificação dos discursos sobre raça, cultura e economia) e a Conferência de Durban (diagnóstico dos discursos sobre classe social e economia). Através de tais análises verificar-se-á se houve permanência ou modificação dos argumentos a respeito das ações afirmativas.

As Ciências Sociais têm valorizado as disputas argumentativas, a luta pela construção de justificativas plausíveis sobre o *status quo*, o funcionamento da sociedade, enfim, o ‘espírito’ do sistema vigente. Trata-se de um processo dinâmico, com incorporação de argumentos pelos adversários, reelaboração de significados e neutralização das críticas (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009). Mostra-se válido adotar esta perspectiva para análise de um evento circunscrito, como as disputas argumentativas sobre a política de desigualdade racial positiva em período recente.

Parte-se da hipótese de que houve uma imbricação entre o argumento de que a desigualdade racial tem uma base cultural e aquele que remete a desigualdade racial a causas econômicas. Esta junção de linhas argumentativas gerou uma justificativa que tende a dissolver a questão da desigualdade e também da identidade racial, no caldo dos conflitos de classe social. O argumento baseado na raça, paradoxalmente, manteve a ênfase no biológico, ou seja, no aspecto genético, apesar de as teorias científicas terem negado este viés e do impulso inicial do movimento social na direção da desconstrução deste tipo de justificativa. A sobreposição de argumentos indica uma complexa combinação entre permanência,

incorporação e mudança nas justificativas mobilizadas pelos críticos das ações afirmativas.

Para a comprovação da hipótese foi utilizado o método qualitativo – análise de conteúdo (BAUER; GASKELL, 2002) - dos argumentos das ações afirmativas. O que foi feito mapeando o significado dos discursos de raça, classe social e economia presentes em artigos que tratam dos eventos da marcha Zumbi dos Palmares, Seminário em Brasília e da Conferência de Durban, a fim de diagnosticar possíveis alterações nas linhas argumentativas.

A alteração nos argumentos ocorreu de modo a desvalorizar certas justificativas em detrimento de outras. A justificativa apresentada na Marcha Zumbi dos Palmares, por exemplo, sofreu modificações cujo efeito foi prejudicial à luta por ações afirmativas.

A MARCHA ZUMBI DOS PALMARES E SEUS ARGUMENTOS

Os argumentos a respeito das discriminações positivas emergiram na Marcha Zumbi dos Palmares, organizada em 1995 pelo Movimento Negro Unificado – MNU. Tal passeata trouxe à cena pública justificativas de tipo racial, cultural e econômica. O contexto era de avanço das lutas pelas políticas públicas de discriminação positiva. É possível observar a formulação de um contradiscorso referente à raça na Marcha Zumbi dos Palmares, pois o objetivo era desconstruir as teorias que trabalhavam o conceito de raça pelo viés biológico, presente nas correntes monogenista e poligenista. A primeira defendia que a humanidade era formada pelo gradiente que ia do menos ao mais perfeito. De acordo com tal vertente todos pertencem à mesma espécie, entretanto, a espécie comporta uma hierarquia entre as raças em função de supostas diferenças entre os níveis mentais. Ao passo que a teoria poligenista interpretava as raças como pertencentes a diferentes espécies, não redutíveis, portanto, a uma única humanidade.

A desconstrução desse conceito ancorou crítica à concepção de raça do Conde Gobineau, que via negros e índios como pertencentes a raças inferiores. Como apontaram Costa, Pinhel e Silveira (2012, p. 102), na “passagem da noção de raça degenerada de conde Gobineau para a celebração da cultura brasileira realizada por Gilberto Freyre na sua vasta obra, o sincretismo cultural termina

servindo de modelo à mestiçagem entre famílias de origens étnicas e sociais distintas”.

Observa-se que a Marcha Zumbi dos Palmares possibilitou uma contraposição ao argumento biológico sobre diferença racial. A ênfase passou para o lado da diferença cultural entre as raças. O discurso cultural deve seu impulso inicial na obra Casa grande e Senzala de Gilberto Freyre. Adepts dessa visão partem da hipótese de que no Brasil o problema não é racial em termos biológicos, uma vez que, diferente de outras nações, nosso país sempre conviveu com a mestiçagem e a miscigenação.

A ideologia da mestiçagem e da miscigenação foi um constructo político incentivado pelo governo de Getúlio Vargas a fim de fundar a ideia de democracia racial moderna¹²⁴. A miscigenação visava o branqueamento da população negra brasileira (COSTA, 2001). De acordo com tal política em aproximadamente três décadas a raça negra seria extinta, uma vez que os casamentos inter-raciais produziriam, com o passar dos anos, um fenótipo¹²⁵ predominantemente branco (ROCHA, 2009). Em complemento à miscigenação a ideia de mestiçagem correspondia ao sincretismo cultural, que era base do projeto de construção de uma cultura brasileira unificada (COSTA, PINHEL; SILVEIRA, 2012) e universal.

O argumento da mestiçagem e da miscigenação fortalece o discurso de que o problema racial no Brasil tem uma causa econômica; no limite, não seria um problema de conflito entre raças, mas, de classe, ou conflito entre classes. Segundo Jessé Souza (2005) os negros e os brancos pobres não conseguiram interiorizar os valores morais que emergiram na era moderna, demonstrando ser a variável explicativa da desigualdade histórica econômica, e não racial. Esse fato revela o processo de exclusão social dos brasileiros pobres de modo geral, independente da

124 A ideia de democracia racial traz à tona os discursos ideológicos da mestiçagem e da miscigenação, que servem à contestação das ações afirmativas para negros. “O vocábulo ‘democracia racial’ foi usado pela primeira vez por Gilberto Freyre em 1962 com o intuito de atacar o conceito de ‘negritude’ cunhado por Aimé Cesaire, em 1937, que questionava o preconceito para com os negros. Para Gilberto Freyre os negros brasileiros estavam sofrendo influência de povos estrangeiros ao questionar as práticas de preconceito racial e por isso era seu dever opor-se à mística da ‘negritude’ como ao mito da ‘branquitude’: dois extremos sectários que contrariam a já brasileiríssima prática da democracia racial através da mestiçagem: uma prática que nos impõe deveres de particular solidariedade com outros povos mestiços” (GUIMARAES, 2001, p. 7).

125 Fenótipo refere-se à aparência, às características manifestas de um organismo, incluindo traços anatômicos e psicológicos, que resultam tanto da hereditariedade quanto do ambiente. (EDUCAFRO, 2003)

cor. E demonstra a necessidade de políticas públicas que reduzam a distância social entre pobres e ricos no acesso aos bens simbólicos que permitam a consolidação do projeto da nação moderna brasileira.

O discurso sobre a desigualdade racial pelo viés econômico motivou FHC a patrocinar um seminário para discutir tal problemática.

ARGUMENTOS SALIENTES NO SEMINÁRIO DE BRASÍLIA

Na Marcha Zumbi dos Palmares foi entregue ao ex-presidente FHC um documento oficial reivindicando a implantação de políticas de discriminação positiva:

Incorporar o quesito cor em diversos sistemas de informação; estabelecer incentivos fiscais às empresas que adotarem os programas de promoção da igualdade racial; instalar no âmbito do Ministério do Trabalho, a câmara Permanente de Promoção da Igualdade que deverá se ocupar de diagnósticos e proposições de políticas de igualdade no trabalho; implementar a convenção sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino; conceber bolsas remuneradas a adolescentes negros de baixa renda, para o acesso e conclusão do primeiro e segundo graus; desenvolver ações afirmativas para acesso de negros em cursos profissionalizantes, as universidade e às áreas de tecnologia de ponta; assegurar a representação proporcional dos grupos étnicos raciais nas campanhas de comunicação do governo e de entidades que com eles mantenham relações econômicas (MOEHLECKE, 2002, p. 205 - 206).

A demanda pelas políticas de discriminação positiva da Marcha Zumbi dos Palmares levou FHC a reconhecer em 1995 o problema público do preconceito racial brasileiro. Ao reconhecer tal problema o governo levou em consideração os trabalhos acadêmicos patrocinados pelo próprio Estado, no ano de 1988, sobre a desigualdade histórica, com justificativas distribuídas entre os temas de raça, cultura e economia. O então presidente também se comprometeu a realizar um seminário em Brasília no ano seguinte para debater o problema do preconceito contra os negros.

Na época da Assembleia Constituinte, em 1988, o governo valorizou as teses acadêmicas sobre negritude que focavam a desigualdade histórica. Os grupos de trabalhos (GTs) e mesas redondas (MRs) sobre questão racial se restringiram a temas sobre abolição e cultura negra, com o foco na desigualdade racial a partir do argumento econômico. As justificativas, portanto, não serviam de suporte às ações

afirmativas, pois, negligenciavam a construção e/ou fortalecimento da identidade negra.

A referência à cultura negra exprimiu a contribuição dos costumes africanos na formação da nação brasileira, ou seja, na elaboração do ideal de cidadania universal. Em contrapartida, os discursos sobre abolição remetiam aos processos da assinatura da Lei Áurea. A escravidão foi apontada nos eventos como o fator principal na explicação da desigualdade histórica na sociedade brasileira. Quando os GTs e MRs indicaram a escravidão como fator explicativo da desigualdade histórica, favoreceram a emergência do argumento de que os negros sofrem preconceito não diretamente por causa das características fenotípicas, e sim pela dificuldade em incorporar para si à visão de mundo e os valores morais concernentes à era moderna (SOUZA, 2005). Como se vê, mais uma vez a causa fundamental da desigualdade entre as raças é instalada na dimensão da luta econômica e cultural entre as classes.

Nesse sentido, o argumento que enfatiza o *preconceito fenótipo*, ou seja, o preconceito racial - que a nosso ver, antecede e explica a desigualdade econômica brasileira - esteve sub-representado nos debates acadêmicos. Ao passo que as justificativas sobre desigualdade histórica vinculada ao viés da escravidão foram enfatizados por FHC no seminário realizado em Brasília em 1996. É importante insistir que este argumento sublinha a falta de preparo dos negros para ocupar os cargos vigentes na sociedade capitalista moderna.

O Seminário sobre ações afirmativas sediado na Universidade de Brasília - UNB teve como bibliografia principal as obras de Roberto DaMatta, Antonio Sergio Guimarães e Gilberto Freyre. Fernando Henrique Cardoso estava presente no evento e abriu a mesa de discussão fazendo um apelo à intelectualidade brasileira para ser criativa na busca de soluções para o problema da desigualdade histórica do Brasil. Segundo o Presidente da República à época, o Brasil tinha um caso particular de desigualdade histórica, incomparável com as experiências de preconceito norte-americano e sul-africano (GRIN, 2001). Por isso era inconcebível importar o modelo de ação afirmativa implantado nos EUA e forçar sua introdução no contexto social brasileiro. Para apoiar seu discurso FHC utilizou as obras de Roberto DaMatta e Gilberto Freyre.

Da primeira obra retirou o argumento de que no Brasil o preconceito pode ser traduzido na figura de uma pirâmide social. Ou seja, quanto mais próximo do estereótipo europeu, do fenótipo branco, quanto mais miscigenado, maior a chance de ascensão social que tem o afro-brasileiro (DAMATTA, 1981). Por isso, a discriminação racial no Brasil, segundo esta linha de argumentação, não seria um obstáculo significativo, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos da América. Nos EUA diz-se ocorrer o chamado preconceito de origem, enquanto nos trópicos ocorre o de marca. Onde existe o preconceito de marca, há uma preterição do indivíduo de cor negra, que sempre se vê em desvantagem frente a um indivíduo de cor branca nas mesmas condições; enquanto o preconceito de origem traz consigo a crença de que as características negativas da raça são hereditárias, transmitidas pelo sangue, o que gera um ódio entre brancos e não brancos.

Fernando Henrique Cardoso defendeu que a legislação norte-americana responde a uma situação de segregação racial, fato em tese ausente no Brasil, uma vez que o preconceito na América do Sul seria de marca. Por esse motivo não se deveriam implementar ações afirmativas baseadas em leis segregacionistas. Para fortalecer tal linha de argumentação FHC recorreu a justificativas presentes no clássico *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, afirmando que a difusão da ideologia da mestiçagem e da miscigenação produziu uma identidade racial brasileira harmoniosa. Engendrando a argumentação da ideologia da mestiçagem FHC citou dados estatísticos de pesquisas de opinião pública que, segundo ele, revelavam que os brasileiros reconheciam o preconceito contra os negros, mas mesmo assim defendiam a ideologia da mestiçagem. Depois de apresentar os dados estatísticos, FHC argumentou sobre o problema da desigualdade racial histórica pelo viés econômico e moderno.

Segundo FHC o problema da desigualdade racial histórica na nação brasileira seria um resquício da dicotomia entre povos atrasados e povos civilizados (GRIN, 2001). A cor da pele não seria uma barreira intransponível à ascensão social e, conforme o ex-presidente, a desigualdade racial desapareceria à medida que a nação brasileira se modernizasse. É possível traçar um paralelo entre a linha argumentativa de FHC, focada na modernização, e as justificativas mobilizadas pelo ex-presidente Getúlio Vargas. As duas abordagens pode ser consideradas conservadoras se considerarmos ser a construção da identidade negra etapa

fundamental para conquista de direitos. Vargas baseou seus argumentos na purificação étnica, objetivo explícito das políticas de mestiçagem e miscigenação, uma vez que o negro era visto como um empecilho ao progresso nacional. FHC requestionou as justificativas da era Vargas ao imaginar uma ‘dissolução do problema racial’ a partir do avanço econômico.

O argumento de FHC expressa adesão ao ideal da mestiçagem, pois as barreiras na relação entre negros e brancos seriam superadas não pela luta por direitos, mas pela paulatina extinção da condição negra, o que permitiria o progresso brasileiro com benefícios para todos. O discurso de FHC sobre a modernização, ancorado na ideia da desigualdade racial histórica, também se assemelha aos discursos teóricos de Jessé Souza, discutido anteriormente, e de Florestan Fernandes.

Na sua rota de argumentação, com ênfase na modernização econômica, FHC buscou apoio na obra de Florestan Fernandes. Seu intento foi reforçar as justificativas ligadas à suposta desigualdade racial de raízes exclusivamente históricas e econômicas. Utilizando argumentos do livro “Integração do negro na sociedade de classe”, de Florestan Fernandes, FHC afirma que o problema brasileiro é econômico. Ao apropriar-se dessa literatura para explicitar o problema da nação moderna no sentido econômico e cultural, o ex-presidente reforçou os alicerces conservadores do debate. Segundo FHC, Florestan Fernandes reconheceu a desvantagem do negro na engenharia da ideologia da mestiçagem, quando detectou três problemas que impediram a integração do escravo recém-liberto à sociedade moderna: a) herança psicossocial do negro do regime escravocrata; b) o racismo praticado pelos imigrantes brancos brasileiros; e c) a falta de políticas governamentais voltadas à introdução do escravo recém-liberto na nova lógica do mercado de trabalho (GRIN, 2001).

O aspecto revelador desta linha argumentativa é que o primeiro fator, acima apresentado, acarreta os outros dois fenômenos, ou seja, a variável explicativa do processo está na suposição de que os negros não tinham condições psicológicas para assumir um papel na modernização, tampouco, cargos de comando. As justificativas operam um círculo vicioso: os negros não foram educados para desempenhar determinadas funções na sociedade moderna, ou melhor, eram sempre treinados para o desempenho de atividades subalternas, pois, o diagnóstico

da herança psicossocial barrava esta política que, por sua vez, reproduzia a herança maldita. Foi tal argumentação tautológica que levou o governo Vargas a incentivar a vinda de milhares de imigrantes para ocupar os postos de trabalho emergentes no mercado brasileiro. Como educar o negro para os trabalhos industriais se, apesar de mão de obra livre, permanecia preso a uma herança maldita?

A tautologia argumentativa presente no discurso de FHC exprime uma posição conservadora recorrente na história do Brasil e remonta às políticas públicas de mestiçagem e miscigenação. O diagnóstico até aqui exposto reforça a tese de Hansebald segundo a qual a modernização econômica brasileira jamais colocaria fim ao preconceito racial vigente no Brasil (CAMPOS; DAFLON; FERES, 2010), pois, não é possível combater o que não é visto, ou o que não se quer enxergar.

Os argumentos de FHC encontraram resistências no próprio Seminário de Brasília. O cientista social Antonio Sergio Guimarães criticou as justificativas de FHC (GRIN, 2001). Guimarães defendeu a importância da implantação de ações afirmativas fundadas no critério racial. Para esse autor, as ações afirmativas fundadas no critério racial são a única via pela qual a desigualdade racial no mercado de trabalho, nas escolas e na publicidade pode ser reduzida. Para ele essas políticas não produziriam a segregação racial entre negros e brancos como nos EUA, ao contrário, elas permitiriam aos afro-brasileiros reconhecer sua identidade racial negra (GRIN, 2001). O reconhecimento da identidade negra possibilitaria a desconstrução do mito da democracia racial pautada na mestiçagem e miscigenação.

A desconstrução do mito da democracia racial, segundo os argumentos de Guimarães, engendraria a modernização do Brasil defendida por FHC. Contudo, tal tarefa exigiria, num primeiro momento, a “conciliação das fronteiras entre raça e classe social, diluindo a primeira na segunda, e num segundo momento a conciliação entre raça e cultura criando categorias classificatórias rígidas” (GRIN, 2001, p.185). Nesse sentido ele argumentou que a primeira iniciativa para possibilitar a consciência racial negra no Brasil já foi engendrada com a emergência do discurso do militante do MNU Abdias do Nascimento, que relacionou classe e raça e questionou a ideologia da mestiçagem. O segundo passo está sendo dado com a imbricação dos discursos entre raça e cultura, que traz a cena o argumento da diversidade e coloca o negro como sujeito que reivindica ao Estado direitos para

manter-se frente aos brancos (GRIN, 2006). Isso legitima as reivindicações por políticas de ações afirmativas específicas para negros e deságua na argumentação de que o preconceito racial não se compara a outros tipos de discriminação.

Antonio Sergio Guimarães não acredita na visão de FHC de que o preconceito de marca desaparecerá no processo de modernização da sociedade brasileira, pelo contrário, defende que a modernização acontecerá quando houver a desconstrução da ideia de harmonia racial presente na linha argumentativa filiada à tese da mestiçagem e da miscigenação. Desta perspectiva Guimarães reafirmou sua posição favorável à implantação de políticas de ações afirmativas fundadas no critério racial. Para ele o preconceito racial impede os discriminados de ascender socialmente (GRIN, 2001).

O contra-ataque aos argumentos de Antonio Sergio Guimarães vieram, no mesmo Seminário, pela voz do antropólogo Roberto DaMatta, que mobilizou justificativas semelhantes às usadas por FHC. O antropólogo afirmou, por exemplo, que as “pessoas ficam brancas ou negras de acordo com suas atitudes, sucesso e, sobretudo, relacionamento” (GRIN, 2001, p.188). O argumento de DaMatta se aproxima do discurso de FHC, quando este afirma que o preconceito racial desaparecerá à medida que a sociedade brasileira se modernizar. Ambas as falas compartilham o argumento segundo o qual o preconceito racial vigente no Brasil não é uma barreira intransponível, em oposição ao fenômeno que ocorre nos EUA. Por isso, ambos defendem a concretização do ideário da democracia racial brasileira. Para eles a opinião pública deseja ver concretizado esse ideal, como demonstrariam os dados estatísticos das pesquisas de opinião. E nesse sentido, defendem a implantação de ações afirmativas, contanto que essas discriminações positivas não sejam uma cópia das experiências do sistema norte americano. FHC e DaMatta acreditam que a importação do modelo de ação afirmativa vigente nos EUA poderia produzir a divisão racial entre brancos e não brancos, fato ausente no Brasil até o momento devido à posição mediadora do mestiço brasileiro.

CONFERÊNCIA DE DURBAN - PERMANENCIAS E MUDANÇAS

O problema das desigualdades de gênero, de classe e étnico é mundial e assola as democracias contemporâneas. Tanto que se tornou uma das

preocupações de agenda da Organização das Nações Unidas – ONU. O problema específico do racismo e da discriminação racial já vinha sendo discutido a portas fechadas pela ONU desde 1978. Esses debates eram realizados nos bastidores para não atrair a atenção dos meios de comunicação de massa em face do problema do *apartheid* ocorrido na África do Sul. Entretanto, com a posse do presidente civil negro Nelson Mandela, o problema da divisão racial entre brancos e negros neste país tomou novos rumos, favorecendo a discussão sobre a desigualdade histórica racial e econômica no mundo globalizado.

O debate sobre desigualdade racial histórica brasileira no âmbito internacional teve início com as denúncias dos movimentos negros à Organização Internacional do Trabalho - OIT contra a falta de iniciativa dos Estados referente às políticas contra a discriminação (MOEHLECKE, 2002). Isso impulsionou o reconhecimento mundial do problema do preconceito racial brasileiro. Aumentaram, assim, as pressões para a realização de uma conferência contra as diversas formas de discriminação existentes no mundo. A subcomissão do órgão de promoção e proteção dos ‘Direitos Humanos’ dentro da ONU lançou a proposta de uma conferência para tratar das diversas formas de discriminação. Desse órgão “emergiu, portanto, a resolução 1994/2 denominada Conferência mundial contra o racismo, discriminação racial ou étnica, a xenofobia e outras formas contemporâneas correlatas de intolerância” (ALVES, 2002, p. 202). A Conferência foi marcada para 2001 na cidade de Durban, na África do Sul.

Na Conferência de Durban o debate sobre desigualdade racial histórica e econômica fez menção ao problema da desigualdade entre brancos e não brancos nos âmbitos escolar, da saúde e da habitação (CARNEIRO, 2002). Os discursos proferidos na conferência revelaram uma mistura entre os argumentos focados na economia e no âmbito cultural. Mistura essa que parece ter ancorado o argumento de classe social com viés econômico. Essa linha de justificativa parte da premissa de que o problema da desigualdade brasileira é de ordem social, portanto, se o governo investir na questão econômica, promoverá a democracia racial brasileira. Discurso semelhante ao de Fernando Henrique Cardoso no Seminário de Brasília. Ficou expressa a hegemonia dessa linha argumentativa. A desigualdade econômica a partir da conferência de Durban passou a ser interpretada como um dos “fatores que contribuem para as desigualdades sociais e econômicas duradouras em muitas

partes do mundo de hoje" (ALVES, 2002, p. 212). O que demonstra que o fator econômico delimita a fronteira entre brancos e não brancos na busca pela igualdade material. Nesse sentido observa-se que a hipótese de Jessé Souza (2005) de que a fonte da desigualdade brasileira é econômica, dialoga com os discursos sustentados na Conferência de Durban.

O discurso baseado na desigualdade de classe levou os povos africanos a não conseguirem apoio para os pedidos de indenização e de perdão dos povos ocidentais pela prática da escravidão negra. Os Estados ocidentais se recusaram a aceitar tais demandas, o que provocou tensão no evento.

Foi retirada do documento final da Conferência a expressão "ação afirmativa" na fomentação da igualdade material, por mais que as associações negras, inclusive as brasileiras, as reivindicassem (ALVES, 2002). A exclusão de tal termo foi defendida pelos Estados Unidos e seus aliados, que temiam que a defesa dessa política se alastrasse no mundo globalizado. Além da retirada do vocábulo também foi abolido o uso do termo raça. A extinção desta palavra buscou afirmar que raças não existem e que por isso não há necessidade de se implementar políticas fundamentadas nessa crença. Argumento semelhante ao do geneticista Sergio Danilo Pena, precursor do manifesto intelectual contra as políticas de ações afirmativas que foi entregue ao Congresso Nacional no ano de 2006. Sergio Pena afirma que todos os brasileiros têm no seu genoma a contribuição dos três povos formadores da nação brasileira. Reencontramos o argumento central da ideologia da miscigenação, discutida neste trabalho, segundo o qual não tem como definir quem é negro ou branco fenotipicamente.

Numa entrevista dada à mídia televisiva, Sergio Danilo Pena afirmou que:

Raças não existem, cores de pele existem, mas são coisas diferentes e não devem ser confundidas nem misturadas em nenhum tipo de discurso. Praticamente todos os brasileiros têm as três raízes ancestrais presentes no seu genoma. (Sérgio Danilo Pena, notícia publicada pelo Jornal Nacional no dia 05 de março de 2010).

Ao mencionar as três raízes ancestrais o geneticista reforça o discurso da democracia racial através da prática da mestiçagem e miscigenação incentivada pelo governo de Getúlio Vargas. Sergio Pena, ao enfatizar o argumento da mestiçagem e miscigenação, defende que raças não existem, buscando amenizar o

preconceito, visto que a mestiçagem é a prova da harmonia entre as raças (ACEVEDO; NONHARA, 2008).

Percebe-se que Sergio Pena não problematiza o conceito de miscigenação, que foi uma estratégia de purificação de raça – importante ressaltar que o termo raça foi discutido no século XIX com argumento científico de inferioridade da raça negra em relação à raça branca, como atestam as teses monogenista e poligenista. Ao contrário, preferiu argumentar que atualmente foi comprovado cientificamente que raças, no sentido biológico, não existem e que o problema da desigualdade racial histórica é um tema do pretérito, porque atualmente vigora no Brasil um povo mestiço. Por esse motivo as políticas de discriminação positiva devem levar em consideração a desigualdade econômica do país e o sofrimento da população brasileira de modo geral (MOYA; SILVERIO, 2009). Ao defender que a desigualdade histórica no Brasil engloba diversos segmentos da sociedade, Sergio Pena enfatiza a ideia de mestiçagem e miscigenação e minimiza o discurso da desigualdade contra o negro.

Observa-se que a linha argumentativa sobre raça na Conferência de Durban manteve princípios da teoria monogenista e poligenista, além de acrescentar fatores genéticos para desconstruir os discursos sobre ações afirmativas vigentes na Marcha Zumbi dos Palmares.

O termo ação afirmativa, na Conferência de Durban, foi visto pelo ângulo das discriminações de gênero, racial e, sobretudo, econômica e social. Tal fato levou à reação de órgãos internacionais, que passaram a exigir dos Estados a criação de meios que permitam aos discriminados de modo geral a ascensão social. Essas exigências se encontram no artigo 108 do documento internacional:

Medidas especiais para lograr representação apropriada nas instituições de ensino, na moradia, nos partidos políticos, nos parlamentos e no emprego, em particular em órgãos judiciais e policiais, no exército e outros serviços civis, o que, em alguns casos pode exigir reformas eleitorais, reformas agrárias e campanhas em prol da participação equitativa (ALVES, 2002, p. 215).

Tal artigo, ao reconhecer o problema das desigualdades, sobretudo pelo viés econômico, como revela a citação acima, abriu brecha para que os movimentos negros brasileiros reivindicassem ainda mais políticas de correção da desigualdade racial histórica, uma vez que o reconhecimento do artigo acima mencionado

dificultava a luta dos movimentos negros pela política de ações afirmativas. Assim, a Conferência de Durban consolidou na agenda política brasileira a implementação de ações afirmativas, as quais ocorreram com o apoio, dentre outros, dos governos de Anthony Garotinho, Luis Inácio Lula da Silva, Ciro Gomes e José Serra.

Em 2003 o governo federal ampliou o debate das discriminações positivas em decorrência das negociações entre o governo, os movimentos sociais negros e os políticos profissionais afrodescendentes aliados ao Partido dos Trabalhadores (NASCIMENTO, 2007). Nessas negociações o viés de classe social pelo ângulo econômico sobressaiu mais uma vez, quando a maior parcela das instituições superiores de ensino aderiu o sistema de cotas sociais para alunos oriundos da escola pública. As cotas sociais são aceitas pela maior parcela das instituições, enquanto que a cota para negros ainda encontra grandes desafios. Tanto que no ano de 2010 o Partido Democrata - DEM impetrou o instrumento jurídico ‘arguição de descumprimento do preceito fundamental’¹²⁶- ADPF 186 - contra o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília - UNB, que aderiu ao sistema de ações afirmativas com recorte étnico-racial. Além da ADPF-186 também foi interposto um recurso extraordinário¹²⁷ (RE) por um estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que se sentiu prejudicado pelo sistema de cotas sociais (COSTA; PINHEL; SILVEIRA, 2012).

Em ambos os casos citados há o pedido de declaração de inconstitucionalidade¹²⁸ das ações afirmativas. Esse fato levou o Supremo Tribunal Federal - STF a realizar, no período de três a cinco de março de 2010, uma audiência pública - AP com especialistas no assunto das políticas de discriminações positivas a fim de julgar a ADPF 186 e o RE.

126 Lei nº 9.882/99, art. 1º: “A arguição prevista no § 1º do art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público”.

127 Constituição Federal, art. 102. “Compete ao Supremo Tribunal Federal, precípua mente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: (...) III – julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: a) contrariar dispositivo desta Constituição; b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição; d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal”.

128 Práticas que ferem os princípios jurídicos da Constituição Federal de 1988. Uma vez que todos os brasileiros são considerados iguais, alegam que não deveria haver privilégios de um segmento da população em detrimento de outros. Assim as ações afirmativas são vistas como um privilégio pelos grupos contrários às políticas de ações afirmativas para negros.

No debate das ações afirmativas na audiência pública a maior parcela dos especialistas defendeu a constitucionalidade das cotas sociais e raciais, mas a mídia brasileira se posicionou contrária às cotas raciais e favorável as cotas sociais com viés econômico (ALMEIDA, 2012). Tal como apareceu na Conferência de Durban.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar os argumentos de raça, cultura e econômico na passeata Marcha Zumbi dos Palmares, observa-se que os dois últimos se ressignificaram, transformando-se no argumento de classe social. O argumento de raça na Marcha Zumbi dos Palmares apareceu como o fator que explica a desigualdade entre não brancos e brancos. Ele foi associado à desigualdade fenotípica, que contribui para a existência do preconceito de marca discutido no Seminário em Brasília. No entanto, o discurso de raça sofreu mutação ao logo do tempo e apareceu na Conferência de Durban com um viés geneticista.

Na Conferência de Durban predominou a linha argumentativa que entende o problema da desigualdade brasileira como econômico, e não racial (SOUZA, 2005).

O argumento da genética enfatizado por Sergio Danilo Pena aponta que todos os brasileiros têm no seu genoma a contribuição das raças: negra, indígena e europeia. Por isso não há como definir quem é negro no Brasil. O discurso da genética mantém o argumento de raça, só que passa a mencionar as diferenças de genes e não as diferenciações fenotípicas que prevaleceram na Marcha Zumbi dos Palmares.

É por este motivo que podemos confirmar a hipótese deste trabalho, de que o argumento de cultura e economia se imbricaram para formar o discurso de classe social, ao passo que o discurso de raça permaneceu com significado biológico no sentido genético, apesar de as teorias científicas o terem desconstruído. O que indica a permanência (conceito raça) e a modificação (transformação do discurso econômico e cultural no de classe social) de certos argumentos das ações afirmativas na passagem do evento da Marcha de Zumbi dos Palmares à Conferência de Durban.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Viritiana Aparecida de. **Audiência Pública: Representação Social das políticas de ações afirmativas na Mídia Televisiva.** 60 p. Monografia (graduação em ciências sociais) – Setor de Ciencias Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

ALVES, J. A. Lindgren. A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos. In: **Revista Brasileira de Política Internacional** (online). Vol. 45, nº 2. pp. 198-223. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002. ISSN: 0034-7329. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n2/a09v45n2.pdf>>, último acesso em 13/03/2013

BAUER, M.; GASKELL, G. (org). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Tradução de Pedrinho Guareschi. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BELLINTANI, Leila Pinheiro. **Ação afirmativa e os princípios do direito: a questão das quotas raciais para ingresso no ensino superior no Brasil.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo.** São Paulo: WMF. 2009.

CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João;;. Cotas no STF: Os argumentos como eles são. In: **Revista Insight Inteligência.** V. 49. Rio de Janeiro: [s.ed.], 2010. Disponível em: <<http://gemaa.iesp.uerj.br/JFJ/wp-content/uploads/2011/05/Cotas-no-STF-2010.pdf>>, acesso em 18/03/2013.

COSTA, Sérgio. A mestiçagem e seus contrários: etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. In: **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP.** São Paulo: USP, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v13n1/v13n1a10.pdf>>, último acesso em 18/03/2013.

COSTA, Hilton; PINHEL, André; SILVEIRA, Marcos Silva da. (orgs.) **Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012. ISBN 978-85-7798-148-9

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: Uma introdução a antropologia social.** Petrópoles: Vozes, 1981.

EDUCRAFO – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes. **Exclusão no Brasil e fenótipo: Como mudar?** (texto de apoio usado em 2003 pelos núcleos da EDUCAFRO). São Paulo: Franciscanos, [s.d.]. Disponível em <http://mariadenazare.org.br.dish4167.net.ibizdns.com/educafro/Exclusao_no_Brasil_e_fenotipo.pdf>, último acesso em 25/03/2013

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** 5ª Ed. Vol. I e II. São Paulo: Globo, 2008.

GRIN, Monica. A celebração oficial da nova diversidade no Brasil. *In: Revista USP*, n.68, p. 36-45, dezembro/fevereiro 2005-2006. São Paulo: USP, 2006. Disponível em <<http://www.usp.br/revistausp/68/04-monica-grin.pdf>>, último acesso em 19/03/2013

_____. Este ainda obscuro objeto de desejo: políticas de ação afirmativa e ajustes normativos. *In: Revista Novos Estudos*. V. 59. São Paulo: CEBRAP, 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira: os últimos quinze anos. *In: Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: USP, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v13n2/v13n2a07.pdf>>, acesso em 18/06/2012.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil. *In: Cadernos de Pesquisa*. Nº 117, p. 197-218. São Paulo: FGV, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000300010>, acesso em 19/06/2012.

MOYA, Thais Santos; SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e raça no Brasil contemporâneo: um debate sobre a redefinição simbólica da nação. *In: Revista Sociedade e Cultura*. V. 12. n. 2. [s.l.]: UFG, 2009. ISSN: 1980-8194. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/9097/6271>>, acesso em 20/06/2012.

NASCIMENTO, Alexandre. Das ações afirmativas dos movimentos sociais às políticas públicas de ação afirmativa: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares. *In: II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA*, Florianópolis, 2007. *Anais do II Seminário Nacional Movimento Sociais, Participação e Democracia*. Florianópolis: UFSC, 2007. ISSN 1982-4602 Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/nrms/alexandre_do_nascimento.pdf>, último acesso em 18/06/2012

ROCHA, Neli Gomes da. **Relações raciais e direito de visibilidade. Políticas públicas para diversidade na mídia.** 74 p. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SOUZA, Jessé. Democracia racial e multiculturalismo: ambivalente singularidade cultural brasileira. *In: Estudos Afro-Asiáticos*, v. 38. Rio de Janeiro: Editora UCAM, [s.d.]. ISSN 0101-546X. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200007>, acesso em 20/06/2012.

COLABORAÇÃO INTERNACIONAL

EXPERIÊNCIA DE CAMPO

CLANDESTINOS DE VOLTA PARA CASA. AMARGA ODISSEIA INACABADA.¹²⁹

Abderrahim Bourkia¹³⁰

INTRODUÇÃO

Desde o começo dos tempos o homem sempre migrou para sobreviver ou simplesmente para melhor viver. O século XXI será o século dos povos em movimento. Em todos os tempos, a imagem do imigrante cristaliza os medos, os temores de um futuro incerto e de um presente que não convém.

Os imigrantes compõem o objeto de estudos, de amálgama, às vezes de discriminações e de componentes racistas. Porém minhas discussões com os entrevistados não apontam soluções à questão da xenofobia.¹³¹ No entanto, às vezes, frases intercaladas por palavras que saem do nada, nos traçam um retrato do que suportariam os migrantes irregulares.

A pesquisa sobre os imigrantes clandestinos marroquinos de volta ao seu país, gerenciada com o organismo de Londres Instituto de Pesquisas em Políticas Públicas (IPPR), me levou mais uma vez a uma temática que eu gosto muito¹³². De fato eu tive a ocasião de fazer um curso sobre os direitos humanos e os direitos fundamentais no Mestrado de Direito Internacional, e minha primeira publicação, tratavam especificamente do trabalho das mulheres imigrantes como uma forma de submissão perpétua¹³³. Além disso, eu redigi vários artigos e reportagens sobre os

129 Texto traduzido por Roberto Jardim, membro da Revista Sociologias Plurais. Título original: *Clandestins de retour au berçail, l'amère odyssée inachevée*

130 Abderrahim Bourkia, jornalista, pesquisador e doutorando em Ciências Sociais no Centro Marroquino de Ciências Sociais (CM2S) na Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade Hassan II em Casablanca.

131 Sobre o desenvolvimento dessa ideia, Pierre Tevanjan, abordou na sua obra a República do desprezo.

132 Pesquisador e consultor do Instituto de pesquisa sobre as políticas públicas (IPPR) sobre os migrantes clandestinos marroquinos de volta "Beyonde Irregularity" London, Royume-Uni.

133 Artigo intitulado "Trabalho das mulheres migrantes e submissão perpétua" publicado nas obras do colóquio "Resistir no trabalho e na migração", Hartammattam Março de 2001.

imigrantes subsaarianos¹³⁴ no Marrocos e sobre os magrebes que vivem na Europa¹³⁵. No começo do meu estudo de campo, no mês de maio (2012), eu pedi a todos a minha volta (família, amigos e colegas) para me ajudarem a encontrar contatos que me permitissem começar minha pesquisa.

Migrar ou o hrig¹³⁶ em dialeto marroquino hoje é uma solução entre outras para tentar ganhar a vida em outro lugar e de viver melhor. Uma vez que vivemos em uma sociedade onde o futuro é mais que incerto para crianças e jovens que deixaram a escola bem cedo, as chances de saírem dessa situação são bem mínimas e até mesmo ausentes. Sem falar dos assuntos da atualidade que geram muitas discussões no momento: a corrupção, o clientelismo, as vozes em resposta contra as práticas discriminatórias, as manifestações regulares dos desempregados que, a cada quarta-feira feira, se apresentam ao Parlamento em Rabat; a migração em busca do Eldorado¹³⁷ da costa norte do Mediterrâneo é de fato uma possibilidade de promoção social. E, para todos aqueles que são o objeto desse estudo, trata-se de migrar clandestinamente. Essa escolha é arriscada e pode lhes custar a vida. Contudo, eles estão conscientes disso, mas preferem ignorar esses riscos, que “ficar no país”. A maioria confessa que prefeririam essa escolha a arriscar acabar na sombra nas drogas, na delinquência ou exercer um trabalho precário que só remuneraria bem pouco. Não se lhes via lamentar seu destino ao longo de toda vida, ou se culparem pelo destino que lhes havia feito nascer pobres no Marrocos. O risco também, em vista da atualidade, é de, quem sabe um dia, se entregar à morte voluntariamente, depois de ter caído nas redes de extremistas, ou mesmo, acabar em uma unidade psiquiátrica ou ainda de vagar pelas ruas “sem eira nem beira”. E é justamente aqui que se coloca o problema dos migrantes que voltam e que geram

134 Nota do tradutor: subsaariano ou subsaharianos designa habitantes de países do continente africano que ficam ao sul do deserto do Saara, ou seja, países que não fazem parte da África do Norte.

135 O Marrocos, uma terra de migração <http://www.unhcr.org.ma/spip.php?article147>; Os migrantes protestam contra a precariedade <http://www.maghress.com/fr/lematin/128985>; Subsahariens na cidade, http://www.ccme.org.ma/fr/images/stories/YMD/Le_Matin_Les_Subsahariens.pdf; Os Marroquinos se ruent sobre Bruxelas http://fr.altermedia.info/politique/les-marocains-se-ruent-sur-bruxelles_44229.html.

136 Essa palavra prove do verbo árabe que significa queimar ou inflamar. O que/aquele que “queima ou hreg” destrói seus papéis de identidade e queima sua vida anterior e a troca por outra, nova. Ler sobre esse assunto Fernando J, “Passagem a tanger”, in Socio-anthropologie, n° 6-1999, Passagens disponíveis em <http://socioanthropologie.revues.org/document112.html>. Queimar pode da mesma forma significar não parar no sinal vermelho ou sua vez em uma fila de espera.

137 Edgar Allan Poe escreve um de seus poemas: « Para além das montanhas da lua, embaixo no vale das trevas... Corre, corre intrépido, lhe responde a sombra... Si você estiver procurando o Elo Dourado. »

situações difíceis aos observadores. Duas questões principais vêm orientar minha contribuição.

INICIALMENTE: POR QUE SE MIGRA DO MARROCOS? E NO FIM DAS CONTAS: O QUE PROPÕE O PAÍS AOS MIGRANTES CLANDESTINOS QUE RETORNAM?

Meu estudo me permitiu observar elementos que são constantes: os emigrantes que estão de volta ao Marrocos foram realmente condenados a voltar, da maneira menos triunfal, possível, sem dinheiro nem glória. Eles trouxeram em suas malas vergonha, tristeza, infelicidade e desesperança. Isso foi muito evidente para os emigrantes que voltaram na região do eixo Beni Mellal, Fquih Bensaleh e Khouribga, Zona já conhecido por sua porcentagem elevada de emigrados. Ocorreu-me, em várias vezes, de cruzar informações de pessoas que apresentam problemas de saúde mental constatado e, quando eu interrogava o migrante com quem eu estava já em entrevista, constantemente sentados ele e eu no terraço de um café na cidade, meu interlocutor me falava com precisão que dos emigrantes que voltavam ninguém havia sido deportado da Itália ou da Espanha.

Eu me lembro, alias de uma pessoa de meu bairro, que foi deportada da Europa há uns oito anos. Esse homem estava totalmente deslocado com sua nova vida: ele havia vivido anos na Europa, entre a França, a Itália, a Espanha e a Alemanha. Ele falava constantemente sozinho e tinha crises de paranoia, dizendo que todo mundo fazia piadas sobre ele, o que infelizmente era verdade. Alguns anos mais tarde, ele e sua família deixaram o bairro para ir morar em Agadir no sudoeste do Marrocos. De vez em quando ele vinha na cidade. Eu era amigo de seu irmão que vive na França agora. A comunicação entre nós dois nunca foi alterada. Ele me contava suas viagens, tal um “hobo¹³⁸”. Mas ele nunca falou da razão pela qual havia sido expulso. Ele não é mais o mesmo desde seu retorno forçado. Infelizmente sua história não a única.

Assim, toda pessoa que volta contra sua vontade compromete sua saúde mental. Uma tese confirmada pelas respostas dos emigrantes encontrados e de

138 Esse termo foi tomado emprestado de Nels Anderson “The Hobo, The Sociology of the Homeless Man”, University of Chicago Press. Chicago 1923;

atores associativos que me os presentou. Os que puderam se beneficiar da ajuda de seus próximos se portam melhor. Por outro lado, a ausência do suporte da parte da família condena constantemente os emigrantes de retorno a não poder superar essa adversidade. Retorno sobre suas histórias de vida.

HISTORIAS DE VIDA QUE CONTAM ADVERSIDADES

Há algo que é comum em meus entrevistados. Quase todos partilharam histórias que falavam de “dificuldades”, de trabalho difícil, de adversidades e de miséria. Esses infortunados “do baixo mundo” escolheram a vida na clandestinidade. A maioria dos meus interlocutores viveu mal seu retorno e escondiam dolorosamente sua aflição. Eles não responderam às expectativas de suas famílias e devem encarar a pressão social, os olhares dos vizinhos, dos amigos, do dono da mercearia da esquina. Todos esses fatores infetam seu cotidiano. Contudo por não sei qual poder, eles se resignam à realidade, vivem seu cotidiano e aspiram que um dia sua vida mude e lhes permita conhecer um retorno a uma vida melhor. Tudo isso graças a Deus. E não é por acaso que a fórmula “Hamdolillah¹³⁹” pontua minhas entrevistas

Minha primeira entrevista foi realizada depois de vários encontros marcados com um jovem de meu bairro. Ele guardava sempre boas recordações da época em que nós éramos jovens, quando eu dava aulas de reforço a seu primo e, sobretudo quando eu jogava e treinava uma equipe de futebol da qual ele fazia parte. A gente se dava bem e ele me convidou para ir à sua casa, longe dos olhos e dos ouvidos daqueles que o criticavam, Salah me contou sua história de A a Z. Depois de uma infância e adolescência normal no seio de uma boa família, entre a escola, o futebol e o surf, Salah queria mudar de vida. Seus tios que viviam na Europa (Na Espanha e na Alemanha), o haviam encorajado a ir viver com eles. “Aqui a vida é diferente”, diziam eles, “isso te ensinará a ser um homem se você quiser”. No começo, tudo se passou bem. Seu visto havia expirado mais ele ficou e começou a trabalhar à noite¹⁴⁰, se deixando explora por seu empregador espanhol¹⁴¹. Esse último lhe havia prometido mundos e fundos. “você terá seus papéis meu filho”, lhe dizia ele. Salah

139 Essa palavra quer dizer “eu agradeço a Alà”. Apesar das adversidades, os clandestinos dizem.

140 O trabalho “à noite” é sempre possível, principalmente nos sábados e domingos.

141 Ver les fourmis d'Europe: migrantes ricos, migrantes pobres e novas cidades internacionais de Alain Tarrius em colaboração com Geneviève e Marotel. Harmattan. 1992.

estava convencido de que um dia, ele teria sua recompensa e seus famosos papéis. Então, ele não queria mais retornar ao Marrocos. Principalmente depois de ter provado certa qualidade de vida, que não se encontra no seu país natal, somente reservada aos ricos que buscam viver em suas fortalezas longe dos guetos de Casablanca¹⁴². Pelo menos, na Europa, “todo mundo é igual¹⁴³”. Seu sonho não pôde se prolongar por muito tempo. Um controle de polícia. Um interrogatório e depois a deportação imediata para o Marrocos.

Decepcionado mas mesmo assim não desencorajado, ele tentou migrar mais uma vez. Um visto de curta duração, e lá estava ele de novo na Espanha. Ele jurou a si mesmo que desta vez agora não se deixaria enganar por quem quer que seja. Seu objetivo era ganhar o máximo de dinheiro e viver melhor, pouco importava o meio para conseguir isso. O essencial para ele era não se deixar explorar uma segunda vez. O caminho mais curto e a partir de então, o mais confiável, segundo todos os emigrantes que interrogei, era o tráfico de drogas. Esse foi um erro monumental. Seus tios cortaram todas as relações com ele. Estava acabado, eles não queria ter problemas com as autoridades espanholas. Depois de um ano de atividades ilegais e deixando sua esposa e um recém-nascido, Salah foi detido e colocado atrás das grades. Em seguida ele foi expulso sem possibilidade de voltar. Sua vida se desmoronou como um castelo de cartas. Se estava para ser refeita, tal era minha questão em voz off, Salah respondeu que ele teria mais atenção e não cometaria os mesmos erros.

Esses erros custaram o mesmo preço a Mounir, outro jovem de meu bairro¹⁴⁴, contudo ainda cheio de humor, de vitalidade e de energia, inteligente e dotado de uma forte personalidade. A partida de seu pai que foi viver com outra mulher, deixou um enorme vazio na sua vida e na de toda a família. Mounir, sendo o filho mais velho, teve que deixar a escola, encontrar trabalho e suprir às necessidades de sua família. Ele trabalhava na indústria têxtil e ganhava um salário miserável. Mounir cansou-se dessa situação. Ele queira tentar sua sorte migrando em direção à costa norte do Mediterrâneo. Depois de várias tentativas, ele conseguiu embarcar em um barco de mercadorias. Chegando à Espanha, onde só conheceu “adversidades”

¹⁴² A explicação puramente econômica da migração é insuficiente, outros aspectos merecem ser mais desenvolvidos: simbólico, sociológico, cultural e político.

¹⁴³ Ele queria dizer com isso que existe uma justiça social na Europa, já no Marrocos, nem mesmo se fala disso.

¹⁴⁴ A Hay Hassani, “Derb Jamilla” é um dos bairros populares do sul da cidade de Casablanca.

sobre “adversidades”. Ele encontrou trabalho. Ele encontrou alguém¹⁴⁵. Uma nova vida se abria para ele. Mounir ganhava um salário razoável, mas suficiente para compra o que comer, pagar o aluguel, se vestir e, sobretudo mandar um pouco de ajuda à sua família. Depois ele foi demitido de seu trabalho, e não podia mais enviar dinheiro pra sua família. Aos poucos sua comunicação com sua mãe ia se tornando rara. E ela dizia, com razão: precisamos de dinheiro. Mounir deu, contra sua vontade, seus primeiros passos em direção do caminho sem volta. O do tráfico de drogas. Primeira detenção. Libertado condicionalmente com suspensão [do encarceramento]. Algumas semanas de mãos vazias e a barriga vazia. Os telefonemas da família e seus outros problemas: o aluguel, a conta de eletricidade e de água, a comida, ele reincide. A interpelação, a condenação, a prisão e depois a expulsão em direção ao Marrocos. Quando colocou os pés em seu país, acompanhado de uma patrulha espanhola, ele teve de vender os objetos de valor que tinha para poder ser libertado. Olhar de desprezo dos outros. Perda de confiança e perda de referências de uma vida normal. Ele não é mais o mesmo. Mesmo se houvesse uma esperança de voltar à Espanha, sua namorada e seus amigos estavam sempre em contato com ele. Mounir começou a trabalhar como intérprete em um circo espanhol que passava pelo Marrocos. Ele descobriu que o circo não passava de uma farsa, para ocultar atividades de espionagem e contatou o serviço de informação geral para denunciá-los. Ele ganhava 8000 dirhams por mês, sem falar das gorjetas. Os espanhóis foram deportados e os elefantes foram bloqueados por causa da nova regulamentação europeia. Quanto a Mounir, ele voltou a ficar desempregado, no bairro e na ociosidade. Vítima de um complô, diz ele, certas pessoas do bairro, ele foi preso por policiais apaisanas e conduzido à delegacia. Alguém lhe havia confiado uma quantidade da resina de *cannabis* enquanto foi dar uma volta. Depois de ter cumprido sua pena, ele tornou-se ainda mais desmoralizado. Sua namorada não respondia mais a seus telefonemas, desde que soubera que ele havia sido preso. Mounir levou meses e meses antes de se recuperar. Depois de nossa conversa, ele me disse que queria refazer sua vida, recomeçar do zero, e viver em uma cidade reclusa, longe das más línguas.

Há também Abdelilah, que voltou voluntariamente ao Marrocos por razões familiares. Sua motivação principal era viver outra vida, de se afastar da tutela

145 Um marroquino lhe propôs um trabalho e um estúdio/quitinete barato.

familiar e de ganhar ele mesmo sua dignidade longe desse país onde as chances não são as mesmas para todos. Hassan pensa da mesma maneira, a vida é difícil no Marrocos. É o que defende também Rachid, Driss, Bouchaïb, Mohamed, Youssef e Achraf que tentou se suicidar tomando veneno de rato. Todos eles falaram também de “hogra”. Os testemunhos são de fato permeados por essa palavra bizarra que não encontramos no dicionário árabe “Al Manhal” ou “Al Mounjid” ou em qualquer Larousse ou livro de sociologia. O que é a “hogra”? Ela corresponde ao fato de não ter a capacidade de satisfazer às suas necessidades, de não encontrar o que comer e o que beber? É algo material ou imaterial?

Por que então os jovens, tanto urbanos quanto vindos do meio rural são a tal ponto atraídos pela Europa? De fato, o objetivo é na maior parte dos casos, ganhar sua vida e aceder a melhores condições de vida. Falemos então de migrantes econômicos. Mas esse estudo nos permite colocar em evidência outro componente que influí na escolha de emigração: nós assistimos a um verdadeiro movimento social de jovens marroquinos que buscam escapar de uma realidade social opressora: é a famosa e fatal “hogra”.

Hogra ou o fatal desprezo pelo outro

Esse termo é comum nos países do Maghreb. Ele representa o desprezo: desprezo de uma pessoa para com a outra, dos mais ricos pelos para com os pobres, da autoridade em relação aos cidadãos, dos urbanos pelos rurais, dos fassis (originários de Fès, cidade conhecida por suas grandes e ricas famílias históricas) para com outros marroquinos, dos árabes para com os berberes, dos citadinos para com os rurais... O termo designa simultaneamente indiferença, falta de empatia ou ainda arrogância, sinais que podem comportar um gesto ou uma atitude de uma pessoa em relação à outra. Os testemunhos de Zakaria de Fquih Bensaleh e de Said me vêm ao espírito. Zakaria vivia no seio de uma família modesta. Um dia ele decidiu deixar sua cidade natal e fazer de tudo para ajudar sua família que vivia na precariedade. O que o levou a partir foi a vida nesse ambiente de “hogra¹⁴⁶”. Já bem

146 Essa palavra pode ser usada de uma maneira coletiva em uma manifestação os grevistas, todas as seções juntas, os jovens em mal de consideração, os desempregados a procura de um emprego ou mulheres que lutam para encontrar seu lugar em uma sociedade machista,

pequeno, por causa das reflexões de vizinhos dos colegas de classe, que zombavam de sua única calça e de suas “sandálias de mulher”, depois, a atitude de seu empregador em Tanger, que o havia explorado descaradamente durante 18 horas por dia, pagando 6 DH por l'heure: o cúmulo da “hogra”. Zakaria não é o único. Driss, Rachid, Youssef e os outros falam da mesma coisa. A “não valorização” do humano. Esse desprezo visceral que caracteriza a sociedade marroquina. O povo o sofre todo dia na rua, no trabalho, nos governos e às vezes no seio das famílias, o que é ainda mais prejudicial. Embora os que eu encontrei vivam seu fracasso com muita amargura, eles estavam persuadidos de que migrar clandestinamente era, contudo uma solução para sair de sua precariedade e da delinquência¹⁴⁷. Esse sentimento tem um nome: “Ennajate” em árabe, que quer dizer *resgate* em francês, significa um migrante que deixou o Marrocos clandestinamente e vive melhor nos Estados Unidos desde mais de 17 anos.

“Um buraco de ratos” diz ele, “um cesto de caranguejos”, acrescenta outro migrante que vive na França. Por que tal obstinação em querer partir? A vida é impensável no Marrocos. Uma vez que certas pessoas dizem que ali vivem tranquilamente, outros afirmam que é necessário se adaptar ou perecer e que isso não deve poder mais continuar assim no Marrocos. Existem muitas desigualdades e muitíssimo/a “hogra”. Esses migrantes clandestinos, sejam Magrebes, Africanos, Asiáticos ou Latino Americanos, são os que resistem nesse mundo desigual. Eles dizem partir com esperança de retorno. Um retorno triunfal. Michael Hardt e Antônio Negri Ihes faz um vibrante elogio: “os heróis reais da libertação do Terceiro-mundo hoje poderiam muito bem ter sido os imigrantes e os fluxos de população que destruíram as antigas e novas fronteiras. De fato o herói pós-colonial é o que transgride continuamente as fronteiras raciais e territoriais, que destrói os particularismos e indica a direção de uma nova civilização.¹⁴⁸”.

CONCLUSÃO

denunciando a violência dos homens; ou de uma maneira individual, um assalariado descontente com sua direção e com seu superior, um jovem da cidade que se deixa levar pelos outros...

147 A ideia sublinha que a pobreza, a precariedade e a delinquência revela-se uma verdadeira política para incitar as classes sociais a fugir. Ler sobre esse assunto Patrick Chabal e Jean Pascal Dalloz. Africa Works, Disorder as Political Instrument. James Currey (Oxford/Boomington) Indiana University Press, 1999.

148 Michaël Hardt e Antônio Negri, Empire, Paris 2000.

A questão volta sem cessar nos debates da sociedade: “por que, apesar do reforço do controle nas fronteiras e da luta dos países europeus contra a imigração ilegal, os marroquinos continuam a atravessar a fronteira e a colocar sua vida em perigo, e apesar da crise que agride a Europa?”.

A problemática é complexa e merece uma análise aprofundada. Uma política europeia de vigilância comum e perpétua das fronteiras não pode sozinha, resolver esse problema. O discurso de segurança, de desordem social, de comunitarismo não deixa de ser martelado na mídia especialmente durante campanhas eleitorais.

Estamos lidando com algo que vai para além de uma resposta econômica, melhora das condições de vida nos países de partida ou nos países de chegada. Trata-se de um verdadeiro problema social. O objetivo é aprender a conhecer a sociedade para melhor curar seus males. Curar o indivíduo, curar o coletivo, diminuir os medos, dar-lhe novamente confiança, erradicar a corrupção, etc.

E a repressão dos migrantes em direção aos países que sofrem de uma taxa de desemprego elevada, declínio de coesão social pode ter pesadas consequências sobre seus países. Na maioria, longe de estar preparados para acolher migrantes que viveram talvez anos na Europa. Acostumados a um ritmo de vida, muito diferente, que se entrega ao tráfico de drogas, membros de bandos de crimes organizados, esses migrantes vão desestabilizar a ordem pública no seio de seus países mais ou menos pacífico. Eles vão trazer novas técnicas aprendidas na Europa para entregar de bom grado às operações de roubo (isso já aconteceu várias vezes em certas cidades de Reino, o roubo das agências de banco ou transferência de dinheiro a mão armada). Certos autores eram emigrantes que retornaram ao país. Pessoas obstinadas. É importante acrescentar que essas pessoas que não têm nada a perder podem ser alvos privilegiadas na rede e a toda pessoa que busca desestabilizar a ordem pública estabelecida (Criminosos, terroristas).

Esse estudo de campo, através dos depoimentos coletados permite observar a migração clandestina como um fenômeno social entre outros que permite melhorar, mudar seu cotidiano e suas condições de vida. E para além da migração em si coloca o problema do tornar-se clandestino que voltaram que partiram porque eles não suportavam mais sua situação, voltam com vergonha, subestimados pelos que estão à sua volta e doentes de sua sociedade, condenados a não mais partir e forçados a voltarem-se para projetos de vida (se os há) no Marrocos ou então

constantemente em sua região de origem. Um retorno ao ponto de partida mal vivido em quase 100% dos casos. O Marrocos não se preparou para recebê-los e para reinseri-los. É o desafio ao qual o país deve se preparar, pois esses repatriados, em razão do choque vivido em sua repatriação, podem colocar em perigo sua vida ou a de outros (depressão, problemas de saúde mental, atividades ilegais e perigosas, influências de redes criminosas, etc.).

ESPAÇO GRADUAÇÃO

PREOCUPAÇÕES E RECOMENDAÇÕES PARA A PRIMEIRA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA CRISTÃ NA PENÍNSULA IBÉRICA MEDIEVAL (SÉCULO XIII)

Camila Tatiane de Souza¹⁴⁹

RESUMO

Fazendo uso do livro *Doutrina para crianças* de Raimundo Lúlio, este trabalho busca compreender quais as instruções para a primeira educação das crianças, ainda no ambiente familiar, uma vez que frequentar uma escola ou receber um instrutor caracteriza uma das etapas do ensino formal e antes de chegar à idade apropriada para tal, a criança recebe de maneira informal a sua primeira educação, mediada pelos adultos que a rodeiam. Atitudes como o receber, cuidar, zelar e educar chegaram a ser questionadas se realmente existiram durante a Idade Média, a partir desta visão este estudo realiza um debate bibliográfico relatando diversas normas e cuidados da sociedade medieval em relação à infância, na sequência é realizado uma breve descrição do sistema de ensino formal da região estudada. Desta forma, é possível compreender que a criança medieval deve ser protegida, respeitada e educada desde os primeiros anos de vida.

Palavras-chave: Educação. Criança. Idade Média.

ABSTRACT

Making use of the *Doctrine for children* of Ramon Llull, this work seeks to understand which instructions for the early education of children, still in the family, since they attend school or receive an instructor characterizes stage of formal education and before reaching the appropriate age to attend school, the child receives informally their first education, mediated by adults that surround. Attitudes like to receive, care for, educate and ensure came to be questioned if it really existed during the Middle Ages, from this vision this study conducts a debate bibliographic different reporting standards and care of medieval society in relation to childhood, sequence is performed in a brief description of the formal education system in the region studied. This way it is possible to understand that the medieval child must be protected, respected and educated from the earliest years of life.

Palavras-chave: Education. Child. Middle Ages.

INTRODUÇÃO

¹⁴⁹ Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Texto parte integrante do trabalho de Monografia apresentada ao respectivo curso, que recebeu o título final: A infância na Península Ibérica medieval: um paralelo entre a primeira educação da criança segundo Raimundo Lúlio e Ibn Khaldun (1274 – 1378).

Compreendendo que “a inteligência se forma em casa, assim como a sensibilidade; a educação do corpo e a do espírito são em primeiro lugar assunto privado; a escola vem em seguida” (LA RONCIÉRE, 2009, p. 281), e, ainda percebendo que “na história das civilizações, como na dos indivíduos, a infância é decisiva. E muito, senão tudo, ali se decide” (LE GOFF, 2005, p. 15), este artigo, através de um debate bibliográfico, busca relatar recomendações e procedimentos divulgados para o bem nascer e o crescer da criança na sociedade medieval da Península Ibérica, assim como analisar instruções para a primeira educação dela ainda no ambiente familiar.

Para tal objetivo é utilizado como documento histórico o *Doutrina para crianças* de Raimundo Lúlio (1232 – 1316), livro escrito entre 1274 e 1276, onde o pai deixa para o filho instruções de como educar uma criança dentro dos preceitos do cristianismo, aconselha sobre as ciências que deve estudar, faz um breve resumo de passagens bíblicas e explica os diferentes pecados, deixando claro a sua visão de como deve ser a primeira educação ministrada a uma criança.

Diante da proposta deste estudo, é possível perceber que, quando é proposta uma pesquisa que se refere à criança medieval, aos cuidados, ao zelo, a educação dada a ela, ainda é viva a discussão sobre a existência ou não do sentimento que a envolve. Isso se deve a referência feita a um dos primeiros estudos sobre este tema, a obra *História Social da Criança e da Família*, de Philippe Ariès. Em seu estudo ele afirma que “até por volta do século XII, à arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la [...] É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo” (ARIÈS, 1978, p. 50). Desta forma, como não encontrou a representação da criança na iconografia, Ariès (1978) concluiu que os homens do século X e XI não se interessavam por ela, por isso não a representavam, o historiador assegura ainda que atitudes demonstrando preocupação para com os pequenos surgem apenas no século XVII.

No entanto, diferente de Ariès, outros historiadores, não se detiveram apenas ao estudo das imagens, e fazendo uso de códigos jurídicos, da medicina, de leis de execução, de regras de mosteiros, perceberam que a criança não era apenas presente, mas, como também existiam determinações específicas sobre e para o período da infância antes do citado século XVII. Como afirma Heywood (2004) o trabalho de historiador de Ariès deve ser reconhecido, porém deve-se seguir adiante,

abrir espaço para novas discussões e descobertas.

A CRIANÇA

Como afirma Heywood “a infância é, pois, em grande medida, resultado das expectativas dos adultos”, assim sendo, para

...recriar a forma como eram as experiências cotidianas das crianças no passado (o que se pode chamar de história social das crianças), os historiadores devem primeiramente compreender aquilo que os adultos pensavam e sentiam sobre os mais jovens (a história cultural de infância) (2004, p. 22).

Em um mundo onde a morte levava uma em cada três crianças de pouca idade, estas seriam apenas consideradas como vidas em suspenso ou mortes anunciadas, é

...neste contexto, marcado pela dolorosa presunção da morte prematura dos filhos, torna-se difícil aceitar o severo juízo de uma total ausência de afectos parentais ou grande desinteresse que os pais e as mães manifestariam pelos seus filhos (OLIVEIRA, 2011, p. 297).

Desta forma, os medievais mantinham desde o momento da concepção até o momento do nascimento cercado de “rituais”, necessários, para garantir que a criança chegaria ao mundo se forma segura.

O parto, além de ser um momento cercado de cuidados, também se tratava de um “acontecimento privado, doméstico e exclusivamente feminino” (OLIVEIRA, 2011, p. 260). Sendo a presença de um médico bastante rara, devido a razões de pudor, assim como o fato de existir poucos médicos (OLIVEIRA, 2011). O momento do nascimento da criança e

...as incertezas relativas à sobrevivência da mãe e dos filhos, bem como à sua posterior saúde e normalidade eram responsáveis pela particular atenção concedida nos tratados médicos, nomeadamente hispano-árabes, aos cuidados a ter durante o parto (OLIVEIRA, 2011, p. 260).

Neste contexto o “nascer era apenas ultrapassar um primeiro obstáculo; o espectro da morte continuava a rondar o pequeno ser acabado de sair do aconchego do ventre materno...” (OLIVEIRA, 2011, p. 260).

Os tratados médicos hispano-árabes, difundidos na Península Ibérica, recomendavam que a criança desse ser não só bem tratada, mas também protegida e fortificada. Neste momento a criança “estava então preparada para ser

envolvida em panos de tecido leve, normalmente uma faixa de linho" (OLIVEIRA, 2011, p. 260). Desta forma seus membros poderiam crescer em linha reta e forte.

A saída do acontecimento privado que era o momento do parto, acontecia no batismo. A importância dada pelos cristãos ao batismo levou a permitir que parteiras realizassem o sacramento, motivado pelo medo de que a criança poderia morrer sem ser batizada (OLIVEIRA, 2011).

É no momento do batismo, que se realiza a escolha de padrinhos, pois "... a estes novos parentes, distintos dos pais biológicos, competia-lhes assegurar a formação moral e religiosa da criança para lhe transmitir e consolidar a fé" (OLIVEIRA, 2011, p. 284).

Ainda afirmado por Ventura "o nascer, a criança não só recebe um nome que firma a sua pertença a uma estirpe como também estabelece, por via do baptismo, um laço espiritual com os padrinhos" (2011, p. 119).

Os cristãos acreditavam que cabia a mãe os principais cuidados tomados com a criança, especialmente nas famílias mais pobres. Mesmo entre as famílias que podiam contratar uma ama de leite, não era desconhecida pelas mães a prática de amamentar seus próprios filhos, pois esta era uma prática incentivada pela Igreja.

A importância de amamentar a criança é enfatizada, pois "na opinião dos médicos e pedagogos dos finais da Idade Média, seria pelo leite materno que se transmitiam os carismas e as virtudes da mãe e da respectiva linhagem..." (OLIVEIRA, 2011, p. 262), as mães que se recusassem a dar o seio ao filho poderiam sofrer punição 'penitenciais'.

Heywood cita que

...no século XIII, Bartolomeu, o inglês, afirmou que: 'a criança criada com leite de sua mãe é mais digna de valor do que aquela criada com leite de outra'. Por outro lado, ele e seus contemporâneos acreditavam que o leite materno era uma forma de sangue, em que a mãe transmitia 'naturalmente' suas qualidades para o filho por esse meio (2004, p. 88).

Os cuidados tidos junto às crianças se estendiam para além dos primeiros momentos após o nascimento, período onde estas são totalmente dependentes dos seus cuidadores. O crescimento deles "representava um período complicado e difícil para a criança que começava a querer movimentar-se e a explorar o espaço pelos seus próprios meios..." (OLIVEIRA, 2011, p. 271). Neste momento começavam os cuidados que a família deveria tomar para iniciar a primeira educação dos pequenos.

A EDUCAÇÃO FORMAL DA PENÍNSULA IBÉRICA MEDIEVAL

Primeiramente o ensino na Península Ibérica era ministrado quase que de forma exclusiva nos mosteiros, criar escolas não era o principal objetivo deste local, porém a atividade pedagógica se tornava necessária “na medida em que é preciso instruir os novos irmãos. Surgem então as escolas monacais (junto aos mosteiros), onde se aprendem o latim e as humanidades” (ARANHA, 1989, p. 83).

Portanto é possível citar que na Idade Média a atividade pedagógica acontecia nas escolas monacais ou em escolas episcopais e catedrais, onde

...os estudantes que as frequentavam eram jovens destinados, já de tenra idade, à vida eclesiástica e que, ou tinham sido escolhidos de entre as famílias que prestavam serviços à Igreja, sempre que neles se reconhecesse a negligência e as virtudes consideradas necessárias para o sacerdócio (CARVALHO, 2001, p. 15).

Nestes locais o ensino era composto pelas sete artes liberais, que se dividiam em dois grupos: primeiro as ‘letras’ (Gramática, Retórica e Dialética), chamado em latim de *trivium*; segundo as ‘ciências’ (Aritmética, Música, Geometria e Astronomia), chamado de *quadrivium* (CARVALHO, 2001, p. 21).

A preocupação com a educação de maneira formal crescia com o tempo e pode ser percebida em Concílios da Igreja, seja o de Toledo, em 1179, e no II de Latrão que determinava que mesmo na Sé que não possuía escola própria, deveria ser fornecido um mestre-escola para ensinar de forma gratuita os rapazes pobres (CARVALHO, 2001, p. 21).

Diante disto entende-se que,

...todos os homens letRADOS dos séculos de que nos ocupávAMOS receberam a sua ilustração, grande ou pequena, da Igreja. De princípio, os indivíduos que nela se instruíAM destINAVAM-SE apenas a vida eclesiástica, mas já no decurso do século XII as escolas episcopais ministRAVAM o ensino a estudantes que não pretendIAM seguir a vida sacerdotal (CARVALHO, 2011, p. 39).

O ensino, ministrado para aqueles que não buscavam seguir o sacerdócio, contribuía para a percepção da necessidade de uma educação diferenciada, assim, “por volta do século XII surgem pequenas escolas nas cidades mais importantes, com professores leigos nomeados pela autoridade municipal. Nessas escolas o ensino é voltado para as coisas práticas da vida” (ARANHA, 1989, p. 85), sendo

substituído o ensino do latim pelo ensino da língua nacional e, no lugar do *trivium* e *quadrivium*, ensinavam-se noções de história, geografia e ciências naturais. O advento do sistema educacional tanto para formação religiosa e secular completava-se com as Universidades.

Para as crianças o ensino formal começava por volta dos seis ou sete anos, onde “a maior parte dos pedagogos da Baixa Idade Média considerava os sete anos como a idade aconselhável para a intensificação desse ensino, fosse através da frequência de uma escola ou de um preceptor privado” (OLIVEIRA, 2011, p. 267).

Muitos eram as preocupações para que a educação acontecesse de forma eficaz, entre elas a precaução com delimitação de conhecimentos para cada nível de idade, assim como o cuidado tido no momento de definir os professores. Tal vigilância fica evidente nos Tratados de educação,

...produzidos por pais e preceptores letrados nas mais diversificadas regiões do Ocidente medieval cristão. Era, também, frequente a elaboração de várias cartas e recomendações escritas, em que pais e as próprias mães reflectiam sobre a educação a fornecer aos seus descendentes (OLIVEIRA, 2011, p. 266).

Inegável que a educação recebida variava de acordo com as possibilidades econômicas de cada família. Onde

...a maioria das crianças medievais não chegava a participar na cultura letrada que estava reservada aos filhos dos privilegiados. De uma forma geral, recebiam dos pais uma educação oral, já que os conhecimentos letrados não lhes eram acessíveis ou até considerados necessários e vantajosos [...] a educação das crianças, ainda maioritariamente camponesas, decorria no contexto dos contactos quotidianos mantidos com a família e com os grupos de trabalho (OLIVEIRA, 2011, p. 271).

Desta forma a instrução transmitida de maneira informal, além de ser a primeira era a única recebida por muitas crianças, e é esta educação o objeto desta pesquisa.

A PRIMEIRA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA SEGUNDO RAIMUNDO LÚLIO

Seja no âmbito da família biológica, da comunidade, dos laços de irmandade a criança medieval era vista como um ser que além de ser cuidado e protegido nos primeiros anos de vida, também deveria ser educada tanto para as letras, para a religião, a moral, como para as mais diversas situações da vida cotidiana.

A preocupação com a educação da criança começava desde a escolha da amamentação de leite, passava pelas primeiras cantigas a serem entoadas, assim como o cuidado em iniciar a criança no ensino religioso o mais cedo possível. Incentivar o ensino precoce estava ligado ao fato de que a sociedade medieval compreendia

...que toda a criança, ao possuir uma espécie de memória inconsciente, seria marcada por tudo o que visse ou ouvisse na mais tenra idade. A memória da criança era, frequentemente, comparada quer ao vidro ou à cera mole, onde tudo se imprimia de maneira indelével... (OLIVEIRA, 2011, p. 266).

Postergar o início da instrução da criança podia até mesmo ser considerado um ato de ‘preguiça’ por parte família,

...a educação, a instrução, com efeito, deve começar precocemente; esse é um desejo muito difundido do qual, entre outros, Palmieri se faz propagador. Algumas pessoas, diz ele, afastam até após os sete anos o momento de instruir os filhos. É pura preguiça. É preciso começar desde seu tempo de amamentação e ensinar-lhes os primeiros rudimentos das letras. Obrigar-se a isso é ganhar dois anos. A partir dos sete anos, dar-se-á um mestre ao menino (LA RONCIÉRE, 2011, p. 281).

Diante do reconhecimento da instrução precoce, a prática religiosa era a primeira a ser ensinada, onde os pequenos deveriam, desde muito cedo, serem instruídos a amar, conhecer, honrar e servir a Deus (COSTA, 2002).

Para a comunidade cristã “a educação de uma criança começava nos joelhos de sua mãe, tradicionalmente responsável por ensinar os filhos a fazer o sinal da cruz, ajoelhar-se durante as orações e dizer preces básicas, como o Credo e o Pai-nosso” (HEYWOOD, 2004, p. 124). Era recomendado à mãe que “aproveitasse todos os tempos e momentos das ocupações domésticas para difundir a fé cristã junto dos seus filhos...” (HEYWOOD, 2004, p. 310).

O religioso Raimundo Lúlio, em sua obra *Doutrina para crianças*, deixa claro ao seu filho a necessidade da educação religiosa desde cedo, pois, para ele, a vida é curta e a morte a cada dia se aproxima, por isso não se pode perder tempo,

...logo, no princípio o homem deve mostrar a seu filho as coisas que são gerais no mundo para que ele saiba descer até as especiais, e que o homem faça seu filho soletrar, em língua vulgar, o princípio que aprendeu, de tal modo que ele entenda o que soletrou (LLULL, 2010, p. 5).

Na tenra idade pode-se facilmente instruir aos bons hábitos e ao bem, ainda novos os pequenos são livres de vícios e aprendem a rejeitar o mal, sendo assim os mais jovens têm maior facilidade para aprender os costumes, comparado aos mais

velhos (NUNES, 1999). Raimundo Lúlio apresenta que “a Educação é acostumar o outro ao hábito mais próprio à obra natural. Pois assim como a natureza segue seu corpo e não se desvia de sua obra, as crianças, no princípio, se acostumam à boa educação ou a má” (LLULL, 2010, p. 79).

A preocupação com a boa educação cristã se aplicava, também, a atenção que os pais deveriam ter com a privacidade,

...na opinião do canonista Álvaro Pais (1275-1352), bispo de Silves, era necessário salvaguardar as crianças das tentações [...] Os progenitores deveriam, por isso, ter o máximo cuidado com a sua privacidade [...] Esta intimidade convivida poderia vir a despertar-lhes desejos ilícitos para a sua idade (OLIVEIRA, 2011, p. 266).

Tais “desejos ilícitos” podem levar a diferentes pecados, e deve ser ensinada a criança o momento certo para o “desejar” e para utilizar determinadas partes do corpo, por isso Lúlio tem o cuidado de apresentar para seu filho cuidados referentes à alma e, também, ao corpo:

Filho, muitas palavras te disse, que pertencem ao corpo, e poderia te falar mais, mas desejo te dizer da educação que pertence à alma. Saibas, filho, que quando a criança chega à idade conveniente, o homem deve mostrá-la como recordar, entender e desejar, pois assim como o corpo deseja usar seus membros quando ainda não é chegado o tempo e nem a idade, a alma deseja usar de suas virtudes quando ainda não deve, pois a criança é jovem em idade (LLULL, 2010, p. 79).

Para o religioso, o homem não pode ser relapso em relação ao seu filho, inclusive, os cinco sentidos corporais podem fazer a criança se habituar a pensamentos não condizentes, até mesmo o ouvir, o cheirar devem ser supervisionados, pois podem levar aos sete pecados. Para Lúlio,

...acostumar teu filho a ouvir vaidades, palavras feias, romances e canções, instrumentos e as outras coisas que dão o movimento da luxúria é veneno e peçonha na lembrança, no entendimento e na vontade de teu filho. E tal veneno e peçonha gastam e deterioram os bens que lhe deixas, e aprisionam a sua alma no fogo perdurável. Assim, para mortificar tal veneno são necessárias palavras e livros que falem de Deus e do menosprezo deste mundo, antes que o veneno e a peçonha se multipliquem em seu hábito (LLULL, 2010, p. 80).

Supervisionar e orientar as crianças muitas vezes acabava não sendo suficiente e podia ser necessário o uso dos castigos corporais, porém não eram os mais recomendados, “de uma forma geral, os pedagogos apenas a sugeriam quando se esgotavam as vias de repreensão por apelo à razão” (OLIVEIRA, 2011, p. 266).

A preocupação com a moral ocorria de forma complementar ao cuidado com a disciplina, sendo assim a sociedade medieval compreendia que “ao aprender muito cedo a virtude e a disciplina, as crianças sempre delas guardariam a lembrança” (OLIVEIRA, 2011, p. 266), por isso a necessidade e importância da primeira educação da criança. Raimundo Lúlio apresenta em seu escrito esta preocupação, e com influência do meio em que viveu destaca que a educação precoce é fundamental, o que dá suporte para acreditar na presença da criança no ambiente familiar como algo importante, que não pode ser ignorado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Península Ibérica medieval viveu um longo período onde o ensino era ministrado, em sua maior parte, nos mosteiros. Juntamente das escolas monacais, logo depois surgiram às escolas episcopais e catedrais. No entanto, este estudo buscou responder, através do pensamento de Raimundo Lúlio, quais eram as instruções para a primeira educação da criança.

Sabendo que antes dos pequenos seguirem para o ensino formal, a sua primeira educação acontecia no espaço familiar, comprehende-se que cabia aos adultos tomar cuidados e medidas para proteger, respeitar e educar os pequenos, pois estes eram a garantia da continuidade de uma linhagem, ou seja, o prosseguimento da família, considerando necessário educar a criança precocemente na prática religiosa, ela devia desde cedo aprender a amar, conhecer, honrar e servir a Deus.

Raimundo Lúlio mostra isso em sua obra *Doutrina para crianças*, onde apresentou ao filho instruções para a sua própria educação religiosa, da mesma forma que o orientou como um homem deve instruir uma criança. Para ele cabe ao adulto supervisionar as etapas de amadurecimento do filho, até mesmo os sentidos devem ser acompanhados. O religioso não ignorou a criança, a coloca como um ente que precisa de cuidado já nos primeiros momentos da vida, onde a sua presença no ambiente familiar é algo importante, que não pode ser desprezado. Para ele educar desde cedo representa preparar para o futuro, garantia de que quando adulto os preceitos religiosos e morais, estarão intrinsecamente inseridos

nas suas vidas, levando a diferentes povos a sua religião, garantindo a continuidade das tradições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Editora Guanabara, 1978.

CARVALHO, Rómulo de. **História do ensino em Portugal**: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. 3º ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa: 2001.

COSTA, Ricardo. Reordenando o conhecimento: a Educação na Idade Média e o conceito de Ciência expresso na obra Doutrina para Crianças (c. 1274-1276) de Ramon Llull. In: OLIVEIRA, Terezinha (coord.). **Anais Completos da II Jornada de Estudos Antigos e Medievais**: Transformação Social e Educação. Universidade Estadual de Maringá, 2002. Disponível em:
<http://www.ricardocosta.com/pub/reordenando.htm>. Acesso em: 26 de janeiro de 2012.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da Infância**: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LA RONCIÈRE, Charles de. **A vida dos notáveis toscanos no limiar da Renascença**. In: DUBY, Georges (org.). História da vida privada, 2 : da Europa feudal à Renascença. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 281.

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Tradução José Rivair de Macedo. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

LLULL, Ramon. **Doutrina para crianças** (c. 1274-1276). Tradução de Prof. Dr. Ricardo da Costa. Grupo de Pesquisas Medievais da UFES III. Ivitra, 2010. Disponível em: <http://www.ivitra.ua.es/RicardoCosta/Llull2.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de 2012.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. A Educação dos Meninos segundo Guilherme de Tournai. Revista **NOTANDUM**, Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação da USP, ano 2, número 4, jul-dez 1999. Disponível em:
<http://www.hottopos.com.br/notand4/edumenin.htm>. Acesso em 26 de janeiro de 2012.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues. **A criança**. In: MATTOSO, José (dir.); SOUZA, Bernardo Vasconcelos e (coord.). História da Vida Privada em Portugal: A Idade Média. Temas e Debates: Lisboa, 2011. Página 260 a 299.

_____ ; OLIVEIRA, Antonio Rezende de. **A mulher**. In: MATTOSO, José (dir.); SOUZA, Bernardo Vasconcelos e (coord.). História da Vida Privada em Portugal: A Idade Média. Temas e Debates: Lisboa, 2011. Página 300 a 323.

VENTURA, Leontina. **A família**: o léxico. In: MATTOSO, José (dir.); SOUZA, Bernardo Vasconcelos e (coord.). História da Vida Privada em Portugal: A Idade Média. Temas e Debates: Lisboa, 2011. Página 98 a 125.

ENTENDENDO O LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

LICENCIAMENTO AMBIENTAL NA SOCIOLOGIA

Fabiano Silva Sandes¹⁵⁰

RESUMO

Licenciamento Ambiental é um processo histórico institucionalizado e atributo exclusivo do Estado que se apoia num conjunto de normas, garantindo certo padrão de desenvolvimento humano, social e práticas de preservação ambiental. Esse processo é garantido por uma gestão ambiental do órgão de regulação do Estado, neste caso, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, que é o mediador de conflitos e interesses entre os atores sociais que agem sobre o meio físico-natural e do espaço geográfico. Entendendo o processo de licenciamento no âmbito das Ciências Sociais e o histórico da gestão pública, os critérios socioeconômicos são executados segundo motivações sociopolíticas, econômicas e ambientais oriundo do conhecimento científico da sociologia ambiental e de inspeção empírica da realidade social, na qual o empreendimento está imerso em dada comunidade específica, devendo buscar uma ecoeficiência. Portanto, o estudo das relações organizacionais e o processo de implementação do licenciamento ambiental no âmbito das Ciências Sociais requer o esclarecimento do histórico de decisões e seus elos perdidos dentro da gestão pública, bem como das suas barganhas, havendo a necessidade do equilíbrio do bom licenciamento e as adequações a situação do analista ambiental que licencia o empreendimento.

Palavras-chave: Licenciamento ambiental. Meio ambiente. Ciências Sociais.

ABSTRACT

Environmental Licensing is a historical process and institutionalized unique attribute of the state that relies on a set of standards, guaranteeing certain standard of human development, social and environmental preservation practices. This process is ensured by an environmental management organ of state regulation in this case Institute for the Environment and Water Resources - INEMA, which is the mediator of interests and conflicts among social actors that act on the physical-natural and geographic space. Understanding the licensing process within the Social Sciences and Management publishes historical, socioeconomic criteria are implemented according motivations sociopolitical, economic and environmental issues arising from scientific knowledge of environmental sociology and empirical inspection of social reality in which the enterprise is immersed in given specific community, should seek an eco-efficiency. Therefore, the study of organizational relationships and implementation process of environmental licensing in the context of Social Sciences requires the clarification of historical decisions and its missing links within the public

¹⁵⁰ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBa). fabiano_sandes@hotmail.com

administration and its bargains, with the need to balance the proper licensing and adaptations the situation of the environmental analyst who licenses the enterprise.

Keywords: Environmental licensing. Environment. Social Sciences.

ENTENDENDO O LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

O Licenciamento Ambiental é um processo histórico institucionalizado no Brasil no início da década de 1980, que se apoia num conjunto de normas, garantindo certo padrão de desenvolvimento humano, social e práticas de preservação ambiental. A competência é atribuída a União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, em conformidade com o Art.23 da Constituição Federal de 1988.

No Estado da Bahia, esse processo é garantido por uma gestão ambiental integrada de meio ambiente, florestas e recursos hídricos, por meio do órgão de regulação do Estado, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA.

O INEMA é órgão responsável em mediar os conflitos e interesses entre os atores sociais que agem sobre o meio físico-natural e do espaço geográfico. Entendendo o processo de licenciamento no âmbito das Ciências Sociais e o histórico da gestão publica, os critérios socioeconômicos são executados segundo motivações sociopolíticas, econômicas e ambientais oriundos do conhecimento científico da sociologia ambiental e de inspeção empírica da realidade social, na qual o empreendimento está imerso em comunidade específica, devendo buscar uma ecoeficiência.

Ao descrevermos a organização e o processo social, em particular, descrevemos a relação da sociedade civil, o Estado e os processos relativos ao licenciamento. Como há uma diversidade de organizações sociais adotamos a descrição dos atores sociais do Estado e a análise da sociedade civil em comunidade, seguimentos sociais organizados, sindicatos, cooperativas, institutos e entidades (ONGs e OCIPEs), associações e congregações religiosas e escolas, afetadas pelos empreendimentos. Herbert Blumer (1962) afirmou que as pessoas fazem interpretações da situação em que se encontram e depois ajustando seu comportamento de maneira a lidar com a situação. O sociólogo Pierre Bourdieu preocupa-se mais em conhecer os impactos exercidos pelos sistemas simbólicos,

que é uma compensação dos marcadores de cada campo, na modelagem das práticas de indivíduos e grupos em cada campo, e, com efeito, no espaço social. Portanto devemos adotar o ponto de vista do grupo (a unidade atuante) em cujo procedimento estamos interessados. Deste modo, buscamos a visão da modernidade ecológica ou ecoeficiência que assegura a prevenção e preservação do ciclo ambiental, bem como uma maneira prática de compensação ambiental e social.

Para apreender o processo de interpretação pelo qual a sociedade civil e o Estado constroem suas ações devemos estudar e assumir o papel da unidade atuante, INEMA, cujo processo estamos investigando. Como a interpretação está sendo feita pela unidade atuante, o órgão ambiental, os termos do objeto avaliado, significados adquiridos e decisões tomadas, o processo deve ser encarado do ponto de vista do instituto referido. O estudo tenta apreender o processo interpretativo de maneira objetiva como o pretenso observador “objetivo”. Esse observador preencherá com suas próprias conjecturas sem adotar apenas a visão da unidade atuante.

O licenciamento ambiental da área observada é a mineração, a qual apresenta ambivalências no que tange os impactos agravantes e de efeitos compensatórios a sociedade civil. Este artigo tem por objetivo analisar, avaliar e investigar as perspectivas teórico-metodológica da análise do papel das Ciências Sociais no âmbito do licenciamento ambiental.

LICENCIAMENTO NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E O QUADRO HISTÓRICO DA GESTÃO PÚBLICA

Os Grandes Projetos de Investimento - GPI consolidaram-se no Brasil, a partir da década de 1960, sendo o setor administrativo, o desenvolvimento das economias nacionais, ponto de convergência do diagnóstico do inchaço do Estado e um passivo histórico da era Vargas e da constituição de 1988. Neste caso, o Estado perdeu a capacidade de controlar os gastos do serviço público e sociais, arrecadar receita maior que à despesa e mediar o quadro contraditório do desequilíbrio e das desigualdades sociais crescentes no Brasil. A partir deste momento, a ampliação da exploração de minérios e a construção de usinas hidrelétricas, no contexto histórico

do processo de modernização, determinaram o plano de apoio aos estudos de impactos sociais e econômicos que quantifiquem seus efeitos em uma dada localidade ou contexto regional (HONORATO, 2008). Na década de 1980, entretanto, com a descompressão política e mobilização da sociedade civil, houve uma mudança profunda no tocante à compreensão dos impactos causados pelo processo de modernização e mudanças na economia. Populações atingidas, por exemplo, organizaram-se no Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens - MAB, questionando as ações praticadas pelos empreendedores. Comunidades acadêmicas, através de projetos de pesquisa, passaram a apresentar dados que o MAB responsabilizava quanto ao impacto ambiental e social em uma série de regiões do Brasil. Também instituições políticas e econômicas como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento passaram a sugerir que se tornasse uma exigência os estudos de impactos ambientais, incluindo os efeitos socioeconômicos da implantação de GPI. Assim, foi implementada a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei No. 6.938/81), com sucessivas regulamentações e complementações até 1988, ano da promulgação da nova Constituição Federal, que em seu inciso quarto do artigo 225 exige, na forma de lei, que, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio-ambiente, a AIA – Avaliação de Impacto Ambiental.

AS VISÕES TRADICIONAIS DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

Os primeiros passos para a AIA, no entanto, já haviam sido dadas em 1986, com a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e também com a publicação pela Eletrobrás do Manual de Estudos Ambientais dos Sistemas Elétricos, adotando a metodologia proposta pela Companhia Energética de São Paulo - CESP (SOUZA, 2005). É indispensável, portanto, o caráter multidisciplinar da AIA, do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e/ou do Relatório de Impacto do Meio Ambiente - RIMA, com o intuito de corrigir, disciplinar e amenizar os impactos ambientais e sociais advindos desses empreendimentos. A soma de análises de especialistas de diferentes áreas do conhecimento pode chegar a um excelente resultado de um licenciamento adequado a realidade social que o empreendimento está sendo instalado.

A metodologia adotada é descritiva da organização político-administrativa responsável pelo licenciamento, no caso, o INEMA. Esse tipo de abordagem metodológica representa seis passos ou estágios para a etapa de estudo do processo de licenciamento. Devemos abordar um olhar do agente social ou político (ou unidade atuante) cujo procedimento estamos interessados. Neste caso, a visão do Estado é contemplada com o parâmetro de licenciamento multidisciplinar na área socioeconômica que atua o profissional das Ciências Sociais.

A CONTRIBUIÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS:

Deve-se admitir que a implantação de GPI, mineração e usinas hidrelétricas, são sempre um processo social, com efeitos complexos e multidimensionais, compreendendo aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais e ecológicos relacionados em um campo de forças de mútuas interações e condicionamentos. Cabe observar que em termos socioeconômico, monitorar e gerenciar seus efeitos não se reduz a providenciar a indenização e o deslocamento das populações das áreas requeridas pela obra. Há necessidade de analisar não apenas os efeitos imediatos, mas também antever implicações e desdobramentos laterais que apresentam esquemas interessantes que tratam do impacto ou desestruturação socioeconômica sofrida pelas populações locais. Apresento aqui, no entanto, apoiado nestes autores, um quadro mais elaborado (SOUZA, 2005; HONORATO, 2008).

O PARÂMETRO DE IMPLEMENTAÇÃO DO LICENCIAMENTO NA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS (AIA)

É a estrutura organizativa burocrática e administrativa necessária para implementar o processo AIA que por sua vez, é definido como os passos e os estágios que devem ser cumpridos. A AIA é um processo sistemático que examina as consequências ambientais de ações de desenvolvimento previamente. A Resolução 1/86 estabelece a orientação básica para a preparação de um Estudo de Impacto Ambiental com metas bem definidas. Há em determinações estaduais e

municipais do ordenamento jurídico ambiental que são estabelecidos adicionais a avaliação de impactos ambientais.

METAS DA AIA

Trata-se de prevenir danos accordado nos princípios da ISO 14001 que é um padrão de auditoria ambiental e a prevenção que requer previsão, ou antecipação da provável situação futura que seria de incitar os proponentes a conceber projetos ambientalmente menos agressivos e não simplesmente julgar se os impactos de cada projeto são aceitáveis ou não.

TRIAGEM

Definir universo de atuação humana no raio de ação do empreendimento. O conceito chave é impacto significativo. Neste caso, representa tudo aquilo que tem expressividade. A partir da grande subjetividade do termo, a importância atribuída pelas pessoas às alterações ambientais chamados “impactos” depende de seu entendimento, de seu valor e de sua percepção. CF/88 (Art. 225, IV) incute ao Poder Público exigir na forma da lei para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação ambiental o Estudo de Impacto Ambiental.

CRITÉRIOS E PROCEDIMENTO DE TRIAGEM

- a) Conjunto de atividades humanas;
- b) Conjunto de atividades que podem causar impactos ambientais e são sujeitas a controle administrativo ambiental-licenciamento e outros mecanismos;
- c) Conjunto das atividades sujeitas a AIA, Estudo de impactos Ambientais (EIA) e Relatório de Impactos Ambientais (RIMA) – impacto ambiental significativo;

As atividades humanas são determinantes na degradação ambiental e pensar na regulação de mineração é repensar toda regulamentação normativa que estabelece um relatório ou formulário de caracterização específico da área. Por isso,

mais a frente, será exemplificado o caso da mineração e as suas mitigações e compensações tributárias no âmbito da gestão ambiental pública. A apresentação da proposta de mineração tem potencial de causar impactos significativos e duradouros.

OBJETIVAÇÃO DE GESTÃO AMBIENTAL ECOEFICIENTE

1. Assegurar que as considerações ambientais sejam explicitamente tratadas e incorporadas aos processos decisórios.
2. Antecipar, evitar, minimizar ou compensar os efeitos negativos relevantes biofísicos, sociais e outros.
3. Proteger a produtividade e a capacidade dos sistemas naturais.
4. Promover o desenvolvimento sustentável e otimizar o uso e as oportunidades de gestão de recursos.

O PASSO A PASSO DA IMPLEMENTAÇÃO DA LICENÇA:

A triagem resulta em um enquadramento do projeto, usualmente em três categorias:

- a) São necessários estudos aprofundados com relatório de caracterização do empreendimento.
- b) Há dúvidas sobre o potencial degradador de impacto significativos ou sobre medidas de controle.

Portanto, dentro da abordagem metodológica da licença de mineração, pensando no âmbito normativo e das Ciências Sociais, o principal enquadramento da mineração é de potencialmente afetação ao meio ambiente. O benefício de gestão ambiental organizacional pública é a necessidade de aprovação através de estudo de impactos ambientais de fundamento normativo e conforme as recomendações internacionais de padrões socioambientais que priorizam as relações socioeconômicas.

ADENDO: DESCREVER ICM ARRECADADO NA MINERAÇÃO

Um dos principais impostos atrelados à mineração é a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM. Estabelecida pela Constituição de 1988, em seu Art. 20, § 1º, é devida aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, e aos órgãos da administração da União, como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios.

A CFEM é devida por quem exerce atividade de mineração em decorrência da exploração ou extração de recursos minerais. Constitui fator gerador da Compensação Financeira e saída por venda do produto mineral das áreas da jazida, mina, salina ou outros depósitos minerais. Expande-se também à utilização, transformação industrial do produto mineral ou mesmo do consumo por parte do minerador.

Os recursos da CFEM são distribuídos da seguinte forma:

- 12% para a União (DNPM, IBAMA e MCT).
- 23% para o Estado onde for extraída a substância mineral.
- 65% para o Município produtor.

SEGUNDO PASSO

Determinar o escopo do Estudo de Impactos Ambientais:

- a) A base é o termo de referência (TR) ou instruções técnicas formatadas pelos técnicos do órgão ambiental e INEMA, de acordo com as características do empreendimento.
- b) Normas gerais, regulamentações, resoluções CONAMA e decretos vigentes.
- c) Abrangência e profundidade do Estudo.
- d) Em função do impacto que pode decorrer o empreendimento.

Elaboração dos Impactos Ambientais:

- a) Análise da viabilidade do empreendimento.
- b) Formação de equipe mista (multidisciplinar). Neste caso, os outros estágios não deixam de ser composto de uma participação mista de profissionais.

TERCEIRO PASSO

Análise técnica do INEMA:

- a) Encarregado de autorizar a viabilidade do empreendimento baseado nas instruções técnica ou termo de referência - TR;
- b) Notificações de ajuste;
- c) Condicionantes;
- d) Estudo complementares.

QUARTO PASSO

Consulta pública

Típica e necessária depois do Estudo de Impacto Ambiental, já que somente nesse momento haverá o quadro mais completo possível sobre as implicações do empreendimento. No caso, em um estudo de impacto socioeconômico, é preciso ter em mente que a região de influência de um empreendimento pode ser pensada como um conjunto de relações de força objetivas processadas por todos os que entram em jogo neste campo. Atores sociais se encontram, inclusive, em “negociação” pela imposição da visão legítima da dinâmica econômico-social de sua região ou município. Trata-se, portanto, de integrar dados quantitativos (indicadores), a representações, e, com efeito, as ações que estão se desenvolvendo e/ou que irão se desenvolver no “rearranjo” a que estão submetidos os sujeitos, assim como a contribuição que dão ou podem dar para a re/construção deste rearranjo. A proposta, portanto, é a de descrever o “jogo” de interação entre os atores envolvidos (HONORATO, 2008).

QUINTO PASSO

A autoridade ambiental (INEMA) tem dois tipos de decisões:

- (i) Não autorizar o empreendimento;
- (ii) Aprová-los incondicionalmente ou condicionando. Cabe ainda retornar a parte anterior, solicitando modificações ou a complementação dos estudos apresentados ou condicionantes.

SEXTO PASSO

Monitoramento e gestão ambiental: corresponde a todas as atividades que se seguem ao planejamento ambiental e que visam assegurar a implementação satisfatória do plano. O acompanhamento deve permitir confirmar ou não as previsões feitas pelo EIA, alertando para ajustes e correções.

Porém, a legislação do processo de licenciamento representa a institucionalização da resolução dos conflitos e interesses das partes proponentes na licença, esta concedida apenas pelo Estado. A organização social burocratizada do Estado, a Diretoria de Regulação Administrativa, atua com o papel de gestora ambiental no processo de mediação de interesses e disputas entre os atores sociais que agem sobre o meio físico-natural. Esse processo de mediação é estruturante e estruturado, continuamente, por ação de diferentes atores sociais através de práticas que alteram a qualidade do meio ambiente e também na distribuição dos custos e benefícios decorrentes desses agentes (QUINTAS, 2002). Portanto, o cientista social é o artífice na construção de pareceres técnicos que é um adjacente da licença, sendo capazes de chegar à distribuição mais equânime possível da realidade social.

Ambos os pressupostos são frágeis colocados sobre as contingências da realidade social, que não é perfeita e nem tem condições ideais de ordem cultura, social, política e econômica. Portanto, através de outras vertentes da implementação pela intervenção direta nos instrumentos da realidade social foi possível desconstruir o foco na teoria de “desvio de rota” do tipo de implementação “top down”.

UMA SOCIOLOGIA AMBIENTAL

Garantir certas implementações e padrões de desenvolvimento humano, social e de proteção e a preservação ambiental nas circunstâncias ligadas ao meio ambiente são aspectos do presente e do futuro na convivência social. Traçando o momento histórico da licença ambiental, a preocupação e problemas com o meio ambiente são retratos da década de 1980 e no século XXI, que expõem uma crise no modelo de exploração dos recursos naturais e a exploração intensa da indústria e os respectivos impactos ambientais na sociedade. O quadro da Sociologia Ambiental

é um destaque na observação dos estudos, implementação, e avaliações de impactos socioambientais, esclarecendo e traçando a temperatura histórica e as implicações das modificações feitas pelas práticas sociais e as autorizações normativas que legitimam as alterações no meio ambiente.

O meio ambiente é um espaço percebido e materializado produzido com diferentes escalas de compreensão e intervenção. Exprime uma totalidade que só se concretiza à medida que é preenchida pelos agentes sociais com suas visões de mundo e práticas. Mais ainda, o ambiente é o resultado de interações caóticas e convergentes limitadas em recortes de espaço temporais, que permitem a construção do sentido de pertencimento, localidade, territorialidade e identidade. Tal espaço geográfico modificado pelos agentes sociais é o aglomerado de três eixos: elementos naturais, artificiais e culturais que, uma vez integrados, propiciam o desenvolvimento equilibrado da vida, em todas as suas formas. Neste caso, é possível classificar o cultural e ambiente de trabalho como a significação de valor; e o local, no qual se desenvolve a atividade humana do trabalho.

Definimos a categoria de meio ambiente não só no desenho da capacidade de inter-relacionar os organismos vivos e o meio físico, mas também destacando a ponte entre as ciências naturais e as ciências sociais que dialoga as transações e trocas na sociedade. Nas palavras de Honorato (2008):

Técnicas de levantamento de dados qualitativos tal como entrevistas semiestruturadas e em profundidade, registro de depoimentos oficiais e não-oficiais, e reconstrução da memória, são essenciais para traçar a “arquitetura” deste campo de forças, identificando, assim, demandas, reivindicações, necessidades reais e “não-reais”, etc., de forma a promover apoio e cooperação (voluntária ou não) do empreendedor e das localidades, induzindo o comprometimento de recursos e estratégias variadas a partir de decisões coletivas.

A delimitação qualitativa, sem que haja perda do rigor científico, de visões do espaço social e de estratégias de imposição desta visão, permitiria compreender o princípio e a eficácia destas mesmas estratégias pelos quais os agentes têm em vista conservar ou modificar o espaço. A análise sociológica, desta forma, pode contribuir positiva, sistemática, objetiva e científicamente no desenho das forças em jogo. Pode contribuir também para identificar as ideologias que orientam a ação dos agentes, ajustando-as, no caso, para uma cooperação ou assimilação ao empreendimento que está em andamento.

Porém, os problemas ambientais são agravantes na escala de produção e consumo. Por exemplo, a lei de resíduos sólidos brasileira que pretende, no ano de 2014, uma extinção dos lixões, realidade no Japão e países nórdicos que tem implementação das políticas de proteção do meio ambiente de ecoeficiência. É interessante pensar na gestão ambiental de resíduos sólidos, que é a reutilização dos rejeitos sólidos e a reconstrução dos valores que damos ao lixo. Problemas ambientais são distintos conforme os interesses, necessidades, formas de produzir e instituir as relações intersubjetivas de grupos e classes sociais. Posto isto, o modo como os indivíduos se relacionam com a natureza elevando os resíduos e causando degradação do solo, derrubada de floresta, poluição do solo (pesticidas e herbicidas) que consta a poluição por metais pesados e a poluição do ar acentuam os problemas ambientais. A produção é uma transformação da matéria-prima em bens e serviços naturais para atender às necessidades e desejos humanos. Portanto, as ciências sociais manejam e esclarecem a relação social estruturante e estruturada na organização e no processo. Além disso, o cientista social é instrumentado com disposições duráveis e inconscientes das transformações feitas pelos indivíduos na vida social através do trabalho no meio ambiente e suas mediações na implementação do licenciamento ambiental.

A degradação da qualidade ambiental resulta em ações racionais deliberadas dos indivíduos em cinco aspectos: no primeiro, afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; em segundo, lacem materiais ou energia em desacordo com os padrões; afetem a biota; no quarto, prejudiquem a saúde, segurança e bem-estar da população e, no fim, criem condições adversas às atividades sociais e econômicas. Mas é esse o processo de licenciamento ambiental mediado pelas Ciências Sociais dentro do Estado. Definição e redefinição, continuamente, e a depender do modo com os diferentes atores sociais, por meio de suas práticas atreladas ao Estado e a sociedade civil alteram a qualidade de meio ambiente e também como se distribuem os custos e os benefícios decorrentes da ação desses agentes. Deste modo, o estudo socioeconômico do profissional das ciências sociais implica:

- Apoio técnico nas análises dos aspectos socioambientais e econômicos nos processos de licenciamento ambiental.

- Participar das análises comparativas entre os Termos de Referência (TR) e os Relatórios de Impactos Ambientais (RIMA).
- Participação das Oficinas Preparatórias para as Audiências Públicas, reuniões técnicas e apoio técnico. Atividades administrativas inerentes aos processos. Identificar processos de licenciamento. Participar de discussões com equipes técnicas referentes aos aspectos sócio econômicos no licenciamento e a inspeção técnica.

Porém, o contexto dos impactos ambientais nas relações sociais, políticos e empresarial ganha novo papel na relação: indivíduo e sociedade ocorrendo mudança nos valores políticos-ideológicos ou uma gestão ambiental pública ecoeficiente que deve incorporar a sociedade nas implementações e intervir no apoderamento de maior responsabilidade ambiental, que é objetivada nas avaliações e prevenções nas degradações feitas pelas ações dos indivíduos na sociedade.

Exemplificando o caso da mineração, os recursos tributários referem-se à Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais – CFEM, inicialmente referenciada na própria Constituição, em seu art. 20, § 1º e, posteriormente, na Lei n. 7.990, de 28.12.89 e na Lei n. 8.001, de 13.03.90, que deve atender a uma política administrativa de resultado as demandas sociais do local de afetação direta e indiretas. Este é o imposto criado para compensar os danos ambientais inerentes à atividade de mineração.

Em razão disso, a intervenção crescente do Estado busca maior eficácia e eficiências nas relações entre os empreendimentos - atividade econômica de responsabilidade de pessoa física ou jurídica, desenvolvida em local(is) específico(s) – e órgão licenciador. É a partir do processo administrativo, através do qual é analisada a viabilidade ambiental do empreendimento ou atividade, em conformidade com a legislação vigente e com os preceitos do desenvolvimento sustentável, contemplando todos os atos autorizativos identificados no requerimento único é autorizado o licenciamento ambiental. Depois uma análise minuciosa dos preceitos normativos e do trabalho de inspeção que é o formulário preenchido pelo técnico ou pela equipe técnica onde são relatadas as observações da inspeção técnica, portanto, capacitando a emissão de notificação pertinente à compensação e mitigação pertinente a comunidade envolvida na relação empreendedora-sociedade

civil. Cabe, no fortalecimento de associações de classe, o papel do meio de comunicação e agências reguladoras ambientais e tornar mais duro as punições e cumprimentos das normas ambientais e a cobrança do papel ético dos empreendimentos envolvendo nos impactos ambientais.

Esses custos ao empreendedor, porém, são baseados em ganhos econômicos através de impactos ambientais de eficiência técnica no manuseio dos recursos naturais, objetivando lucros monetários, bem como ecológicos por meio de medidas tributárias entre ambos sobre as atividades degradantes e o interesse social. Portanto, o estudo das relações organizacionais e o processo de implementação do licenciamento ambiental no âmbito das ciências sociais é requerer o esclarecimento do histórico de decisões e seus elos perdidos dentro da gestão pública e as suas barganhas, havendo a necessidade do esclarecimento e embasamento na ecoeficiência do processo e da organização do mesmo.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P.; LINS, D. S. **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Campinas, SP: Papirus, 2000. 119 p.

BECKER, H. S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 231 p.

HONORATO, G. S. Gerenciando impactos socioeconômicos: o papel da Sociologia na implementação de usinas hidrelétricas no Brasil. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, v. 1, p. 1, 2008.

LOUREIRO, C. F. B. (Org.). Educação ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais: a perspectiva do licenciamento. Salvador: IMA, 2009 a. (Série Educação Ambiental, 5).

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu & a educação**. 3. ed., rev. conforme Novo Acordo Ortográfico Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2009. 126 p

PEREIRA, L. C. B.; SPINK, P. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. da FGV, 1998. 314p.

QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública**. Brasília: IBAMA, 2005. 132 p. il. (Coleção Meio Ambiente. Série Educação Ambiental, 5).

SILVA, P.; MELO, M. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil**: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. São Paulo: Nepp, 2000.

SANCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental**: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 495 p.

SOUZA, M. L. C. de. **Licenciamento ambiental passo a passo no Estado da Bahia**: normas e procedimentos: guia para empreendedores, consultores e técnicos que atuam na área ambiental. Salvador: CRA, 2002. 136 p.

SOUZA, E. A. **Reordenamento sócio-econômico e cultural das famílias atingidas pela UHE Engenheiro Sérgio Motta**: reassentamentos Pedra Bonita e Santa Emília/Santana em Brasilândia-MS. Dissertação de Mestrado (Geografia). Presidente Prudente: UNESP, 2005.

OS CONCEITOS SOCIOLOGICOS FUNDAMENTAIS DE MAX WEBER EM "A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO"

Gabriella Ane Dresch¹⁵¹

RESUMO

Este artigo pretende esclarecer alguns dos conceitos sociológicos fundamentais apresentados por Max Weber. São utilizados trechos de “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, um dos mais difundidos trabalhos do autor e um marco para as Ciências Sociais, para possibilitar o contato com o modo pelo qual os termos aparecem na obra de Weber. O intuito é facilitar a compreensão da teoria weberiana pelo esclarecimento de pontos importantes da sua proposição teórico-conceitual, aliado de uma breve familiarização da interpretação do autor acerca da modernidade ocidental.

Palavras chave: Conceitos sociológicos fundamentais. Max weber. Tipo ideal. Relação social. A ética protestante e o espírito do capitalismo.

INTRODUÇÃO

Max Weber é considerado um dos clássicos da Sociologia e da Ciência Política; pertenceu a uma leva de professores preocupados com diversos âmbitos da sociedade, tais como economia, religião, política e arte. Suas contribuições têm grande relevância para a ciência: a forte base do autor em História, Psicologia, Teologia, Literatura Comparada, Filologia, Filosofia e Clássicos permitiu que o seu trabalho fosse tão abrangente e valioso.

Para garantir a devida compreensão dos escritos weberianos, é fundamental conhecer os conceitos que o estudioso emprega e os significados que lhes atribui. Robert A. Dahl chama a atenção para esse cuidado já no segundo capítulo de “A Análise Política Moderna”¹⁵², ao explanar a análise semântica e ressaltar que o esclarecimento dos termos usados é importante pelo fato de muitos deles não possuírem uma definição aceita ordinariamente. Weber, décadas antes, teve essa preocupação e elaborou um texto denominado “Conceitos Sociológicos

151 Graduanda do curso de Ciências Sociais da UFPR, contato: gadresch@gmail.com

152 A Análise Política Moderna, 1976

*Fundamentais*¹⁵³ com o intuito de elucidar termos recorrentes e de maior relevância em sua produção intelectual. Por essa razão, este artigo pretende apresentar alguns dos conceitos sociológicos fundamentais que norteiam toda a obra de Max Weber, com foco especial em “*A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*”.

A escolha desse livro como fonte de exemplos se justifica por ele ser um marco nas Ciências Sociais; uma inovadora leitura do capitalismo como “espírito”, já que é firmemente atrelado à cultura e em especial à ética religiosa puritana. Nele, muitos dos conceitos de Weber aparecem, seja explícita ou implicitamente. Entendemos que unir um dos mais reconhecidos trabalhos de Weber à explicação de sua terminologia é uma preciosa combinação a ser explorada. Em um primeiro momento abordaremos a definição de ação social e tipos ideais, por considerá-los suportes importantes para avançar no nosso tema. Em seguida dissertaremos sobre as razões que definem a ação social e de que modo elas aparecem em “*A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*”. Daremos sequência apresentando brevemente os termos “costume” e “hábito”, e os últimos termos sobre os quais trataremos são relação social e ordem legítima. Finalizaremos com as considerações finais, nas quais mostraremos porque julgamos relevante explorar esse âmbito da teoria weberiana.

AÇÃO SOCIAL E TIPO IDEAL

O autor dá início a “*Conceitos Sociológicos Fundamentais*” atentando-se à definição de sociologia como a ciência que pretende entender pela interpretação a ação social, com o intuito de explicá-la causalmente nos seus desenvolvimentos e efeitos. A ação social, por sua vez, é uma ação realizada pelo sujeito a partir do momento em que ele se orienta pelo comportamento dos outros. Nem toda a ação é social (vide o famoso exemplo das pessoas que abrem simultaneamente os guarda-chuvas em um temporal, sem que esse ato tenha qualquer orientação na atitude dos demais), do mesmo modo que nem todo o contato humano o é.

Após introduzir tais termos, Weber entra no âmbito dos fundamentos metodológicos. Dentre todos os aspectos citados, o que nos parece mais relevante para os fins deste artigo refere-se ao método científico da construção de tipos. A

153 A Metodologia das Ciências Sociais, Conceitos Sociológicos Fundamentais.

sociologia weberiana também é conhecida como “sociologia das tipologias” pelo uso frequente deste método como norteador de análises; base para o estudo e construção dos recortes da realidade e composições. Neste ponto é importante lembrar que Weber rejeita terminantemente qualquer teoria de caráter global: ele acredita que todos os estudos devem ser realizados a partir de recortes específicos da realidade e os conceitos devem ser construídos ao longo da pesquisa. Com isso, chegamos à construção de tipos, mais especificamente dos tipos ideais: um recurso metodológico que visa a identificação de categorias típicas e padrões de um fenômeno social; uma representação caricaturada da realidade com objetivo de comparação. Em “*A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo*”, Weber se utiliza desse artifício para compor um perfil peculiar: o tipo ideal do empresário capitalista.

Ele se esquia à ostentação e à despesa inútil, bem como ao gozo consciente do seu poder, e sente-se antes incomodado com os sinais externos da deferência social de que desfruta. Sua conduta de vida, noutras palavras, comporta quase sempre certo lance ascético, tal como veio à luz com clareza no citado ‘sermão’ de Franklin (...). De sua riqueza ‘nada tem’ para si mesmo, a não ser a irracional sensação de ‘cumprimento do dever profissional’. (Weber, 2012, p.63)

Os tipos ideais são um meio de conhecimento que têm a função de facilitar o estudo, apontar um caminho a ser seguido pelo pesquisador. No entanto, raramente se aplicam de modo pleno; são incapazes de abranger a complexidade do mundo concreto, justamente por comporem recortes de realidades específicas. Por conta dos tipos ideais, a sociologia comprehensiva é considerada racionalista.¹⁵⁴

Outro ponto fundamental é que Weber não entende as coletividades como uma espécie de sujeito em si, e sim o resultado de ações específicas de pessoas individuais, já que somente elas podem realizar ações orientadas em um sentido. Com isso, ele pretende explicar que os tipos ideais e as ditas coletividades são baseados na ação social dos indivíduos, mas a ação de cada um em particular não é objeto de estudo da sociologia. A definição de Estado advém dessa concepção: é um conjunto complexo de interação humana.

RAZÕES QUE DEFINEM A AÇÃO SOCIAL E DE QUE MODO ELAS APARECEM EM “A ÉTICA PROTESTANTE E O ‘ESPÍRITO’ DO CAPITALISMO”

154 Weber, Conceitos Sociológicos Fundamentais, p. 402, 1992,

Desanuviar no princípio do texto o que se comprehende por ação social e, em seguida, os tipos ideais, permite criar a base necessária para o aprofundamento dos conceitos sociológicos fundamentais. Weber prossegue estabelecendo quatro razões que definem a ação social: racional com relação a fins; racional com relação a valores; afetiva; e tradicional. O contraste entre a primeira e a segunda é ricamente explorado em “*A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo*”, porém, antes de adentrarmos este âmbito do livro, esclareceremos as implicações conferidas às ações sociais supracitadas.

A ação racional com relação a fins é estratégica, determinada por avaliação e expectativas de ganho próprio com cálculo minucioso das consequências; ponderação detalhada da relação entre meios e fins, buscando o fim em si próprio. Ela ignora o agir afetivo e o tradicional, embora possa ter mesclas da ação racional com relação a valores. A ação racional com relação a valores, por sua vez, centra-se primordialmente nas convicções das pessoas, sem necessariamente ter preocupações com as consequências do ato. É quando o indivíduo age condicionado por suas crenças ou valores, porque é o que ele crê ser o correto. Particularmente na política, esse tipo de ação pode gerar o autoritarismo. Ademais, pode ser considerada uma espécie de moralismo que não precisa remeter o tradicionalismo, já que nela as convicções do indivíduo não precisam se orientar em condutas estabelecidas há séculos e tidas como legítimas, dado que “sempre foi assim”. A afetiva ultrapassa o que pode ser considerado como dotado de sentido, pois depende do estado emocional do indivíduo no momento e outros fatores similares. Por fim, a tradicional provém de costumes seculares e profundamente enraizados. Geralmente não há reflexão sobre ela, diz-se que as coisas simplesmente são de tal modo porque sempre foram.

Sobre a distinção dessas ações, é relevante fazer uma ressalva: não há (e nem pode haver) uma delimitação exata de cada uma. Na vida cotidiana elas se misturam, convergem e destoam dependendo de cada caso, o que implica constatar que é extremamente difícil encontrar alguma delas pura. A imprecisão nas transições é uma característica que circula por vários conceitos estabelecidos por Max Weber, no entanto, para fins de análise, eles são extremamente úteis.

No caso do livro, Weber trabalha com a transição do catolicismo para a reforma protestante e a disseminação do protestantismo ascético, com sua ética

peculiar atrelada ao desenvolvimento do capitalismo. É possível identificar a ação racional em relação a valores em vários trechos; começaremos com a menção aos protestantes:

A vida do ‘santo’ estava exclusivamente voltada para um fim transcendente, a bem aventurança, mas *justamente por isso* ela era *racionalizada* em seu percurso intramundano e dominada por um ponto de vista exclusivo: aumentar a glória de Deus na terra. (Weber, 2012, p. 107).

As maneiras de aumentar a glória de Deus na terra diferiam de acordo com as vertentes do protestantismo, Weber opta por ceder maior atenção ao calvinismo. Essa doutrina consiste na crença da predestinação de escolhidos à salvação. Para mostrar e ter certeza de que são os eleitos, sua vida ética é metodicamente rationalizada, especialmente na forma de uma dedicação fervorosa à vocação profissional. Como descrito: “(...) Distingue-se o *trabalho profissional sem descanso* como o meio mais saliente para se conseguir essa autoconfiança. Ele e somente ele dissiparia a dúvida religiosa e daria a certeza do estado de graça.” (Weber, p. 102, 2012).

A ação racional com relação a valores é observada claramente na ética calvinista e, por conseguinte, na dita vocação profissional: a dedicação intensa ao trabalho e ao lucro não é realizada visando o acúmulo de dinheiro para o gasto com qualquer outra coisa que não seja o novo investimento do capital. O objetivo era afirmar o estado de graça proporcionado por Deus. Cabe uma última citação que demonstra como o sentido dessa ação era percebido. No contexto dela, Weber discorre sobre sua impressão da maneira atrasada com a qual as mulheres operárias trabalhavam, frisando sua suposta incapacidade de abandonar os modos de trabalhos tradicionais, de se concentrar ou “fazer uso do intelecto”. Todavia, aponta uma exceção:

Coisa diferente só costuma acontecer com moças de educação especificamente religiosa, notadamente de origem pietista. (...) A capacidade de concentração mental bem como a atitude absolutamente central de sentir-se no “dever de trabalhar” encontram-se aqui associadas com particular frequência a um rigoroso espírito de poupança que calcula o ganho e seu montante geral, a um severo domínio de si e uma sobriedade que elevam da maneira excepcional a produtividade. (Weber, p. 55, 2012)

Após explanar detalhadamente as implicações do protestantismo, o autor retoma a reflexão sobre o capitalismo e percebe que a ética protestante foi um fator de grande peso para o desenvolvimento e disseminação do capitalismo dito

moderno, tal como se configurou. Contudo, Weber salienta que no período em que escreve a religiosidade supracitada já não é compartilhada pela maioria dos capitalistas; as noções de produtividade e racionalização do trabalho perduram, mas o **sentido** da ação não é o mesmo. O capitalismo moderno prima pela ação racional em relação a fins, o “*homo oeconomicus*” se sobrepõe em relação aos demais, e o objetivo das pessoas se torna lucrar sem ter como foco a outra vida ou a salvação. O lucro é o fim em si mesmo. Passamos, então, ao trecho sobre a ação racional com relação a fins. A parte mais clara que podemos encontrar em “*A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*” é de um documento de Benjamin Franklin:

Lembra-te de que *tempo é dinheiro*; (...) de que *crédito é dinheiro*; (...); de que o dinheiro é procriador *por natureza fértil*. O dinheiro pode gerar dinheiro e seus rebentos ainda mais, e assim por diante. (...) Lembra-te que um *bom pagador* é senhor da bolsa alheia. (...) Nada contribui mais para um jovem subir na vida do que pontualidade e retidão em todos os seus negócios (p. 43 e 44).

Weber também comenta sobre uma maneira que os empresários capitalistas encontraram para aumentar a produtividade dos operários: ofereciam um salário por tarefa. Afinal, se o fim último do trabalhador era ter mais dinheiro, faria o possível para trabalhar progressivamente mais e receber mais. Neste ponto é interessante notar o impasse que o autor mostra entre as ações. Se, por um lado, os empresários ofereciam oportunidades de aumentar o salário dos empregados, baseando-se na ideia de que eles seriam guiados pela ação racional com relação a fins, em muitos casos ocorreu o efeito contrário. Por se orientarem primordialmente de acordo com valores católicos, um número significativo dos operários passou a trabalhar menos, julgando que só precisavam receber uma quantia que garantisse sua sobrevivência (conforme pregava a religião).

COSTUME E HÁBITO

Costume e hábito são conceitos muito simples, todavia, como usualmente ocorre nos escritos weberianos, relacionam-se intimamente aos demais e são essenciais para que a compreensão dos textos e a análise da sociedade sejam tão plenas quanto possível. O objetivo de apresentá-los nesse momento se justifica não apenas por seu esclarecimento pontual, mas também porque são conceitos de grande importância para a assimilação de outros termos.

Nas ações sociais podemos observar regularidades, repetições frequentes por parte dos participantes, cujo sentido atribuído é igual. O costume é quando a regularidade de um comportamento se mostra no cotidiano e o hábito é um costume que perdura e está profundamente enraizado no grupo. As pessoas costumam aceitar o hábito sem questioná-lo, embora não haja uma obrigatoriedade nele.

RELAÇÃO SOCIAL E ORDEM LEGÍTIMA

O próximo conceito weberiano que nos interessa é a relação social, que é o comportamento de vários orientando-se pela reciprocidade e dotado de significado. Sobretudo, consiste na probabilidade de que alguma forma de comportamento social de caráter recíproco tenha existido ou possa existir no futuro; é agir da forma indicada pelos padrões sociais. Nela, os indivíduos geralmente têm uma visão unilateral da ação, sendo que o sentido da ação recíproca não é necessariamente entendido do mesmo modo por todos os participantes.

Em “*A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo*”, o intelectual descreve a ordem econômica capitalista como um universo que se apresenta como um dogma, um fato inalterável para o indivíduo que nasce nele e ao qual são impostas as regras de ação econômica. O indivíduo é cobrado constantemente pela sociedade acerca do seu dever de enriquecer; ser rico é uma distinção social de extrema importância em um meio que valoriza o lucro como um fim em si próprio. Desde cedo ele aprende que deve se esforçar para ganhar mais, ter mais bens e melhores condições de consumo; uma pessoa sem posses é considerada fracassada. Esse sistema seleciona e molda os agentes de acordo com seus preceitos, e, pelo fato de limitar as escolhas dos indivíduos, pode ser considerado uma espécie de relação social.

Os indivíduos que participam da ação social e da relação social tendem a direcionar seu comportamento com base na representação de uma ordem legítima. Assim, chegamos ao último conceito a ser destrinchado neste artigo. A ordem legítima existe especialmente no “sentimento de dever” e atribuição de validade por parte dos membros, que considerariam a transgressão dessas regras uma falta grave. A legitimidade é garantida de maneira interior ou exterior; sendo que a primeira pode englobar a maneira afetiva e a racional com relação a valores,

enquanto a segunda é caracterizada pela cogitação dos possíveis de desdobramentos externos.

Existem dois tipos de ordem legítima: convenção e direto. Convenção é uma ordem de validade garantida pela aprovação geral, enquanto o direito é a validade da ordem garantida pela possibilidade de coação. Weber também aponta a justificações da ordem legítima, pode ser por causa da tradição; crença afetiva; fé racionalizada ou estatuto positivo.

Quando pensamos em “*A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo*”, identificamos a ordem legítima tanto nos exemplos que nortearam nosso esclarecimento sobre a ação racional com relação a fins quanto no que usamos para a ação racional com relação a valores. Ambos pregam o sentimento do dever de trabalhar, mas com sentidos distintos. No caso dos protestantes ascéticos, a ordem legítima é verificada em decorrência da convicção da profissão como vocação; o dever de trabalhar e o cumprimento assíduo dele determina os que terão a salvação. Podemos considerar, portanto, essa ordem como justificada de maneira puramente interior, dado que envolve valores morais religiosos.

O dever de trabalhar que emana no capitalismo moderno, por sua vez, pode ser colocado como uma ordem legítima garantida pelo exterior. Isso porque podemos inferir que o indivíduo conduzido por esse sistema (cuja ação social é em relação a fins) trabalha e age com base nas possíveis consequências de seus atos para o fim último de ganhar mais dinheiro. O trabalho, portanto, seria o meio mais difundido e estimulado nessa ordem econômica para aqueles que têm o objetivo de enriquecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse artigo, pretendemos adentrar e esclarecer um pouco do universo terminológico do autor, tendo como guia o texto “Conceitos Sociológicos Fundamentais” e o adendo de outras bibliografias que nos possibilitaram fazer complementos necessários para uma assimilação exitosa. Mostramos como “*A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*” apresenta os conceitos clássicos e de que modo eles se relacionam, além de explanar superficialmente (dado que este não era o nosso foco principal) o conteúdo de uma das maiores obras da sociologia. A

importância de dissertar acerca da identificação, expiação e interpretação dos conceitos é facilitar o estudo da teoria weberiana, pois entendemos que a compreensão do extenso trabalho de Max Weber é extremamente valiosa para qualquer indivíduo que intencione se tornar um bom cientista social – ou apenas um perspicaz observador da sociedade.

REFERÊNCIAS

COHN, Gabriel. **Critica e resignação**: fundamentos da sociologia de Max Weber. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. 161p. (Biblioteca básica de ciências sociais. Teoria e método; v.1).

COSTA, Jean Henrique - Max Weber e a objetividade do conhecimento nas ciências da cultura: um breve guia para o texto A 'Objetividade' do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política (1904) – **Revista Espaço Acadêmico**, nº120, maio de 2011.

DAHL, Robert Alan. **Análise política moderna**. Brasília (DF): Ed. Univ. de Brasília, 1981. 142 p., il. (Pensamento político; v. 26).

WEBER, Max; GERTH, Hans Heinrich; MILLS, C. Wright. **Ensaios de sociologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WEBER, Max; PIERUCCI, Antonio Flavio de Oliveira. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Ed. da UNICAMP, 1999

ENTRE O CHÃO DE FÁBRICA E A SALA PRESIDENCIAL A PRIMEIRA COOPERATIVA INDUSTRIAL DO PARANÁ

Luara A. Stollmeier¹⁵⁵
Walmir Braga Junior¹⁵⁶
Débora Porcel¹⁵⁷

RESUMO

As relações que comportam os processos produtivos passaram por grandes modificações desde a década de oitenta - marcada pela reestruturação produtiva e fabril, integração no mercado de fornecedores chineses e, particularmente, a implantação do plano real. As reminiscências das estruturações anteriores se reconfiguraram em torno de um contexto marcado também por fatores internos de produção e administração, compondo novos modelos industriais que caracterizam alternativas capazes de enfrentar paradigmas clássicos do capital, entretanto, estabelecidos sob a mesma lógica de sua reprodução, como é o caso da Cooperbotões¹⁵⁸.

Palavras Chave: Cooperativismo. Capitalismo. Reestruturação Industrial.

O CAPITALISMO CONCORRENCEIAL E O COOPERATIVISMO INDUSTRIAL

As transformações históricas ocorridas pela expansão capitalista, nos últimos decênios do século XX e início do XXI, culminaram em alterações para o universo do trabalho - e, em consequência disso, contribuíram na promoção de mudanças sociais, tal como dimensionaram novas formas de sociabilidade. No concernente a tais transformações, faz-se essencial citar o fenômeno da globalização da produção e dos mercados, o qual desconcentrou atividades - estendendo a produção industrial para boa parte do globo terrestre (LIMA, 2007, p.06).

A ocorrência de tais acontecimentos corrobora a previsão de Karl Marx (2010) acerca das tendências de internacionalização do capital, isso em virtude do

155 Graduanda do curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Paraná.

156 Graduando do curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Paraná.

157 Co-autora. Graduanda do curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Paraná.

158 O referencial empírico utilizado no presente artigo contempla uma entrevista informal realizada com o atual presidente da cooperativa, Sr. Renato Luiz Nunes; dados obtidos na dissertação de Domingues, *Empresa falida: resistência dos trabalhadores e autogestão a partir da criação de uma cooperativa* (2009); notícias publicadas no Jornal Gazeta do Povo entre os anos de 2000 e 2003, consultadas no banco de arquivos históricos da Cooperbotões.

ineditismo quanto ao registro da tendência auto-expansiva do mesmo. Contemporaneamente, István Mészáros reconhece o valor da contribuição marxiana, tanto como salienta o elevado grau de maturação atingido pelo capital, denominando-o *sistema de capital global*. O filósofo húngaro define a este como “uma forma incontrolável de controle sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2002, p. 96), acentuando que tal sistema resulta da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao próprio capital. Com efeito, o sistema do capital, em virtude do seu elevado grau de desenvolvimento, acaba por extirpar todas as tentativas de interferências, mesmo as mais ínfimas, em seus parâmetros estruturais.

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a *mais* poderosa – estrutura “*totalizadora*” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. (MÉSZÁROS, 2002. p.96).

Os processos de reestruturação produtiva Fordista e Toyotista refletem a mesma apreciação do autor. Porém, é importante frisar - o modelo Toyotista de produção passou a organizar-se dentro do sistema *just in time* e sob demanda, revolucionando os modos de produção em plena crise do sistema Fordista. Com a crise dos anos 70, que passou a se configurar em uma crise estrutural do próprio sistema capitalista, o modelo japonês era uma das únicas formas de produção adaptáveis à recessão econômica. Com uma nova forma de organização produtiva, agora por demanda, surgem novas formas de contratação da classe trabalhadora, que apesar de ter conquistado nos anos 50 e 60 importantes direitos trabalhistas, passa a ver os mesmos serem progressivamente flexibilizados em acordo com a crise econômica. A partir dos anos 70, com a expansão do modelo japonês em nível mundial, são agravados os quadros de intensificação do trabalho, da reorganização sindical pelo modelo sindicato-empresa, das formas ampliadas de subcontratação e terceirização, que além de promoverem uma menor remuneração à classe trabalhadora, serviram como importante desmobilizador para as lutas dessa classe. Nesse ínterim, boa parte dos quadros profissionais de base passou a ocorrer sob a condição de contratos temporários - inúmeros, inclusive, sem filiação sindical (GOUNET, 1999. p. 9). A coerção social causada pelo desemprego estrutural - advindo da diminuição progressiva de trabalhadores dentro das fábricas - contribuiu

no interior desse quadro histórico para uma forçada adaptação da classe trabalhadora a essas novas condições de trabalho.

No âmago desse complexo presente histórico, marcado pelo agravamento da crise ocorrida no universo do trabalho, tanto no plano mundial como nacional, houve o surgimento de diversas cooperativas industriais de trabalhadores em resposta a tal panorama. Tais alternativas ao emprego foram gestadas, por exemplo, em propriedades produtivas que por dificuldades de várias ordens – sobretudo advindas de fatores sistêmicos, mas também de outros, singulares – não conseguiram adequar-se às novas demandas do mercado, entrando em processo de falência. Desse modo, as mudanças no mundo do trabalho dos anos de 80 e 90 ocasionaram reengenharias nas fábricas e no setor produtivo, levando ao surgimento de inúmeras cooperativas de trabalhadores que assumiram espólios falidos (GOHN, 2010).

No concernente a tais casos, tem-se que alguns deles se fazem exemplares devido a toda a gama de experiências que incorporam e ilustram as dimensões política, econômica, histórica e social desse período e as mudanças sinalizadas pelo mesmo. Um desses casos se revela no contexto do estado do Paraná, com o surgimento da primeira experiência cooperativa industrial em seu território, a Cooperbotões.

O NASCIMENTO DA PRIMEIRA COOPERATIVA INDUSTRIAL DO PARANÁ

A fábrica de botões Diamantina Fossanese já existia na cidade de São Paulo antes de ser instalada em Curitiba em 1975, atraída por incentivos promovidos pelo governo paranaense, sendo um dos primeiros empreendimentos estabelecidos na Cidade Industrial de Curitiba. Na época, contava com aproximadamente 400 funcionários, entre eles 42 vindos de São Paulo com a mudança. Em seu apogeu, no início dos anos de 1980, a Diamantina Fossanese tornou-se detentora de cerca de 90% do mercado brasileiro de botões, inovando nacionalmente com a implantação da tecnologia do poliéster na produção, além de lograr a marca de ser a terceira maior fábrica do mundo no segmento.¹⁵⁹

159 Dados revelados através de jornais coligidos e disponíveis no arquivo da cooperativa.

Fundada por Giovanni Olivero e sob sua direção, a fábrica contava com um patrimônio de 20 milhões de dólares em 1983. Segundo Renato Luiz Nunes, seu atual presidente, ela passou por duas grandes crises, a primeira no fim daquela mesma década, quando precisou enfrentar o orçamento chinês para botões de poliéster, não conseguindo reduzir seu preço final à metade. A segunda foi em meados de 2000, ocasião em que passou por inúmeros problemas administrativos, decorridos após o falecimento do seu fundador, em meio à gestão de sua herança, por parte de sua única filha.

Em 2003, com a ameaça de falência e salários atrasados, quase 200 funcionários ocuparam a fábrica por três meses, orientados pela Unisol e pela Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT). Apenas em 09 de agosto de 2004 foi decretada falência da empresa e início do processo de arrendamento da unidade de produção pelos fundadores da Cooperbotões. Nesse período as dívidas eram estimadas em 38 milhões. Em maio de 2006 foi pedida a reintegração de posse da fábrica, na ocasião ocupada novamente para evitar que dela se retirassem as máquinas, no entanto, a liminar foi suspensa na metade do mesmo mês.

Considerando que os funcionários já estavam com seus salários em atraso há três meses, parecia complicado insistir num processo de produção que ao mesmo tempo em que dividia o excedente, subtraia igualmente os prejuízos. Por seis meses puderam receber o salário desemprego, enquanto era impossibilitada qualquer retirada da cooperativa. A estimativa de funcionários durante a ocupação, segundo relatos, é de 200, enquanto que na criação da cooperativa o número já havia se reduzido a 100 (DOMINGUES, 2009, p. 64) e, quando realizadas as entrevistas da pesquisa¹⁶⁰, se contava 51 cooperados e 71 trabalhadores contratados.

Durante a entrevista informal realizada com o atual presidente, destacou-se a opinião de que a falência da Nova Diamantina Fossanese aconteceu devido à má administração. Entretanto, faz-se necessário pensar na interdependência de fatores que puderam influenciar tal evento, como as tensões ocorridas no próprio mercado, com a internacionalização e ainda a já citada concorrência chinesa que também havia gerado turbulências em diversos outros ramos industriais. Se tangenciar-se o caso à quantidade de empreendimentos com história semelhante à fábrica no

160 Nos referimos à dissertação de Domingues (2009).

referido período, vê-se que seu problema está longe de se resumir a apenas um fator interno. Pode-se ainda acrescer a questão das dificuldades de inovação tecnológica; os onerosos custos concernentes a direitos trabalhistas; a anterior política promovida através do plano real nos anos de 1990, aproximando ou igualando o mesmo ao preço do dólar, o que favoreceu as importações, incentivando a estruturação de novos empreendimentos nacionais em frações de mercado anteriormente dominadas – como fora o de botões -, acirrando a concorrência não apenas em relação à oferta estrangeira.

Segundo Lima (2007), a reestruturação industrial culminou no fechamento de fábricas vitimizadas pela obsoléncia tecnológica, pela incapacidade competitiva e, inclusive, de gestão que em alguns casos resultou em cooperativas, empresas autogestionárias ou co-gestionárias. Esse processo pode acontecer de diferentes formas, dentre elas pode ocorrer que os trabalhadores ocupem a fábrica e se organizem para transformá-la em cooperativa com o apoio de sindicatos, ONGs e do Estado.

A Cooperbotões se inseriu na Economia Solidária. O contexto de surgimento desta no Brasil ocorreu em meados da década de 90, por ocasião da implantação das políticas neoliberais, como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão social ocasionadas pelo capitalismo. Via de regra, as experiências no Brasil contaram com o apoio dos sindicatos que orientavam os trabalhadores a não abandonarem seus postos de trabalho ou abrirem mão dos seus direitos trabalhistas. Por outro lado, às fabricas recuperadas não contavam com o financiamento ou apoio do Estado, o que aliado ao conhecimento administrativo, em geral mostrava-se fundamental para sucesso das fabricas recuperadas (MANETTI, 2005).

Deve-se destacar a participação da Agencia de Desenvolvimento Solidário – ADS, da CUT e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFPR – ITCP na participação da transformação da antiga Diamantina em Cooperbotões. No cenário nacional destacam-se varias iniciativas de mesmo conteúdo, tanto no que diz respeito a empresas recuperadas como iniciativas sindicais, sociais e governamentais. A ITCP é um programa de extensão da UFPR que junto com universidades de todo Brasil compõe a Rede de Unitrabalho – Fundação Universitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho, cujo objetivo é assessorar

projetos de lutas por melhores condições de vida e trabalho buscando sintetizar teoria e prática para qualificar os trabalhadores.

É importante destacar que a ITCP/UFPR e ADS/CUT foram as duas instituições nomeadas pelo Ministério Pùblico como responsáveis pelo acompanhamento do processo litigioso junto ao Ministério do Trabalho na ocasião da transformação da empresa em cooperativa. O suporte de ambas se deu no sentido da realização de palestra sobre cooperativismo e como forma de formação política e organizacional para os cooperados.

A definição do tipo de cooperativa que é a Cooperbotões é de *empreendimento de propriedade coletiva*, que possui uma organização de autogestão dos trabalhadores inseridos em um processo de recuperação do saber produtivo que busca beneficiar economicamente e igualmente a todos os cooperados. Isso não torna inevitáveis os conflitos e as contradições inerentes às demandas capitalistas de produção, tanto internas como externas - partindo também dos fornecedores e dos compradores.

AS RELAÇÕES E DIVISÕES DE PODER, O TRABALHO E O CAPITAL

As relações de poder ganharam nova dimensão com a formação da cooperativa, ao passo que o interesse pela produção passou a ser central para os trabalhadores, pois da mesma dependia tanto a existência não só do trabalho como da retirada, ou seja, dos rendimentos auferidos.

Pautados no Estatuto e no Regimento Interno da Cooperativa, os cooperados vivem uma democracia indireta (SINGER, 2004): existem instâncias representativas subordinadas à Assembléia Geral. Através do regimento interno estabelecido por esta, foi promulgada a manutenção das diferenças de rendimentos em virtude da separação entre trabalho intelectual e manual, porém com asseguradas restrições: a faixa máxima do primeiro não podendo exceder mais de cinco vezes à faixa mínima do último. Com o passar dos anos, em 2009, via-se como a média dos rendimentos dos trabalhadores que viveram a transição aqui referenciada havia aumentado (DOMINGUES, 2009, p. 101). A média salarial antes do falecimento da Nova Diamantina Fossanese era de um salário mínimo; malgrado na fase ulterior, de recuperação da fábrica, os cooperados não tivessem o direito à

retirada, os valores registrados em 2009 faziam essa média ascender a dois salários, chegando – apesar da restrição do maior rendimento não poder exceder ao menor rendimento em cinco vezes – no máximo a quatro salários mínimos.

Segundo Elias (1999), o poder é inerente a todas as relações humanas, tendo de ser considerado não como um conceito estático e de substância, mas sim como um conceito de relação. Se na Diamantina havia uma hierarquia com muitos chefes, gerentes e um elevado grau de cobrança, conforme atestam os depoimentos dos antigos funcionários¹⁶¹ – na Cooperbotões se deu uma redução no número de chefes, cada setor possuía um líder e havia um gerente para toda a fábrica. Todavia, a paridade de poder assegurada via assembléia não impede à desigualdade correspondente à capacidade de influência política e administrativa de alguns cooperados, e não prescinde em absoluto a formação de hierarquias em seu interior. Por outro lado, a experiência relatada sinalizou que um maior nível de igualdade na condição estabelecida pode assegurar um mais efetivo diálogo, abrir brechas a questionamentos e instaurar um maior grau de fiscalização, tal como a possibilidade de fazer valer o mesmo.

Desde que os cooperados passaram a viver a experiência da autogestão, houve três diferentes presidentes – sendo as duas primeiras presidências acusadas e afastadas por irregularidade administrativa, desvio de dinheiro ou mau uso de recursos. O cargo foi assumido primeiramente por um torneiro mecânico; sucedido pelo porteiro e, enfim, ocupado pelo desenhista Renato, atualmente em sua segunda gestão. O mesmo relatou a instabilidade decorrida no início do seu primeiro mandato, em virtude do anseio de alguns cooperados em ascender à posição que ele havia galgado.

Um dos episódios emblemáticos dentro do histórico da cooperativa é relatado por seu atual presidente e se deu em virtude da instalação do relógio-ponto. Tal evento gerou controvérsias por parte dos cooperados, porém foi motivado devido aos constantes atrasos percebidos. De acordo com Holzmann (2001, p. 64), os horários que marcam o início da jornada de trabalho são o primeiro embate cotidiano do trabalhador com o poder do capital, personificado através do relógio-ponto,

161 Referimo-nos às entrevistas presentes na dissertação de Domingues (2009).

renovando-se ao longo da jornada de trabalho através das pressões para o cumprimento dos tempos-padrões.¹⁶²

Apesar do caráter igualitário configurado pela Cooperativa, no aspecto estrutural e prático ela é altamente hierarquizada e possui também métodos de controle racional, por sua necessidade organizacional como unidade de produção.

Entre as condições adversas do início da cooperativa, estavam às dificuldades de negociação com fornecedores e clientes, bem como a rápida adaptação às funções - do chão de fábrica ao administrativo -, exigida aos cooperados (que contaram com o apoio dos cooperados da UNIFORJA). Ainda se tratando da produção de um objeto que precisa passar por etapas não tão extensas no seu feitio, não havia o conhecimento por parte dos funcionários de todo o processo de produção. O que se sabia era setorial, e na mudança abrupta de funções o trabalho precisou ser reorganizado, esclarecendo sua ordem no que envolve diferentes setores, estabelecendo hierarquias setoriais e diálogos entre a administração e o chão de fábrica de maneira mais ou menos direta. As tomadas de decisão, entretanto, eram feitas com todos os cooperados para além da organização burocraticamente aconselhada: não apenas em Assembléias Ordinárias e Extraordinárias, mas em reuniões semanais. Todas as reuniões possuem atas.

De acordo com Domingues, na organização do trabalho na cooperativa houve a criação de “um modelo próprio, introduzindo as práticas do cooperativismo, com o modelo Taylorismo/Fordismo e com a produção flexível, fazendo assim a organização de trabalho da Cooperbotões ser um modelo único.” (2009, p. 104 e p. 105)

O caráter paradoxal em tal adesão tem de ser compreendido à luz do próprio contexto de onde erigiu a cooperativa: à conformação ao modelo flexível deve seguir a constatação da necessidade orgânica que se tornou a adequação ao próprio sistema flexível, em virtude do elevado e coercivo grau de competição, o que atesta as sentenças de Mészáros acerca tanto da dimensão totalizadora do capital, como da inequívoca subordinação do trabalho ao mesmo. Sem sombra de dúvida, através das tensões relatadas pode-se entrever como a responsabilidade pela produção permeava as relações estabelecidas no interior da cooperativa, gerando episódios

162 Na experiência analisada por Holzmann - qual seja a das cooperativas industriais organizadas pelos empregados da indústria Wallug, em Porto Alegre -, a mesma questão foi levantada, igualmente gerando divergências em seu interior.

como o relatado sobre o relógio-ponto e as expulsões dos próprios cooperados. Entretanto, aliada a constatação acima, deve-se salvaguardar a hipótese de que a paridade de poder, tal como a característica constituição de cooperativa, poderia também “afrouxar” a coerção necessária à produção em um panorama extremamente competitivo.

Durante a nossa pesquisa de campo, no início do ano de 2013, fomos informados da existência de 18 funcionários, entre os quais apenas 12 são cooperados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da Cooperbotões mostra que para a compreensão do processo que abrange desde o seu nascimento até as fases atravessadas pela cooperativa, é necessário levar em conta tanto fatores sistêmicos, como específicos do caso. Através de ambos pode-se perceber a valia dos estudos sociológicos, ao passo que esses podem contemplar tanto a análise das relações estabelecidas entre os cooperados, como o eixo de interdependências, ou seja, as energias sociais a influir e permeiar essas relações.

No que tange as relações de poder, os episódios relatados consubstanciam um dinamismo vinculado às necessidades do lucro e da produção, os quais dão vida ao trabalho. Este, por sua vez, através da análise dessas relações, mostrou-se em absoluto subordinado ao capital, demonstrando sintonia com o típico cenário empresarial capitalista. No entanto, junto a isso se deve levar em conta a existência de fatores característicos do universo cooperativo, como a presença de assembleias com voto igualitário, a inclinação para o diálogo, a transparência, a ampla possibilidade de fiscalização, dentre outros.

REFERENCIAS

HOLZMANN, Lorena. **Operários Sem Patrão**. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2001.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. 1º Edição. São Paulo: Boitempo, 1999.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.

DOMINGUES, Maria Luiza. **Empresa falida: resistência dos trabalhadores e autogestão a partir da criação de uma cooperativa.** 165.f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, Petrópolis, 2010.

LIMA, Jacob Carlos. **Ligações Perigosas: trabalho flexível e trabalho associado.** Cap. 4 (127 – 169). São paulo: Annablume, 2007.

MANETTI, Dione. **Autogestão e Economia Solidária: Apoio à recuperação de empresas pelos trabalhadores em Autogestão.** Brasília: Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério de Trabalho e Emprego. IPEA, 2005.

MARX. Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010.

ANTEG - **Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão.** Disponível em:<www.facesdobrasil.org.br> Acessado em: 16/03/2013.

A REGULAÇÃO PÚBLICA DO PRIVADO

O CASO DA VIOLENCIA CONJUGAL CONTRA A MULHER

Paola Stuker ¹⁶³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar se a regulação pública da violência conjugal contra a mulher, através da Lei Maria da Penha, confere com a demanda das vítimas que acionam o sistema judiciário. Sendo assim, buscou-se problematizar a efetividade da Lei 11.340/06 e o seu rompimento total com a Lei 9.099/95, através de uma pesquisa na 4^a Vara Criminal do Fórum da Comarca de Santa Maria, RS. Os resultados indicaram que as vítimas parecem desacreditar que o sistema penal seja um instrumento efetivo para solucionar os conflitos de gênero.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; Violência Conjugal; Sistema Penal.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica e familiar contra mulher é um dos temas atuais de debate nas mais variadas esferas sociais. Reconhecida há três décadas como um problema social, ela é protagonista das discussões sobre a operacionalidade da Justiça no Brasil. Com a promulgação da Lei 11.340/06 houve uma ampliação no espaço judicial para a denúncia destes delitos. Contudo, os estudos sobre esta temática têm colocado em pauta a continuidade da banalização da violência contra a mulher pelo sistema judiciário e por outras instâncias da sociedade.

Por ser invisível, a violência contra a mulher é considerada natural, sendo uma expressão da sociedade patriarcal na qual estamos inseridos. Nesta sociedade existe uma tolerância de que os homens podem exercer sua virilidade baseada na força e dominação, que caracterizam o gênero masculino (SAFFIOTI, 2004). Apesar disso, embora a violência contra a mulher ainda seja muito disseminada, parece haver uma crescente preocupação com esta problemática social, visto que há constantes adaptações do sistema judiciário no enfrentamento desta questão, como a substituição da Lei 9.099/95 pela Lei 11.340/06 no tratamento dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

¹⁶³ Acadêmica do 7º semestre do curso de Ciências Sociais, bacharelado, da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: paolastuker@hotmail.com.

No entanto, a criação da Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, e sua ruptura com a Lei 9.099/95, geraram polêmicas que são fonte de discussão no meio acadêmico, no campo no direito e na sociedade em geral, pois passou tratar como um crime a violência doméstica e familiar contra a mulher, sendo que este tipo de conflito ocorre em uma relação íntima que configura sentimentos entre os envolvidos.

Sob esta perspectiva, esta pesquisa busca identificar se a regulação pública da violência conjugal contra a mulher, através da Lei Maria da Penha, confere com a demanda das vítimas que açãoam o sistema judiciário. Sendo assim, busca-se problematizar a efetividade da Lei 11.340/06 e o seu rompimento total com a Lei 9.099/95, ao identificar com que frequência as mulheres renunciam das representações criminais contra seus cônjuges. Ou seja, será investigado o problema da violência conjugal contra a mulher ao nível da justiça, tendo em consideração o novo modelo de enfrentamento deste conflito, a criminalização.

Na primeira seção será apresentada uma perspectiva histórica do tratamento dispensado à questão da violência contra a mulher desde o seu reconhecimento como uma problemática social, de forma a contextualizar o leitor. Na terceira seção serão expostos os resultados obtidos nesta pesquisa e suas relações com os estudos já realizados. Por fim, no terceiro momento serão realizadas as considerações finais.

LEI 9.099/95 E LEI 11.340/06: DA CONCILIAÇÃO A CONDENAÇÃO

A violência de gênero contra a mulher esteve presente na humanidade desde os tempos mais remotos. No entanto, passou a ser reconhecida como um problema social em torno da década de 80, como resposta aos movimentos feministas que exigiam maior atenção a esta problemática. Sendo assim, é

com o eclodir de movimentos sociais, como os operários, os feministas, os dos direitos civis negros, os homossexuais, entre outros, que a própria esfera pública se transforma, dando espaço a vozes excluídas, e assim começando a operar como mecanismo de pressão social, promotor de mudanças na lei e no Estado (ABOIM, 2012, p. 113).

A partir deste momento, instituições e leis foram açãoadas para o tratamento desses conflitos, que até então não eram responsabilidade do meio público. É nesse

sentido que Aboim (2012) afirma que a vida privada tem sido fortemente atravessada por mecanismos próprios da esfera pública. No caso da violência contra a mulher, exemplo desta regulação pública do privado é a Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha. No entanto, antes de 2006, esses conflitos eram resolvidos pela lei 9.099/95.

A Lei 9.099/95 surgiu como uma demanda a um novo tipo de modelo para se lidar com a violência doméstica e familiar contra a mulher, já que as entidades instituídas por militantes findaram-se em razão das tensões entre as visões das feministas e os anseios das vítimas. Afinal, como no caso do *SOS Mulher*, enquanto para as militantes feministas a expectativa de atender as mulheres vítimas de violência era de fazê-las romper com o agressor e também transformá-las em militantes, para as vítimas “o pedido de um apoio ‘externo’ cumpre o papel de restabelecer o equilíbrio de relações conjugais em momentos de conflito” (GREGORI, 1993, p. 143).

Foram criados então, em 1995, os Juizados Especiais Criminais que, regidos pela Lei 9.099/95, propunham a conciliação entre os envolvidos, sendo definido em seu artigo 3º: “O Juizado Especial Cível tem competência para *conciliação*, processo e julgamento das causas de menor complexidade” (BRASIL, 1995, *grifo meu*). Nesse sentido, a violência contra mulher era encarada como uma infração de menor potencial ofensivo e a reparação era feita a partir de pena não privativa da liberdade, o que foi contestado por alguns segmentos da sociedade sob o argumento da banalização da violência.

Diante disso, em 2006, foi instituída a Lei 11.340, que rompeu com o sistema consensual de Justiça e é reconhecida pela sociedade como uma importante iniciativa judicial no combate a violência de gênero contra a mulher no Brasil, pois previu a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e instituiu a condenação através de detenção, não se aplicando mais a Lei 9.099/95. Sendo assim, a violência contra a mulher passou a ser criminalizada e o acusado não pode mais ser punido com penas alternativas, uma vez que

a exclusão do rito da Lei nº 9.099/95, expressa no art. 41 da Lei nº 11.340/06, para o processamento de casos de violência doméstica, acaba com a possibilidade de conciliação, que se constituía em uma oportunidade das partes discutirem o conflito e serem informadas sobre seus direitos e as consequências de seus atos. (AZEVEDO, 2008, p. 127-128).

Mais do que isto, a Lei Maria da Penha tem suas medidas organizadas em três eixos de atuação: punição, proteção e prevenção. Entretanto, pesquisas têm indicado que a aplicação desta lei centra-se no primeiro eixo (PASINATO, 2010). Nesse sentido, a instituição da Lei Maria da Penha contribui com a vertente brasileira de ampliação da criminalização dos problemas sociais, definido por Rifiotis (2008) e reafirmado por Cortizo e Goyeneche (2010) de judiciarização das relações sociais¹⁶⁴.

Todavia, parece haver um descompasso entre a judiciarização e a demanda das vítimas, uma vez que “(...) a decisão de denunciar as agressões à Justiça muitas vezes tem como objetivo a busca de soluções que levem à restauração da harmonia conjugal” (PASINATO, 1998, p. 216). Nesta perspectiva, Azevedo (2008) indica que a violência contra a mulher merece atenção de políticas sociais multidisciplinares e não de políticas criminais.

Diante disso, faz-se necessário verificar com que frequência as mulheres renunciam das representações criminais contra seus cônjuges em audiências preliminares, uma vez que a violência conjugal envolve uma relação íntima e muitas vezes de afeto, o que torna ainda mais complexo este conflito. Nesse sentido, acredita-se que será possível verificar se as vítimas vêm com credibilidade a atual sistema, regido pela Lei Maria da Penha.

RESULTADOS

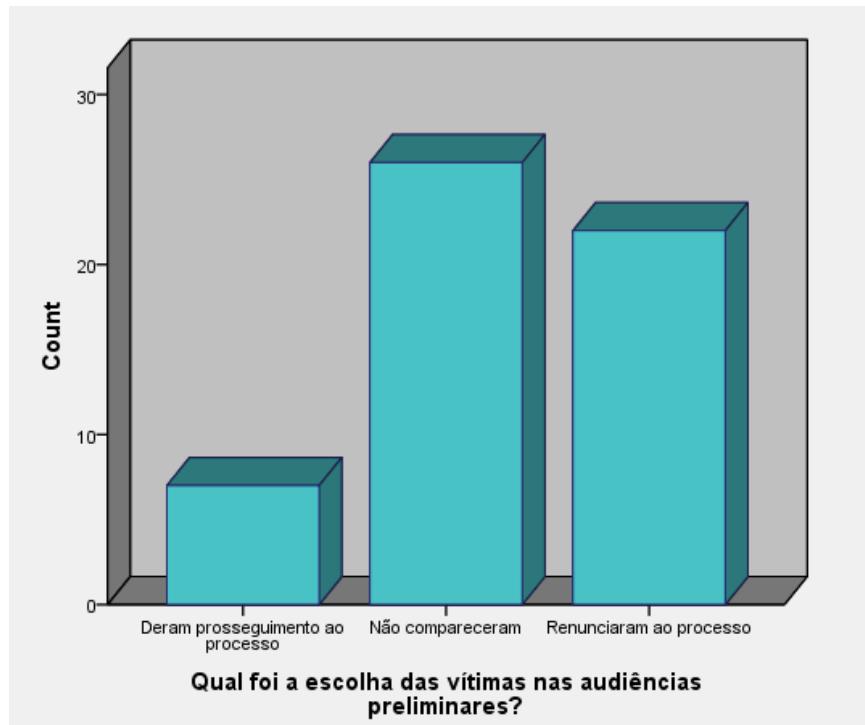
Nesta seção serão relatados os resultados das observações realizadas em audiências preliminares de violência conjugal contra a mulher na 4ª Vara Criminal do Fórum da Comarca de Santa Maria e suas relações com as pesquisas já existentes sobre esta temática.

As audiências preliminares caracterizam-se pela primeira audiência depois que é registrado um Boletim de Ocorrência e gerado um inquérito policial, tendo o objetivo de verificar se há necessidade de continuar com o processo. Neste momento, a vítima irá decidir pela conciliação ou condenação do suposto agressor.

164 Cortizo e Goyeneche (2010) utilizam o conceito de judiciarização de Rifiotis (2008) e o definem como a utilização do poder de polícia do Estado para intervir nas relações privadas. Rifiotis (2008) afirma ainda que: a ampliação das áreas de litígio alcançadas pelo sistema judiciário e a desvalorização de outras formas de conflito caracterizam a “judiciarização das relações sociais”.

Para esta pesquisa foram observadas 55 audiências. Destas, 26 vítimas não compareceram, indicando, segundo o Magistrado, que não querem dar prosseguimento ao processo criminal. Das 29 que compareceram, 22 optaram por renunciar do processo, conforme gráfico exposto abaixo¹⁶⁵

Gráfico 1 – Escolha das vítimas nas audiências preliminares



Fonte: elaboração própria

Sendo assim, de 55 audiências que compareci para observar, apenas em 7 a vítima decidiu dar prosseguimento ao processo, o que corresponde a apenas 12,7 % dos casos.

Este resultado está em consonância com Pasinato (1998), quando a autora problematiza o fato da solicitação ao sistema judiciário para solucionar o conflito não significar necessariamente a punição do agressor, constatando que “(...) nem sempre as mulheres que procuram as delegacias para denunciar seus agressores o fazem com o intuito devê-los processados, julgados e, quem sabe, condenados” (p. 45). Nesse sentido, parece que as mulheres vítimas de violência de gênero procuram o sistema judiciário para reestabelecer a harmonia de suas relações e não para ver seus companheiros condenados. Nas palavras de Alimena (2011), as vítimas buscam “soluções para seus conflitos íntimos que não implicam a punição”

165 Este gráfico foi construído com o auxílio do programa informacional SPSS v. 18.0.

(p. 158). No entanto, a atuação do sistema judiciário centra-se no eixo da punição, embora a Lei Maria da Penha fale também da prevenção e proteção.

Segundo Azevedo (2008) a Lei 11.340/06 é ela própria uma manifestação da cultura que ela pretende combater, pois ao invés de desenvolver mecanismos alternativos para a administração dos conflitos de gênero e assim alcançar o objetivo da redução da violência doméstica contra a mulher, recorreu mais uma vez ao mito da tutela penal. O autor indica os prováveis efeitos da Lei Maria da Penha, concluindo que “o conflito de gênero que está por trás da violência doméstica não pode ser tratado pura e simplesmente como matéria criminal.” (p. 130), tendo em vista que se trata de um conflito que envolve sentimentos e nem sempre este é o desejo das vítimas.

Este fato é comprovado pelos dados desta pesquisa, que têm indicado que as vítimas - que são as pessoas mais afetadas por esses conflitos – parecem desacreditar que o sistema penal seja um instrumento efetivo para solucionar os conflitos de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa nos levam a questionar a criminalização da violência contra a mulher, já que as vítimas demonstraram não ver efetividade no atual sistema. Nesse sentido, parece que a Lei Maria da Penha não tem conseguido promover os resultados pretendidos em sua jurisdição, uma vez que 75,9% das vítimas que comparecem a audiência preliminar renunciam ao processo.

Sendo assim, tendo em vista que a violência de gênero contra a mulher é um problema histórico, cultural e social, que caracterizam a sociedade patriarcal na qual estamos inseridos, acredita-se que ela demanda intervenções de âmbito psicossocial. Não se trata de privilegiar o suposto agressor, mas de pensar em soluções mais eficazes e na redução de danos para a vítima, que nestes casos está intimamente envolvida com o acusado (CELMER, 2011).

Nesse sentido, pensa-se que se a Lei Maria da Penha atua-se de forma mais ativa nos demais eixos a que ela se propõe (proteção e prevenção) os seus resultados seriam mais efetivos, já que se percebeu que a punição não é um desejo das vítimas. Desse modo, acredita-se que as medidas não penais previstas na

referida lei, seriam mais eficazes na resolução do problema da violência de gênero contra as mulheres.

Percebeu-se que o que importuna as vítimas não é a regulação pública da violência doméstica e familiar, mas sim a forma como ela vem sendo tratada, através do sistema penal, uma vez que elas próprias optam por publicizar seus conflitos, quando registram um Boletim de Ocorrência, mas não desejam a condenação de seus agressores, quando renunciam ao processo.

REFERÊNCIAS

ABOIM, Sofia. **Do público e do privado:** uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. Estudos Feministas, Florianópolis, 20: 95-117, janeiro-abril/2012.

ALIMENA, Carla Marrone. **Era uma vez um Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.** In: AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (org.). Relações de Gênero e Sistema Penal: violência e conflitualidade nos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringuilli de. **Sistema Penal e Violência de Gênero: análise sociojurídica da Lei 11.340/06.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 23, n. 1, p. 113-135, jan./abr. 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: abril 2012.

_____ . **Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm>. Acesso em: agosto 2012.

CELMER, Elisa Girotti (et al). **Sistema Penal e a Relação de Gênero:** violência e conflitualidade nos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher na cidade de Rio Grande. In: AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (org.). Relações de Gênero e Sistema Penal: violência e conflitualidade nos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

CORTIZO, María Del Carmem; GOYENECHE, Priscila Larratea. **Judiciarização do privado e violência contra a mulher.** Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 102-109 jan./jun. 2010.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas:** um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993. 218 p.

PASINATO, Wânia. **Justiça e violência contra a mulher:** o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

_____. **Lei Maria da Penha:** novas abordagens sobre as velhas propostas. Onde avançamos? Civitas, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 216-232, maio-ago. 2010.

RIFIOTIS, Theophilos. **Judiciarização das relações sociais e estratégias de reconhecimento:** repensando a ‘violência conjugal’ e a ‘violência intrafamiliar’. Revista Katál Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 225-236, jul./dez. 2008.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** 1ºed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

TRADUÇÕES

DOENÇA: UMA MINA INEXPLORADA

ILLNESS: AN UNEXPLOITED MINE¹⁶⁶

Virginia Woolf

Gustavo Hessmann Dalaqua¹⁶⁷

Se considerarmos o quanto comum é a doença, quanto terrível é a mudança espiritual que ela acarreta, quanto medonhos, quando as luzes da saúde se apagam, são os países virgens que se descerram, as ruínas e desertos d'alma que um leve ataque da influenza traz à tona, os precipícios e relvas regadas de resplandecentes flores que um pequeno aumento de temperatura revela, os carvalhos antigos e obdurados que se nos desenraizam no ato da doença, como adentro o abismo da morte descemos e sentimos as águas da aniquilação bem acima de nossas cabeças e despertamos jurando nos encontrar na presença de anjos e querubins quando temos um dente extraído e, voltando à superfície da cadeira do dentista, confundimos o seu “Abra a boca – abra a boca” com as boas-vindas da Divindade a se inclinar do chão do Céu para nos acolher – quando pensamos nisto e numa infinidade mais, como tão frequentemente somos forçados a pensá-lo, parece deveras estranho que a doença não tenha, junto com o amor, a batalha, a inveja, tomado seu posto entre os temas primordiais da literatura. Romances, pensar-se-ia, teriam sido dedicados à Influenza; poemas épicos à Tifoide; odes à Pneumonia, Apendicites e Câncer; cânticos à Dor de Dente. Mas não: com algumas poucas exceções – de Quincey arriscou algo do tipo em *Confissões de um comedor de ópio*; deve haver um volume ou dois sobre doença espalhados pelas páginas de Proust – a literatura se esforça ao máximo para sustentar que sua preocupação é com o espírito; que o corpo é uma camada de vidro límpido através da qual a alma enxerga

166 Cópia digitalizada do original encontra-se disponível em: <http://www.unz.org/Pub/Forum-1926apr-00582>

167 Mestrando em Filosofia pela UFPR. Endereço eletrônico: gustavodalaqua@yahoo.com.br

clara e distintamente e que, salvo uma ou duas paixões tais como o desejo e a cobiça, ele é nulo, insignificante e inexistente.

É, ao contrário, justamente o oposto que é verdadeiro. Todo dia, toda noite, o corpo intervém; afrouxa ou aguça, colore ou descolore; nos faz como cera no calor de Junho, nos endurece como sebo nas trevas de fevereiro. A criatura interior pode apenas contemplar pelo vidro – manchado ou rosado. Ela não pode por um instante sequer separar-se do corpo, tal qual a bainha de uma faca ou a vagem de uma ervilha. Ela deve enfrentar a inteira procissão de infinitas mudanças – calor e frio, conforto e desconforto, fome e saciedade, saúde e doença – até que a inevitável catástrofe se suceda: o corpo se estilhaça em pedaços e a alma (é o que dizem) se liberta.

Porém, de todo este drama diário do corpo não há registro algum. As pessoas escrevem sempre sobre os feitos do espírito, os pensamentos que o acometem; seus planos nobres, de como ele civilizou o universo. Elas o situam na torre de marfim do filósofo, a ignorar o corpo. Ou a chutar o corpo, como uma bola de couro surrada, na busca de alguma conquista ou descoberta, por entre léguas de neve e deserto. Aquelas grandiosas guerras que trava contra si mesmo, com o espírito feito escravo na solidão de um quarto atacado pela febre ou assolado pela melancolia, são negligenciadas. A razão para tanto não é difícil de se encontrar. Para encarar estas coisas diretamente seria necessária a coragem de um domador de leão – de dez mil domadores de leões –, pois esses leões estão dentro e não fora de nós. Seria preciso, sobretudo, uma filosofia robusta e uma razão enraizada nas entranhas da terra. Sem elas, esse monstro, esse milagre do corpo e da dor, em breve nos faria afundar em misticismo ou ascender com rápidas batidas de asas aos arrebatamentos do transcendentalismo.

Falando de modo mais prático, o público diria que um romance dedicado à influenza careceria de enredo. Eles reclamariam que não haveria amor nele, todavia erroneamente, porquanto não é incomum que a doença se disfarce de amor e realize as mesmas artimanhas estranhas, dotando de natureza divina certos rostos, nos fazendo esperar hora após hora com ouvidos ouriçados pelo ranger de uma escada, e decorando os rostos dos ausentes (na saúde, modestos o bastante, Deus que o diga) com uma nova expressão, enquanto que o espírito brinca com eles e

Ihes compões lendas e romances que jamais teria tempo ou liberdade de imaginar na saúde.

Finalmente, dentre os inconvenientes da doença enquanto questão literária, há a pobreza da linguagem. O inglês que é capaz de expressar os pensamentos de Hamlet e a tragédia de Lear não possui palavras para o calafrio e a dor de cabeça. Seu crescimento orientou-se todo em uma direção. A garota do primário, quando se apaixona, tem Shakespeare, Donne, Keats para exprimir seu estado de espírito; mas deixe um sofredor tentar descrever a dor em sua cabeça para o médico e a linguagem de pronto escasseia. Nada lhe há de prontamente disponível. Ele próprio é obrigado a cunhar palavras e, tomando sua dor numa mão e um caroço de puro som na outra (como talvez os habitantes de Babel faziam no início), esmagá-los um contra o outro de modo que assim uma palavra nova em folha surja ao fim, que será algo risível. Pois quem de nascença inglesa pode tomar semelhantes liberdades com a língua? Ela é uma coisa sagrada para nós e, portanto, condenada a morrer; a não ser que os americanos, cujo gênio é muito mais feliz na feitura de novas palavras do que na hábil disposição das velhas, venham em nosso socorro e ponham as molas em funcionamento novamente.

Porém, não é apenas de uma nova língua que precisamos – primitiva, util, sensual, obscena –, mas sim de uma nova hierarquia das paixões. O amor deverá ser deposto em favor de uma temperatura de quarenta graus. A inveja cederá seu lugar às pontadas do nervo ciático; a sonolência representará o papel de um vilão e o herói transformar-se-á em um líquido branco de gosto doce, aquele príncipe poderoso com olhos de mariposa e pés de penas, cujo um dos nomes é Cloral.

Mas retornemos ao enfermo. “Estou na cama com influenza,” ele diz, e reclama que não recebe compaixão alguma. “Estou na cama com influenza,” o que isso comunica desta grande experiência? Como o mundo mudou de forma: as ferramentas do trabalho distanciaram-se; os sons de um festival romântico se ouvem como um carrossel atrás dos campos. E os amigos mudaram, alguns ganhando uma estranha beleza, outros deformados como sapos atarracados, ao passo que todo o horizonte da vida parece remoto, reto, silencioso como a costa vista de um navio em alto mar. Ele agora está elevado sobre um pico e não precisa de ajuda, quer seja dos homens ou de Deus, e agora rasteja sem energia, satisfeito com a sacudida de uma empregada doméstica. Esta experiência não pode ser comunicada e, como

sempre acontece com essas coisas bobas, seu próprio sofrimento não serve senão para despertar memórias nos espíritos de seus amigos de suas próprias influenças, seus sofrimentos e dores que em fevereiro último não derramaram lágrimas e que agora, desesperada e ardenteamente, esperneiam pelo alívio divino da compaixão.

Mas compaixão não podemos ter. O Grande Sábio do Destino é que diz não. Se suas crianças, cujos fardos já são pesados o bastante, também tomassem para elas mais este peso, acrescentando pela imaginação as dores alheias às suas próprias, prédios cessariam de ser construídos, estradas regrediriam a matagais, presenciaríamos o fim da música e da pintura. Um único e grande suspiro levantarse-ia para o Céu e as únicas atitudes disponíveis para homens e mulheres seriam as de horror e desespero. Do modo como está, tem-se sempre uma pequena distração – um afiador de órgãos na esquina do Hospital, uma loja com um livro ou quadro que nos induzem a perder o caminho da prisão ou da casa-de-trabalho [workhouse]¹⁶⁸, alguma loucura de um gato ou de um cão que evita que componhamos com aquele hieroglífico de angústia do velho mendigo pergaminhos de sofrimentos sórdidos. Destarte, o vasto esforço de compaixão que os generais da dor e disciplina, esses símbolos secos da mágoa, nos solicitam a exercer em seus nomes é com algum incômodo postergado para uma outra hora.

A compaixão hoje em dia é administrada pelos retardatários e fracassados, mulheres em sua maior parte (nas quais o obsoleto habita tão estranhamente lado a lado com a anarquia e a novidade) que, tendo abandonado a raça, dispõem de tempo para gastar com excursões fantasiosas e não lucrativas. C. L., por exemplo, senta defronte à lareira de um quarto de doentes bolorento e cria, com toques simultaneamente sóbrios e imaginativos, o guarda-fogo da enfermaria, o pão, a lamparina, a caixinha de músicas do oeste e todos aqueles contos de donas-de-casa ingênuas com escapadelas e babados; A. R., a impetuosa, a magnânima, que se você desejasse uma tartaruga gigante para lhe alentar e uma tiorba para lhe animar, revistaria todos os mercados de Londres e os obteria de algum modo, embrulhados com papel-presente, antes do fim do dia; a frívola K. T., que vestida em seda e

¹⁶⁸ Opto aqui por uma tradução *ipsis literis* porque “hospício” e “casa de correção” (termos correspondentes às traduções usuais) são inadequados para designar a *workhouse*, porquanto esta não era exclusivamente um local de abrigo de loucos ou delinqüentes. Era, antes, uma instituição pública destinada a recolher e disciplinar, através da religião e do trabalho, os desempregados (não necessariamente delinqüentes ou loucos) que passaram a tumultuar as ruas das cidades inglesas do século XVII em diante (N. T.).

plumas, pintada e maquilada (o que também requer tempo) como se fosse para um banquete de reis e rainhas, dispensa todo o seu brilho na penumbra da enfermaria e faz, com seus mexericos e mímicas, que os vidros de remédio badalem e as flamas disparem.

Mas semelhantes tolices já tiveram seus dias contados; a civilização aponta para um caminho diferente. Se as cidades do Oriente Médio hão de brilhar com luz elétrica, o Sr. Insull “deve manter vinte ou trinta contratos todos os dias de seus meses úteis” – e, então, que lugar haverá para a tartaruga e a tiorba?

Existe, permita-nos confessá-lo (e a doença é a grande confidente), uma franqueza infantil na doença. Nela dizem-se coisas e escancaram-se verdades que a respeitabilidade prudente da saúde esconde. Sobre a compaixão, por exemplo; podemos dispensá-la. Aquela ilusão de um mundo moldado de modo a evocá-la em cada risada e cada lágrima, de seres humanos tão intimamente imbricados por necessidades e temores comuns que a torção de um pulso contrai o do próximo, onde, não importa quão estranha seja sua experiência, outras pessoas a tiveram também, onde, não importa o quão fundo você penetre no seu próprio espírito, alguém estivera lá antes de você, – tudo isso é uma ilusão. Não conhecemos nossas próprias almas, que dirá a alma dos outros. Os seres humanos não caminham lado a lado por toda a extensão do percurso. Existe, em cada um, uma floresta virgem, emaranhada, intransitável; um monte de neve aonde até as pegadas dos pássaros são desconhecidas. Por aqui nós vamos sozinhos, e é melhor que assim seja. Seria intolerável ter sempre compaixão, estar sempre acompanhado, ser sempre compreendido. Todavia, na saúde, o fingimento cordial deve ser alimentado e o esforço renovado – comunicar, civilizar, dividir, cultivar o deserto, educar os nativos, trabalhar de dia em equipe e entreter os colegas de noite.

Na doença este faz-de-conta cessa. Sem rodeios imploramos pela cama, ou afundamos profundamente com os travesseiros em uma cadeira, a erguer, ainda que apenas um centímetro acima do chão, um pé com o apoio do outro. Cessamos de ser soldados no exército dos justos; tornamo-nos desertores. Eles marcham para a batalha. Nós boiamos com varas no rio. Vadíamos com as folhas mortas do gramado, irresponsáveis e indiferentes, dispostos, talvez pela primeira vez em anos, a olhar em volta, a olhar para cima – a olhar para o céu, por exemplo.

A primeira impressão desse espetáculo extraordinário é estranhamente irresistível. Em circunstâncias ordinárias, olhar para o céu por uma extensão de tempo qualquer é impossível. Pedestres serão estorvados e perturbados por um observador de céu em público. O pouco que dele vemos é mutilado por chaminés e igrejas, serve de pano de fundo para o homem, representa tempo bom ou ruim, borra janelas de dourado, e, rodeando os galhos nas praças de Londres, completa o *pathos* dos planos das árvores desnudadas no outono. Ora, quando, à maneira de uma folha ou margarida, deita-se e olha bem para cima, o céu revela-se tão completamente distinto do que realmente é que chega a ser chocante. Então tudo isto esteve acontecendo o tempo todo sem que nós o soubéssemos! Esta incessante criação e destruição de figuras, esta briga de nuvens desenhando comboios de navios e vagões grandiosos pelo céu, este incessante abrir e fechar de cortinas de sombra e luz, este experimento interminável com mastros de ouro e vultos azuis, com o velar e desvelar do Sol, com o fazer e desfazer de paredões de pedra, esta atividade sem fim com um dispêndio de energia de sabe-lá-Deus quantos milhões de cavalos-de-força destinados a trabalhar a seu bel-prazer ano após ano, e nós não o sabíamos. O fato parece reclamar por um comentário e, mais ainda, uma censura. Algum uso deve se fazer dele. Não se deve permitir que esse gigantesco filme rode perpetuamente para um cinema vazio.

Mas assistas um pouco mais e verás que outra emoção abafa os ímpetos de ardor cívico. Divinamente bonito, é também divinamente impiedoso. Recursos imensuráveis são usados para algum propósito que em nada diz respeito ao prazer ou ao lucro humanos. Se fossemos todos largados de bruços, congelados e hirtos, o céu prosseguiria com seus experimentos de azuis e dourados. É, então, ao olhar para baixo, para alguma coisa muito pequena, próxima e familiar, que talvez encontraremos compaixão. Permita-nos examinar a rosa. Vimo-la tão frequentemente floescendo em coroas, associamo-la tão frequentemente à beleza em seu mais vigoroso esplendor ou ao mês de junho, à juventude, que esquecemos como ela permanece firme e imóvel na terra ao decorrer de uma tarde inteira. Ela conserva uma compostura de dignidade e autocontrole perfeitos. O rubor de suas pétalas é de uma retidão inimitável. Talvez, por ora, uma deliberadamente feneça; por ora todas as flores, as violetas voluptuosas, as cremosas, em cujas carnes céreas uma colher esparramou um redemoinho de suco de cereja, gladiólos, dálias,

lírios, sacerdotais, eclesiásticas, flores com colares de seda ceremoniosos tingidos de damasco e âmbar – todas, com a exceção do pesado girassol, que orgulhosamente reverencia o Sol do meio-dia, e que talvez à meia-noite trate a Lua com descaso. Ali elas se firmam; e é com elas, as mais imóveis, as mais autossuficientes de todas as coisas, que os seres humanos estabeleceram companhia. Elas, que simbolizam suas paixões, decoram seus festivais e jazem (como se o pesar conhecessem) sobre os travesseiros dos mortos. Foi na natureza, esta maravilha de se narrar, que os poetas encontraram sua religião. As pessoas vivem no campo para aprender a virtude com as plantas. É porque são indiferentes que elas nos são reconfortantes. Aquele monte de neve no espírito, onde homem algum jamais esteve, rejubila-se talvez com uma simples nuvem, com uma flor justa, do mesmo modo como, em uma outra esfera, os grandes artistas, os Miltos, os Popes, nos consolam: não fazendo com que pensemos em nós próprios, mas com que nos esquecemos por completo.

Enquanto isso, com o heroísmo de uma formiga ou de uma abelha, não importa o quão indiferente esteja o céu ou quão desdenhosas estejam as rosas, o exército dos justos marcha para a batalha. A Sra. Jones pega o seu trem. O Sr. Smith conserta o seu motor. As vacas são conduzidas de volta para a vacaria para serem ordenhadas. Homens foram o telhado. Cachorros latem. As gralhas, subindo em rede, caem em uma rede sobre os olmos. A corrente da vida esparrama-se para fora infatigavelmente. Apenas aquele que se deita na grama sabe disto, afinal. A Natureza não se esforça em esconder que, no final, ela triunfará. O calor desertará o mundo. Rígidos de geada cessaremos de arrastar nossos pés pelos campos; o gelo acumular-se-á grossamente por sobre fábricas e máquinas e o sol consumir-se-á. Ainda assim, quando a totalidade da Terra estiver coberta de gelo, alguma ondulação, alguma irregularidade na superfície delineará os limites de um antigo jardim, e ali, impelindo sua cabeça audaciosa em direção à luz das estrelas, a rosa florescerá, o açafrão queimaré.

Porém com o anzol da vida dentro de nós devemos nos debater. Não podemos nos enrijecer placidamente em colinas hialinas. Mesmo aquele que deita na grama se sacode ao mero imaginar de geada sobre seus dedos e espreguiça-se a fim de colher para si a esperança universal – o Céu, a imortalidade. Certamente, visto que os homens vêm desejando essas coisas todos esses anos, eles terão dotado seus desejos de realidade. Algum ilhéu verde haverá para o espírito

descansar, ainda que o pé não consiga se fincar por lá. A imaginação conjunta da humanidade terá estabelecido algum contorno firme. Mas nada disso. Abra o "Morning Post" e leia o que o Bispo de Lichfield tem a dizer sobre o Céu – um discurso vago, fraco, frouxo, inconclusivo. Observe os crentes fazendo fila para entrar na igreja, esses templos suntuosos onde, no dia mais frio do mais úmido dos campos, lamparinas estarão queimando, sinos tocarão pontualmente, e não importa o quanto as folhas de outono dancem e os ventos suspirem, esperanças e desejos transformar-se-ão em crenças e certezas. Eles parecem serenos? Seus olhos transbordam a luz de sua sublime convicção? Algum deles ousaria, partindo de Beachy Head¹⁶⁹, voar diretamente para o Céu?

Ninguém a não ser um tolo levantaria tais questões. Eles se arrastam e rastejam, bisbilhotam e fofocam. A mãe está esgotada, as crianças saracoteiam, o pai está cansado. Os Bispos estão cansados também. Frequentemente lemos no mesmo jornal que a Diocese presenteou seu Bispo com um automóvel motorizado, que na premiação um cidadão exemplar apontou, o que é uma verdade óvia, que o Bispo tem mais necessidade de um automóvel motorizado que qualquer outro de sua congregação. Mas esta disposição do Céu toma tempo e concentração. Ela exige a imaginação de um poeta. Largados por nossa própria conta, não podemos senão gracejar com isto – imaginar Pepys no Céu, entrever pequenas entrevistas com pessoas coroadas de penachos de timos. Em pouco tempo não resistiremos às fofocas de tais e tais amigos que foram para o Inferno ou que, pior ainda, regressaram de volta para a Terra e escolheram, já que não há mal em escolher, viver de volta e de volta, agora como homem, agora como mulher, como capitão marítimo, dama de corte, Imperador, mulher de fazendeiro, em cidades esplêndidas e grotões remotos, em Teerã e em Tunbridge Wells, ao tempo de Péricles ou de Arthur, de Charlemagne ou Jorge IV – viver e viver até que se esvaiam todas aquelas vidas embrionárias que nos acometem na flor da mocidade e que nos desertam face à sombra daquele tirânico "Eu", que reina inconteste no que compete a este mundo, mas que não conseguirá, se desejar for de alguma valia, usurpar também o Céu e condenar-nos, que aqui atuamos nos papéis de Sr. Jones e Sra. Smith, a permanecer como Sr. Jones e Sra. Smith para sempre. Largados por nossa

169 Gigantesco penhasco de pedra famoso na Inglaterra por ter sido palco de inúmeros suicídios (N. T.).

própria conta, especulamos assim carnalmente. Precisamos que os poetas imaginem por nós. A obrigação de criar o Céu deveria ser indexada à ocupação de Poeta Laureado.

De fato, é aos poetas que recorremos. A doença nos deixa indispostos para as longas vigílias exigidas pela prosa. Não podemos comandar todas as nossas faculdades e manter nossa razão, juízo e memória vigilantes enquanto capítulos e mais capítulos desfilam uns sobre os outros, sendo que, à medida que um deles sossega em seu lugar, devemos nos posicionar à espreita para a vinda do próximo, até que toda a estrutura, – arcos, torres, ameias – suporte-se firme em suas fundações. *A História do Declínio e Queda do Império Romano* não é um livro para a influenza, tampouco o são *A Taça de Ouro* e *Madame Bovary*. Por outro lado, com a responsabilidade desabrigada e a razão suspensa – pois quem exigirá análises criteriosas de um inválido e sensatez de um homem acamado? – outros gostos se afirmam; súbitos, caprichosos, intensos. Saqueamos as flores dos poetas. Interrompemos uma linha ou duas e as deixamos se abrir nas profundezas do espírito, estender suas asas brilhantes e nadar como peixes coloridos em águas turvas:

“... and oft at eve
Visits the herds along the twilight meadows
Wandering in thick flocks along the mountains
Shepherded by the slow, unwilling wind – ”

Ou então encontramos uma novela inteira de três volumes para ser ponderada e isolada em um verso de Hardy ou em uma frase de La Bruyère. Banhamo-nos nas cartas de Lamb (alguns escritores de prosa são para ser lidos como poetas) e encontramos, – “Eu sou um assassino sanguinário do tempo e mato-lo-ia pedacinho por pedacinho agora mesmo. Porém a cobra é vital” – e quem será capaz de explicar o prazer que aí sentiremos? Ou de abrir Rimbaud e ler:

“O saisons, o châteaux
Quelle ame est sans défauts?”

e tentar racionalizar o encanto? Na doença as palavras parecem gozar de uma qualidade mística. Nós apreendemos o que está para além de seu significado superficial, agarramos instintivamente isto, aquilo, e mais aquilo outro – um som, uma cor, uma ênfase, uma pausa que o poeta, ciente de que as palavras são muito pobres em comparação com as idéias, semeou por sua página a fim de evocar,

todas juntas, um estado de espírito que não se encerra em nenhuma palavra ou em nenhuma frase e que nem a razão consegue explicar. A incompreensão exerce, de uma maneira mais legítima do que talvez os justos concederão, um grande poder sobre nós. Na saúde, o significado é lesado pelo som. Nossa inteligência impera sobre nossos sentidos. Mas na doença, com a polícia de folga, rastejamos sob algum poema obscuro de Mallarmé ou de Donne, alguma oração em latim ou grego, e as palavras presenteiam-nos com seus perfumes e dançam como folhas, e nos matizam de luzes e sombras. E se, por fim, apreendemos-lhes o significado, ele é muito mais rico porque gradualmente despontou com toda a força de suas asas. Estrangeiros, para os quais a língua é estranha, tem uma vantagem sobre nós. Os chineses devem escutar o que *Antônio* e *Cleópatra* tem a dizer melhor do que nós.

BREVE OBSERVAÇÃO SOBRE A ILHA DA MADEIRA FEITA NO TRAJETO DE LIVORNO AO RIO DE JANEIRO

BREVE OSSERVAZIONE SULL'ISOLA DI MADERA FATTA NEL TRAGITTO DA LIVORNO A RIO DI JANEIRO.

Giuseppe Raddi

Marilene Kall Alves¹⁷⁰
Profa. Ms. Benilde Socreppa Schultz¹⁷¹

O Brasil, aquele vasto e pouco conhecido país, tendo já há algum tempo chamado a atenção de doutos europeus, por tal motivo é que vários desses apressaram-se a ir lá para recolher produtos de todos os gêneros, e enriquecer a história do mundo natural¹⁷² com as suas observações.

Animado pelo zelo e pelo desejo de ser útil à minha pátria, e não me preocupando com os riscos, e os inconvenientes, que acompanham inevitavelmente uma viagem a tão distantes regiões, fui eu mesmo, graças ao favor a mim dado pelo Augustíssimo nosso Imperial e Real Soberano, visitar e percorrer aquelas ricas, encantadoras¹⁷³ e férteis terras, as quais oferecem ao filósofo atento o mais vasto campo de doulas pesquisas.

Tirando proveito então da favorável ocasião que me oferecia a partida de Livorno da Sua Alteza Imperial e Real a Arquiduquesa Leopoldina da Áustria destinada Esposa de Sua Alteza Real o Príncipe herdeiro dos Reinos de Portugal e do Brasil, embarquei no dia 13 de agosto de 1817 na nau portuguesa S. Sebastião, a qual fazia parte do comboio que escoltava a supracitada Sua Alteza, e ao

170 Marilene Kall Alves, estudante de Letras Português/Italiano, UNIOESTE, Universidade do Oeste do Paraná. E-mail, marileneprofe@hotmail.com.

171 Profa. Ms. Benilde Socreppa Schultz orientadora do projeto de ICV (iniciação científica voluntária): Tradução do artigo *Breve osservazione sull'isola di Madera fatta nel tragitto da Livorno a Rio di Janeiro da Giuseppe Raddi Fiorentino*.

172 Optamos pelas palavras “história do mundo natural”, por melhor representar a ideia do autor em italiano ao invés de traduzir literalmente “história da natureza”.

173 A palavra *deliziosa* em italiano, não causa o constrangimento que, no Brasil, certamente, ocorreria, por esse motivo optamos pela palavra “encantadora” que tem o mesmo significado.

amanhecer do sucessivo dia 15 se fez vela de Livorno com um vento de Noroeste. Em primeiro de setembro atravessamos o Estreito de Gibraltar, e em 11 do mesmo mês chegamos a Madeira, onde a âncora foi jogada com o intuito de abastecer as embarcações com fornecimento de alimentos e principalmente de carne, que já começavam a faltar; e ao anoitecer do seguinte dia 13 retornamos todos a bordo para então prosseguir nossa viagem ao hemisfério oposto.

Uma visita tão breve e passageira feita àquela ilha não poderia, como é na natureza das coisas, permitir-me de dar uma informação completa da mesma, sobretudo a respeito de seus produtos, de seu solo ou clima, e da produção de seus habitantes. Tudo isso quando contemplado por observadores estacionários, nas mais variadas circunstâncias possíveis, mesmo que com uma perspicácia menos filosófica, deve, todavia, ser infinitamente melhor conhecido, e menos sujeito àqueles erros, que inevitavelmente acompanham uma rápida e momentânea observação; erros que só pela experiência, e pelas repetidas observações podem ser corrigidos. Não é para indicar aquelas pequenas plantas ali recolhidas ou observadas, mas sim dar a conhecer outras ou outra nova planta, ou uma ainda não mencionada pelos Botânicos que lá ancoraram, que eu farei agora uma brevíssima menção da mesma.

É sabido que alguns escritores sustentaram que a América era conhecida pelos antigos pelo nome de Ilha Atlântida, e outros que a mesma era uma ilha fabulosa imaginada por Platão por representar alegoricamente o governo de Atenas; é sabido, além disso, que os modernos têm como verossímil, aliás, não se duvida da antiga existência da Ilha Atlântica na parte ocidental do mar deste nome defronte das assim chamadas colunas de Hércules, e essa ilha, segundo se conta, desapareceu, ficando submersa por um terremoto seguido por uma assustadora chuva, que como narra Platão no livro XXXII, durou um dia e uma inteira noite, e isso diz respeito às ilhas Açores e também às Canárias, como outros tantos fragmentos da mesma. Entre estas soma-se Madeira, descoberta pelos portugueses em 1420, e pelos mesmos assim chamada, por tê-la encontrada inteiramente coberta por árvores, quase formando um único bosque e desse modo dando origem ao seu nome que no idioma português diz-se Madeira.

Querendo então os portugueses desmatá-la com o objetivo de utilizar o menos tempo possível, pensaram em queimá-la. O fogo estendeu-se tanto e tornou-

se tão violento¹⁷⁴, que incendiou a ilha inteira, obrigando-os a refugiar-se em suas embarcações para salvarem-se. Dizem que este incêndio durou mais de sete anos, e que como consequência as cinzas tornaram a principio a terra ainda mais fértil.

Examinei, mesmo que por um breve tempo, o solo dessa ilha, e o descobri inteiramente vulcânico. Julgando pelos extratos basálticos, que em partes são formados por colunas espessas, ou prismas com cinco ou seis ângulos dispostos verticalmente quase na superfície do dito solo, (como claramente se observa naquela parte da ilha, que se situa ao lado direito da cidade de Funchal, precisamente atrás do forte que defende a entrada pelo mar) pode-se realmente dizer, segundo o que pensa o Senhor Patrin a respeito da formação dessa espécie de basaltos, que a ilha inteira não é nada a mais que o resultado de uma verdadeira erupção de lama vulcânica submarina.

Na maior parte da lava é possível observar praticamente as mesmas substâncias, que se encontram naquelas do Vesúvio ou do Etna, das quais o mineral idocrásio¹⁷⁵, ou vesuvianita de Werner é o mais abundante no local.

A ilha está situada abaixo 32^{mo} grau, 37' 30' minutos de latitude setentrional entre o estreito Gibraltar e as Canárias, e abaixo 17^{mo} grau e 05'00" minutos de longitude O. de Greenwich. A sua forma ou desenho é quase triangular; e quando observada pela parte exterior, essa não apresenta nada mais que o aspecto de um conjunto de colinas e montanhas accidentadas. A sua capital é Funchal, residência do Bispo e do governador, e é a capital de todo o comercio feito pelos habitantes da ilha. Esta cidade está situada a beira-mar ao sul da ilha, e tem sua entrada, ou porto, se assim pode ser chamado, defendido por um forte feito em forma de torre quadrangular, circundado pelo mar, e distante cerca de uma milha da praia. Nas vizinhanças de tal cidade existem muitas, agradáveis casas de prazer¹⁷⁶, em cujos jardins são cultivadas, graças ao ar temperado do qual se desfruta, muitas plantas que foram transportadas das Índias seja Orientais que Ocidentais. Tais são, por exemplo o ananás (*Bromelia ananas Lin.*), o café (*Coffea arabica L.*), a cana de

¹⁷⁴ No Original “furioso”, a tradução literal seria furioso, porém optamos pela palavra violento por expressar melhor a ideia do autor.

¹⁷⁵ Rubrica: mineralogia. silicato básico de cálcio, magnésio e alumínio tetragonal, encontrado em calcários que sofreram metamorfismo de contato e cuja variedade californita é us. como gema.

¹⁷⁶ No original “case di piacere”. A tradução literal de tal trecho seria “casas de prazer”. A principio optamos pela palavra “bordel”, mas posteriormente decidimos por “casas de prazer” que, apesar de ser uma locução arcaica, pouco utilizada atualmente, semanticamente ainda possui o mesmo sentido dado por Raddi.

açúcar, (*Saccharum officinarum L.*) o Jambo Rosa (*Eugenia Jambos*), o Maracujá (*Passiflora alata*), Cacto Rosa (*Cactus pereskia*), a Goiaba (*Psidium pyriferium Lin.*, *Ps. Guajava Nob.*), etc., etc., como também muitíssimas outras plantas de flores, algumas das quais agora nascem espontâneas; como a Capuchinha (*Tropaeolum majus Lin.*), o Brinco de Princesa (*Fuchsia coccinea W.*) o Amariilis (*Amaryllis belladonna Lin.*)¹⁷⁷ etc. Desse último se encontram hoje em grande quantidade, particularmente nas cercas vivas, com as quais os jovens fazem grandes maços para divertir-se, como fazem os nossos jovens com as flores do campo na primavera. O Brinco de Princesa se encontra igualmente nas cercas vivas, e também nos muros velhos.

As montanhas vizinhas são tão férteis quanto amena é a vista que as mesmas oferecem, sendo cultivadas como as planícies. De uma das citadas montanhas nasce uma forte torrente, que frequentemente provoca inundações, as quais trasbordam e transportam consigo pontes e casas. A terra que as cobre é ferruginosa, e inteiramente escura, ou de uma cor vermelho escuro; essa terra é o produto da natural e espontânea decomposição da lava e dos vegetais que ali se encontram. Sete ou oito são os rios que banham toda a ilha.

O seu produto principal é o vinho, o qual tem a propriedade de tornar-se melhor, quando exposto ao calor do sol: e é principalmente aquele, que forma a riqueza dos seus habitantes. A videira foi transportada de Cândia (Grécia) e os vinhedos ocupam a maior parte da terra cultivada. Geralmente são formados por pérgolas da altura de uma até três braças, conforme pede a situação, ou exposição das mesmas. As videiras que formam essas pérgolas são plantadas cerca de duas braças uma da outra, e às vezes mais. Segundo as informações recolhidas daqueles habitantes, as mesmas são por eles podadas por volta do mês de março, como se faz na Toscana. Depois da floração cortam todos os ramos desprovidos de cachos, que os habitantes consideram como inúteis e um tanto nocivos ao aumento dos cachos, fazendo desse modo uma segunda poda; e quando os grãos de uva começam a tornar-se maiores e próximos do amadurecimento, lhes tiram ainda quase a metade das folhas com o intuito de deixar descobertos os ditos cachos e, por consequência livres para receber a influência dos raios solares; desse modo

¹⁷⁷ Muitas das taxonomias binominais indicadas por Lineu podem ter atualmente sua nomenclatura modificada.

fazem como uma espécie de terceira poda. Três, ou quatro são os tipos de vinhos, que esses vinhedos fornecem.

A vindima é feita habitualmente pelos habitantes da ilha nos primeiros quinze dias de setembro, quando a uva está bem madura. O método que os mesmos têm para fazer o vinho é o seguinte. Colocam a uva já colhida em uma grande barrica ou cuba, onde a pisam tanto até que seja inteiramente espremido o suco, o qual ao mesmo tempo passa dessa barrica a outra, na qual fica até que ocorra a fermentação, ou, para servir-se de expressão vulgar, a fervura do vinho. Este, depois, é colocado em odres formados cada um pela pele inteira de uma cabra, sendo, semelhante, àqueles usados pelos antigos Gregos e em muitos lugares da Itália para o óleo. E são transportados neles para os armazéns da cidade, onde o vinho é derramado em barris, que por aqueles habitantes são chamados de pipas¹⁷⁸. No vinho mais fraco geralmente adicionam uma pequena dose de água-bruta¹⁷⁹, a fim de que aguente a navegação, e adquira ao mesmo tempo resistência.

São cultivadas duas espécies de batatas, uma das quais é a nossa batata comum, e geralmente conhecida pelo nome de batata da terra (*Solanum tuberosum Lin.*) a qual os alemães chamam de *Kartoffel*, que equivale a trufa, para distingui-la da verdadeira batata, (*Convolvulus batatas Lin.*) por alguns chamada de *Batata da Espanha* e por outros ainda de *Batata doce*. A primeira foi transportada da Virgínia (USA) para a Europa em 1584, e em 1590 foi descrita por Gaspero Baudino; a segunda, embora indígena, ainda é cultivada em ambas as Índias, pelo motivo de ser muito utilizada pelos habitantes que preparam farinha com a mesma para fazer pão, e uma bebida que chamam de *Mobby*. Essa mesma batata ainda é cultivada na Espanha, por isso é chamada de batata da Espanha, e também em outras partes da Europa Meridional. Os Índios comem as folhas macias dessa planta cozidas na forma de salada; e no Rio de Janeiro fazem uma espécie de molho espesso, que nas tabernas servem como se fosse espinafre.

O Inhame egípcio ou (*Arun colocasia Lin*) também é cultivado e em abundância, pelo uso que se faz de suas raízes, as quais são comidas cozidas por aqueles habitantes, e temperadas com sal, e são consideradas um alimento

¹⁷⁸ Pipa, recipiente bojudo de madeira, para líquidos. Palavra da língua portuguesa incorporada ao vocabulário italiano.

¹⁷⁹ Água-bruta, “regionalismo utilizado para a cachaça, aguardente de cana”.

saudável; *Inhame do Egípto*, assim é conhecida essa planta. Todas as cucurbitáceas, leguminosas, e outras plantas culinárias, que é hábito cultivar na Itália, cultivam-se também em Madeira, assim como o sorgo, o milho e a maior parte ou quase todos os nossos frutos; o país utiliza muitos limões, e laranjas. O grão colhido não é suficiente para o consumo dos habitantes, que para suprir a falta do mesmo e prevenir-se da fome, são obrigados a recorrer às Ilhas Açores, e à Europa. A América setentrional também lhes fornece ajuda.

Entre as plantas de flores ali cultivadas a Hortência merece uma menção particular, seja pela quantidade extraordinária que existe dessa bela planta, bem como pela magnífica cor azul dos seus cálices, cor certamente devida à qualidade ferruginosa daquela terra. As ruas pelas quais devia passar a Imperial e Real Arquiduquesa Esposa estavam cobertas com as belas flores que foram espalhadas naquela ocasião.

Farei agora uma breve e sistemática enumeração de todas aquelas plantas que foram por mim encontradas e nasciam espontâneas naquela que se pode assim dizer, momentânea excursão feita naquelas montanhas, e que realmente como tal podem considerar-se, não enumerando aquelas que se tornaram espontâneas depois de terem sido transportadas do exterior, ou mediante a propagada cultivaçāo, como algumas que já mencionamos acima. São as seguintes:

- Cl. I Monandria – Monogynia.
Callistriche aestivalis. Thuill.
- Cl. II. Diandria – Monogynia.
Veronica beccabunga. Lin.
____ Anagallis. L.
- Cl. III. Triandria – Monogynia.
Cyperus longus.
____ Tr. Digynia.
Piptatherum paradoxum. Pal. De Beauv. Agrostis miliacea
Gouam.
- Melica altissima. Willd.
Holcus lanatus. Lin.
Setaria glauca. Gaud. Panicum glaucum. W:
____ viridis. Roem. Panicum viride. Lin.
- Digitaria sanguinalis. Scop.
____ glabra Roem. Dig. Himifusa Pers.
Briza media. Lin.
Festuca bromoides. Lin:
Glyceria fluitans. Roem. Festuca fluitans. Lin.
Brachypodium pinnatum. Roem: Bromus Lin.
____ distachyon R., Bromus distachyos b. polystachyos.
- Chaetaria adscensionis. P. de B. Arundo donax. Lin;
Donax arundinacea: P. de B. Arundo donax. Lin;
Arundo airaeformis. calycibus bifloris, panicula patente, floribus
muticis, foliis inferioribus distichis laevis. Nob.

Essa planta encontra-se ao longo da torrente, e tem o aspecto de uma *Aira*¹⁸⁰. O seu caule é fino, levemente estriado, áspero na parte inferior, comprido cerca de dois pés. As folhas inferiores da mesma são dísticas, lineares, com estrias finas, glabras em ambas as partes, uma linha larga, com as suas bainhas também glabras, as quais têm na entrada uma pequena aba obtusa pouco visível; as superiores são um pouco mais largas, e munidas, na entrada, da sua bainha por uma aba ou membrana branca menor de duas linhas, truncada e um tanto lacerada na extremidade. O sabugo é longo, três ou quatro polegadas com raminhos espirais ao meio dos quais o inferior é do comprimento de uma até duas polegadas e meia. As espiguetas compreendem constantemente duas flores circundadas cada uma por uma pelugem longa, que nasce na base das mesmas, e as ditas espiguetas são sustentadas por pedicelos cônicos, longos cerca de meia linha, e ásperos assim como os raminhos. As glumas caliciadas são diferentes, acuminadas, trinérveas, e ásperas na parte superior do carenal, ou nervo médio. As glumas corolineas externas das flores são perfeitamente parecidas àquelas dos cálices.

Andropogon hirtum. Lin.

Lolium tenuie. Lin.

Tr. Tryginia.

Polycarpon tetraphyllum. Lin.

Ci. IV. Tetrandria – Monogynia.

Galium lucidum. Allion.

Plantago crispa Jacq., Pl. crassa W.

_____ major. Lin.

_____ altissima. Jacq.

_____ lanata. Foliis lanceolatis denticulatis, spica oblonga scaporque angulato- - subtetratongo hirsutis. Nob. Na. Pl. victorialis var?

Está mesma planta a encontrei em uma colina perto de Florença entre os montes Vecchi e Garetti. Parece diferenciar-se das plantações do monte S. Victor (*Plantago victorialis*) por ter suas folhas inteiramente cobertas por uma lã bastante espessa, longa e esbranquiçada, enquanto nessa última essas são lineares lanceoladas e simplesmente angulares. Os ângulos das mesmas na maioria das vezes não ultrapassam o número de quatro,

Ci. V. Pentandria - Monogynia.

Myosotis palustris Roth.

Echium vulgare. Lin.

Convovulus arvensis. L.

180 Aira: gênero de planta gramínea.

_____ *althacoides*. L.
Physalis aristata. Ait.
Solanum pseudo – capsicum. Lin:
_____ *nigrum*. Lin.
_____ *pseudo-lycopersicum*. Jacq:
Hagea teneriffae. Pers., *Polycarpea*. Lam.
Cynanchum vincetoxicum. Pers. *Asclepias* Lin.
_____ *P. Digynia*.
Chaenopodium viride, Lin.
_____ *botrys*. Lin.
_____ *ambrisioides*. L.
_____ *vulvaria*. L.
Anethum foeniculum. L.
_____ *P. Trigynia*.
Rhus semialatum. Murr.
Tamarix africana. Des Font.
_____ *P. Pentagynia*.
Statice alliacea. Cavan.
Cl. VI. *Hexandria-Monogynia*.
Agave americana. Lin.
Juncus effusus Willd.
_____ *aquaticus*. Pers.
_____ *bufonius*. Lin.
_____ *Hex. Polygynia*.
Alisma Plantago. Lin.
Cl. VII. *Heptandria-Monogynia*.
Epilobium montanum b. pubescens. Nob.

Diferencia-se do Epilório de montanha de Linneo por ser somente púbere em todas as suas partes.

Cl. VIII. *Hept. Trigynia*.
Polygonum aviculare. Lin.
Cl. IX. *Enneandria-Monogynia*.
Laurus nobilis. Lin.
_____ *indica*. Lin.
_____ *Cl. X Decandria- Monogynia*.
Tribulus terrestris. Lin.
Arbutus unedo. Lin.
Clethra arborea. Ait.
D. *Digynia*.
Gypsophila perfoliata. Lin.?
Dianthus profiler. Lin.
D: *Trigynia*.
Cucubalus Behen. Lin.
Arenaria verna. Lin.
_____ *alsinoides; foliis ovato-lanceolatis basi attenuates ciliatis, caulinibus longissimis ramosis prostrates glabris quadrangularibus, pedunculis axillaribus 1-3 floris, floribus apetalis*. Nob.

Essa planta encontra-se em abundância sobre o leito arenoso dos rios não muito distantes de Funchal. O seu caule ultrapassa o comprimento de um pé, e não é raro que alcance até um pé e meio, é quadrangular, com ramificações, liso e quase sempre curvado para o chão. As suas folhas são opostas, oval-lanceoladas, giradas para a base, ou seja, da metade para baixo, onde diversas vezes são tão estreitas,

que parecem pecioladas. Das axilas das folhas surgem as flores, as quais ora são solitárias, ora são sustentadas por um pedúnculo comum, e algumas vezes também por três, cada um dos quais é composto por um cálice de cinco folhas lanceoladas agudas e quase transparentes com três nervos longitudinais da mesma cor das folhas, dez estames dos quais os filamentos são planos, e largos na base ou inseridos no mesmo de tal maneira que parecem quase formar um só corpo; uma cápsula oval e lisa, coberta por três estilos curvados externamente, a qual se abre em seis válvulas, quando madura. Os pedúnculos que sustentam essas flores são munidos cada um de duas brácteas quase similares às folhas que compõem o cálice.

- D. Pentagynia.*
- Sedum dasyphyllum* Lin.
Oxalis corniculata Lin.
Spergula saginoides Lin.
Cl. XI. Dodecandria-Monogynia.
- Portulaca oleracea* Lin.
Lytrum hyssopifolia Lin.
D. Digynia.
- Agrimonia luteola* Lin.
Cl. XII. Icosandria-Monogynia
- Cactus opuntia* Lin.
Myrtus communis Lin.
_____ v. *lusitanica*. Pers.
- _____ *mucronata*. Pers.
Punica granatum Lin.
Aizoon canariense Lin.
Pentagynia
Rubus fruticosus Lin.
_____ B. *tomentosus* W:
- Gream urbanum Lin.
Cl. XIII. Polyandria-Polygynia.
- Glechoma vitalba* Lin?
Ranunculus repens. Lin.
Cl. XIV. Didynamia-Gymnospermia
- Ajuga reptans* Lin.
Teucrium betonicum L. Herit.
Lavandula pedunculata Pers.
Sideritis canariensis Lin.
Mentha sylvestris Lin.
_____ *rotundifolia* L.
_____ *pulegium* L.
Stachys circinata Vahl., St. *Canariensis* Mur.
Origanum vulgare var.
Acinos villosus Pers. ?an Sp. N.
Prunella vulgaris Lin.
D. Angiospermia
- Antirrhium purpureum*. Lin.
_____ *chalepense* Lin.
Orontium arvense Pers.
Scrophularia glabrata Ait.
Digitalis purpurea Lin.

- Cl. XV *Tetradynamia-Siliculosa.*
- Biscutella apula Lin.* ?
Isatis tinctoria Lin.
T. Siliquosa
Gardamine hirsuta Lin.
Turritis hirsuta Lin.
- Cl. XVI. *Monadelphia – Pentandria*
- Melochia pyramidata Lin:*
M. Decandria
Geranium robertianum. Lin.
M. Polyandria
Sida rhombifoliaL.
abotilon L.
Malva cymbalaria Desr.
- Cl. XVII. *Diadelphia-Decandria.*
- Spartium scoparium Lin.*
Psoralea bituminosa B. Willd.
Lotus corniculatus Lin.
- Cl. XVIII. *Polyadelphia-Polyandria*
- Hypericum inodorum? Na Sp. n.*
floridumbum Ait.
dichotomum Lam.
- Cl. XIX. *Syngenesia- Polyg. Aequalis.*
- Sonchus oleraceus B. asper*
Thrincia pygmaea. Pers.
Helminthia ecbioides W.
Crepis coronopifolia Desfont.
Andryala cheiranthifolia L'Herit.
Scolymus maculates Lin.
Carthamus creticus L.
S. Polyg. superflua
Gnaphalium undulatum L.
Chrysanthemum myconis L.
S. Polyg. Necessaria
- Cl. XXI. *Monoecia- Diandria.*
- Galendula arvensis Lin.*
Lemma minor Lin.
M. Triandria
Carex divulsa Gooden.
muricata Lin.
M. Tetrandria
Urtica pilulifera Lin.
urens Lin.
Morus nigra L. ?
m. Pentandria
Amaranthus blitum Lin.
prostratus Balb.
M. Polyandria.
- Cl. XXII. *Dioecia-Gynandria.*
- Castanca vesca Gaerin., Fagus castanca Lin.*
Ruscus androgynus Lin.
- Cl. XXIII. *Polygamia-Monoesia*
- Parietaria officinalis Lin.*
*Cl. XXIV. *Cryptogamia-Filices.**
- Ceterach officinarum Wild., Asplenium Lin.*
Polypodium vulgare Lin.
Aspidium molle Sw.
tenue. Schkuhr crypt. Tab 53.b.var.Aspl. frag.
Aspidium fragile var, Schk. Erypt. 53. Tab. 56.
Asplenium adiantum nigrum Lin.

Pteris lanuginose W.
Adiantum reniforme Lin.
— *capillus veneris Lin.*
Davallia canaricus Sw., Trichomanes Lin.
 Hepaticac.
Marchantia polymorpha var. Machantia foliis in medio atris, et non tessellatis,
capitulostellato, radiosteretibus. Mich.
N. pl. gen. 2. tab. i. f.3.
Reboullia maderensis; fronde dichotoma glaucescente, inerne obsure,
violacea et transverse squamoso-ciliata, extremitatibus sub-emarginatis:
fructibus numerosis epiphyllis. nob.

Encontram-se em grande número nos sulcos, e nas fissuras dos muros úmidos. Produz frutos no mês de setembro.

A sua fronde é formada por ramos dicotômicos, quase truncados e um pouco aparados na sua extremidade, um tanto côncavos, de um verde pálido na parte superior, onduladas e purpúreas na margem; a parte inferior das mesmas também é avermelhada e ao longo do centro da mesma flui um engrossamento carnudo recoberto por numerosas e tênues raízes; no meio das quais está a supracitada fronde intimamente aderente à terra. Em ambos os lados desse engrossamento ou talo situam-se bordas membranosas e largas da mesma cor púrpura. Lateralmente e transversalmente estão sobrepostos um e outro na forma de laminas abdominais serpenteadas das quais as pontas agudas ultrapassam apenas a margem dos galhos até as extremidades. Por quase todo o comprimento, da parte superior desses galhos e precisamente no meio dos mesmos encontram-se cavidades redondas contornadas por duas ordens de bordas membranosas e quase semelhantes aos supracitados, dos quais os externos são mais curtos, e como aqueles, da cor púrpura; no interior mais longos, e esbranquiçados. Do centro das ditas cavidades levantam-se outros tantos receptáculos carnudos e pedunculados em forma quadrangular, ou algumas vezes também triangular, que se abrem longitudinalmente em cada um dos seus ângulos, nas aberturas dos quais contêm outros tantos casulos ovais e sexuados, que no seu amadurecimento irregularmente se dilaceram, da mesma forma, que aquelas da *Reboullia hemisphaerica* (*Marchantia hemisphaerica Lin.*) para então deixar surgir as sementes ou esporos nessas contidas; estas são redondas reticuladas areoladas, e munidas cada uma de um grosso e breve filamento feito em forma de correntinha.

Corsinia marchantioides. Rad. Dec.; Riccia coriandrina. Spreng.
Anthoceros laevis. Lin.
Parmelia parlata. Ach.
Stereocaulon ramulosum, var. Ach.

Deixada Madeira na noite de 13 de setembro, como já foi dito, depois de uma navegação de cinco dias chegamos ao Trópico de Câncer, e em 17 do mês sucessivo, outubro, à cerca de dez horas da noite passamos a linha do equador. Esta passagem aconteceu sem que se sentisse o menor excesso de calor, aliás, poderia dizer ter sentido um frescor naquela ocasião, para me proteger do qual fui obrigado a abotoar por inteiro o meu traje de tecido. As chuvas quase contínuas, que já nos acompanhavam desde o sétimo grau de latitude setentrional, e os ventos que do mesmo modo sem piedade sopravam, foram com certeza o motivo de tal extraordinário frescor. O meu termômetro marcou 26 1, 2 graus, naquele dia, igual àquela região tórrida de um trópico ao outro, ou seja, do Trópico de Câncer até o Rio de Janeiro, foi no dia 24 de setembro, época na qual nos encontrávamos abaixo dos 14 mo graus, 05.' 37.' de latitude setentrional, e a 20 mo. grau, min. 31'. 48.' de longitude O. de Londres, onde o mesmo termômetro marcava 30 graus, ou seja 24. de Reaumur; o calor médio foi de 27 1f4 = 21 4/5 Reaum.; o mínimo 21 = 16 4/5 Reaum.

Na manhã do dia cinco de novembro começamos a descobrir as montanhas próximas da costa do Brasil, entre as quais se distinguiam particularmente, no nosso aproximar-se aquelas que, diz-se representarem com seus topos um gigante descansando e no pôr-do-sol do mesmo dia entramos na baía, o porto do Rio de Janeiro, do qual pode-se dizer que a entrada é realmente imponente e majestosa.

Aquilo que me surpreendeu muito nessa longa navegação, e que não merece passar em branco, foi a prodigiosa e incontável quantidade de tons (*Scomber Thynnus Lin.*) de cada superioridade, assim como o imenso número dos assim ditos peixes voadores, ou tainhas aladas (*Exocoetus volitans Lin.*) que encontramos nas proximidades de ambos os trópicos; tal coisa foi por vários dias objeto de admiração por todos aqueles que encontravam-se à bordo. Numerosas multidões desses pequenos peixes perseguidos pelos primeiros viam-se pular de todos os lados fora da água, voando com a ajuda de suas barbatanas peitorais, também em longos trechos, procurando assim escapar da ávida e gulosa perseguição dos seus inimigos, as quais alguma vez se associavam ainda com os belos dourados (*Coryphaenae*), e àquela espécie de escombro, que os marinheiros chamam judeu (*Scomber pelamis L.*) *sardinha*.

Com a ocasião de dar conta posteriormente de alguns animais do Brasil, darei ainda a descrição de uma nova espécie de sépia encontrada abaixo do décimo primeiro grau de longitude setentrional e a 20. mo de longitude O. DE I., a qual chamarei com o nome de *Sepia pellucidula* pela semi transparência, que possui em todas as suas partes, à qual é portadora ainda de uma extrema delicadeza.

REFERÊNCIAS

RADDI, Giuseppe. Breve osservazione sull'Isola di Madera fatta nel tragitto da Livorno a Rio di Janeiro. In: *Notizie di viaggi lontani*. BOSSI, Maurizio (a cura di). Napoli: Guida Ed.1984.